

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**ROSA ELENA BUENO**

**“CAPITÃES DA AREIA” DE ONTEM E HOJE: UMA RELEITURA À LUZ DOS  
DIREITOS HUMANOS**

**CURITIBA  
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
ROSA ELENA BUENO**

**“CAPITÃES DA AREIA” DE ONTEM E HOJE: UMA RELEITURA À LUZ DOS  
DIREITOS HUMANOS**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do Grau de Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, Setor educação Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Dra. Araci Asinelli-Luz

**CURITIBA  
2014**

Catálogo na Publicação  
Cristiane Rodrigues da Silva – CRB 9/1746  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação – UFPR

Bueno, Rosa Elena

"Capitães da areia" de ontem e hoje: uma releitura à luz dos direitos humanos. / Rosa Elena Bueno. – Curitiba, 2014.

295 f.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Araci Asinelli-Luz.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação.  
Universidade Federal do Paraná.

1. Adolescência – Literatura. 2. Bioecologia do desenvolvimento humano. 3. Socioeducação. I. Título.

CDD 370.19

**ROSA ELENA BUENO**

**CAPITÃES DA AREIA ONTEM E HOJE: UMA RELEITURA À LUZ DOS  
DIREITOS HUMANOS**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Aprovada em 29 de setembro de 2014.

Banca Examinadora:

---

Dr Amadeu Roselli Cruz  
Universidade Federal de Minas Gerais

---

Dr José Carlos Fernandes  
DECOM Universidade Federal do Paraná

---

Dra Tania Stoltz  
Universidade Federal do Paraná

---

Dra. Marlene Schuller Daroz  
Universidade Federal do Paraná

**CURITIBA  
2014**



## PARECER

Defesa de Dissertação de Rosa Elena Bueno para obtenção do Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, DR.<sup>a</sup> ARACI ASINELLI DA LUZ, DR. AMADEU ROSELLI CRUZ, DR. JOSÉ CARLOS FERNANDES, DR.<sup>a</sup> TÂNIA STOLTZ, arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: "CAPITÃES DA AREIA DE ONTEM E DE HOJE: UMA RELEITURA À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS".

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está Apta ao Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Araci Asinelli da Luz	<i>Araci Asinelli da Luz</i>	<i>Aprovada</i>
Prof. Dr. Amadeu Roselli Cruz	<i>Amadeu Roselli Cruz</i>	<i>Aprovada</i>
Prof. Dr. José Carlos Fernandes	<i>José Carlos Fernandes</i>	<i>Aprovado</i>
Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Tânia Stoltz	<i>TANIA STOLTZ</i>	<i>APROVADA</i>

Curitiba, 29 de setembro de 2014

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Monica Ribeiro da Silva  
Coordenadora do PPGE

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Monica Ribeiro da Silva  
Coordenadora do Programa de  
Pós-Graduação em Educação  
Matrícula: 125750

### *Sonhar*

*Sonhar é transportar-se em asas de ouro e aço  
Aos paramos azuis da luz e da harmonia;  
É ambicionar o céu; é dominar o espaço  
Num vôo poderoso e audaz da fantasia.  
Fugir ao mundo vil, tão vil que, sem cansaço,  
Engana, e menospreza, e zomba, e calúnia;  
Encastelar-se enfim no deslumbrante Paço  
De um sonho puro e bom, de paz e de alegria.  
É ver no lago um mar, nas nuvens um castelo,  
Na luz de um pirilampo um sol pequeno e belo;  
É alçar constantemente o olhar ao céu profundo.  
Sonhar é ter um grande ideal na ingloria lida:  
Tão grande que não cabe inteiro nesta vida,  
Tão puro que não vive em plagas deste mundo.*

*Helena Kolody*

### *Educação*

*"As palavras só têm sentido se nos  
ajudam a ver o mundo melhor.  
Aprendemos palavras para  
melhorar os olhos".*

*Rubem Alves*

*Um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos. De um que apanhe esse grito que ele deu e o lance a outro; de um outro galo que apanhe o grito de um galo antes e o lance a outro; e de outros galos que com muitos outros galos se cruzem os fios de sol de seus gritos de galo, para que a manhã, desde uma teia tênue, se vá tecendo, entre todos os galos.*

*(João Cabral de Melo Neto)*

## *DEDICATÓRIA*

*Dedico esta dissertação aos professores, socioeducadores, pais, familiares e demais atores sociais e profissionais que atuam no desenvolvimento humano de crianças e adolescentes, em especial àqueles que emprestaram a voz para contribuir com as reflexões propostas.*



## *AGRADECIMENTOS*

*A palavra agradecimento deriva do latim *gratus* e traz implícita tanto agradável como agradecido. É proveniente de uma base Indoeuropeia *GWER-*, “elogiar, dar as boas-vindas”. Outro derivado é *grato*. De acordo com a <sup>2</sup>enciclopédia da conscienciologia (p. 3480), o termo *gratidão* é definido sob a perspectiva sinonimológica como: 1. *Agradecimento*. 2. *Reconhecimento*. 3. *Automemória cosmoética*.*

*Essas foram algumas das definições selecionadas para tentar reproduzir por meio das palavras meus sentimentos de gratidão e agradecimento para com as pessoas que afetuosamente e afetivamente contribuíram com a realização deste trabalho. Então quero agradecer:*

*Em especial a Deus que com sua grandeza e amor incondicional me permitiu a existência de uma vida plena e abundante para que eu pudesse atingir objetivos nobres e verdadeiros direcionados a um bem-estar individual que se reflete a partir do bem-estar de todos os entes com os quais a vida se entrelaça. Por ter iluminado meus caminhos para que eu enxergasse quais itinerários seguir, acrescentado fé em minha alma e fortalecido meu espírito a fim de superar os obstáculos, os anseios e receios, e alcançar êxito no trabalho realizado.*

*À minha orientadora que me deu a oportunidade de atuar como pesquisadora, permitiu a liberdade na escolha do assunto, incentivou e encorajou na busca dos participantes, acreditou no meu potencial para a produção deste trabalho acadêmico. Com ela*

---

<sup>1</sup> Origem da Palavra: Site de etimologia. Disponível em:

<http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/gratidao/> (Acesso em 23/06/2014).

<sup>2</sup> Disponível em: <http://67.223.248.71/tertulia/Verbetes/Gratid%C3%A3o.pdf> (Acesso em 23/06/2014).

*aprendi especialmente que mais do que discursar sobre a inclusão da alteridade e o respeito à subjetividade do outro, é preciso agir cotidianamente por meio de um comportamento reflexivo expresso em gestos, expressões faciais e palavras acolhedoras que demonstrem uma conexão sincrônica entre o plano do ideal e o real. Aprendi que a força para quaisquer transformações que almejemos está nas interações e no envolvimento com o ser humano.*

*À professora Dr<sup>a</sup> Helga Loos, por afetar a sensibilidade e a emoção a cada expressão facial e gestual. Por fazer análise de mérito e validar a cientificidade da proposta.*

*À Professora Dr<sup>a</sup> Tania Stoltz, pela acolhida na Disciplina “Interação Social na perspectiva de Piaget e Vygotsky”, primeira chave para os caminhos iluminados pelos quais trilhei até o momento. Por ofertar a possibilidade de reflexão sobre como devemos buscar um equilíbrio entre o impulso sensível e a razão, na perspectiva antroposófica.*

*Ao jornalista e cronista José Carlos Fernandes, pelas orientações realizadas e contribuições que tornaram e elaboração dessa dissertação mais instigante.*

*Ao psicólogo e professor Dr. Amadeu Roselli Cruz, pelo entusiasmo com que se debruça a efetuar as correções e propor alterações, tornando a produção final um trabalho fertilizador de contextos educativos para a disseminação de sementes de prevenção.*

*A meus pais e minhas irmãs por terem tido paciência comigo e compreendido meu distanciamento e minha ausência, nos momentos em que precisavam de minha atenção para ouvir suas experiências, angústias e receios, ou pedir uma ajuda que demandava a minha presença para se sentirem mais acolhidos e protegidos.*

*A meus filhos e meu companheiro que mais uma vez foram privados do direito à convivência familiar por uma causa nobre, que sem dúvida veio a modificar a vida de todos os nossos entes familiares. A experiência advinda desta pesquisa intensificou a tomada de consciência sobre o quanto o conhecimento transforma nosso olhar a respeito do mundo físico e social, e os modos de nele agir. Agradeço por terem paciência de esperar eu retornar as chamadas telefônicas horas depois. Por terem me ajudado a cuidar da filha caçula, uma adolescente amorescente que requer uma energia e um carinho peculiares. Com vocês, compartilho o aprendizado conquistado com mais esse trabalho.*

*Aos participantes desta pesquisa cujas experiências e perspectivas a abrilhantaram, na medida em que ofereceram suas polifônicas vozes para ressoar o senso de autoeficácia e capacidade que cada um tem de se perceber enquanto um sujeito autobiográfico, capaz de (re)escrever a história de vida individual e coletiva. Suas contribuições para os avanços no campo da educação, das ciências humanas e jurídicas são imensuráveis.*

*Que as reflexões presentes nesses estudos contribuam para reconfigurar o pensamento dos leitores e igualmente iluminem suas travessias rumo a caminhos que possam facilitar a construção de uma cultura na qual todos os seres humanos cultivem a paz para si e para as demais pessoas com as quais interagem.*

BUENO, Rosa Elena. “**Capitães da areia**” de ontem e hoje: uma releitura à luz dos direitos humanos. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

## RESUMO

A presente dissertação analisou as possibilidades de proposição de um trabalho transdisciplinar entre Literatura e Direitos Humanos, através da releitura do romance “Capitães da Areia” de Jorge Amado(1937). Na época, havia o Reformatório, onde eram confinados “menores em situação irregular”. Houve muitos avanços nas Ciências Humanas e Jurídicas referentes à infância e à juventude. Do Código de Menores(1927) para o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), do Reformatório para o Centro de Socioeducação/CENSE, quais mudanças podem ser percebidas pelos protagonistas sociais que atuam nos dias de hoje? Como se edificam os atuais capitães da areia, da terra vermelha que compõem ruas não pavimentadas encontradas nos becos, nas biqueiras das regiões metropolitanas, os capitães do asfalto e do mármore? Como a percepção sobre estas indagações contribui para se pensar a edificação da subjetividade ética e transformadora? A fundamentação teórica traz alguns preceitos constantes no paradigma da complexidade proposto por Morin(2000) e à perspectiva de Bronfenbrenner(1996) sobre a Bioecologia do Desenvolvimento Humano. O método consistiu de seguir o percurso similar ao apresentado no primeiro capítulo do romance quando, após a publicação de uma reportagem no Jornal da Tarde a respeito de um assalto, segue-se as cartas à redação do jornal, na qual se explicita a concepção que cada remetente tem a respeito do processo de “regeneração” do adolescente e do tratamento no Reformatório. Assim tem-se a carta da mãe costureira, do Secretário do Chefe de Polícia, do Diretor do Reformatório, do Juiz de Menores e do Padre José Pedro. Convidou-se como participantes duas mães de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, Juiz da Vara da Infância e da Juventude, Delegada da Delegacia do Adolescente, um líder religioso, Diretor do CENSE e cinco adolescentes internos no CENSE. Também se considerou oportuno convidar um jornalista e dois professores que atuam com essa população. Os instrumentos utilizados foram entrevista, textos dissertativos e questionário semiestruturado. A complexidade dos fenômenos observados atribui à pesquisa um cunho qualitativo, exploratório, explicativo e descritivo. Considerou-se a sugestão de Umberto Eco (1990) sobre “Os Limites da Interpretação”, bem como a proposta de Leite (1985) e Bruner (1986), para uma leitura crítica das narrativas. Destacam-se as seguintes conclusões: a falta de um envolvimento mais efetivo por parte da família, da escola, da rede de proteção, na edificação humana. Os efeitos da mídia e do consumo ostentatório. O comércio ilícito representa uma fonte de renda, porém implica o preconceito, a discriminação e a exclusão da possibilidade de uma vida digna e “duradoura”. Necessidade de políticas públicas para o acompanhamento posterior ao desinternamento. Carência da discussão sobre os Direitos Humanos na formação dos profissionais da educação, socioeducação e da rede protetiva. A literatura articulada aos Direitos Humanos possibilita uma formação preventiva, acolhedora das diversidades humanas, integral e integrada às demandas socioeducacionais especiais contemporâneas.

Palavras Chave: Adolescência, Bioecologia, Literatura Brasileira, Educação, Socioeducação.

BUENO, Rosa Elena. **“Capitães da areia” de ontem e hoje: uma releitura à luz dos direitos humanos.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

### ABSTRACT

This dissertation analyzed the possibilities of proposing a transdisciplinary work between Literature and Human Rights, through the reading of the romance entitled "Captains of the Sand" by Jorge Amado (1937). By that time, there was the Reformatory, where the abandoned children were sent to. There have been many advances in the Human Sciences and Law relating to children and youth. From the Code of Minors (1927) to the Statute of Children and Adolescents (1990), from the Reformatory for CENSE – Social Education Center, what changes can be perceived by social actors working today? How to build the current captains of sand, captains of red earth that make up unpaved roads found in the alleys, in the suburbs, the captains of asphalt and marble? Does the perception of these questions contribute to the building of ethical and transformative subjectivity thinking? The theoretical precepts bring some constants in the complexity paradigm proposed by Morin (2000) and the prospect of Bronfenbrenner (1996) on the Bioecology Human Development. The method has consisted of a similar route presented in the first chapter of the novel. After publication of a report in the Journal of the Afternoon about an assault, many social actors have written letters to the editor of the newspaper, in which they explain the concept that each one has about the "regeneration" of adolescents and the treatment they received in the "Reformatory" process. In this way, there are the letter of seamstress mother, the Secretary of the Chief of Police, the Director of the Reformatory, the Judge of Minors and the Father José Pedro. In this way, there have been invited to participate on this research two mothers of teenagers who attend the Juvenile Detention Center, a Judge of Infancy and youth, a Delegate of Adolescents, a religious leader, a Director of CENSE and five internal adolescents in the CENSE. Also it was considered appropriate to invite a journalist to weave comparisons regarding the composition of that kind of news and two teachers who work at PROEDUSEs - Education Program in socioeducation Units. The instruments used were interview, argumentative text and semi-structured questionnaire. The complexity of the observed phenomena attributed to research a qualitative, exploratory, ethnographic, descriptive and explanatory nature. We considered the Umberto Eco (1990) suggestion on "The Limits of Interpretation", as well as the one proposed by Leite (1985) and Bruner (1986) in their search for meaning core method. The following conclusions are: the lack of a more effective involvement of the family, the school, the safety net, in human construction. The effects of media and conspicuous consumption on infant's development The illicit trade is a source of income, but implies prejudice, discrimination and exclusion of the possibility of a dignified and "lasting" life. Need for public policies for the follow-up to teenager time into juvenile detention center. Professionals need to discuss more about socio-educational and protective network. The hinged literature Human Rights provides a preventive training, warm human, comprehensive and integrated diversity to contemporary socio-educational special needs.

Keywords: Adolescence, Bioecology, Brazilian Literature, Education, Social education.

BUENO, Rosa Elena. “**Capitães da areia**” de ontem e hoje: uma releitura à luz dos direitos humanos. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

## RESUMEN

La presente disertación analizó las posibilidades de proposición de un trabajo transdisciplinar entre Literatura y Derechos humanos, por medio de la relectura del romance “Capitanes de la Arena” de Jorge Amado (1937). En la época, había el Reformatorio, donde eran confinados “menores en situación irregular”. Hubo muchos avances en las Ciencias Humanas e Jurídicas referentes a la infancia y a la juventud. Del Código de los Menores (1927) para el Estatuto de la niñez y del Adolescente (1990), del Reformatorio para el Centro de Socio educación/CENSE, cuales cambios pueden ser percibidas pelos protagonistas sociales que actúan en los días de hoy? ¿Como se edifican los actuales capitanes de la arena, de la tierra roja que caminan por cales no pavimentadas encontradas en los callejón, en las puntera de las regiones metropolitanas, los capitanes del betún y del mármol? Como la percepción sobre estas indagaciones contribuí para pensarse la edificación de la subjetividad ética y transformación? La fundamentación teórica trae algunos preceptos constantes en el paradigma de la complejidad **propuesto** por Morin (2000) y la perspectiva de Bronfrenbrenner (1996) sobre la Bioecología del Desarrollo Humano. El método consistió de seguir el precursor similar al presentado en el primer capítulo del romance cuando, la publicación de una reportaje en el periódico de la da Tarde respecto de un asalto, siguen las cartas a la redacción del periódico, en las cuales se explicita la concepción que cada remitente tiene al respeto del proceso de “regeneración” del adolescente y del tratamiento en el Reformatorio. Así se tiene la carta de la madre costurera, del Secretario de la Jefatura de la Policía, del Director del Reformatorio, del Juez de Menores y del Cura José Pedro. Fueron invitadas como participantes dos madres de adolescentes en cumplimiento de medida socioeducativa, el Juez da Vara de la Infancia y de la Juventud, la Delegada de la De legacia del Adolescente, un líder religioso, el Director del CENSE y cinco adolescentes internos en el CENSE. También se ha considerado oportuno invitar un periodista para tejer comentarios comparativos respecto de la composición del texto periódico y dos profesores que actúan en el Programa de Educación en las Unidades de Socio educación PROEDUSE. Los instrumentos utilizados fueron entrevista, textos de ensayo y cuestionario semiestructurado. La complejidad de los fenómenos observados atribuye a la pesquisa un cuño cualitativo, exploratorio, etnográfico, explicativo y descriptivo. Se ha considerado la sugestión de Eco (1990) sobre “Los Limites de la Interpretación”, bien como la propuesta de Leite (1985) y Bruner (1986) para una lectura crítica de los ensayos. Las siguientes conclusiones son: la falta de una participación más efectiva de la familia, la escuela, la red de seguridad, en la construcción humana. Los efectos de los medios de comunicación y el consumo ostentoso. El comercio ilícito es una fuente de ingresos, sino que implica el prejuicio, la discriminación y la exclusión de la posibilidad de una vida digna y "duradera". Necesidad de políticas públicas para el seguimiento tras cumplir su condenación. La falta de debate sobre los derechos humanos en la capacitación de los maestros, la red socio-educativa y de protección. La literatura articulada a los Derechos Humanos ofrece una formación preventiva, acogedora de la diversidad humana, integral e integrada a las necesidades socio-educativas especiales de la contemporaneidad.

Palabras clave: Adolescencia, Bioecología, Literatura Brasileña, Educación, socioeducation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Bonequinhos russas .....	44
FIGURA 2 – Os sistemas de Bronfenbrenner .....	45
FIGURA 3 – Holografia.....	56
FIGURA 4 – Imagens do filme “capitães da areia” .....	75
FIGURA 5 – Imagens dos jogos “capitães da areia” .....	76
FIGURA 6 – Roda dos expostos.....	114
FIGURA 7 – Imagem de <i>Rasphuis</i> .....	121
GRÁFICO 1 – Gráfico do sistema escolar brasileiro no período do romance.....	190

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Legislações e Direitos Humanos.....	84
QUADRO 2 - Instituições de Acolhimento.....	111
QUADRO 3 - Arquitetura Correcional .....	118
QUADRO 4 - Comparativo entre os textos dos jornalistas.....	146
QUADRO 5 - Comparativo entre os textos do chefe de polícia e da delegada .....	150
QUADRO 6 - Comparativo entre o texto dos juízes.....	158
QUADRO 7 - Comparativo entre o texto das mães .....	169
QUADRO 8 - Comparativo entre o padre e o líder religioso atual.....	177
QUADRO 9 - Comparativo entre o diretor do reformatório e o diretor do Centro de Socioeducação .....	183
QUADRO 10 - Comparativo no campo educacional.....	188
QUADRO 11 - Coleta de dados referentes aos adolescentes .....	191
QUADRO 12 - Caracterização da busca de ajuda e esclarecimentos com relação ao uso de drogas.....	217



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>APMF</b>	<b>Associação de Pais, Mestres e Funcionários</b>
<b>BPEC</b>	<b>Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária.</b>
<b>CAAE</b>	<b>Certificado de Apresentação para Apreciação Ética</b>
<b>CASA</b>	<b>Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente</b>
<b>CCJ</b>	<b>Comissão de Constituição e Justiça</b>
<b>CEAF</b>	<b>Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional</b>
<b>CEEBJA</b>	<b>Centro de Educação Básica de Jovens e Adultos</b>
<b>CENSE</b>	<b>Centro de Educação Nacional Socioeducativo</b>
<b>CF</b>	<b>Constituição Federal da República Federativa do Brasil</b>
<b>CFS</b>	<b>Curso de Formação de Soldados</b>
<b>CIPEAD</b>	<b>Coordenação de Integração de Políticas de Educação a Distância</b>
<b>CMM</b>	<b>Código Mello Mattos</b>
<b>COMTIBA</b>	<b>Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente</b>
<b>CONAD</b>	<b>Conselho Nacional Antidrogas</b>
<b>CONANDA</b>	<b>Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes</b>
<b>CF</b>	<b>Constituição Federal da República Federativa do Brasil</b>
<b>CFS</b>	<b>Curso de Formação de Soldados</b>
<b>CLT</b>	<b>Consolidação das Leis do Trabalho</b>
<b>CRAS</b>	<b>Centros de Referência da Assistência Social</b>
<b>CREAS</b>	<b>Centros de Referência Especializado da Assistência Social</b>
<b>DCE</b>	<b>Diretrizes Curriculares Estaduais</b>
<b>DIH</b>	<b>Direito Internacional Humanitário</b>
<b>DHNET</b>	<b>Direitos Humanos na NET</b>
<b>DNCr</b>	<b>Departamento Nacional da Criança</b>
<b>DH</b>	<b>Direitos Humanos</b>
<b>DUDH</b>	<b>Declaração Universal dos Direitos Humanos</b>
<b>EaD</b>	<b>Educação à distância</b>
<b>ECA</b>	<b>Estatuto da Criança e do Adolescente</b>
<b>EDH</b>	<b>Educação em Direitos Humanos - EDH</b>
<b>EJA</b>	<b>Educação de Jovens e Adultos</b>

<b>FAS</b>	<b>Fundação da Ação Social</b>
<b>FEBEMs</b>	<b>Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor</b>
<b>FNDE</b>	<b>Fundo Nacional do Desenvolvimento Humano</b>
<b>FUNABEM</b>	<b>Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor</b>
<b>GAJOPE</b>	<b>Grupo de Apoio Jurídico às Organizações Populares</b>
<b>HIV</b>	<b>Síndrome da Imunodeficiência Adquirida</b>
<b>IPEA</b>	<b>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada</b>
<b>LA</b>	<b>Liberdade Assistida</b>
<b>LDB</b>	<b>Lei de Diretrizes e Bases</b>
<b>MPPR</b>	<b>Ministério Público do Paraná</b>
<b>NEPS</b>	<b>Núcleo de Pedagogia Social</b>
<b>ONU</b>	<b>Organização das Nações Unidas</b>
<b>OPM</b>	<b>Organização da Polícia Militar</b>
<b>PCB</b>	<b>Partido Comunista Brasileiro</b>
<b>PCN</b>	<b>Parâmetros Curriculares Nacionais</b>
<b>PCPT</b>	<b>Processo – Pessoa – Contexto – Tempo</b>
<b>PIÁ</b>	<b>Programa de Integração da Infância e Adolescência</b>
<b>PMPR</b>	<b>Polícia Militar do Paraná</b>
<b>PNDH</b>	<b>Plano Nacional de Direitos Humanos</b>
<b>PNEDH</b>	<b>Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos</b>
<b>PPGE</b>	<b>Programa de Pós-Graduação em Educação</b>
<b>PROEDUSE</b>	<b>Programa Educacional das Unidades Socioeducativas</b>
<b>PSC</b>	<b>Prestação de Serviço Comunitário</b>
<b>SAM</b>	<b>Serviço de Assistência a Menores</b>
<b>SDG</b>	<b>Sistema de Garantia de Direitos</b>
<b>SES</b>	<b>Serviços Educacionais Suplementares</b>
<b>SINASE</b>	<b>Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo</b>
<b>SNPDC</b>	<b>Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente</b>
<b>TALE</b>	<b>Termo de Assentimento Livre Esclarecido</b>
<b>TCLE</b>	<b>Termo de Consentimento Live Esclarecido</b>
<b>UFMG</b>	<b>Universidade Federal de Minas Gerais</b>
<b>UNICEF</b>	<b>Fundo das Nações Unidas para a Infância</b>

# SUMÁRIO

<b>TRAJETÓRIA.....</b>	<b>21</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>24</b>
<b>2 O ENREDO DOS CAPITÃES DA AREIA .....</b>	<b>32</b>
2.1 As implicações bioecológicas.....	42
2.2 O princípio hologramático e o recurso da metonímia: .....	55
2.2.1 Os operadores do pensamento complexo e a polidependência dos fenômenos.....	61
2.2.2 Literatura e Direitos Humanos em interfaces transdisciplinares.....	70
<b>3 DIREITOS HUMANOS: DOS MACROSSISTEMAS INTERNACIONAIS AOS MICROSSISTEMAS NACIONAIS .....</b>	<b>78</b>
3.1 UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO NOS AVANÇOS JURÍDICOS .....	84
3.2 DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO: DIVERSOS OLHARES .....	100
3.3 NOVOS DIREITOS DIANTE DA COMPLEXIDADE .....	107
3.4 DA “RODA DOS EXPOSTOS” ÀS INSTITUIÇÕES ATUAIS.....	110
3.5 A ARQUITETURA CORRECIONAL .....	117
<b>4 ENCAMINHAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....</b>	<b>126</b>
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO .....	126
4.2 MATERIAIS E MÉTODOS.....	127
4.2.1 Instrumentos e coleta de dados .....	128
4.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO: CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO .....	129
4.4 CONTEXTO DO ESTUDO .....	130
4.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS .....	132
4.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS .....	133
<b>5 RESULTADOS, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....</b>	<b>136</b>
5.1 OS MICROSSISTEMAS DOS PARTICIPANTES.....	136
5.2 PARTICIPAÇÃO DO JORNALISTA .....	139
5.3 PARTICIPAÇÃO DA DELEGADA.....	147
5.4 PARTICIPAÇÃO DO JUIZ DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE.....	150
5.5 PARTICIPAÇÃO DAS MÃES .....	160
5.6 PARTICIPAÇÃO DA LIDERANÇA RELIGIOSA .....	171
5.7 PARTICIPAÇÃO DO DIRETOR DO CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO.....	178
5.8 PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES DO PROEDUSE.....	184
5.9 PARTICIPAÇÃO DOS CINCO ADOLESCENTES INTERNOS DO CENSE .....	190



## TRAJETÓRIA

A proposta de pesquisa intitulada “Capitães da Areia de ontem e hoje: uma releitura à luz dos Direitos Humanos” emerge a partir da minha experiência no campo da Educação. Fiz a graduação em Letras-Português-Inglês, especialização em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, Gestão Escolar e Mídias Integradas à Educação. Atuo como professora há dezessete anos na rede pública e privada de ensino. A maioria das escolas públicas nas quais trabalhei localizam-se na Região Metropolitana de Curitiba. A comunidade inter e extraescolares destes contextos vivenciam cotidianamente a sensação aterrorizante da insegurança, do pânico, causada pelos índices avassaladores e crescentes de violência.

As violências se manifestam das mais variadas formas. Cotidianamente estudantes reclamam de assaltos à mão armada, em plena luz do dia, quando adolescentes armados alertam sobre o assalto, intimidam com armas de fogo, e pedem para que as vítimas lhes entreguem tênis, especialmente se forem de marcas famosas, de fácil comércio, jaquetas, bonés, aparelhos de celular, relógios, dentre outros pertences. O aliciamento para o tráfico e para o uso de drogas é constante. A facilidade de acesso a armas de fogo e a quaisquer tipos de drogas é evidente. A falta de diálogo impera na falta da resolução dos conflitos.

Paralelas às agressões físicas e verbais, muitos vivenciam a violência simbólica silenciada pelas relações de poder, a violência doméstica, a ausência de referência parental, da autoritatividade dos responsáveis que, muitas vezes, não se percebem como capazes de construir relações de confiança mútua, de respeito recíproco e não se colocam como autoridade, como adultos capazes de intensificar o envolvimento com a formação humana de tal forma que contribuam efetivamente para um desenvolvimento saudável na dimensão biológica, afetiva, cognitiva, ética, moral, no espectro multidimensional da edificação de subjetividades humanizadas.

À diversidade de violências e violações se somam a sensação de impotência na busca por justiça e o aumento da impunidade para os infratores e omissos. Ao longo dessa experiência profissional atuei como representante de Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF, do Conselho Escolar,

membro de equipe diretiva, tutora do curso de formação continuada em EJA na Diversidade ofertado pelo Centro de Integração de Políticas Públicas de Educação a Distância – CIPEAD. Atualmente, desempenho a função de tutoria no Curso de Pedagogia a Distância - CIPEAD, bem como de representante do colegiado deste curso, participante do Fórum de Combate à Violência Alexandre de Lima Moraes e do Núcleo de Pedagogia Social NEPS/UFPR.

A experiência acadêmica e principalmente profissional trouxe inquietações perturbadoras no campo da educação, por me deparar no dia-a-dia com situações que se constituem em atos infracionais por parte de uma quantidade significativa de profissionais da educação e pessoas adultas responsáveis e co-responsáveis pelo desenvolvimento humano de crianças e adolescentes. Atitudes excludentes e discriminatórias historicamente construídas, que se proliferam e perpetuam no chão da escola, tornam-se constituintes do *habitus cultural* no campo educacional e tendem a reproduzir o *modus vivendis* de todas as pessoas em constante interação.

Embora pareça ser discutida na academia a temática da inclusão das diversidades humanas, da importância de se considerar o educando um sujeito humano em suas idiossincrasias, com suas especificidades e necessidades socioeducacionais peculiares, a experiência aqui relatada parece ratificar a escola como Aparelho Ideológico do Estado, como propõe Althusser (1998), a serviço da manutenção do *status quo* vigente, no sentido de fortalecer as desigualdades econômicas e sociais e contribuir para a retroalimentação de práticas criminosas de exclusão e marginalização dos educandos provenientes das classes populares menos favorecidas e que, portanto, mais precisariam de estar na escola.

A experiência aqui relatada suscitou a necessidade de aprofundar mais os conhecimentos referentes ao papel dos profissionais da educação e demais áreas que atuam com a formação de crianças e adolescentes. Devido à minha atuação como professora de Literatura, emergiu a ideia de trabalhar com a obra “Capitães da Areia”, do escritor baiano Jorge Amado.

Os índices crescentes e avassaladores de violência são preditivos que revelam a importância de resgatar como a história de vida relatada na obra e quais violações de direitos humanos contribuíram na época e contribuem hoje para a edificação dos meninos e meninas que vivem em condições de vulnerabilidade, muitos na condição de vítimas e vitimizadores

simultaneamente. É imperativo afirmar que a compreensão destes fenômenos pode favorecer para a ruptura de paradigmas arcaicamente cristalizados e enclausurados. Espera-se contribuir para redimensionar a perspectiva sobre a educação e a socioeducação, a partir da releitura da obra de Jorge Amado, das concepções apresentadas por profissionais de diversos segmentos, à luz dos Direitos Humanos.

Também contribuir para que demais pessoas que atuam na rede de proteção à infância e à juventude, pais, mães e responsáveis envolvidos pela formação de crianças e adolescentes, percebam práticas cotidianas de violações e violências praticadas arbitrariamente nos mais diversos ambientes interativos, que culminam para autoamplificar o fenômeno da violência.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se insere no campo da Educação, na linha de pesquisa sobre cognição, aprendizagem e desenvolvimento humano. Parte da literatura como possibilidade de ampliar a discussão sobre o papel educativo a partir de uma releitura dos “Capitães da Areia”(1937) à luz dos Direitos Humanos. No início do romance, noticia-se um assalto realizado pelos "menores" abandonados de Salvador. Na sequência, vários profissionais de diversas instituições escrevem cartas à redação do *Jornal da Tarde*, expressando suas relações com o "Reformatório", concepções sobre a situação dos meninos de rua e as condições de ressocialização<sup>3</sup> àqueles que estão em conflito com a lei.

Os personagens do romance são: Pedro Bala que se torna líder do grupo após expulsar o antigo líder chamado Raimundo, a menina Dora, cuja mãe morrera de “bexiga”, para se referir à varíola. É acolhida juntamente com o irmão mais novo por Bala e se adapta bem ao grupo. Professor era respeitado por saber ler as histórias escritas em livros e jornais. Gato, vindo do Rio de Janeiro, trazia em si um ar de malandragem. Volta-Seca, Sem Pernas, João Grande, Pirulito, Boa Vida, João-de-Adão, Don’Aninha, Padre José Pedro e Querido-de-Deus ilustram diferentes subjetividades edificadas sob condições de extrema pobreza e marginalidade. Segundo Eduardo de Assis Duarte, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador da obra de Jorge Amado:

“Capitães da Areia” foi censurado, e Jorge Amado preso pela polícia do Estado Novo (1937-45), regime de exceção instituído por Getúlio Vargas que limitava a liberdade política. Mais de mil exemplares de livros foram queimados em uma grande fogueira em praça pública em Salvador. Na época, o livro foi um escândalo. Além da questão do erotismo, o ponto de vista das crianças ladras não era aceito. Jorge tem um olhar humano e as transforma em figuras humanas e não em monstros. O autor não defende o roubo, mas ele mostra porque as crianças agem assim. Elas roubam porque têm fome, porque não têm pai e mãe (DUARTE, 1991, p.140).

---

<sup>3</sup> Na obra original, o termo utilizado à época era “regeneração”.



Aproximadamente setenta e oito anos após a publicação da obra se passaram e muitos avanços vêm ocorrendo na reconceitualização da infância e da juventude, na responsabilização do Município, do Estado, do Distrito Federal e da União para com o Sistema de Garantia de Direitos/SGD, que visa à implementação dos instrumentos normativos por meio de um trabalho articulado entre instituições e sociedade civil. Na década de trinta havia o reformatório, para onde Pedro Bala é enviado a fim de cumprir a pena por atos infracionais. Com a reestruturação do sistema prisional, o antigo reformatório foi substituído pelas Unidades Socioeducativas. Vigorava o Código de menores, hoje há o Estatuto da Criança e do Adolescente/ ECA (1990). Percebe-se que houve avanços no campo jurídico, na forma como se concebe o processo formativo de crianças e adolescentes, mas e na prática?

O Brasil vivenciava na década de trinta os resquícios do *blackout* de Nova York. A Revolução de trinta no panorama nacional, provocada substancialmente devido à crise das oligarquias nordestinas e sulistas, ilustrou a Era Vargas e se constituiu num movimento liderado por Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul. O romance é considerado de cunho documental e realista. A varíola tinha se tornado uma epidemia que assolava especialmente as classes socioeconomicamente desfavorecidas, as pessoas sem condições para comprar a vacina morriam isoladas no lazareto. Nesta época, instaurou-se o Estado Novo (1930-1946), que considerou esta obra de Jorge Amado um livro subversivo. A proposta de Redemocratização Constituinte é oficializada em 1946. Esses acontecimentos no cenário mundial e no Brasil influenciam Jorge Amado em sua *prática literária visceralmente ajustada aos dilemas associados ao seu engajamento no Partido Comunista Brasileiro* (ROSSI, 2012, p. 23).

Os pressupostos norteadores das ideias sugeridas nesta dissertação consideram que embora os avanços no campo dos Direitos Humanos e das Ciências Humanas em geral sejam notáveis, tanto no contexto internacional e, em especial, no Brasil, com legislação específica voltada às crianças, adolescentes e juventude, os índices de violências e violações parecem crescer. O que permite inferir que a edificação de novos “capitães da areia” contradiz as concepções atuais das crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos, em fase peculiar de desenvolvimento e prioridades absolutas nas políticas públicas.

Este estudo se justifica a partir da constatação de inúmeras violações de direitos a crianças e adolescentes que ocorrem cotidianamente no contexto intra e extraescolar. Percebe-se, especialmente nas regiões metropolitanas das grandes cidades, nuance de negligências para com o desenvolvimento humano de crianças, adolescentes e jovens por parte da família, da rede de proteção, do estado, da união. A omissão e a violação dos direitos contribuem para que os capitães atuais, da areia, do espaço rural e urbano sejam construídos de outra forma cuja principal privação não mais é, na maioria dos casos, o alimento, a falta de condições materiais elementares, mas talvez a privação de laços afetivos familiares e comunitários, do engajamento em atividades formativas intencionalmente orientadas, da ética da compreensão dessas novas gerações.

O contexto histórico atual revela que muitas instituições foram e vêm sendo construídas para que o sistema de garantia de direitos (SGD) seja efetivamente implementado na prática cotidiana de criança e adolescentes que vivem em condições de vulnerabilidade. Da época em que o romance foi escrito, década de trinta para os dias atuais, ampliou-se significativamente a ofertada da educação formal, da assistência social, dos centros de apoio psicossocial (CAPS), centros de referência e assistência social (CRAS), centros de referência especializada em assistência social (CREAS), das instituições de acolhimento, dentre outras instituições que compõem a rede de proteção integral. Da doutrina da situação irregular do “menor” à doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente, não somente a nomenclatura foi se alterando, mas especialmente a concepção preconizada no acervo jurídico tem norteado a prática de muitos profissionais engajados com o papel responsável pelo desenvolvimento da sociedade.

A escolha da obra se deve à atualização da temática que parece configurar intensificadamente numa amplitude muito mais violenta nestes tempos. A fim de produzir o romance “Capitães da Areia”, Jorge Amado (1937) se inseriu no meio onde viviam os meninos de rua, para chegar ao mais próximo possível da realidade e dar voz aos capitães. Não somente coabitou o mesmo ambiente, mas teve acesso à forma de viver, de pensar, verificou o *ethos cultural*, a relação deles com a classe dominante. Ampliou a própria percepção e a dos leitores sobre como se constitui a subjetividade, os princípios e valores deste segmento da população. Esse processo de

investigação fez com que Jorge Amado tenha se aproximado de seu objeto de pesquisa como um pesquisador autóctone, quando se insere no meio investigado e atua como um aborígene buscando melhor compreensão acerca do fenômeno analisado.

Ao considerar-se a arte como imitação da vida, fica perceptível que o jogo de <sup>4</sup>*mimesis* que perpassa a construção de Capitães da Areia implica o reconhecimento de como o romancista abstrai e representa a realidade por ele vivenciada *in locus*, oferecendo ao leitor um trabalho artístico literário cujas verossimilhanças integram ficção e realidade. Em 1937, a obra foi censurada por representantes do Estado Novo, atearam fogo em praça pública, como dito anteriormente. A partir de 1944 é publicada e em seguida várias adaptações são feitas para história em quadrinhos, cinema, rádio e televisão.

Como reconfigurar o conceito de abandono de crianças para os dias atuais e em diferentes contextos bioecológicos? Este e outros questionamentos nortearão as reflexões propostas. Algumas indagações de demanda contínua no campo educacional tais como o que significaria um trabalho visando à formação integral capaz de sensibilizar educandos, socioeducandos, professores, socioeducadores, profissionais da rede de proteção entre outros que atuam diretamente com o desenvolvimento humano para o exercício da cidadania plena. Quais as potenciais possibilidades de implementar-se no plano de trabalho docente, no projeto político e pedagógico das instituições de ensino, da socioeducação, o debate dos direitos humanos articulado às reais necessidades socioeducacionais? Estas são algumas questões que delinearão as investigações por ora propostas, em especial, **como se edificam “capitães da areia” atualmente?**

Percebe-se recorrentemente na interação com professores que na formação inicial ficam várias lacunas. Faltam muitos subsídios para a efetivação de um trabalho pautado na perspectiva dialógica, no qual se considere a multidimensionalidade de uma formação integral, preventiva,

---

<sup>4</sup> De acordo com o dicionário de literatura, a palavra é proveniente do grego e tem como sinônimo próximo “imitação” (imitativo, em latim), designa a acção ou faculdade de imitar; cópia reprodução ou representação da natureza, o que constitui, na filosofia aristotélica, o fundamento de toda a arte. (...) O fenômeno não é exclusivo do processo artístico, pois toda atividade humana inclui procedimentos miméticos como a dança, a aprendizagem de línguas, os rituais religiosos, a prática desportiva, o domínio das novas tecnologias, etc. por esta razão, Aristóteles defendia que era a *mimesis* que nos distinguia dos animais”. Disponível em: [http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com\\_mtree&task=viewlink&link\\_id=1551&Itemid=2](http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=1551&Itemid=2) (Acesso em 22/08/2014).

superadora do caráter enciclopédico e hierarquizante presente no contexto histórico da educação. Toda ação educativa deve primar por possibilitar aos envolvidos no processo educacional vislumbrar as correlações entre teoria e prática, de forma a perceber o quanto a ciência pode contribuir para qualificar a humanização de todos os indivíduos envolvidos no ato formativo. Para tentar dar conta de responder às demandas norteadoras destes estudos, a fundamentação incluirá alguns preceitos dos Direitos Humanos, do paradigma bioecológico, do campo da cognição e da teoria da complexidade.

O objetivo geral visa a compreender com maior profundidade de que forma, mesmo diante de tantos avanços, a sociedade contribui para a edificação de “capitães da areia” reconfigurados. Pretende-se fomentar a discussão sobre Direitos Humanos no campo da educação e da socioeducação, partindo do romance “Capitães da Areia”. Considera os limites e as possibilidades para a prevenção da edificação de futuros “capitães da areia”.

Dentre os objetivos específicos, a proposta consiste em ressaltar as violações de Direitos Humanos de crianças e adolescentes. Comparar alterações na prática da implementação do Código de Menores ao Estatuto da Criança e do Adolescente/ ECA (1990) e os reflexos do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), bem como da Roda dos Expostos às Unidades Socioeducativas. Identificar quais são os fatores de edificação dos capitães da areia, do asfalto, dos becos, das biqueiras, áreas de ocupação irregular, dos espaços urbanos, das ruas constituídas por terras vermelhas, não pavimentadas, esburacadas, dos ambientes desfavoráveis ao desenvolvimento humano, presentes na atualidade.

A metodologia adotada fundamenta-se na proposta de Becker (1999), quando infere que um trabalho científico no qual pressupostos multivariados sejam levados em consideração requer que se especifique o modelo hipotético, bem como suas inter-relações. Por ter como um dos referenciais teóricos Edgar Morin (2000) e a teoria da complexidade, essa pesquisa pode ser considerados qualitativa, de campo, exploratória, explicativa, descritiva e correlacional. Os conceitos referidos estarão explicitados no início do capítulo sobre a metodologia.

A primeira parte do romance apresenta uma reportagem noticiando mais um assalto realizado pelo grupo de “menores” abandonados liderados por

Pedro Bala. Na sequência, são publicadas cartas à redação do jornal, escritas por autoridades da época, tais como, o Secretário do Chefe de Polícia, o Diretor do Reformatório, o Juiz de Menores, uma mãe de adolescente que passara pelo reformatório e a carta do padre que ajudava os meninos de rua.

Optou-se por seguir uma trajetória em consonância à apresentada na obra “Capitães da Areia”, presente no capítulo inicial “Cartas ao Jornal”. Os participantes convidados para contribuir com as reflexões ocupam cargos correlatos e/ou desempenham funções sociais semelhantes aos atores sociais que escreveram as cartas ao redator do jornal apresentadas na obra literária. Dessa forma foram convidados: Juiz da Vara da Infância e da Juventude, Diretor do Centro de Socioeducação (CENSE), Delegada de Delegacia do Adolescente, duas mães de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, cinco adolescentes internos no CENSE que venceram a experiência de terem sido moradores de rua. Considerou-se oportuno convidar para participar, além desses para seguir a sequência de Jorge Amado, um jornalista para tecer considerações a respeito da reportagem presente no livro sobre o assalto e os elementos composicionais que estruturam uma reportagem similar hoje e professores que atuam com adolescentes internos no CENSE.

Os participantes jornalista, juiz, delegada, diretor de unidade socioeducativa e professores que atuam com adolescentes internos no CENSE produziram textos de opinião sobre como percebem as atribuições do cargo e/ou do papel social que representam e as possibilidades de ressocialização para os adolescentes em conflito com a lei no contexto atual. As mães de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e o líder religioso optaram por se expressar oralmente para que a fala deles fosse transcrita. Os adolescentes internos responderam a um questionário semiestruturado, com questões abertas e fechadas. As informações do questionário e as narrativas que as questões abertas suscitaram estão apresentadas em forma de texto narrativo.

As análises e interpretação dos dados foram fundamentados com vistas à proposta de Eco, 2011, sobre os limites da interpretação do texto e os cuidados para com a superinterpretação. A análise das narrativas refletem as propostas de Leite(1985), em especial sobre o foco narrativo e a ênfase no monólogo interior e no fluxo de consciência, bem como as sugestões de Bunner(1986),

ao considerar as negociações de significados entre os interlocutores. Também se considerou oportuno analisar os dados a partir de pressupostos ou hipóteses qualitativas multivariadas, considerando-se ao máximo as múltiplas variáveis de atributos com as quais os fenômenos imbricados se inter-relacionam (BECKER, 1999, p.68).

Para a elaboração desta dissertação, optou-se por estruturá-la em sete partes, divididas em subtópicos. A primeira parte apresenta ao leitor uma introdução do assunto, a problematização, a justificativa, os fundamentos teóricos norteadores, os pressupostos, os objetivos gerais e específicos, a importância dos estudos para o campo da educação e da socioeducação. A segunda parte traz o enredo de “Capitães da Areia”, o contexto de produção da obra literária. Os subtópicos que interagem com a história dos meninos de rua de Salvador da década de trinta correlacionam a experiência relatada por Jorge Amado a alguns conceitos presentes nas teorias propostas.

Assim, o primeiro subtópico traz algumas implicações do paradigma bioecológico sugerido por Urie Bronfenbrenner (1996/2011); o segundo apresenta reflexões sobre alguns preceitos constantes na teoria da complexidade, como o princípio do holograma e os operadores do pensamento complexo. Possibilita uma articulação significativa com uma figura de linguagem presente na Literatura intitulada “metonímia”, em especial a “sinédoque”, uma extensão da metonímia que permite ilustrar como uma parte, no caso uma personagem, traz em si elementos biológicos e socioculturais do todo, aborda o princípio hologramático e o recurso da metonímia na análise das personagens. Apresenta a polidependência dos fenômenos, a importância de compreender melhor as partes que constituem o todo, como cada parte afeta e é afetada pelos entes com os quais interage. O quarto subtópico apresenta algumas sugestões de trabalho transdisciplinar com a Literatura em interface com outras áreas de conhecimento e Direitos Humanos.

A terceira parte apresenta ao leitor algumas perspectivas a respeito da educação e dos Direitos Humanos, ficou dividido em cinco subtópicos. O primeiro traz reflexões sobre os avanços no campo das ciências jurídicas; O segundo discute diversos olhares para o tema dos direitos humanos no campo da educação; O terceiro considera a necessidade de repensar-se em novos direitos que sejam de fato exequíveis, haja vista o fenômeno da complexidade destes tempos, das possibilidades reais de implementação da legislação e o

cenário do sistema socioeducativo e prisional brasileiro. O quarto subtópico situa historicamente a situação das crianças abandonadas desde a roda dos expostos ou casa da roda, até as atuais instituições de acolhimento e internamento. O quinto aborda a arquitetura socioeducativa no contexto histórico.

A quarta parte explicita o delineamento metodológico utilizado para os estudos propostos nesta dissertação. Propõe comparações entre os textos redigidos hoje e os presentes no romance, bem como correlações entre suas concepções e alguns conceitos presentes na proposta bioecológica e no paradigma da complexidade. Discorre sobre os fundamentos teórico-metodológicos, os instrumentos para a coleta de dados, os procedimentos éticos adotados, a seleção dos participantes, os critérios de inclusão e exclusão e procedimentos de análise e interpretação dos dados.

A quinta parte traz os resultados e reflexões suscitadas. Também foi dividido em subtópicos. Apresenta tabelas comparativas entre as percepções dos personagens e dos participantes no contexto atual. O primeiro faz uma análise breve dos microssistemas de atuação dos participantes, observados durante a realização da pesquisa. Na sequência, segue as contribuições dos participantes sequenciadas por interpretações e análises.

A sexta parte traz correlações entre os dados coletados e o paradigma Bioecológico: Processo/Pessoa/Contexto/Tempo (PCPT). Traz inferências sobre as relações entre o exossistema e a pessoa em desenvolvimento. Articula a repercussão dos diversos microssistemas que constituem o contexto de edificação das subjetividades. Analisa os reflexos do macrossistema no processo desenvolvimental e considera os efeitos do cronossistema.

Em seguida, nas Considerações Finais, são apresentadas as análises de conteúdo a partir dos textos e das falas dos participantes, buscando-se explicitar algumas divergências e convergências. Finaliza-se com as discussões reflexivas nas quais são apresentadas comparações entre os capitães da areia da década de trinta e crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade atualmente. Apresenta sucintamente as concepções contemporâneas sobre a infância e a juventude pelos participantes, aborda o papel do professor de Literatura e faz propostas interventivas para o campo da educação, da socioeducação e da rede de proteção.

## 2 O ENREDO DOS CAPITÃES DA AREIA

Nesta segunda parte há uma reflexão sobre a função psicológica, pedagógica e social do ensino da literatura como possibilidade de sensibilizar os leitores oferecendo-lhes instrumentos e signos a serem processados no plano intrapsíquico, de forma a potencializar proativamente o desenvolvimento de habilidades pró-sociais plasmadas no ato de convergir a humanidade na interação com o outro.

Apresenta-se em seguida uma breve bibliografia de Jorge Amado, o contexto de produção do romance “Capitães da Areia”, a repercussão macrossistêmica dos eventos no cenário internacional com o *Black Out* de 1929, os principais momentos históricos que configuravam alguns avanços na área dos Direitos Humanos, a caracterização das personagens do romance, a influência do exossistema e algumas correlações com os efeitos circuncêntricos da crise mundial em Curitiba (contexto da pesquisa), de acordo com publicações na mídia escrita local. Optou-se por dividir essa segunda parte em subtópicos que trazem a articulação do romance com o paradigma bioecológico, alguns conceitos da teoria da complexidade e a transdisciplinaridade entre Literatura e Direitos Humanos.

As Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná - DCEs/2008 trazem algumas reflexões sobre aspectos multidimensionais do currículo, dentre eles, não se pode perder de vista “a intenção política e a tensão constante entre seu caráter prescritivo e a prática docente” (DCE, 2008, p. 16). Salienta-se nesse documento, dentre outros aspectos referentes ao trabalho com a língua portuguesa e a literatura, que o currículo elaborado intencionalmente para orientar a prática formativa e interventiva, deve configurar à prática docente e se vincular às teorias críticas. Outrossim, precisa estar vinculado às subjetividades e às vivências concretas experienciadas pelo educando, porém em sua dimensão epistemológica, deve primar por oferecer ao educando “a formação necessária para o enfrentamento com vistas à transformação da realidade social, econômica e política de seu tempo. Esta ambição remete às reflexões de Gramsci em sua defesa de uma educação na qual o espaço de conhecimento, na escola, deveria equivaler à ideia de atelier-biblioteca-oficina, em favor de uma formação, a um só tempo, humanista e tecnológica” (ibidem, p. 20).



A Literatura se constitui, juntamente com a leitura, em um dos eixos estruturantes considerados como delineadores do trabalho da disciplina de Língua Portuguesa na educação básica, tal qual previsto nas DCE/PR, ao considerar o ensino da literatura a partir de três eixos: a oralidade, a escrita e a leitura.

No segundo capítulo das diretrizes, destinado aos fundamentos teórico-metodológicos, após apresentarem-se propostas sobre a prática discursiva a partir dos eixos mencionados, ao definir a função da literatura recorre-se a Candido (1972), quando infere que a literatura pode ser considerada como arte transformadora e humanizadora do homem e da sociedade, na medida em que vise a cumprir três funções elementares: a psicológica, a formadora e a social. “A primeira, função psicológica, permite ao homem a fuga da realidade, mergulhando num mundo de fantasias, o que lhe possibilita momentos de reflexão, identificação e catarse”. A segunda se refere à formação do sujeito, pois ao contatar diferentes formas de vivenciar o e no mundo, aguça-lhe a percepção sobre *realidades não reveladas* “pela ideologia dominante”. A *função social, por sua vez, é a forma como a* “literatura retrata os diversos segmentos da sociedade, é a representação social e humana”. (DCE, 2006, p. 57).

O romance “Capitães da Areia” é considerado de cunho realista e socialista, de engajamento político e social, no qual se expressam as ideias marxistas de Jorge Amado que foi filiado ao Partido Comunista Brasileiro/ PCB. Seu ideal político ganha expressão na personagem de Pedro Bala, cujas ações delineiam a linha condutora que atribui coesão aos diversos cenários que vão se intertecendo ao longo das narrativas. A realidade dos meninos de rua de Salvador é retratada a partir das percepções críticas e revolucionárias do autor a partir do contexto no qual erigiu sua subjetividade. O escritor baiano passou a infância em Ilhéus, nasceu em 1912, na cidade de Itabuna, Bahia e faleceu em 2001 em Salvador. Formou-se em bacharelado na área de Ciências Jurídicas e Sociais. Elegeu-se deputado federal em 1945, pelo PCB.

Jorge Amado teve sua obra literária dividida em três fases. Produziu várias obras que ilustram a cultura brasileira, dentre elas, “Capitães da Areia (1937)”, “Suor (1934)”, pertencentes à primeira fase, na qual há o predomínio das preocupações políticas e sociais. A segunda fase traz o ciclo do cacau como em “Terras do sem fim (1943)” e “São Jorge do Ilhéus (1944)”; a terceira

se volta para explorar a sensualidade feminina com notável lirismo artístico e poético, elementos verificáveis em “Dona Flor e seus Dois Maridos (1966)”, “Tieta do Agreste (1977)”. Segundo os críticos e pesquisadores, Jorge Amado é o romancista brasileiro traduzido num maior número de línguas ao redor do mundo, aproximadamente 50 idiomas e publicado em 55 países. Márcia Pimentel, por ocasião do centenário do escritor, assim infere:

[...] Há certo consenso de que Jorge Amado foi o autor que mais impactou a formação de imagens sobre o Brasil durante o século XX. Seus livros, além de muito vendidos em dezenas de países, foram adaptados para o cinema, teatro, televisão e até mesmo balé e novelas radiofônicas. Por sua importância em nosso imaginário, neste ano do centenário de seu nascimento, o portal da MultiRio apresenta uma série especial de reportagens sobre a obra e a trajetória do polêmico escritor, que ocupou a Cadeira 23 da Academia Brasileira de Letras entre 1961 e 2001, quando faleceu. A militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB), pelo qual foi eleito deputado constituinte em 1946, o posterior rompimento com o partido, as referências e as características estéticas, as diferentes visões sobre sua obra são algumas das questões abordadas. (PIMENTEL, 2013, p. 02)

O crítico José Castello (1998) ressalta que Jorge Amado em suas obras traduz as cores presentes na diversidade etnicorracial e no sensualismo. Traz para reflexão o processo de miscigenação e o sincretismo religioso. A fibra e os aspectos culturais brasileiros levam os leitores à reinvenção do Brasil. O escritor ilustra os ideais comunistas e revolucionários na luta por um país socialista na experiência de vida de seus personagens e especialmente em Pedro Bala, líder do grupo de meninos que moravam debaixo do trapiche, filho de um grevista morto no cais. Embora tenha perdido o pai aos cinco anos de idade, pode-se refletir o quanto o exossistema contribuiu para a construção dos esquemas representativos na infância do líder do grupo de capitães, conforme será abordado pormenorizadamente mais adiante.

O romance se circunscreve na segunda fase do Modernismo Brasileiro. As principais características desta segunda geração traz os reflexos da Semana de Arte Moderna, na qual após alguns conflitos artísticos culturais nos quais o músico Heitor Vila Lobos dentre outros poetas foram veementemente vaiados, fator que desencadeia alguns manifestos como o Pau-Brasil, Antropofágico, Verde-Amarelo e Anta, bem como o lançamento das revistas Klaxon e a de Antropofagia. A Revolução de Trinta contribui para intensificar a

estética regionalista e a onda de publicações dos movimentos artísticos e literários desta geração.

No início do romance, o <sup>5</sup>narrador onisciente intruso explicita pensamentos e sentimentos das personagens, explica e ilustra a possibilidade de um trabalho reflexivo com a Literatura. Isto permite ao leitor compreender as causas pelas quais os capitães de areia vão construindo um repertório comportamental, viabilizado pelas condições adversas do meio no qual constituem gradativamente suas subjetividades, bem como a forma como a sociedade regulamentada por normas jurídicas lidam com os conflitos gerados pelas desigualdades.

A primeira parte apresenta um título um tanto extenso e já pode provocar no leitor uma série de inferências: “Crianças ladronas – As aventuras sinistras dos ‘Capitães da areia’ – a cidade infestada por crianças que vivem do furto – urge uma providência do juiz de menores e do chefe de polícia – ontem houve mais um assalto”. O narrador em terceira pessoa inicia este capítulo com um repertório linguístico que de imediato remete a um texto jornalístico e suscita um jogo mimético de reflexão sobre em que medida se trata de ficção e/ou realidade, dada a verossimilhança com o modelo jornalístico da época. *Reportagem publicada no Jornal da Tarde, na página de “Fatos Policiais”, chamando a atenção para a precocidade com a qual essas crianças iniciaram na tenebrosa carreira do crime, “não têm moradia certa ou pelo menos a sua moradia ainda não foi localizada. Como também ainda não foi localizado o local onde escondem o produto dos seus assaltos, que se tornam diários, fazendo jus a uma imediata providência do Juiz de Menores”.*

Assim, a relação dos meninos de rua com a expressão utilizada para identificá-los “capitães da areia” se deve ao contexto do local onde os fatos acontecem, o areal de Salvador, onde ancoravam em décadas anteriores os navios negreiros com escravizados para a comercialização. O narrador esclarece ao leitor que a referência dos meninos abandonados é o cais, o *quartel-general*. As crianças são assim descritas ao leitor:

Esse bando que vive da rapina se compõe pelo que se sabe de um número superior a 100 crianças das mais diversas idades, indo desde os oito aos 16 anos.

---

<sup>5</sup>Narrador Onisciente Intruso se refere àquele que não só narra o visível dos acontecimentos, mas também o que sentem e pensam as personagens.

Crianças que, naturalmente devido ao desprezo dado à sua educação por pais pouco servidos de sentimentos cristãos, se entregaram no verdor dos anos a uma vida criminosa. (...) E têm por comandante um mascote dos seus 14 anos, que é o mais terrível de todos, não só ladrão, como já autor de um crime de ferimentos graves, praticado na tarde de ontem. Infelizmente a identidade deste chefe é desconhecida. (AMADO, 1937, p.14)

O líder do grupo é Pedro Bala, um menino que já traz no rosto a marcas da violência e das violações que simboliza a cultura das crianças abandonadas que viviam na década de trinta, uma cicatriz feita com um corte de navalha pelo antigo chefe, o caboclo Raimundo. O apelido “Bala” se refere à rapidez e agilidade do garoto em suas ações na luta diária pela sobrevivência não somente de si próprio, mas dos demais meninos de rua em número crescente que vai acolhendo sob sua responsabilidade. Numa noite quando Raimundo quis bater no negrinho Barandão, Bala considerou injusto e comprou a briga. Após sair derrotado, Raimundo sai pelo mundo afora.

Não durou muito na chefia o caboclo Raimundo. Pedro Bala era muito mais ativo, sabia planejar os trabalhos, sabia tratar com os outros, trazia nos olhos e na voz a autoridade de chefe. Um dia brigaram. A desgraça de Raimundo foi puxar uma navalha e cortar o rosto de Pedro, um talho que ficou para o resto da vida. Os outros se meteram e como Pedro estava desarmado deram razão a ele e ficaram esperando a revanche, que não tardou. Uma noite, quando Raimundo quis surrar Barandão, Pedro tomou as dores do negrinho e rolaram na luta mais sensacional a que as areias do cais jamais assistiram. Raimundo era mais alto e mais velho. Porém Pedro Bala, o cabelo loiro voando, a cicatriz vermelha no rosto, era de uma agilidade espantosa e desde esse dia Raimundo deixou não só a chefia dos Capitães da Areia, como o próprio areal. Engajou tempos depois num navio.

Todos reconheceram os direitos de Pedro Bala à chefia, e foi desta época que a cidade começou a ouvir falar nos Capitães da Areia, crianças abandonadas que viviam do furto. Nunca ninguém soube o número exato de meninos que assim viviam. Eram bem uns cem e destes mais de quarenta dormiam nas ruínas do velho trapiche.

Vestidos de farrapos, sujos, semi-esfomeados, agressivos, soltando palavrões e fumando pontas de cigarro, eram, em verdade, os donos da cidade, os que a conheciam totalmente, os que totalmente a amavam, os seus poetas (*Ibidem*, 1937, p. 22).

O pai conhecido como Loiro era sindicalista junto com estivador João de Adão, robusto e forte, fora morto por um policial em um dos movimentos que liderava em luta por direitos trabalhistas. Pedro Bala não tem notícia da mãe.

“Barandão passou a ocupar o posto de líder sucessor de Bala quando ele resolveu partir para a militância por justiça junto aos Índios Maloqueiros de Aracaju”, para organizá-los enquanto movimento social. O Padre José Pedro e a mãe de Santo D’ Aninha ajudam os meninos de rua em suas necessidades sempre que possível.

O mulato sertanejo Volta-Seca idealiza um dia entrar pro bando de Lampião, a quem chama de padrinho. O negro João Grande, como o próprio nome sugere, é alto e forte, procura sempre proteger as crianças menores do sadismo dos maiores. O pescador Querido-de-Deus desenvolveu habilidades com a arte da capoeira e dissemina o engenho e as técnicas da capoeira aos demais meninos do grupo. Pirulito acaba se convertendo pelos ensinamentos religiosos de padre José Pedro.

Professor sabe ler e pintar, sempre lê para os demais garotos. Também se apresenta bastante astucioso no planejamento dos assaltos. Vai ao Rio de Janeiro em busca de oportunidades como artista. Gato tem a ginga da malandragem carioca, conquista Dalva e se torna uma espécie de gigolô. Sem-Pernas sofre nas mãos dos policiais certa vez quando vai preso, sadismo seria a palavra adequada para ilustrar as atrocidades que fazem com o garoto coxo quando cai em cana. As marcas traumáticas de momentos tão horripilantes o fazem cometer suicídio ao invés de se entregar à polícia. Sofre muito quando percebe que Almiro, um moleque que foi acometido pela doença da varíola, está prestes a ser levado ao lazareto, de onde não mais voltaria.

As figuras femininas que aparecem no romance são Dora, Dalva e D’Aninha. A primeira fora acolhida pelo grupo logo após sua mãe morrer de bexiga – varíola. Dora e seu irmão Zé Fuinha são apresentados no capítulo intitulado “Filha de Bexiguento”. O nome de Dora é contemplado em outros dois capítulos que trazem o título de “Dora, mãe” e “Dora irmã e noiva”. Dalva era uma prostituta que vivia sendo enganada por um amante, trocada por outra, acaba cedendo aos gingados malandros de Gato, que se torna seu cafetão. O sincretismo religioso é contemplado por meio da religiosidade expressa no capítulo “Aventuras de Ogum”. O orixá é preso pelos policiais e Don’Aninha pede que os capitães o recupere de volta. Bala consegue esta proeza.

O primeiro capítulo tem o título “Cartas à Redação” e traz múltiplas possibilidades de explorar aspectos sócio e psicolinguísticos que ilustram de forma elucidativa como é possível, por meio da análise da linguagem utilizada

pelo falante, fazer deduções sobre questões socioeconômicas, históricas, regionais, de escolaridade, enfim, refletir sobre a formação humana no meio físico e biopsicossocial. A sequência utilizada por Jorge Amado contribuiu para delinear os encaminhamentos metodológicos para a realização destes estudos.

A análise do discurso permite ao interlocutor inferir o *background* do emissor, enquanto sujeito heteroglóssico porque constituído de várias e polissêmicas vozes com as quais vai interagindo desde o nascimento e co-construindo a própria enciclopédia individual num processo inter-semiótico. A heteroglossia discursiva fica evidente nas várias cartas que são escritas ao *Senhor Diretor do Jornal da Tarde*, tais como a carta do secretário do chefe de polícia, do doutor juiz de menores, de uma mãe costureira desabafando como é a vida no reformatório, pois seu filho lá esteve e ela suplica que alguém olhe para a maneira como o reformatório reforma o menino ao meio social:

“Eu queria que seu jornal mandasse uma pessoa ver o tal do reformatório para ver como são tratados os filhos dos pobres que têm a desgraça de cair nas mãos daqueles guardas sem alma. Meu filho Alonso teve lá seis meses e se eu não arranjasse tirar ele daquele inferno em vida, não sei se o desgraçado viveria mais seis meses” (*ibidem*, 1937, p.16).

A essa carta da mãe costureira, Senhora Maria Richardina sucedem-se outras cartas debatendo a situação do Reformatório e o papel desempenhado pelos operadores do direito e demais atores sociais presentes no romance. As demais cartas à redação do “Jornal da Tarde” também se constituem num rico material para um trabalho reflexivo sobre os processos de ressocialização nos dias atuais, conforme será discutido mais adiante.

Se o “Jornal da Tarde” trazia notícias e reportagens semelhantes a que fora aqui abordada, a Gazeta do Povo, jornal de grande circulação na cidade de Curitiba, contexto de pesquisa desta dissertação, não deixava muito a desejar em termos de notícias que abordavam a situação desamparada de crianças abandonadas. De acordo com Fernandes e Santos (2010, p. 34), em “Todo dia nunca é igual – Notícias que a vida contou em 90 anos de circulação da Gazeta do Povo”, o jornal impresso era e continua até os dias atuais sendo “um sismógrafo, que jamais deixou de sintonizar no *zeitgeist* (espírito do tempo)”. [...] “E os movimentos iniciais de 1930, mesmo que em pequenas gotas, notas e breves relatos que fossem já denunciavam uma fratura que macularia o tecido social”, (p. 34), a saber:

No dia 24 de abril de 1930, Curitiba era apresentada nas páginas da Gazeta do Povo como o “Hotel das Estrellas”, devido ao aumento de pessoas que dormiam a céu aberto. ‘Não é difícil justificar-se o fato de aumentar, de dia para dia, o número dos que, não dispondo de um teto onde se abrigar, dormem ao relento ou nos bancos de praça ou sentados na soleira d’alguma porta’, dizia o texto.

Percebe-se nas considerações dos jornalistas a interação reflexiva entre os sistemas, do crono-, macro-, meso-, exo- ao microssistema. Os efeitos da queda da bolsa em Nova York foram avassaladores também no contexto curitibano. No dia primeiro de fevereiro de 1939, a capa do jornal “Gazeta do Povo”, com circulação no Estado do Paraná, trazia uma declaração antissemítica do chanceler de Hitler. Tratava-se de uma profecia, ao afirmar que “Nenhum judeu ficará sobre a terra”. (Fernandes e Santos, 2010, p. 37).

O jornal anunciava que a Europa se encontrava em chamas. “Nos mares e nos ares, o mundo sentia os efeitos do conflito”. (id, p. 38) Na terra, a situação não era menos complexa. Havia *blackout* em diversos pontos do planeta, e Curitiba não estava de fora do mapa mundial. “Estampada na capa da Gazeta do Povo, mais uma Manchete”:

*Black out em Curitiba*” - Nos tempos de guerra, todo cuidado era pouco. Na capital paranaense as luzes eram apagadas durante algumas noites. Os sinos das igrejas indicavam que era o momento do *blackout*. De repente, aviões poderiam bombardear Curitiba (id).

O Brasil vivencia na década de trinta os efeitos da queda da Bolsa de Nova York em 1929, que foram avassaladores e se refletiram em todos os demais sistemas nos quais as formas de existência se edificam. Após considerações sobre as reportagens que traziam notícias de suicídios neste período, importa mencionar que “durante a guerra, muitos curitibanos, se não morriam vítimas de bombardeios, davam fim à própria existência de maneira trágica. Diferentemente de hoje, que não se publicam notícias a respeito de suicídios, nas décadas de 1930, 1940 e 1950 era mais do que comum os jornais veicularem essas ocorrências” (id. p. 40).

Devido ao período conturbado dos conflitos que originaram as duas grandes guerras, o desenho do cenário internacional trazia algumas alterações rumo à luta e defesa por Direitos Humanos. A promoção dos direitos humanos implica o reconhecimento de que, primeiramente, o cidadão precisa ultrapassar o individualismo egocêntrico e aprender a pensar no bem-estar social, em atitudes politizadas de pro-sociabilidade para exercer a cidadania.

É imperioso lembrar que o homem é um animal político e portanto social, para minimizar a visão estereotipada e estigmatizada com a qual intencionalmente muitas vezes se veicula na mídia de massas concepções deturpadas a respeito do significado da palavra política. Loos e Sant'Ana em inferências sobre a necessidade de se investir em todas as ações humanas, bem como na pesquisa científica, consideram a alteridade e a virtude a essência da política. Retomam o conceito de política, do grego *politiké*, para se referir ao conjunto de técnicas utilizadas pelo Estado, por meio de representantes políticos eleitos, para exercer a gestão da administração pública. Em sua composição morfológica parassintética, política se constitui de *pólis* e *ethikós*:

[...]em que a primeira digna a ideia de cidade (sociedade humana), que é onde e como a vida dos humanos se faz; e a segunda é a que dá origem à palavra, tão conhecida, 'ética', que nos direciona a base de fundamento ético, base de princípios para as atividades e relações humanas, ou seja, a base da moral. Sobre a ética e a moral, é importante lembrar que ambos os termos têm equivalência em essência: o primeiro vem do grego *ethos*, que significa 'casa, lar, habitação'; e o segundo do latim *moraalis*, que é do mesmo grupo etimológico de *moraatus*, que é 'morada'. Essa essência diz respeito à intenção de fundamentar a existência, a morada da espécie humana em bases além da concretude da realidade (ontológicas, portanto): aos motivos que fazem a identidade humana como espécie antes de tudo social – até mesmo antes de se poder dizer animal racional ( *homo sapiens* ) - , a associação em prol do bem viver (necessário à manutenção da nossa existência)(LOOS e SANT'ANA, 2010, pp. 143, 144) .

O exercício da cidadania em prol dos direitos humanos implica reconhecer o potencial que cada indivíduo tem de intensificar as forças necessárias para a edificação interativa do Estado Democrático de Direito, compreendido em suas relações conceituais como busca efetiva da garantia dos direitos e do respeito à proteção das liberdades civis fundamentadas no princípio da dignidade da pessoa humana. É preciso fazer compreender que se



vive em meio a um coletivo de pessoas que também precisam ter uma condição digna de existência, de que todos e todas precisam ser tratados com solidariedade, respeito, urbanidade, dignidade. “Uma sociedade só é sólida se tem como pedra basilar a garantia dos direitos e liberdades fundamentais do cidadão”<sup>6</sup>(BEMBE, 2014).

Ao pesquisar a linha do tempo dos Direitos Humanos no período de elaboração do romance, verifica-se que entre 1930 e 1937, o site de Direitos Humanos na *net* DHNET, menciona a “Campanha de Gandhi contra o imposto sobre o sal (“Marcha para o Mar”) na Índia colonizada”. Em 1931, promoveu-se o evento conhecido com “Encíclica Quadragésimo Anno “No quadragésimo ano” - Sobre a Reconstrução da Ordem Social, de Pio IX “. Em 1932 houve a Abolição da Pena de Morte na Espanha – Re-introduzida em 1934 e novamente abolida em 1978.<sup>7</sup>

Em 1933, Convenção Internacional relativa à repressão do tráfico de mulheres. Ano em que “O Incêndio parlamento alemão inaugura a escalada ditatorial de Hitler. O atentado, ordenado por Goering é imputado ao secretário-geral da Internacional Comunista, o operário búlgaro George Dimitrov é preso junto com 5 mil comunistas alemães”. Também “O primeiro campo de concentração da Alemanha nazista, Oraninenburg. Os primeiros prisioneiros são comunistas”. Ainda este ano se realizou a “Convenção para a Supressão do Tráfico de Mulheres Maiores” e o “Protocolo de Emenda da Convenção para Repressão”. O ano de publicação da obra culminou com Bombardeio nazista destrói a cidade de Guernica, 248 vítimas civis (*id.*; DHNET). Em maio, Picasso pinta Guernica, símbolo da Espanha republicana. Em 1937 ocorreu a Abolição da Escravidão em Bahrein.

No Brasil, elabora-se neste ano a Constituição de 1937, cujo objetivo se fundamentara especialmente no fortalecimento das relações entre os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário com demais esferas governamentais. Até mesmo leis consideradas inconstitucionais foram validadas pelo Presidente altamente repressor e anti-democrático, violador do

---

<sup>6</sup> Disponível em: [http://www.portalangop.co.ao/angola/pt\\_pt/noticias/politica/2014/9/40/Angola-Solidez-das-sociedades-passa-pela-garantia-dos-direitos-humanos.html](http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2014/9/40/Angola-Solidez-das-sociedades-passa-pela-garantia-dos-direitos-humanos.html) (Acesso em 01 de dezembro de 2014).

<sup>7</sup> DHNET. **História dos Direitos Humanos no Brasil Linha do Tempo dos Direitos Humanos.** Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/tempo/tempo\\_mundo.htm#19391930](http://www.dhnet.org.br/tempo/tempo_mundo.htm#19391930) (Acesso em 09 e Julho de 2014).

direito à liberdade de ir e vir, de expressão, de reunião, dentre outras garantias individuais (HERKENHOFF, 1994, p. 78).

Essa atitude política ditatorial explica os motivos pelos quais inúmeros exemplares da obra “Capitães da Areia” foram queimados em praça pública. A tentativa de silenciar as vozes marginalizadas dos meninos que viviam nas ruas de Salvador, de abafar a situação caótica da saúde pública no Brasil quando milhares de pessoas foram confinadas em lazaretos para que morressem sem atendimento médico, sem as mínimas condições de cura. O romance provocava uma reflexão sobre o papel do Estado na proteção do desenvolvimento de crianças que viviam a angústia da falta de cuidados por parte de um familiar, de um protetor, da sensação desesperadora de insegurança com relação a ter ou não o que comer e beber, da famigerada carência do afeto humano por parte de referenciais confiáveis com convivência duradoura.

Esses períodos históricos foram mencionados por se referir ao contexto no qual o escritor Jorge Amado escreve seu romance, cuja releitura nessa dissertação se propôs fazê-la à luz dos Direitos Humanos, construídos historicamente, a partir das demandas do homem em cada momento de sua existência.

Neste etapa, fez-se uma síntese do contexto internacional e nacional, que contribuíram para que o escritor Jorge Amado elaborasse o romance, bem como um breve resumo de “Capitães da Areia”. Ficaram lacunas a serem preenchidas pelo leitor, algumas talvez nos próximos capítulos e subtópicos, outras quem sabe a partir da leitura do romance na íntegra. Mencionou-se alguns conceitos como “exossistema” e “macrossistema”, presentes na proposta da Bioecologia do Desenvolvimento Humano, feitas pelo psicólogo do desenvolvimento humano Urie Bronfenbrenner (2011), a serem apresentadas com um pouco mais de aprofundamento no próximo subtópico.

## **2.1 As implicações bioecológicas**

Ao abordar sobre o que é desenvolvimento humano, quais as influências do meio ambiente nos quais as pessoas interagem e transitam ecologicamente, na medida em que afetam o ambiente no qual se inserem e são por este ambiente afetadas, Bronfenbrenner (1996), considera que:

[...] O termo desenvolvimento se refere à estabilidade e mudanças nas características biopsicológicas dos seres humanos durante o curso de vida, e através de gerações. O ambiente ecológico compreende uma situação imediata, as intercorrelações entre os ambientes pelos quais os sujeitos epistêmicos transitam e as influências externas. [...] o processo através do qual a pessoa desenvolve adquire uma concepção mais ampliada, diferenciada e válida do meio ambiente ecológico, e se torna mais motivada e mais capaz de se envolver em atividades que revelam suas propriedades, sustentam ou restituíram aquele ambiente em níveis de complexidade semelhante ou maior de forma e conteúdo. (BRONFENBRENNER, 1996, p. 5).

Para esclarecer sua investigação bioecossistêmica, o autor apresenta uma teoria dos sistemas ecológicos como paradigmas de uma proposta pedagógica, na qual se identificam quatro níveis de influência ambiental, que formam um conjunto de estruturas seriadas, a saber, o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema. (BRONFENBRENNER, 1995). As relações entre a pessoa, o processo e o contexto foram amplamente abordadas em sua teoria ecológica (1977, 1989, 1996). O *microsistema* se refere ao ambiente e todos os multicondicionantes implicados neste espaço, dentro do qual o indivíduo atua, interage diretamente, em um determinado momento de sua vida. Define *microsistema* como “o complexo de relações entre a pessoa em desenvolvimento e o ambiente imediato no qual ela está contida” (BRONFENBRENNER, 1977, p. 515).

Dessa forma, as pessoas constroem uma representação semiótica dos fenômenos da existência humana a partir de onde vivenciam sua experiência de vida. No caso do microsistema dos meninos de rua de Salvador, pode-se pensar não na família a partir do espectro da consanguinidade dos laços, mas na família entrelaçada no trapiche, nos bares que frequentavam, nas docas, na casa da mãe de Santo Don' Aninha, nas ruas e esquinas onde coabitavam, enfim, toda a zona do areal do cais da cidade da Bahia. Embora não frequentassem a igreja, havia a presença do Padre José Pedro, cujos ensinamentos constituíam o *exossistema* de representações espirituais de bondade e solidariedade que chegavam aos meninos por meio não somente das palavras sábias, mas em especial das atitudes do padre.

O *mesossistema* se constitui dos diversos *microsistemas* e se refere “às inter-relações de vários ambientes nos quais a pessoa em desenvolvimento está inserida”. (*id*, p. 515). Por *exossistema* considera os ambientes nos quais

a pessoa em desenvolvimento não está diretamente inserida, pessoas que neles transitam e que não se conhece, locais onde raramente ou nunca se frequenta e não raro sequer é conhecido, tais como o local de trabalho dos familiares, dos pais dos colegas, e que, mesmo sem a presença física e a interação social interfere nos relacionamentos interpessoais e na formação mútua dos envolvidos, num processo de bidirecionalidade. O micro, meso e exossistema estão inseridos em um *macrossistema*, que se constitui da cultura, das macroinstituições como os governos, do conjunto de costumes, valores e crenças, de ideologias, substratos edificadas na arquitetura societal de uma determinada cultura ou subcultura.

Muito bem apresentou Bronfenbrenner a metáfora das bonequinhas russas para representar a teoria dos sistemas. Quatro bonecas estão dispostas uma encaixada dentro da outra, apresentam idênticas características, exemplificando que na sociedade os sistemas estão interligados e se refletem nos sujeitos que se constroem. Uma bonequinha ilustra um dos sistemas. Reflete-se na outra e a influencia reciprocamente, interafetando-se não somente no contexto imediato de atuação, mas também interferindo na confluência de fatores provocados pela dinâmica do *meso*, *exo*, e *macrossistema*.

FIGURA 1 – BONEQUINHAS RUSSAS



As bonequinhas apresentam as mesmas características físicas, são idênticas na estrutura física, diferenciadas pelo tamanho. Uma se reflete perfeita e harmoniosamente na outra, consideradas as mesmas dimensões no formato. Trata-se de uma metáfora para ilustrar que as estruturas concêntricas se encaixam uma nas outras.

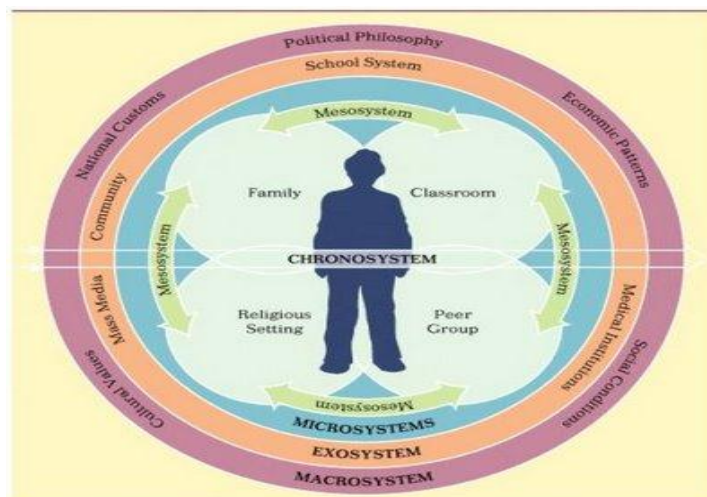
FONTE: Disponível em:

[http://0901.static.prezi.com/preview/sro67pg2yfvwnmo6ja5sjsijuqadw6rhlm5vs2oll757hbaoxlq\\_0\\_0.png](http://0901.static.prezi.com/preview/sro67pg2yfvwnmo6ja5sjsijuqadw6rhlm5vs2oll757hbaoxlq_0_0.png)

Em proposições publicadas antes da Bioecologia, o autor havia redigido a *Ecologia do Desenvolvimento Humano* (1979). Reflete sobre a dinâmica das relações entre a pessoa em desenvolvimento, considera o processo

desenvolvimental tendo em vista as características herdadas geneticamente da pessoa, os elementos biopsicológicos, a força das relações com o ambiente para impulsionar certas atividades e dos processos proximais. As demandas existentes correlacionadas aos atributos da pessoa que podem estimular a certas ações ou inibi-las, os recursos internos e externos interagentes, que podem ser favoráveis ao desenvolvimento ou não, o contexto imediato e a repercussão do *meso*, *exo*, *macrossistema*. Tempos após, ao reelaborar as reflexões, Bronfenbrenner(1996) insere o *cronossistema*. Este último passou a ser considerado de maneira mais aprofundada posteriormente quando percebe a necessidade de correlacionar de forma mais contundente e integradora elementos pertinentes à conjuntura temporal.

FIGURA 2 – OS SISTEMAS DE BRONFENBRENNER



FONTE: <http://geopolicraticus.files.wordpress.com/2011/01/bronfenbrenner-theory-of-ecology>.

A figura geométrica ilustra o paradigma bioecológico por meio de um círculo no qual se circunscreve a ideia simétrica da equação que constitui a pessoa em desenvolvimento. No centro, um ser humano cujo desenvolvimento é constituído por meio da família no primeiro quadrante, a sala de aula no segundo quadrante, a religião no terceiro quadrante e o “*peer group*”, grupo de pares no quarto quadrante. O mesossistema aparece escrito no interior das setas bidirecionais, intensificando a força das relações da pessoa com os microsistemas.

A circunferência que apresenta o exossistema traz como exemplos o sistema educativo, a comunidade, o *mass média* e o sistema de saúde *Medical*

*Institution.* Essas instituições e o respectivo funcionamento interferem e afetam no desenvolvimento humano em um determinado tempo da existência, este tempo precisa ser pensado numa perspectiva multidimensional, na qual estão implicados o tempo interno de maturação cognitiva e psicológica do sujeito, o tempo externo no qual todas as relações entre os períodos históricos influenciam a dimensão geográfica, política, econômica, do global para o local e vice-versa, constituindo o macrossistema, representado na cor bordô, circularizado pelas condições sociais, pelos valores culturais, costumes nacionais, por padrões econômicos e pela filosofia política.

Alguns anos após a publicação da “Ecologia do Desenvolvimento Humano” (1979), o autor ressignifica o paradigma ecológico e lança a “Bioecologia do Desenvolvimento Humano” (1996), no qual considera também o Cronossistema. Por microssistemas pode-se incluir a creche, o jardim de infância, a escola, a igreja, a casa dos colegas, dos familiares, os ambientes com os quais são estabelecidos processos proximais, norteadores do pensamento influenciado mutuamente pelas pessoas no ato interativo que se interafetam reciprocamente numa relação de bidirecionalidade, pois todos se desenvolvem e transitam ecologicamente promovendo modificações inter e intrapsíquicas num determinado espaço físico e temporal histórico, sociocultural, geográfico e subjetivo. A partir destes *processos proximais*, vão se consolidando outras estruturas interpessoais formando-se díades, tríades, tétrades e assim sucessivamente.

A díade pode ser analisada sob três perspectivas: *observacional*, quando a atividade desempenhada pelo outro sensibiliza e desperta a curiosidade de quem está observando cuidadosamente e este interesse é reconhecido por quem está praticando a ação. A *díade de atividade conjunta* ocorre quando duas pessoas tomam ciência de estarem realizando juntas algumas atividades. Por *díade primária* se entende o processo no qual ainda que duas pessoas muito próximas uma da outra não estejam ocupando o mesmo espaço fisicamente, a influência de uma sobre a outra e vice-versa continua imperando fenomenologicamente, ideologicamente (MARTINS; SZYMANSKI, 2013, p. 06).

Em se relacionando o conceito de díade aos laços construídos entre os “Capitães da Areia”, fica elucidada a fraternidade e o senso de pertencimento ao grupo de meninos de rua na atitude de muitas personagens. O *Sem-Pernas*

é um dos meninos que não consegue ficar feliz mesmo estando rodeado pelos carinhos de sua nova mãe. Ao ingressar na mansão que será alvo do próximo assalto do grupo, após terem minuciosamente planejado como seria a ação infratora, logo *Sem-Pernas* percebe que aquela senhora bondosa que o acolheu, vê nele a possibilidade de vivenciar novamente o papel de mãe, já que um filho de idade igual tinha morrido. *Sem-Pernas* nunca tivera uma família. Vivia com um padrinho de quem muito apanhava.

Queria alegria, uma mão que o acarinhasse, alguém que com muito amor o fizesse esquecer o defeito físico e os muitos anos (talvez tivessem sido apenas meses ou semanas, mas para ele seriam sempre longos anos) que vivera sozinho nas ruas da cidade, hostilizado pelos homens que passavam empurrados pelos guardas, surrado pelos moleques maiores. Fugiu logo que pôde compreender que a fuga o libertaria. Sofreu fome, um dia levaram-no preso. Ele quer um carinho, u' a mão que passe sobre os seus olhos e faça com que ele possa se esquecer daquela noite na cadeia, quando os soldados bêbados o fizeram correr com sua perna coxa em volta de uma saleta. Em cada canto estava com uma borracha comprida. As marcas que ficaram nas suas costas desapareceram. Mas de dentro dele nunca desapareceu a dor daquela hora. Corria na saleta como um animal perseguido por outros mais fortes. A perna coxa se recusava a ajudá-lo. E a borracha zunia nas suas costas quando o cansaço o fazia parar. A princípio chorou muito, depois, não sabe como, as lágrimas secaram. Certa hora, não resistiu mais, abateu-se no chão. Sangrava. Ainda hoje ouve como os soldados riam e como riu aquele homem de colete cinzento que fumava charuto. (...) Não tardou a se desatacar porque sabia como nenhum afetar uma grande dor e assim conseguir enganar senhoras, cujas casas eram depois visitadas pelo grupo já ciente de todos os lugares onde havia objetos de valor e de todos os hábitos da casa (AMADO, 1937, p. 36-37).

Ao ser apresentado ao leitor, algumas características físicas e psicológicas do garoto são descritas. Era coxo, motivo pelo qual ganhara o apelido de *Sem-Pernas*. Tinha uma voz estrídula e fanhosa, também:

O *Sem-Pernas* ria e falava alto, ria muito. Era o espião do grupo, aquele que sabia se meter na casa de uma família uma semana, passando por um bom menino perdido dos pais na imensidão agressiva da cidade. Coxo, o defeito físico valera-lhe o apelido. Mas valia-lhe também a simpatia de quantas mães de família o via humilde e tristonho, na sua porta, pedindo um pouco de comida e pousada por uma noite (AMADO, 1937 p.31).

A pobre mulher que perdera um filho de idade semelhante, com todo seu carinho maternal, sensibiliza o menino de rua e tenta fazer o melhor que pode

para que *Sem-Pernas* se sinta acolhido, oferece-lhe roupas, camas com lençóis macios e cobertores confortáveis, uma bicicleta nova, comida boa. Tenta levantar a autoestima do garoto com palavras positivas, tentando fazê-lo acreditar que é capaz de aprender e realizar quaisquer objetivos.

No entanto, ela não consegue formar uma díade com ele, pois a diferença cultural e o processo de trocas afetivas historicamente construídas ao longo da existência do menino que cresceu na rua fá-lo sentir-se fora de casa. Seu verdadeiro lar é mesmo debaixo do trapiche, e mesmo tendo acesso ao carrossel e a outras fontes de lazer tão desejadas pelos demais capitães, *Sem-Pernas* não está feliz. Sua realização humana ocorre mesmo quando está com os demais colegas do grupo, com quem compõe a díade, a tríade, a tétrade. Pode-se perceber a intensidade dos laços construídos no processo de identificação interafetiva conceituada no paradigma bioecológico como *díade primária*, na qual pessoas que coabitam o mesmo espaço físico exercem influência sobre a concepção ideológica da outra reciprocamente.

As atitudes do personagem *Sem-Pernas* permitem discutir os conceitos de topofilia e terrofilia. Este denota a percepção da territorialidade, da construção da identidade e seu respectivo reconhecimento a partir de um determinado território no qual as representações inter-semióticas são (re)construídas a cada nova experiência de vida. Ainda que *Sem-Pernas* seja acolhido por alguém que tente amá-lo e tratá-lo como um filho, os laços construídos com os meninos de rua são muito intensos, suas raízes estão aprofundadas no seio do lar no qual compartilha de uma existência semelhante aos seus “iguais”. O *Sem-Pernas* ilustra a ideia do autóctone que se reconhece como um ser enraizado no meio dos Capitães da Areia, seu território de existência topofílica é o trapiche e neste ambiente percebe sua identidade.

A topofilia remete aos laços afetivos e familiarizantes que interferem no processo desenvolvimentista das pessoas em um determinado local, território. Trata-se do sentimento positivo com relação ao lugar no qual a pessoa constrói o senso de pertencimento. Fora deste lugar, pode-se dizer que parece haver uma sensação de um “não-eu”, pois se torna praticamente inviável o reconhecimento da própria identidade em quanto ser autóctone. De acordo com o dicionário on-line:

Autóctone, que é natural da região ou do território em que habita; aborígene, indígena; nativo. Diz-se daquilo que é natural da região onde ocorre. Originário do país em que habita



e cujos ancestrais aí sempre habitaram: os berberes são populações autóctones da África do Norte. Linguística. Diz-se da língua que primeiro foi falada num país, numa região, bem como suas particularidades. Medicina. Que se formou ou teve origem no lugar em que foi encontrado: cisto autóctone. s.m e s.f. Pessoa nativa da região ou do território em que habita; aborígene, indígena. (Etm. do grego: authócton.on, pelo latim: autochthon.onis)(DICIONÁRIO ON-LINE)<sup>8</sup>

Essa ideia se imprime intensamente em um dos personagens do romance, quando no capítulo intitulado “Vocações”, Boa-Vida já está transitando ecologicamente para novas representações de mundo, aos poucos está deixando o trapiche e a convivência com os capitães da areia, mas não consegue se desvincular completamente, volta sempre visitar os antigos e novos capitães:

Quando tiver dezenove anos já não voltará. Será um malandro completo, um daqueles mulatos que amam a Bahia acima de tudo, que fazem uma vida perfeita nas ruas da cidade. Inimigo da riqueza e do trabalho, amigo das festas, da música, do corpo das cabrochas. Malandro. Armador de fuzuês. Jogador de capoeira navalhista, ladrão quando se fizer preciso. De bom coração, como canta um abc que Boa-Vida faz acerca de outro malandro. Prometendo às cabrochas se regenerar e ir para o trabalho, sendo malandro sempre [...] Figura que os futuros Capitães da Areia amarão e admirarão [...] (*Ibidem*, p. 227).

De acordo com as pesquisadoras Koller e Narvaz, 2005, no novo Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, propõe que estudos nesta área considerem a interação sinérgica dos quatro núcleos Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (PPCT) inter-relacionados. Os estudiosos destacam que os processos proximais são considerados os motores principais do desenvolvimento. São formas particulares de interação entre o organismo e o ambiente, que operam ao longo do tempo. As atividades desenvolvidas pelas pessoas no ambiente imediato, os objetos e símbolos que norteiam as relações interacionistas contribuem para que as mesmas atividades possam continuar acontecendo mesmo sem a presença da pessoa com a qual se interatua num determinado ambiente. Define-se processos proximais a partir de cinco aspectos, a saber:

---

<sup>8</sup>

Dicionário on-line de português. Disponível em <http://www.dicio.com.br/autoctone/>

01) para que o desenvolvimento ocorra é necessário que a pessoa esteja engajada em uma atividade. 02) para ser efetiva a interação deve acontecer em uma base relativamente regular, através de períodos prolongados de tempo. 03) as atividades devem ser progressivamente mais complexas, daí a necessidade de um período estável de tempo. 04) para que os processos proximais sejam efetivos, deve haver reciprocidade entre as relações interpessoais. 05) para que a interação recíproca ocorra, os objetos e símbolos presentes no ambiente imediato devem estimular a atenção, a exploração, a manipulação e a imaginação da pessoa em desenvolvimento.[...] A maioria das pesquisas em desenvolvimento concebe as características da pessoa apenas como variáveis dependentes. Do ponto de vista do modelo bioecológico, as características da pessoa têm influência fundamental sobre a direção e o conteúdo dos processos proximais. (NARVAZ; e KOLLER, 2005, p. 58).

O processo de edificação dos Capitães da Areia vai sendo aglutinado ao contexto imediato, onde vão construindo relações de proximidade com as pessoas de convivência, as atividades desempenhadas, o período de tempo destinado a essas atividades, a frequência dessas interações, os objetos e símbolos que norteiam a relação com o mesossistema se confluem para o desenvolvimento. A força dos processos proximais demanda ainda que deve haver reciprocidade entre as partes atuantes, que crescem bidirecionalmente.

Um dos microssistemas presentes em Capitães da Areia nos é apresentado por meio da descrição do Trapiche, local onde moravam os meninos de rua de Salvador descritos no romance. Jorge Amado descreve o contexto histórico sobre a função do enorme casarão abandonado, quando inúmeros veleiros vinham *encher os porões*, por meio da força de trabalho de negros robustos e fortes oriundos da escravatura. Antes dos meninos se estabelecerem no velho casarão, o mesmo era povoado por ratos que brincavam correndo de um a outro lado, rolavam na madeira das portas monumentais, habitavam-no *como senhores exclusivos*.

### O trapiche

Sob a lua, num velho trapiche abandonado, as crianças dormem. Antigamente aqui era o mar. Nas grandes e negras pedras dos alicerces do trapiche as ondas ora se rebentavam fragorosas, ora vinham se bater mansamente. A água passava por baixo da ponte sob a qual muitas crianças repousam agora, iluminadas por uma réstia amarela de lua. Desta ponte saíram inúmeros veleiros carregados, alguns eram enormes e pintados de estranhas cores, para a aventura das travessias marítimas. Aqui vinham encher os porões e atracavam nesta ponte de tábuas, hoje comidas. (...)

Aos poucos, lentamente, a areia foi conquistando a frente do trapiche. Não mais atracaram na sua ponte os veleiros que iam partir carregados. Não mais trabalharam ali os negros musculosos que vieram da escravatura. Não mais cantou na velha ponte uma canção um marinheiro nostálgico.

A areia se estendeu muito alva em frente ao trapiche. E nunca mais encheram de fardos, de sacos, de caixões, o imenso casarão. Ficou abandonado em meio ao areal, mancha negra na brancura do cais. (...) (AMADO, 1937, p. 21).

É interessante e ao mesmo tempo impactante observar a cena na qual há a descrição de um “cachorro vagabundo” ao procurar refúgio contra o vento e a chuva. Como havia muitos ratos e o cachorro ficava ocupado a despedaçá-los, não dormiu na primeira noite. Por não ter paradeiro certo e ser um cachorro sem pouso, logo partiu em busca de *outra pousada, o escuro de uma porta, o vão de urna ponte, o corpo quente de uma cadela*. A descrição deste fragmento permite associar a condição de vida do cachorro e a dos meninos de rua. Note-se que nem o cachorro conseguiu habitar por longo tempo o casarão, pois tão logo partiu em busca de outro lugar onde pudesse considerar mais digno de viver.

Durante anos foi povoado exclusivamente pelos ratos que aí atravessavam em corridas brincalhonas, que rolam a madeira das portas monumentais, que o habitavam como senhores exclusivos. Em certa época um cachorro vagabundo o procurou como refúgio contra o vento e contra a chuva. Na primeira noite não dormiu, ocupado em despedaçar ratos que passavam na sua frente. Dormiu depois de algumas noites, ladrando à lua pela madrugada, pois grande parte do teto já ruíra e os raios da lua penetravam livremente, iluminando o assoalho de tábuas grossas. Mas aquele era um cachorro sem pouso certo e cedo partiu em busca de outra pousada, o escuro de uma porta, o vão de urna ponte, o corpo quente de uma cadela. E os ratos voltaram a dominar até que os Capitães da Areia lançaram as suas vistas para o casarão abandonado. Neste tempo a porta caíra para um lado e um do grupo, certo dia em que passeava na extensão dos seus domínios (porque toda a zona do areal do cais, como, aliás, toda a cidade da Bahia, pertence aos Capitães da Areia), entrou no trapiche. Seria bem melhor dormida que a pura areia, que as pontes dos demais trapiches onde por vezes a água subia tanto que ameaçava levá-los. E desde esta noite uma grande parte dos Capitães da Areia dormia no velho trapiche abandonado, em companhia dos ratos, sob a lua amarela. Na frente, a vastidão da areia, uma brancura sem fim. Ao longe, o mar que arrebentava no cais. Pela porta viam as luzes dos navios que entravam e saíam. Pelo teto viam o céu de estrelas, a lua que os iluminava. Logo depois transferiram para o trapiche o depósito dos objetos que o trabalho do dia lhes proporcionava. Estranhas coisas entraram então para o trapiche. Não mais estranhas, porém,

que aqueles meninos, moleques de todas as cores e de idades as mais variadas **desde** os 9 aos 16 anos, que à noite se estendiam pelo assoalho e por debaixo da ponte e dormiam, indiferentes ao vento que circundava o casarão uivando, indiferentes à chuva que muitas vezes os lavava, mas com os olhos puxados para as luzes dos navios, com os ouvidos presos às canções que vinham das embarcações (...) (*id ibidem*, 1937, p. 27).

O fato dos meninos estarem vivendo na rua os deixara indiferentes às situações climáticas, pois se habituaram à chuva e ao vento, ficavam atraídos pelas luzes dos navios e às canções que ouviam advindas dos trabalhadores marítimos. Eram moleques de todas as cores, oriundos das diversas etnias que compõem o hibridismo da nacionalidade brasileira. Perceba-se que eles dormiam em companhia dos ratos com os quais coabitavam o mesmo espaço. Na literatura, geralmente se utiliza o rato como símbolo para ilustrar a exploração do homem pelo homem.

John Steinbeck (1937) escreveu *Ratos e Homens (Of Mice and Men)*, cuja história ocorre durante a depressão americana de 1929 a 1939, período entre as duas grandes guerras. Reflete sobre a incompreensão dos eventos da existência humana que acaba por atingir e afetar a todos pois entrelaçados, produtos e produtores do meio onde coabitam, atinge independente das condições socioeconômicas. O ser humano, devido à racionalidade, indaga as inquietações diante das injustiças, dos bombardeios, das violações, os ratos não têm condições cognitivas de questionamento sobre os motivos pelos quais seus semelhantes, suas ninhadas são destruídas.

Igualmente, cabe salientar que o rato pode representar um caráter prolífero, remetendo à capacidade de proliferação imediata, tem a característica de ser esfomeado, com aptidões noturnas, implica um simbolismo de cupidez, avareza, atividade noturna e clandestina. Na psicanálise, é associado ao simbolismo fálico e anal, que o liga à noção de riquezas e dinheiro. Na Índia é a montaria do deus Ganesha e no Japão é o companheiro de Daikoku, deus da riqueza (GUEDES, 2012).

No nazismo, os judeus foram associados a ratos para intensificar o sentimento de ódio e da necessidade de eliminá-los. O filme “O judeu eterno” traz no início a voz de um narrador que relata a arquitetura da destruição. Segundo ele, o filme fora gravado nos guetos onde ficavam os judeus, estreou

em Berlim em novembro de 1940. Considera-o o ápice da campanha antissemita. Alerta para o fato de que os judeus usam uma máscara de europeu civilizado.

Em todo lugar que uma mácula surge no corpo, eles se fixam, alimentando-se do organismo em decomposição. Eles lucram com a doença do povo. Empenham-se em perpetuar toda condição patológica. Assim é na Polônia e assim foi na Alemanha. Assim os judeus se comportam através da história. Os ratos espalham a destruição à sua volta.... estragando os alimentos e a propriedade. Assim disseminam doenças...como a peste, lepra, tifo, cólera, disenteria. Covardes e cruéis, preferem andar em grandes grupos. De todos os animais, são os mais destrutivos e nocivos. Assim também são os judeus e sua mentalidade. Mas são mais perigosos quando podem ter acesso a atividades sagradas, como cultura, religião e arte, transmitindo a essas seu julgamento arrogante. A ideia nórdica de beleza, devido à natureza do judeu é incompreensível para ele... e assim permanecerá para sempre. Experimentando a pureza da arte alemã... o judeu sem raiz não tem órgão. O que ele chama de arte agrada a nervos degenerados. Precisa exalar o mau cheiro da podridão e da doença... precisa ser grotesco, perverso e patológico. Essas fantasias de mentes doentes foram mostradas aos alemães pelos judeus teóricos em arte... como revelações artísticas sublimes.<sup>9</sup>

Fica a critério de o leitor inferir qual definição inter-semiótica seria associável nas discussões sobre o símbolo do rato propostas nas páginas anteriores e quais potenciais ações de cada um podem ser efetivadas.

Pedro Bala acaba por vivenciar o exossistema pelo qual seu pai transitava ecologicamente por meio das palavras ouvidas das pessoas que o conheceram no passado, e muito o respeitavam. Trata-se de um militante que atuava nos movimentos sociais organizados para lutar pelos direitos dos trabalhadores. Em uma atuação como liderança sindical dos movimentos grevistas no porto, onde trabalhava como estivador, acabou morrendo assassinado pelos policiais. Bala tinha cinco anos na época e não conheceu sua mãe. Devido ao fascínio que Pedro Bala tem pelas histórias de seu pai e pelos ideais comunistas, pode ser considerado também um líder revolucionário comunista. O próprio Jorge Amado era adepto aos ideais comunistas, motivo pelo qual chegou a se eleger deputado pelo Partido Comunista Brasileiro.

---

<sup>9</sup>O material é um trecho do filme "O Judeu Eterno" lançado em 1940 pelos nazistas. O filme promove o ódio aos judeus, de acordo com a política racista do nazismo. Foi o auge da propaganda antissemita na Alemanha. O trecho selecionado foi retirado do filme a Arquitetura da Destruição (1989). <https://www.youtube.com/watch?v=LXtG3hs-SAc>

O exossistema pode ser verificado também na influência das histórias que o personagem Professor lia para os meninos que se reuniam constantemente em volta dele curiosos para ouvi-las:

João José, o Professor, desde o dia em que furtara um livro de histórias numa estante de uma casa da Barra, se tornara perito nestes furtos, nunca porém, vendia os livros, que ia empilhando num canto do trapiche, sob tijolos, para que os ratos não os roessem. Lia-os todos numa ânsia que era quase febre. Gostava de saber coisas e era ele quem, muitas noites, contava aos outros histórias de aventureiros, de homens do mar, de personagens heroicos e lendários, histórias que faziam aqueles olhos vivos se espicharem para o mar ou para as misteriosas ladeiras da cidade, numa ânsia de aventuras e heroísmo. João José era o único que lia correntemente entre eles e, no entanto, só estivera na escola ano e meio. Mas o treino diário de leitura despertara completamente sua imaginação e talvez fosse ele o único que tivesse uma certa consciência do heroico em suas vidas. Aquele saber, aquela vocação para contar histórias fizera-o respeitado entre os Capitães da Areia, se bem fosse franzino, magro e triste, o cabelo moreno caindo sobre os olhos apertados de míope. (...) contando aquelas histórias que lia e muitas que inventava, fazia a grande e misteriosa mágica de os transportar para mundos diversos, fazia com que os olhos vivos dos Capitães da Areia brilhassem como só brilham as estrelas da noite da Bahia.(...) Ninguém sabia, no entanto, que um dia, anos passados, seria ele quem haveria de contar em quadros que assombrariam o país a história daquelas vidas e muitas outras histórias de homens lutadores e sofredores(AMADO, 1937, p. 30).

Com relação ao macrosistema, pode-se considerar que o panorama econômico, social, cultural, histórico e principalmente político do país influenciou o escritor na construção de uma ideologia política voltada para a edificação de uma sociedade na qual não houvesse a divisão por classes sociais. A defesa pela ausência de Estado e pela desprivatização dos meios de produção, para que se tornassem públicos.

A ideologia visava a acabar com as desigualdades a fim de que todas as pessoas tivessem suas necessidades supridas. O macrosistema se funde com o exossistema e interfere na construção das estruturas cognitivas de Pedro Bala. Admira a ideia do comunismo e a pratica em suas ações. Embora não tenha interagido muito com o pai, já que este morreu assassinado por um policial em uma das manifestações grevistas, quando ele tinha apenas cinco anos de idade, também não tenha vivenciado experiências de vida das quais se lembre com maior nitidez no mesmo espaço, Pedro Bala é influenciado pelo exossistema. Torna-se adepto da ideologia preconizada no comunismo,

estabelece regras de divisão do produto dos roubos e união dos meninos de rua. Preocupa-se em suprir as necessidades vitais básicas de sobrevivência suas e dos seus semelhantes, elaborando estratégias de assaltos, aperfeiçoando-se por meio de técnicas aprendidas nos gingados da capoeira e no relacionamento com os demais capitães.

Por ora foram feitas algumas correlações entre o romance, a situação vivenciada por alguns personagens, com alguns preceitos constantes no paradigma bioecológico. As discussões seguintes primam pela interconectividade entre a teoria da complexidade, a partir do princípio hologramático e do recurso da metonímia, para verificar como essas temáticas entretecidas podem auxiliar na sensibilização e viabilizar uma releitura dos capitães da areia ontem e hoje, transversalizada pelo debate dos direitos humanos.

## **2.2 O princípio hologramático e o recurso da metonímia: Uma articulação com algumas análises das personagens**

Hogramas se constituem a partir de quando são realizados registros de determinados objetos que ao serem iluminados apropriadamente permitem ao observador aprofundar o olhar e enxergar demais conexões que contribuíram e deram origem ao objeto observado. Diferente da fotografia, que possibilita registrar as diversas intensidades da luz proveniente de uma dada cena fotografada, <sup>10</sup>os hologramas registram também a fase da radiação luminosa proveniente do objeto. Nesta fase está contida a informação sobre a posição relativa de cada ponto do objeto iluminado, permitindo reconstruir uma imagem com informação tridimensional. O Princípio hologramático, na perspectiva de Morin, é um princípio que deriva da ideia de holograma. “Um holograma é uma imagem em que cada ponto contém a quase totalidade da informação sobre o objeto representado” (MORIN, 2005, p. 302).

---

<sup>10</sup> Ciência Viva. Disponível em: <http://www.cienciaviva.pt/projectos/pulsar/hogramas.asp> (Acesso em 24 de agosto de 2013)

FIGURA 3 – HOLOGRAFIA



FONTE: [Http://reflexoesdeumprofessor.blogspot.com.br/2011/06/principio-hologramatico.html](http://reflexoesdeumprofessor.blogspot.com.br/2011/06/principio-hologramatico.html)

Para ilustrar melhor essas ideias, Morin a exemplifica com o DNA presente nas células de um ser vivo. Sabe-se que de um fio de cabelo é possível identificar a paternidade e a maternidade de um indivíduo. A célula contém a informação da totalidade do todo que a constitui. O ser humano não pode ser considerado a partir da perspectiva cartesiana quando Descartes aponta para a dualidade disjuntiva entre corpo ou *res extensa* e mente *res cogitans*. Entre o espírito, que se percebe manifestado na capacidade de pensar de um lado e a matéria, o corpo, de outro lado.

O ser humano do ponto de vista da complexidade é um todo integrado por meio de uma estrutura hologramática, na qual se considera o princípio hologrâmico: “cada célula é uma parte de um todo, mas também o todo está na parte: a totalidade do patrimônio genético está presente em cada indivíduo, enquanto todo, através de sua linguagem, sua cultura, suas normas. [...] O princípio hologramático significa que não apenas a parte está num todo, mas que o todo está inscrito, de certa maneira, na parte.” (Idem, p. 302).

Assim, cada indivíduo traz em si próprias especificidades que permitem reconhecer os contextos ecológicos com os quais interagiu ao longo de sua existência, pois se constitui de aspectos socioculturais dos ambientes nos quais erigiu sua subjetividade. Dos macros aos microssistemas, o modo de falar, o repertório comportamental, os princípios e valores co-construídos em um determinado local podem ilustrar o global no qual se edificou a subjetividade humana, “cada célula é uma parte de um todo – o organismo global –, mas também o todo está na parte: a totalidade do patrimônio genético está presente em cada célula individual [...]”. (MORIN, 2006, p.94).



Dessa forma, é necessário conceber uma *ciência antropossocial religada* (p. 41). Se o princípio hologramático realça as interconexões das partes integrantes do todo para se pensar a edificação da subjetividade humana, como ainda é possível pensar na oferta de uma educação enciclopédica que fragmenta os saberes historicamente produzidos? O processo de fragmentação do conhecimento produz a cegueira, na medida em não permite ao sujeito epistêmico visualizar todos os elementos constituintes que se entrecruzam para a formação do fenômeno observável.

O operador hologramático permite ao observador fazer análise de todos os aspectos que contribuíram para determinada situação. Ao se fazer um estudo analítico do personagem *Sem-Pernas*, percebe-se que o ódio e a destreza para cometer perversidades possivelmente não lhe nasceram inatos por prevalência de gene dominante sobre o recessivo. As interações mesossistêmicas pelas quais lhe foi oportunizado transitar ecologicamente contribuíram para a construção de esquemas representativos mentais envolvendo ações violentas e possibilidades de exercitar estas ações ciclicamente.

Causa e efeito retroagem ciclicamente e mutuamente se retroalimentam. Assim para compreender melhor as atitudes de *Sem-Pernas* é imprescindível não perder a ideia de totalidade, não se pode dissociar a parte do todo. *À maneira de um ponto de holograma, trazemos, no âmago de nossa singularidade, não apenas toda a humanidade, toda a vida, mas também quase todo o cosmo, incluso seu mistério, que, sem dúvida, jaz no fundo da natureza humana* (MORIN, 2001 p. 41).

Do princípio hologramático pode-se entretecer o conceito de “Metonímia” ou “transnomação”, um recurso literário utilizado frequentemente na Literatura. Consiste na substituição de uma palavra ou expressão por outra ideia parecida, de forma a permitir uma relação associativa devido à semelhança entre elas. Uma derivada da metonímia que cabe retomar por estabelecer relações com o conceito de holograma se refere à *Sinédoque*. Classifica-se como uma ramificação da metonímia quando permite considerar a parte de determinado fenômeno como sendo ilustrativa do todo - *pars pro toto*,

e vice-versa, ou seja, do todo pela parte - *totum pro parte*.<sup>11</sup> É proveniente do grego *synekdoche* (συνεκδοχή), definida como "entendimento simultâneo".

José de Alencar, ao escrever seu romance indianista "Iracema", narra uma história individual de uma índia que se apaixona pelo estrangeiro, no caso o personagem Martim, proveniente de Portugal no período da colonização portuguesa no Brasil. Do fruto do romance entre os o português e a índia nasce Moacir, representando um ícone do processo híbrido e miscigenatório que constitui a pluralidade etnicorracial e sociocultural brasileira. A história romântica ilustra várias outras histórias de romances vivenciados por portugueses, espanhóis, alemães, italianos, judeus, africanos, povos de diferentes etnias que vieram para o Brasil e interagiram com índios, constituindo assim o panorama da diversidade humana que compõe o cenário brasileiro. Esse é um exemplo de sinédoque, quando uma parte é tomada para ilustrar o todo.<sup>12</sup>

Há em Capitães da areia o emprego metonímico desta figura de linguagem para a apresentação das personagens, na medida em que pequenos atributos considerados como qualidades positivas ou negativas das personagens ilustrassem a totalidade do ser de cada um, e fossem determinantes ou condicionantes para orientar todo o repertório comportamental. Além das personagens mencionadas, fica evidente a denúncia com relação à necessidade de políticas públicas voltadas para o campo da saúde no Brasil. Na década de trinta, a sociedade se viu aterrorizada pelo vírus da varíola.

Para promover a reflexão sobre esta epidemia, é oportuno reviver o drama da mãe da personagem Dora, pois representam uma coletividade de

<sup>11</sup> Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=82R4CnbaQ0kC&pg> (Acesso em 09/09/2014).

<sup>12</sup>Outros exemplos de sinédoque: "A mão que toca o violão/se for preciso vai à guerra"./(Marcos e Paulo Sérgio Vale). Observe que o eu lírico usou o termo "mão" para designar o próprio indivíduo, estabelecendo uma relação de contigüidade, de proximidade entre o que elas representam. Ou seja, a parte (a mão) foi usada para referir-se ao todo (o próprio indivíduo). "O francês cultiva a arte culinária". (os franceses) - "Ao cair da tarde, o bronze soa triste". (o sino) / Aqui, o termo "francês" foi empregado no singular para referir-se aos "cidadãos franceses", no plural. No segundo exemplo, a matéria – o bronze - foi usada para designar o próprio objeto – o sino. A essa figura de expressão chamamos **sinédoque**, que consiste em empregar o todo pela parte, ou vice-versa, do mais para o menos, ou vice-versa. Um exemplo de sinédoque bastante empregado no cotidiano: "Nunca tive um teto para me abrigar". (casa). Esses e outros exemplos podem ser encontrados no site: <http://www.infoescola.com/linguistica/sinedoque/> (Acesso em 27/10/2014).

peças que foram contaminadas pela varíola e morreram sem condições de um tratamento adequado, haja vista que na época não se conhecia muito sobre a patologia epidêmica que estava se alastrando. Em uma palestra, o professor de saúde e direitos humanos na Austrália, Tarantola (2010) mostrará que, na erradicação da varíola, tiveram papel fundamental os trabalhadores leigos em saúde e os membros de comunidades, que atuaram de forma integrada aos especialistas.

Se for considerada uma nova campanha de erradicação, as suas abordagens estratégicas devem considerar os seguintes fatores: a importância vital de basear-se nas aspirações, na resistência e na capacidade de recuperação da comunidade; o papel fundamental da liderança e da responsabilidade governamental; a necessidade essencial de envolver a sociedade civil e as parcerias público-privadas no discurso e nas ações de saúde pública global e a necessidade de investir no fortalecimento de um sistema de saúde com uma base ampla”, avalia, no resumo. Devido ao mínimo nível de conhecimento sobre a patologia, a única opção possível era o afastamento dos enfermos dos ambientes frequentados pelos sadios, levando-os muitas vezes a morrerem sozinhos e desassistidos nas matas próximas a vilas e povoados<sup>7</sup> (TARANTOLA, 2010, p 1).

A menina Dora perdera os pais devido à varíola, que chamavam de “bexiga” ou “alastrim” e acabou ficando responsável pelo irmão mais novo Zé Fuinha. Não teve muito a oportunidade sequer de chorar a morte da mãe, pois enquanto o caixão se ia, ficava já preocupada em prover a alimentação do irmãozinho que já estava a pedir o que comer, sem entender muito bem o acontecido. Como o sistema de saúde não conseguia dar conta nem da cura nem de um tratamento que minimizasse os efeitos danosos e perversos da doença, criaram-se abrigos isolados para impedir a contaminação do vírus. No Capítulo intitulado “Filha de Bexiguento”, Jorge Amado descreve a cena do morro.

A música já recomeçara no morro. Os malandros voltavam a tocar violão, a cantar modinhas, a inventar sambas (...). Durante algum tempo tudo cessara no morro para dar lugar ao choro e lamentações das mulheres e crianças. Os homens passavam de cabeça baixa para as suas casas ou para o trabalho. E os caixões negros de adultos, os caixões brancos de virgens, os pequenos caixões de crianças desciam as ásperas ladeiras do morro para o cemitério distante. Isso quando não eram sacos que desciam com os variolosos ainda

vivos que eram levados para o lazareto. A família chorava como choraria a um morto, pela certeza de que eles não voltariam jamais. Nem a música de um violão. Nem a voz cheia de um negro cortava então a tristeza do morro. Só a reza das sentinelas, o choro convulsivo das mulheres. (AMADO, 1937, p. 163)

Ao discorrer sobre *a varíola, sua prevenção vacinal e ameaça como agente do bioterrorismo* (LEVI e KALLÁS, 2002), tecem comentários sobre a falta de recursos medicinais e a estratégia de isolamento dos enfermos utilizada para a prevenção. Apresentam as possibilidades de tratamento da doença, o desenvolvimento das vacinas no combate aos malefícios causados pelo vírus, revisa algumas questões sobre a varíola e disserta sobre a utilização do agente como arma biológica.

Há 125 anos, São Paulo sofria com uma terrível epidemia de varíola, e foi decidido procurar um local afastado da cidade para colocar os doentes. Com parte da verba para a construção vindo de subscrição pública, foi construído um "lazareto" na antiga estrada do Araçá. Assim surgiu o Hospital de Isolamento de São Paulo, inaugurado em oito de janeiro de 1880. Com o tempo transformou-se em hospital para todas as doenças infecciosas, porém até hoje o Instituto de Infectologia Emílio Ribas ainda guarda o primeiro pavilhão do antigo hospital. O Brasil foi o último país das Américas a erradicar a varíola. Em 1971 foram notificados 19 casos, sendo que em 1972 ocorreu o último caso da doença em nosso meio, considerada, a partir de então, erradicada do continente americano (LEVI; e KALLÁS, 2002).

Após entrar no grupo dos Capitães da Areia, Dora logo se mostra uma vanguardista de sua época. Atende às expectativas da pró-sociabilidade no seu papel de mulher, quando passa a representar para os meninos uma pessoa que ocupar o lugar da mãe, da irmã mais velha, preocupada em proteger e se envolver no cuidado com os irmãos mais novos. Zela das roupas deles, faz a comida, cata os piolhos, costura, acaricia, penteia os cabelos, etc. O macrossistema histórico, político e sociocultural se refletem no papel de cada uma das personagens. Dora atende às expectativas em seu papel de “dona de casa” precoce que tem de assumir após a morte da mãe.

No entanto, Dora rompe com paradigmas históricos com relação ao papel da mulher na sociedade, na medida em que ela mesma quer auxiliar o grupo na luta ‘laboral’ pela sobrevivência. Quer aprender capoeira, “coisa de menino”, como diz Pedro Bala quando a vê chegar vestida de calças no local onde estavam treinando e pedindo que também queria aprender a lutar para

ajudá-los na labuta pela sobrevivência. Quer ser uma capitã. A Dora passa por várias transições ecológicas nas quais alteram não somente o comportamento da adolescente como também o comportamento, a forma de pensar e agir dos meninos. Passa a ser a irmã, a mãe, a esposa, a amante. Cuida dos meninos, tira os piolhos, costura a blusa rasgada, prepara chá, faz curativos...

Quando são capturados pelos policiais em uma briga, a menina Dora vai para o orfanato, onde ficava sendo atendida pelas freiras, no entanto acaba adoecendo. Pedro vai para o Reformatório, de onde consegue fugir e vai resgatá-la. Após, leva-a para o trapiche. Tanto o Reformatório quanto o orfanato são microssistemas nos quais todos transitam ecologicamente. Juntamente com os colegas do grupo, consegue tirar de lá a menina Dora. Passam a noite juntos. Tornam-se esposos. No dia seguinte, a menina Dora amanhece morta. A partir disso, morre também com os capitães da areia o sentimento de pertencimento a um seio familiar que os vinha acometendo até então. Cada um vai para um lado, seguir o seu caminho.

O sofrimento de todos com a morte da menina Dora provoca-lhes uma transição ecológica. todos amadurecem e intensificam o despertar para a autonomia. A relação dialógica que estabelece com os meninos moradores de rua, consegue própria e com o leitor permite compreender a complexidade de sua experiência de vida. As relações de causa e efeito constituem a ideia da recursividade, da retroalimentação, dentre outras relações conceituais descritas a seguir.

### **2.2.1 Os operadores do pensamento complexo e a polidependência dos fenômenos**

O primeiro é o operador dialógico e não dialético, na perspectiva de que dialogia retoma a ideia constante do termo complexo, no sentido de que todos os fenômenos se entretecem em conjunto, entrelaçadamente e não de forma disruptiva, fragmentada e separada. Ao analisar o personagem Volta Seca, faz-se necessário fazer uma leitura hologramática para buscar compreender os elos de ligação entre os sistemas que contribuíram para sua edificação. A escolha dos nomes dos capitães reflete muito dos ambientes nos quais

criaram e até mesmo é possível inferir os arquétipos com os quais interagiram.

*Arquétipo*, para Jung (2000), refere-se às especificidades, às características físicas e psicológicas de um indivíduo, considerando-se as possibilidades arquitetônicas utilizadas como bases de sustentação para a construção deste sujeito. Trata-se de uma metáfora usada para ilustrar a possibilidade do ser humano de herdar do pai e da mãe biológicos estruturas inatas que viabilizam o desenvolvimento do aparelho psíquico. Analisando as bases arquitetônicas para a construção de Volta Seca, pode-se perceber que as mesmas bases se aplicam a muitos outros meninos e meninas que se encontravam vivenciando experiências socioculturais semelhantes. Volta Seca se considera afilhado de Lampião. Fica realizado quando sabe que seu padrinho comete homicídios, especialmente contra as autoridades. Deseja se tornar cangaceiro. Observe-se o seguinte fragmento:

(...) Volta Seca entrou no trapiche quando a madrugada já ia alta. O cabelo de mulato sertanejo estava revoltado. Calçava alpercatas como quando viera da caatinga. O seu rosto sombrio se projetou dentro do casarão. Passou por cima do corpo do negro João Grande. Cuspiu adiante, passou o pé em cima. Apertado no braço trazia um jornal. (...) Sem se importar com as altas horas e com o fato de que todos presumivelmente já estavam dormindo, Volta Seca começa a gritar pelo professor, que sabia ler:

- Professor... Professor...

- O que é? – Professor estava semiadormecido.

- Eu quero uma coisa.

Professor sentou-se. O rosto sombrio de Volta Seca estava meio invisível na escuridão.

- É tu, Volta Seca? Que é que tu quer?

- Quero que tu leia pra eu ouvir essa notícia de Lampião que o Diário traz. Tem um retrato. (...) O professor buscou uma vela, acendeu, começou a ler a notícia do jornal. Lampião tinha entrado numa vila da Bahia, matara oito soldados, deflorara moças, saqueara os cofres da prefeitura. O rosto sombrio de Volta Seca se iluminou. Sua boca apertada se abriu num sorriso. E ainda deixou o Professor, que apagava a vela, e foi par ao seu canto. Levava o jornal para cortar o retrato do grupo de Lampião. Dentro dele ia uma alegria primavera. (AMADO, 1937, pp. 46, 47).

O segundo operador recursivo ou da recursividade pode ser remetido à situação de causa e efeito e efeito e causa reciprocamente. Utiliza-se para ilustrar o princípio do anel recursivo, que segundo Morin: supera a noção de regulação com a de autoprodução e auto-organização. É um anel gerador, no qual os produtos e os efeitos são produtores e causadores do que os produz.

Os indivíduos humanos produzem a sociedade nas - e através de - suas interações, mas a sociedade, enquanto todo emergente, produz a humanidade desses indivíduos apartando-lhes a linguagem e a cultura (MORIN, 1999, p.32). A recursividade na edificação do repertório comportamental pode ser verificada no comportamento da maioria dos “Capitães da Areia”.

O personagem denominado *Sem-pernas* pode ilustrar o quanto a recursividade dos fenômenos pode afetar a vida dos sujeitos especialmente quando se trata de experiências envolvendo violências que violem a integridade física, psicológica e simbólica do ser humano. Jorge Amado reflete sobre isso quando atua como narrador onisciente intruso, no qual sua omnisciência revela que sabe não somente sobre as ações dos personagens, mas também de seus pensamentos.

Mergulha no fluxo de consciência do *Sem-Pernas*, explicitando ao leitor a recursividade dos fenômenos vivenciados pelo menino no passado quando fora para o reformatório. Expressa as marcas inesquecíveis, fruto da crueldade sádica por parte dos soldados. Diante de tamanha arbitrariedade e perversidade humanas, logo o menino internalizou as atitudes cruéis e passou a exercitá-las, pois não tardou em se destacar como alguém que sabe mais que nenhum outro provocar dor e sofrimento em outrem. As experiências de vida, nesse caso, levam o indivíduo a internalizar os requintes de crueldade do opressor e se apropriar de representações semióticas que acabam por se retroalimentar cíclica e recursivamente.

O terceiro operador do pensamento complexo se refere ao holograma conforme discutido no subtópico anterior. A partir dessas reflexões, cabe aprofundar um pouco em algumas propostas concernentes à necessidade de uma reconfiguração do pensamento, à luz das relações multifatoriais que se estabelecem interconectadamente, tema do próximo assunto.

Ao chamar a atenção para o “modo mutilador de organização dos conhecimentos”, em seu livro “Introdução ao Pensamento Complexo”, Morin (2007) salienta sobre “a necessidade de uma tomada de consciência radical, pois as ameaças mais graves em que incorre a humanidade estão ligadas ao progresso cego e incontrolado do conhecimento (armas termonucleares, manipulações de todo tipo, desregramento ecológico)” (p.9).

Ressalta o quão urgente se faz perceber que o modo disruptivo e dissociativo como os conhecimentos têm sido trabalhados torna inviável a

apreensão da complexidade do real, pois ao segmentar, o fenômeno da cegueira epistemológica ou da “*patologia do saber*” se autoamplifica. Em reflexões apresentadas no capítulo intitulado “A inteligência cega” (idem, p. 9), ao serem edificados por paradigmas simplificadores, profissionais da educação e familiares podem apresentar severas dificuldades para compreender e encontrar estratégias de como lidar com situações cotidianas consideradas conflituosas, numa perspectiva de compreensão dos múltiplos condicionantes circunstanciais que contribuem para constituir o fenômeno, a serem considerados.

Apreender os enlaces entrecruzados de um emaranhado presentes em um dado problema exige uma inteligência capaz de enxergar com maior profundidade o processo histórico no qual cada linha foi se conduzindo, os determinantes inseridos no contexto de construção deste emaranhado, pois em se analisando com maior cautela e procurando aguçar a visão, será possível encontrar soluções mais sábias.

Faz-se urgente viabilizar possibilidades de mudança no pensamento dos educadores, um novo reconfigurar dos saberes preexistentes, o questionar-se as verdades absolutas como possibilidade de abertura para diferentes visões. A reconfiguração do pensamento moriniano parte da possibilidade de construir a ética da compreensão (*cum-prehendere*, tomar em conjunto). Isso requer dos profissionais reflexões inter-transdisciplinares, exige uma postura antropológica da compreensão humana edificada sociocultural e afetivamente num determinado tempo histórico, político, geográfico, econômico, a partir de interações com meio físico e social no qual polifônicas vozes se entrecruzam inter-semioticamente e, no processo sociointeracionista, atuam no plano intrapsíquico dos sujeitos, re/construindo assim suas idiosincrasias.

Para tanto, “É preciso leiturizar”, ressalta Asinelli-Luz (2011), em suas inferências sobre a necessidade formar leitores capazes de fazer leituras críticas de mundo, de perceber além das entrelinhas, reflexivos, críticos e propensos à transformação. No texto publicado na Gazeta do Povo<sup>13</sup>, a professora da Universidade Federal do Paraná recorre ao termo *leiturização*, apresentado por Jean Foucambert (1994), do Instituto de Pesquisas Pedagógicas da França, alertando que não basta formarem-se leitores, que decifrem linearmente os códigos e signos apresentados sem sinal de

---

<sup>13</sup> Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/conteudo.phtml?id=1098939>



proatividade e interação com a mensagem expressa, nem leitores, aqueles que interpretam bem e se posicionam, mas sem muita interferência na realidade.

É urgente que se edifiquem leitorizadores, capazes de reconhecer a intencionalidade discursiva, de desvendar os esquemas e as amarras sutis utilizadas para a dominação ideológica por parte do autor, e, a partir disso, sentir-se desafiado a intervir de forma ativa na vida prática. Esta *leiturização*, como princípio a ser adotado na ação educacional é imprescindível para promover leituras na perspectiva do paradigma da complexidade.

Na “Teoria da Complexidade”, Morin (2005b) traz reflexões sobre a construção de um *ethos cultural* que tenha como foco a antropológica, uma ética centrada no humano de cada ser, dentre outras reflexões que realmente possibilitam ampliar o horizonte de expectativas para o campo educacional. Sugere uma “ética da compreensão”, construída a partir da ampliação dos saberes numa perspectiva que ultrapasse o local para o global. O fenômeno dialético é abordado por Morin ao propor como elementos antagônicos podem ser complementares entre si. Unidade e Diversidade, a Parte e o Todo se complementam a partir da dialogicidade e do pensar as particularidades que compõem um determinado fenômeno. Isso implica considerar suas inter-relações, os múltiplos condicionantes que o constituem no emaranhado das teias sociais.

As inferências propostas pelo pensamento complexo possibilitam promover *insights* sobre a necessidade urgente de atitudes altruístas e empáticas que permitam aos seres humanos o deslocamento antropológico. Também requer dos indivíduos um mergulho no universo de representações semióticas do *Outro*, não somente para desenvolver e ampliar a cosmovisão planetária, da interconexão dos entes nos quais os indivíduos interatuam afeta e mútua e retroativamente por suas ações e/ou omissões, mas também para aguçar a percepção sobre estratégias de leiturização, de práticas solidárias nas quais haja a valorização das ações pró-sociais para a intervenção e a transformação.

Em artigo sobre a origem da resposta empática e do comportamento pró-social, “*The Origins of Empathic Responding and Prosocial Behaviour*”, Aronfreed, 1970, pontua que o comportamento solidário é frequentemente estabelecido e mantido, pelo menos em parte, pelas consequências mediadas externamente, como o louvor, o elogio, a contemplação.

Aronfreed fez uma experiência na qual a criança era submetida à expressão facial do adulto diante de uma determinada ação. Por exemplo, na primeira fase do experimento, garotas “positivas” de 6 a 8 anos, afetivamente empáticas foram condicionadas aos sinais expressivos de um adulto. (...) O adulto demonstrava para a criança o funcionamento de uma “Cho ice Box” (caixa com opção de escolha) que continha dois níveis. Quando um nível era pressionado, um pequeno doce era entregue. Quando o outro nível era pressionado, uma luz vermelha de três segundos aparecia. Em vinte experimentos, os adultos não expressavam nenhuma reação quando aparecia o doce. Quando a luz aparecia, o adulto sorria e falava excitado: “Lá a luz!”. Ao mesmo tempo em que sorria, ele abraçava a criança. Nos dois grupos de controle, o adulto ainda mostrava expressões positivas sem afeição física em direção a criança, ou demonstrava afeição física sem mostrar expressões positivas. (...) Na segunda fase da socialização, a criança operava a caixa surpresa. A luz vermelha foi desativada, mas agora o adulto sentou-se diretamente do outro lado da criança, observando o movimento da caixa. O adulto agora poderia ver outra luz vermelha que estava apenas visível para ela, e a criança foi avisada sobre a luz vermelha. A criança também foi avisada que ela poderia ficar com o doce e comer, ao pressionar um dos níveis. Quando o nível pressionado pela criança trazia o doce ou não trazia nada, o adulto se mantinha passivo. Quando o nível acionado acendia a luz vermelha, o adulto sorria e exclamava. “Lá a luz vermelha!” No entanto, a criança ficou em uma posição onde ela poderia conseguir o doce por si mesma ou consequências prazerosas – a luz vermelha – para o adulto. Os resultados mostraram que as crianças eram mais propensas a sacrificar o doce pela luz vermelha, se elas tinham previamente experienciado a afeição do adulto (sorrisos e abraços) do que se elas apenas viram os sinais expressivos positivos sem afeição física e vice-versa. Em geral, elas respondiam mais frequentemente para produzir luz vermelha para os adultos do que elas faziam para conseguir doces por si próprias ARONFREED, 1970, *apud* (SCHLINGER, 1995, p. 240). (*Tradução da pesquisadora*).

A pesquisa acima mencionada enfatiza a importância dos elogios, das trocas emocionadas de expressões que revelam aprovação e afeição, elementos reforçadores positivos no comportamento das pessoas a partir do olhar contemplativo das díades, tríades, tétrades com as quais laços afetivos e afetantes são construídos empática e altruisticamente.

Morin (2005) ao questionar a fragmentação dos saberes e concepções unidimensionais que desconsideram as inter-relações entre as partes com o todo, propõe uma religação ética, por meio da congregação da autoética, da

<sup>14</sup>socioética e da <sup>15</sup>antropoética, tão caras para atuar na humanização em prol de uma ética planetária.

No livro: “Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro”, Edgar Morin (2006), de forma aprofundada, didaticamente apresenta algumas possíveis estratégias para a construção de uma consciência planetária, que só poderá ser acionada com a reconfiguração do pensamento. A partir do princípio hologramático, retoma a constituição integral de um determinado objeto a ser investigado, favorece a compreensão não fragmentada de todos os fenômenos interatuantes que atuam na constituição da vida.

Neste sentido, o diálogo e a audiência precisam se tornar práticas atitudinais cotidianamente para fertilizar pensamentos e entendimentos sobre como lidar com situações corriqueiras diversas e adversas. Quando professores, socioeducadores, gestores, educandos, socioeducandos, família e comunidade se unem para compartilhar angústias convergentes e discutir estratégias na solução pacífica dos conflitos, passam a perceber formas de cooperação mútua como possibilidade de alcançar um objetivo comum, para as quais cada um atue sinergicamente e com responsividade sobre a própria vida, bem como sobre a vida do outro. Ao propor o paradigma da complexidade a partir da reforma do pensamento, no capítulo oito de seu livro “A cabeça bem feita”, Edgar Morin expressa que:

Há efetivamente a necessidade de um pensamento: - que compreenda que o conhecimento das partes depende do conhecimento do todo e que o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes; - que reconheça e examine os fenômenos multidimensionais, em vez de isolar, de maneira mutiladora, cada uma de suas dimensões; - que reconheça e trate as realidades, que são concomitantemente solidárias e conflituosas (como a própria democracia, sistema que se alimenta de antagonismos e ao mesmo tempo os regula); - que respeite a diferença, enquanto reconhece a unicidade (MORIN 2001, p. 88).

Em suas inferências sobre o quão necessário é substituir um pensamento que isola e separa, *desmotivador e redutor*, por um que une, um

---

<sup>14</sup> Socioética implica o agir eticamente no plano societário, no qual seja considerado o bem-estar da sociedade. Subjaz implicitamente que a condição humana seja assumida a partir do princípio da ética do senso de comunidade.

<sup>15</sup> Antropoética implica uma proposta de humanidade na qual cada um de fato assumia a própria condição humana, reconheça a necessidade de se pensar enquanto coletividade numa ética planetária na qual se projetem pensamentos e ações que venham ao encontro de um humanismo planetário.

pensamento complexo que reconheça que elementos que em princípio soem antagônicos podem ser complementares.

Ao sugerir como deve ocorrer o reconhecimento da compreensão, como se pode aprender a compreender, Morin (2005) apresenta a conjugação de três procedimentos para desencadear a compreensão humana: a compreensão objetiva, subjetiva e complexa. Nesta está explícita as outras duas e a explicação é multidimensional; “não reduz o outro a somente um dos seus traços, dos seus atos, mas (...) visa a captar os aspectos singulares e globais. Na compreensão subjetiva está imbricado o sentimento de empatia, na medida em que se busca por mimesis (projeção-identificação), compreender o que vive o outro, seus sentimentos, motivações interiores, sofrimentos e desgraça” (p. 256).

Já a compreensão complexa objetiva requer a análise dos dados, das informações que ajudam a explicar as causas, os determinantes circunstanciais implicados.

A *compreensão* objetiva, subjetiva e complexa do “Outro” pode ser fortalecida na sugestão de Rheingold e Hay (1980), quando distingue o termo “empatia” de simpatia. Definem “habilidade empática” como “a capacidade de participar ou experienciar outras emoções”, enquanto que simpatia ” é usada para se referir ao comportamento para aliviar o desconforto de outro” (p.97). Neste sentido, pensar numa formação humana na qual os sujeitos ativos na produção e disseminação dos saberes sejam sensibilizados para práticas atitudinais altruístas e empáticas demanda considerações críticas que remetem à necessidade urgente de resignificação dos paradigmas vigentes na área educacional.

O axioma pedagógico que permeia as ações desenvolvimentais em interface com o direito, a sociologia, a antropologia, a história, a literatura, as ciências da natureza, deve partir de concepções filosóficas, artísticas, socioculturais e afetivas, nas quais estejam implícitas a pluridimensionalidade, a flexibilidade dialética e a inter-transdisciplinaridade.

Ressalte-se que as inter-sujetividades vão sendo constituídas e resignificadas nas trocas realizadas por meio da linguagem. Intencionalmente utilizada, a palavra, em suas inesgotáveis formas de materialização, constitui-se enquanto um instrumento de poder. As trocas enunciativas permitem que relações inter-subjetivas e polissêmicas sejam reconceitualizadas no campo da

enunciação. De onde se fala e quem está falando, qual a construção sociocultural e histórica deste(s) sujeito(s) do discurso, são elementos a serem considerados. Segundo a proposta bakhtiniana, o contexto da enunciação é constituído por fatores históricos e socioculturais vivenciados pelos interlocutores, considerando-se os saberes preexistentes, a relação de afetividade entre as trocas de signos e representações, enfim, os multicondicionantes imbricados nas teias discursivas emaranhadas no ato interativo. (BAKHTIN, 1981)

O pensamento bakhtiniano contribui muito por intensificar o debate polissêmico e dialógico a partir de uma concepção filosófica sobre linguística e literatura. Traz para reflexão a construção da subjetividade a partir das múltiplas vozes com as quais os sujeitos interagem desde o nascimento. Organiza as variadas e inesgotáveis formas de comunicação e manifestação do pensamento por meio de gêneros do discurso. Assim, cada expressão facial, no olhar, cada gesto, imagem, vestimentas, atitudes são passíveis de uma interpretação ativa e podem ser considerados textos a serem decodificados e codificados pelos interlocutores no ato da enunciação.

Os gêneros discursivos são procedimentos com certas características composicionais utilizados como meio de externalização do pensamento. O filósofo da linguagem chama a atenção para a relação entre linguagem e o contexto sócio-histórico. Este *estrutura o interior do diálogo da corrente da comunicação verbal entre os sujeitos históricos e os objetos do conhecimento. Trata-se de um dialogismo que se articula à construção dos acontecimentos e das estruturas sociais, construindo a linguagem de uma comunidade historicamente situada.* (DCE, 2008, p. 30) A proposta dialógica considera o conhecimento de mundo partilhado pelos interlocutores durante as trocas de signos que ocorrem nas interações discursivas. Assim, a compreensão sobre como o outro recebe e decodifica o discurso é um pressuposto imprescindível para uma comunicação dialógica efetivamente plena de significado.

Um trabalho pluriculturalmente orientado nos espaços formativos demanda a elaboração de um projeto político e pedagógico que contemple assuntos relevantes a partir de múltiplas vozes manifestadas por meio de diversos gêneros discursivos, visando a equilibrar o ciclo vital dinâmico no ecossistema local e universal. Isso compreende que sejam intensificadas as

discussões sobre interdisciplinaridades, por se entender que todas as ramificações do saber estão articuladas a um axioma comum de interesse existencial. Ampliar o repertório enciclopédico individual é possível quando se percebe que a linguagem nas mais variadas possibilidades de manifestação do pensamento é uma aliada para a transformação intencional e previamente pensada.

Dentre os desafios educacionais contemporâneos, que implicam estudos sobre algumas temáticas tais como gênero e diversidade, sexualidade, relações etnicorraciais, socioambientais e cidadania, educação para a paz, encontra-se a possibilidade de aglutinar-se à formação integral aos Direitos Humanos, das pessoas consideradas de inclusão, das crianças e dos adolescentes, dos homoafetivos, dos idosos.

### **2.2.2 Literatura e Direitos Humanos em interfaces transdisciplinares**

O grande desafio que se coloca para os professores ainda se constitui da superação do caráter dualista, enciclopédico e hierarquizante do currículo utilizado como parâmetro para a elaboração do plano de trabalho docente. Persiste a preocupação do papel do professor enquanto um transmissor de conhecimentos, em casos quando os encaminhamentos metodológicos contemplam técnicas de memorização e decoreba, que contribuem para o caráter mecanicista da ação formativa.

Igualmente ainda é inquietante pensar na prática docente voltada para transmitir-se um acúmulo de informações fragmentadas, descontextualizadas, nas quais a teoria é trabalhada de forma reducionista, inviabiliza ou dificulta para o próprio docente e discente fazer conexões com outros saberes, pois se apresenta desvinculada das possibilidades pragmáticas no campo das relações inter-semióticas. A falta de correlação para a produção de significados entre os conceitos apresentados pelo professor e aquilo que o estudante tem condições cognitivas de acompanhar implica na ausência de dialogicidade.

A aquisição de um novo saber e a reestruturação da estrutura cognitiva demanda que tenham sido oportunizadas condições para que o educando construa em seu aparato intelectual cognitivo esquemas representacionais que o possibilitem a fazer operações mentais. Esses esquemas só ocorrem por meio da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto cognoscível. Ora, se

o estudante nunca ouviu falar em determinado assunto, objeto cognoscível, não pode ter construído esquemas de representação mental que lhe propicie dinamizar a plasticidade cerebral para novas construções de estruturas cognitivas. Também é de mister importância considerar os sentimentos e as emoções na ação formativa para que possa ser construído o respeito. No entendimento de Piaget, 1988, o respeito é fruto de sentimentos como a afeição e o temor:

Três espécies de sentimentos ou de tendências afetivas capazes de interessar à vida moral se apresentam inicialmente na constituição mental da criança. Em primeiro lugar, uma necessidade de amor, que irá desempenhar um papel essencial desenvolvendo-se sob uma multiplicidade de formas, desde o berço até a adolescência. Um sentimento de medo, por outro lado, em relação aos maiores e mais fortes que ele, tendência que desempenha um papel que não é de desprezar nas condutas de obediência e do conformismo utilizadas em graus diversos, por vários sistemas de educação moral. Um sentimento misto, em terceiro lugar, composto simultaneamente de afeição e de temor: é o sentimento do respeito, cuja importância excepcional na formação ou no exercício da consciência moral foi ressaltada por todos os moralistas (p. 64).

Ao dissertar sobre a educação intelectual, Piaget, 1998, p. 62, considera a importância de estímulos recíprocos, do controle mútuo e do exercício do espírito crítico para que se atinja a objetividade, visando à intensificação da atividade da inteligência. A (co) operação implica operar racional e moralmente em conjunto por meio de relação onde haja a reciprocidade intelectual. Emissor e receptor precisam se compreenderem, por meio de trocas intersemióticas entre os interlocutores, deve-se buscar o compartilhar dos sentidos a cada enunciação. O respeito e a cooperação mental são imprescindíveis para engajar o sujeito cognoscente em atividades cada vez mais complexas, visando a novas aquisições cognitivas. Importa outrossim considerar a carga de emotividade presente no ato sensibilizador que induz o aprendente a colocar o aparato cognitivo em funcionamento.

Stoltz, 2010, quando traz reflexões sobre o ambiente no desenvolvimento do sujeito, em inferências ao questionamento que constitui o título do artigo “Por que Vygotsky na educação?” considera as interações entre o ambiente e o sujeito e infere que:

1. Que o papel de qualquer fator ambiental varia entre diferentes grupos etários.
2. Que a criança muda no processo de desenvolvimento.

O fator essencial que explica a influência do meio no desenvolvimento psicológico das crianças e no desenvolvimento de sua personalidade consciente é tomado de sua experiência emocional surgida de cada situação ou de cada um dos aspectos de seu meio determina que tipo de influência essa situação ou esse meio vai ter sobre a criança. Portanto, não são os fatores por si mesmos (sem referência ao sujeito) que determinam como eles vão influenciar o curso do desenvolvimento, mas os mesmos fatores refletidos por meio do prisma da experiência emocional da criança. (Vygotsky, 1994<sup>a</sup>, p. 339-340). [...] A experiência emocional é uma unidade indivisível que representa características pessoais e características situacionais. [...] O ambiente exerce sua experiência por meio das características emocionais (STOLTZ, 2010, p. 175).

Há várias situações nas quais professores reclamam que os alunos não entendem nada daquilo que tentam ensinar/transmitir. Isso ocorre por não estar acontecendo o diálogo entre o discurso do professor e a capacidade cognitiva do educando em acompanhar esse discurso, atribuindo-lhe significado. A falta do ato de compartilhar saberes e de (co)operação mental pode consequenciar no aumento dos índices de indisciplina em sala de aula, na redução da autoestima e do senso de autoeficácia tanto do professor quanto do aluno. Diante da complexidade destes tempos, é preciso se pensar num planejamento formativo que considere algumas inferências salutares para intervir nos processos formativos escolares e não-escolares. Nas palavras de Carvalho (2003) citado por Sá, 2008:

O atual contexto sociohistórico, midiático, cultural, tecnológico, político, ecológico e científico na contemporaneidade enseja inter-retro-relações complexas e dinâmicas entre os sujeitos individuais e as coletividades. Vive-se em tempos de paradoxos, nos quais convivem modelos de ordem/desordem; conhecimento/ignorância; inclusão/exclusão; instituições/indivíduos corruptos; manipulação midiática [...] A teoria da complexidade procura de alguma forma organizar, sistematizar e articular um diálogo junto aos novos paradigmas emergentes (MORAIS 1997) das ciências. O fenômeno complexo “[...] é imposto pelo real e [...] não pode ser rejeitado” (MORIN, 1993, p. 87 ) [...] Complexo vem do latim *complexus* e quer dizer um conjunto de coisas, fatos e circunstâncias, eventos que apresentam ligação e são interdependentes. São elementos partícipes de um mesmo todo, o que equivale a dizer que esse todo se torna uma unidade complexa. “[...] identifica-se com tudo aquilo que se tece em conjunto, que reassocia o que está dissociado, comunica o que é incomunicável, religa o que está separado” (p 222).



A proposta de religar os saberes para facilitar a compreensão de como os fenômenos se entrecruzam e se afetam mutuamente implica ampliar o horizonte de expectativas de todas as pessoas envolvidas no ato formativo. Para compreender a complexidade humana, importa ter uma atitude reflexiva perante a vida em suas variadas formas de manifestações. Não basta pensar o ser humano na sua dimensão ontológica, biológica, ética, moral, psíquica, cognitiva,... no reflexo do micro-, meso-, exo- e macrosistema na edificação da subjetividade, mas pensá-lo a partir de tentar compreender metacognitivamente como se constituiu a própria alteridade no entrelaçamento do *self-selves*, da emoção, da sensação, da percepção, do sentimento, da motivação, da razão :

A compreensão do ser humano baseia-se, implicitamente ou não, numa antropologia complexa que reconhece a dupla natureza do homo *sapien/demens* e assume as consequências éticas da concepção de MacLean do cérebro triúnico, comportando o paleocéfalo (herança dos répteis), fonte de agressividade, do cio, das pulsões primárias; o mesocéfalo (herança dos antigos mamíferos) onde se desenvolvem ligadas a afetividade e a memória a longo termo; o córtex que cresce nos mamíferos até envolver as outras estruturas e formar os dois hemisférios cerebrais. O neocórtex alcança no homem um desenvolvimento extraordinário. Ora, não há hierarquia, mas antes permutações rotativas entre as três instâncias cerebrais, ou seja, razão/afetividade/pulsão. Conforme os indivíduos e os momentos há dominação de uma instância sobre as outras, o que indica não apenas a fragilidade da racionalidade, mas também que a noção de responsabilidade plena e lúcida só tem sentido para um ser controlado em permanência pela sua inteligência racional. (MORIN, 2005, p. 114)

A inteligência racional pode auxiliar no controle do *Homo demens* a partir de quando todos e todas se sintam co-responsáveis pelo (des)envolvimento humano, compreendam o quanto suas ações e omissões afetam, não somente à vida de outrem, mas a própria vida, tendo em vista que se co-habita no mesmo planeta. Com isso se pode retomar o questionamento sobre o que dirão as gerações vindouras daqui a cem, duzentos, trezentos anos, sobre quais foram as melhores invenções da humanidade para a preservação e manutenção da vida no século XXI. Quem sabe, de fato, possam dizer que a criação mais virtuosa e sublime foram os ensinamentos propostos na Declaração Universal dos Direitos Humanos/DUDH, bem como quando profissionais dos diversos setores, em especial da educação, reúnem-se para inserir a discussão dos DH em suas apostas curriculares.

As investigações neste estudo apontam uma possibilidade de iniciar o debate dos DH em sala de aula partindo da releitura dos “Capitães da Areia”, enquanto texto ficcional para contrapor ao plano real, por compreender que a verossimilhança adotada na postura do escritor quando se insere no meio dos meninos de rua de Salvador na década de trinta para construir seu romance revela situações reais de inúmeros capitães que interagem em outros espaços.

A *mimesis* enquanto imitação da realidade pode ser aprofundada na visão de Auerbach (*apud* WAIZBORT, 2007), quando considera o realismo presente na estética literária como possibilidade de condensar a expressão da forma como o escritor vê a si mesmo e aos fenômenos que norteiam a condição humana em um determinado momento histórico situado dentro de certas circunstâncias intrínsecas ao contexto no qual momentaneamente emergem:

Pode-se argumentar que a condição humana não se confunde com a imagem do homem ou com o modo como eles vêem a si mesmos. Mas a assunção do caráter intrinsecamente histórico da condição humana acaba por conduzir a essa aproximação, desde que se pretenda – como é o caso em Auerbach – evitar atribuir um conteúdo arbitrário ou extemporâneo à condição humana. Por outras palavras: Auerbach procurou revelar como os seres humanos, em situações determinadas, enxergavam a si mesmos e formulavam essa visão que tinham de si e do mundo no qual viviam. E entende que a obra literária – assim como outras formas culturais – é uma espécie de depósito ou condensação dessa maneira de ver a si mesmo e o mundo. [...]Nesse sentido, a obra literária oferece-lhe uma possibilidade, em virtude dessa articulação complexa de diferentes dimensões, de acesso às formas de consciência e, portanto, ao modo como a condição humana é percebida pelos homens em diferentes momentos e situações. “Realismo” : Auerbach empregou, na falta de termo melhor, a palavra (mas não o conceito) “realismo” para designar o modo como a realidade exposta aparece na obra literária. Mas empregou-a sempre adjetivando-a, de modo a especificá-la: não se trata de “realismo”, mas sempre de uma modalidade particular de realismo, ou seja, de uma modalidade de exposição da realidade. (WAIZBORT, 2007, p.4)

A estética literária que compõe os “Capitães da Areia” sensibiliza o leitor para perceber manifestações da existência a partir da perspectiva de pessoas que vivenciam cotidianamente situações de violações e violências. A fim de estimular os educandos para a leitura do romance, pode-se utilizar como atividades de pré-aquecimento alguns recursos audiovisuais que instigam a

curiosidade pela leitura. Recentemente, em 2010, Cecília Amado, neta do escritor baiano, lançou o filme “Capitães da areia”, cujas cenas sensibilizam os telespectadores, especialmente em sala de aula com adolescentes. O filme viabiliza um trabalho articulado entre a Literatura e outras áreas do conhecimento. Encontra-se na íntegra disponibilizado no site abaixo da figura:

FIGURA 4 – Imagens do filme “Capitães da Areia”



<sup>16</sup>FONTE:<http://www.ufrb.edu.br/cinecachoeira/wp-content/uploads/2011/10/capitães.jpg>

Os recursos audiovisuais são grandes parceiros no processo de mediação entre o conhecimento espontâneo e os conceitos cientificamente elaborados. O texto: “Integração da TV e do Vídeo em Projetos Multimidiáticos”<sup>17</sup>, estimula o trabalho com vídeos e fragmentos de filmes, considera que *uma imagem vale mais do que mil palavras*. Não raro, especialmente quando os adolescentes vivenciam ou conhecem pessoas que vivenciaram situações semelhantes aos “Capitães da Areia”, encontram uma projeção/identificação com nas experiências de vida das personagens.

Isso significa afirmar que devemos considerar a apresentação de vídeos como uma potente ferramenta e, em muitos casos, mais eficaz do que a leitura de textos ou apresentações expositivas intensas. Essa constatação se torna ainda mais decisiva no processo de ensino-aprendizagem se levarmos em conta a teoria das inteligências

<sup>16</sup> **Gênero:** Drama / **Direção:** Cecília Amado / **Roteiro:** Cecília Amado / **Elenco:** Ana Graciela Conceição, Elielson Santos da Conceição, Evaldo Maurício Silva, Gabriel Conceição, Heder Jesus dos Santos, Israel Gouveia de Souza, Jamaclei Conceição Pinho, Jean Luis Amorim, Jordan Mateus, Paulo Abade, Robério Lima / **Produção:** Bruno troppiana, Donald Ranvaud / **Fotografia:** Guy Gonçalves / **Trilha Sonora:** Carlinhos Brown.

<sup>17</sup> Texto constante no segundo módulo – MTV – Integração da TV e Vídeo em projetos multimidiáticos, professora Faxina, disponível nas referências do curso de Especialização em Mídias Integradas à Educação, p.03, no site: <http://www.cursos.nead.ufpr.br/mod/resource/view.php?inpopup=true&id=124931>. (Acesso em 10 de outubro de 2012)

múltiplas (Gardner, 1998), que considera ser importante o uso de recursos diversos para desenvolvimento da aprendizagem (CIPEAD, 2012, p.3, *apud* Bueno; XAVIER;, Asinelli-Luz, 2013, p. 09).

Também é possível despertar a curiosidade dos estudantes e motivá-los para a leitura no Laboratório de Informática, solicitando-lhes que façam a leitura da obra literária por meio da História em Quadrinhos, que joguem os jogos digitais “Capitães da Areia”, disponível no link abaixo da imagem:

FIGURA 5 – Imagens dos jogos “Capitães da Areia”



FONTE: [HTTP://www.jogoscaptaesdaareia.com.br](http://www.jogoscaptaesdaareia.com.br) (Acesso em 30/11/2013)

A ação formativa se torna mais efetiva quando articulada com professores de diferentes disciplinas. Da área de filosofia, é possível transdisciplinarizar o conceito de “conceitos como o de “Liberdade”; da área de História, o contexto histórico que permite retomar a “Coluna Prestes”; Da arte, há possibilidades de explorar as características de algumas vertentes de vanguardas europeias como o Cubismo e o Surrealismo presente em “Os Retirantes” de Cândido Portinari; Da química, pode-se fazer uma abordagem a respeito dos efeitos das drogas no organismo. Da Matemática, trabalhar com tabela e gráficos, dados estatísticos que demonstram o número de pessoas contaminadas pelo vírus da varíola que matou a família da personagem Dalva, bem como do vírus HIV e a consequente proliferação que se intensifica entre usuários de drogas. Da Sociologia é possível realizar um trabalho profícuo a partir da história de vida da personagem Dalva, que tão cedo tem que dar conta

da subsistência por meio da prostituição, a exploração sexual infantil e outros temas relacionados a questões de gênero podem nortear as discussões.

Há em “Capitães da Areia” uma cena na qual um adolescente homoafetivo é expulso do grupo por se identificar com um gênero sexual diverso do padrão heteronormativo. O combate à homofobia e à discriminação de gênero e diversidade sexual pode ser intensificado a partir de um debate previamente articulado tendo como ponto de partida esse fragmento do livro de Jorge Amado, bem como do filme “Capitães da Areia”. Essas são apenas algumas sugestões de trabalho transdisciplinar com a Literatura e outras disciplinas. Despertar nos educandos o espírito crítico é um enorme desafio. Os apelos constantes ao consumismo como promessa de felicidade intensa precisam pautar os debates pedagógicos de sala de aula para aguçar-se a percepção crítica a respeito de quem lucra efetivamente com a indústria cultural.

É imprescindível fomentar uma discussão pormenorizada sobre preconceitos e estereótipos veiculados pelos meios de comunicação radiofônicos, televisivos, por programas jornalescos sensacionalistas, pelos ambientes virtuais presentes em especial nas redes sociais, bem como ressaltar o papel os diversos meios midiáticos na disseminação de padrões comportamentais. Ações educacionais que desocultem as sutilezas persuasivas implícitas no universo multimidiático devem considerar o respeito à dignidade da pessoa humana.

### 3 DIREITOS HUMANOS: DOS MACROSSISTEMAS INTERNACIONAIS AOS MICROSSISTEMAS NACIONAIS

Os debates dos direitos humanos no panorama internacional provocam ressonâncias em todas as sociedades de diferentes países. Em “Breve Introdução ao direito internacional dos direitos humanos”, Borges, 2006, destaca em especial o *Direito Humanitário*, a *Liga das Nações* e a *Organização Internacional do Trabalho* como as principais fontes históricas que contribuíram para o processo de internacionalização da disseminação dos Direitos Humanos. O primeiro pode ser identificado como Direito Internacional Humanitário (DIH), ilustra o conjunto de normas cujos objetivos primam por limitar atrocidades durante os conflitos armados, impondo limites à liberdade soberana excessiva e à autonomia estatal, com o intuito de evitar assim práticas horripilantes de violações. Potencializa-se a defesa para que todos os Estados respeitem as regras construídas, especialmente na medida em que protegem pessoas que não participam diretamente dos conflitos, embora sejam por eles afetadas. O DIH tem definições similares denominadas também de “Direitos de Guerra” ou “Direitos dos Conflitos Armados”.<sup>18</sup>

As concepções que norteiam o DIH intensificaram exponencialmente os significados polissêmicos envoltos na representação semiótica a respeito da proteção humanitária em situações de guerra, produzindo ressonâncias no panorama internacional quando passam a ser regulamentadas na seara jurídica limites quanto ao uso da violência nos conflitos armados. Os Estados em conflito têm suas ações limitadas e relativizadas, tal como propõe em uma amplitude maior a Liga das Nações<sup>19</sup>, organismo internacional criado em 1919 com o objetivo de mediar conflitos internacionais buscando solucioná-los para a preservação da paz.

Outrossim, devem ser eliminadas atitudes de fomento às violações, pelo contrário, os esforços devem se canalizar no sentido de minimizá-las, impedi-las ou até mesmo eliminá-las. Para exemplificar, é possível retomar a influência das Convenções de Genebra de 1949, cujo enfoque temático se refere à

---

<sup>18</sup> Leia mais: <http://jus.com.br/artigos/9228/breve-introducao-ao-direito-internacional-dos-direitos-humanos#ixzz3JYEiiPG0>

<sup>19</sup> Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/>

discussão sobre a proteção das pessoas civis em tempos de guerra. Em consonância às Convenções de Haia, 1899, as nações celebram acordos multilaterais focando nas temáticas estabelecidas na Primeira e na Segunda Conferências de Paz. Essas se organizam para melhorar a situação dos feridos e doentes das forças armadas em campanhas concentradas especialmente na cidade de Haia, situada nos Países Baixos considerados neutros e portanto, contextos considerados apropriados para que fossem estabelecidas a Primeira e a Segunda conferências de Paz, bem como convenções que visavam à proteção das crianças e a cooperação concernente à adoção internacional, 1933, a regulamentar documentos públicos estrangeiros, proteção de menores, dentre outros pertinentes à esfera do direito civil 1961 e à proteção de Propriedades Cultural em Caso de Conflito Armado.

A Organização Internacional do Trabalho - OIT, 1919, constitui uma agência da Liga das Nações instituída após a Primeira Guerra Mundial, tem sua importância e relevância destacada historicamente no processo de internacionalização dos direitos humanos, especialmente por promover diversas convenções internacionais cujo foco se centrava na promoção e proteção da dignidade humana do trabalhador em suas relações trabalhistas.

Os horrores da Segunda Guerra Mundial são lembrados por Vieira, 2011, quando debate a respeito de “Três Teses Equivocadas sobre Direitos Humanos”: A primeira simplifica a luta por direitos humanos ao direito das pessoas em conflito com a lei, a segunda se refere à incompatibilidade entre direitos humanos e segurança pública e a terceira tese considera a disseminação intencional por uma parte de conservadores de que os direitos humanos ameaçam a soberania nacional. Segundo o autor, autoridades que compõem alguns segmentos mais nacionalistas da sociedade brasileira propagam a ideia de que direitos humanos constituem uma conspiração internacional para limitar a soberania, bem como defendem que a Anistia Internacional entre outras entidades de defesa dos direitos humanos não têm legitimidade para atuar frente às demandas dos cidadãos brasileiros, motivo pelo qual o Brasil não deveria ficar exposto internacionalmente. O autor lembra que o movimento de luta pelos direitos humanos surge a partir da Segunda Guerra Mundial, que:

(...) teve como produto a morte de mais de 45 milhões de pessoas. Um dos aspectos mais perversos desta catástrofe humanitária é que a maioria das vítimas foi morta pelos seus próprios Estados. Foram alemães mortos pela Alemanha, Russos mortos pela Rússia. Evidente que esses nacionais exterminados pelo aparato bélico e de segurança de seus Estados eram discriminados, em face de suas religiões, etnias ou posições políticas. O fato é que isso demonstrou que os Estados não poderiam ser os únicos fiadores da segurança e da dignidade de seus cidadãos (VIEIRA, 2001, p. 79).

As atrocidades da Segunda Guerra Mundial provocaram a necessidade de união entre os países para o estabelecimento de acordos entre as nações visando a um grande pacto civilizatório em prol da preservação da vida e solução pacífica dos conflitos, da construção de uma cultura voltada para a paz e para a segurança internacional. Organiza-se um Conselho de Segurança das Nações Unidas. Na Conferência da Organização Internacional das Nações Unidas é elaborada em conjunto a Carta das Nações Unidas<sup>20</sup>, que se inicia firmando o compromisso coletivo com a dignidade humana por meio de relações apaziguadoras, amistosas, de respeito aos princípios da justiça internacional, da igualdade de direitos, da autodeterminação dos povos, da cooperação entre os países para o fortalecimento da paz universal:

#### CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS

#### NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS

a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e

a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.

E para tais fins

praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos,e

---

<sup>20</sup>Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d19841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm) (Acesso em 24/11/2014).



unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum,

a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos.

Resolvemos conjugar nossos esforços para a consecução desses objetivos.

Em vista disso, nossos respectivos Governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordaram com a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas.

Celebrada a carta e ratificado os acordos estabelecidos entre cinquenta países membros, um novo paradigma se insurge contra os atos horripilantes que constituíram o holocausto, as arbitrariedades nazistas, facistas e os traumas da Segunda Guerra, culminando com a consolidação do Direito Internacional dos Direitos Humanos cuja gênese se verifica a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH, adotada pela Organização das Nações Unidas em 1948.

Em 1992 é promulgado o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos<sup>21</sup> que considera os princípios defendidos na Carta das Nações Unidas e na DUDH. O documento reconhece a necessidade de promover os direitos econômicos, sociais e culturais, as liberdades civis e políticas do indivíduo livre do temor e da miséria, comprometido com seus deveres para a promoção e observância dos direitos presentes no pacto, com a coletividade e o respeito aos direitos do outro.

Ainda no ano de 1992 é promulgado o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais<sup>22</sup>, adotado pela XXI Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas em 1996. Esse Pacto considera os princípios constantes na Carta das Nações Unidas, a DUDH, os direitos iguais e inalienáveis como constituintes do fundamento da liberdade e da dignidade humana, reconhece a obrigação por parte do Estado de promover o respeito

---

<sup>21</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm) (Acesso em 24/11/2014).

<sup>22</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm) (Acesso em 24/11/2014).

universal e efetivo aos direitos e liberdades do homem, dentre outros direitos econômicos sociais, culturais, civis e políticos.

Borges, 2006, em sua breve incursão histórica sobre o *corpus júris* do Direito Internacional dos Direitos Humanos, reconhece como constituintes desse complexo de normatizações a Carta das Nações Unidas, a DUDH, os Pactos Internacionais dos Direitos Civis, Políticos, Econômicos, Sociais e Culturais e as convenções internacionais. Integram os tratados multilaterais que se destacam entre as convenções internacionais:

(...) a Convenção contra o Genocídio, em 1949; Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, em 1951; a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, em 1965; a Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes de Lesa Humanidade, em 1968; a Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica, em 1969; a Convenção Internacional sobre a Repressão e o castigo ao Crime de Apartheid, em 1973; a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, em 1979; a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, em 1984; a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, em 1985; a Convenção sobre os Direitos da Criança em 1989; a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, em 1965; a Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes de Lesa Humanidade, em 1968; a Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica, em 1969; a Convenção Internacional sobre a Repressão e o castigo ao Crime de Apartheid, em 1973; a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, em 1979; a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, em 1984; a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, em 1985; 11. a Convenção sobre a Diversidade Biológica, em 1992. (Borges, 2006)

Nas conclusões, o autor supracitado destaca que o Direito Internacional dos Direitos Humanos se consolidou efetivamente como disciplina autônoma no campo jurídico, reconhecida universalmente e fundamentada, em especial, na proteção da dignidade da pessoa humana no âmbito internacional, que se encontra em quaisquer países do cenário mundial. Atesta que o *córpus júris* normativo do DIDH considera a pessoa como o sujeito central do desenvolvimento, cujo direito se consagra na Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento de 1986, bem como na Carta Africana sobre Direitos Humanos e dos Povos de 1981.

Os direitos humanos no Brasil têm início com <sup>23</sup>as histórias das constituições brasileiras. A Constituição Imperial de 1824 trouxe descontentamentos de toda sorte e motivou protestos em diversos Estados brasileiros. Tanto os direitos civis como os políticos tinham como fundamentos a liberdade, a segurança individual e o direito de propriedade.

Em 1901 uma nova constituição revê os direitos políticos, dentre eles, o sufrágio direto para eleger representantes da câmara dos deputados e do senado federal, presidente e vice-presidente da República. Ainda assim, mendigos, analfabetos e religiosos não eram sujeitos de direitos políticos. A Revolução de 1930 retrocedeu nos avanços dos Direitos Humanos. Como decorrência, emergiu a Revolução Constitucionalista de 1932. A Constituição de 1934 trouxe algumas garantias como a de que a lei não poderia prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, estatuiu normas para proteger direitos trabalhistas. O Estado Novo retrocede quanto à liberdade de ir e vir, viola e censura meios de comunicação, inclusive o sigilo das correspondências. Direitos e garantias individuais são retomados a partir da Constituição de 1946 que perdura até o ano de 1964, quando os atos institucionais suspendem vários artigos.

Em 1967 a Constituição suprime a liberdade de publicação, restringe o direito de reunião e mantém os preceitos sancionatórios dos Atos Institucionais, sendo o AI-5 o mais violador dos direitos humanos, com assassinatos e torturas por questões políticas. Assegurava direitos individuais aos detentos e presidiários tais como o respeito à integridade física e moral, embora na prática não fossem efetivados esses direitos. A anistia em 1979 representou um avanço, embora criminosos também tenham tido seus crimes perdoados. A Constituição de 1988 ficou conhecida como constituição cidadã. Considera os direitos humanos como princípios a serem adotados nas relações internacionais do Brasil<sup>24</sup>. Para visualizar melhor a evolução dos direitos foi elaborado o quadro constante logo na sequência que apresenta um panorama sintetizado dos avanços que foram histórica e gradativamente se inovando.

---

<sup>23</sup> Ver <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/sociais-e-ciencias-humanas/direitos-humanos/> sobre outras declarações importantes.

<sup>24</sup> Para ler mais em ppt.: [www.dhnet.org.br/educar/comites/ceedh\\_hist\\_dh\\_br](http://www.dhnet.org.br/educar/comites/ceedh_hist_dh_br) (Acesso em 25/11/2014).

### 3.1 UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO NOS AVANÇOS JURÍDICOS

#### QUADRO 1 – LEGISLAÇÕES E DIREITOS HUMANOS

PERÍODO HISTÓRICO	AVANÇOS CONSEGUIDOS	ALGUMAS CARACTERÍSTICAS
1830	Código Criminal do Império.	Atribui a responsabilização aos jovens com idade inferior a 21 anos. Considerava-se a capacidade de discernimento.
1871	Lei do Ventre Livre – Lei nº 2040 de 28/09/1871. D. Pedro II	Tratou de proteger os “menores”. Curiosidades: Os filhos da escravizadas que nascessem no Império estavam livres. Os senhores e suas mães teriam a obrigação de cuidar até os oito anos de idade. A partir daí, o Estado indenizaria o senhor com 600\$000, ou utilizaria os serviços do menor até os 21 anos. A lei enviou para a rua milhares de crianças no país, que não seriam mais propriedades dos senhores feudais.(NÓBREGA, 2009, p. 68) <sup>25</sup>
1890	Código Penal da República - Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca reforma o regime penal após ouvir o Ministro dos Negócios da Justiça que propõe o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil.	Não se consideravam criminosos e eram portanto inimputáveis: menores de 9 anos; entre 9 e 14 anos, os que obrassem sem discernimento; os absolutamente incapazes por imbecilidade nativa ou enfraquecimento senil; os que estivessem em privação de sentidos e inteligência; os impelidos a cometerem crimes sob ameaças; os surdos-mudos sem instrução. (Título III - Artigo 27: Os maiores de 9 anos e menores de 14 que obrassem com discernimento seria recolhidos em estabelecimentos disciplinares industriais até o máximo de 17 anos, a critério do juiz. <sup>26</sup>
1916	Código Civil	Embora dispusesse sobre a adoção, o pátrio poder, a tutela e sobre os bens dos órfãos, não se referia aos problemas dos menores abandonados ou infratores e tão pouco abordava os direitos dos menores. Incumbe aos pais representar o menor até

<sup>25</sup> Disponível em: <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/viewFile/1201/997> (Acesso em 30/10/2014).

<sup>26</sup> Ressalte-se que não somente deveriam ser recolhidos menores infratores, mas também considerados “vagabundos”, “desocupados” e até mesmo os que ficavam jogando bola pelas ruas. “ atividades inocentes como jogar bola eram vistas como desordem e eram reprimidas duramente pela polícia.” “Attendendo á nossa reclamação com referencia aos meninos que jogavam football na rua do Progresso o sr. Ribeiro de Abreu organizou uma ‘canoa’ que deu bom resultado, sendo presos alguns delles, que ficaram na cadeia á disposição dos respectivos pais.” Tanto o código penal da Primeira República como o código imperial de 1830 baseavam-se no “sistema do discernimento”.

FERREIRA, L. V. P. **Menores desamparados da proclamação da república ao Estado novo.** Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a5.pdf> (Acesso em 04/11/2014).

		os dezesseis anos. (FERREIRA, p. 6).
1923	Juizado de Menores	O caráter dos atendimentos manteve a lógica correcional-repressiva (NEGRÃO E CONSTANTINO, 2011, p. 48).
1927	Código de Menores	Doutrina da Proteção à criança em condições consideradas irregulares: “O código de menores de 1927 qualificava os menores segundo a sua conduta: “expostos” eram os menores de sete anos, os menores de dezoito anos eram considerados “abandonados”, os que esmolassem ou vendessem pelas ruas eram classificados de “vadios” e os que freqüentassem prostíbulos recebiam a denominação de “libertinos”. O Código aboliu definitivamente a “teoria do discernimento” e dessa forma, os menores de quatorze anos passaram a ser considerados Inimputáveis”. (FERREIRA, p. 7).
1935	Departamento de Assistência Social.	Criado em São Paulo para prestar o “Serviço Social do Menor”, cujas atribuições consistiam de “fiscalizar, administrar, oferecer orientação médio-pedagógico aos estabelecimentos de amparo e reeducação, e encaminhar crianças e jovens julgados pelo Juizado de Menores para diversos estabelecimentos” ( <i>op. cit.</i> 2011, p. 35) <sup>27</sup>
1940	Código Penal	Os menores de dezoito anos se tornam inimputáveis perante a lei. Extinguiu o sistema de “roda dos enjeitados”. Art. 15 - O artigo 15 determinava que: “A admissão dos expostos á assistência se fará por consignação directa, excluido o systema das rodas”. (FERREIRA, p. 7).
1943	Renovação do Código de Menores	O Código Penal supera a distinção entre menor abandonado e menor delinquente, reconhece a irresponsabilidade do jovem menor de 18 anos.
1946	Fundo das Nações Unidas: UNICEF.	“Consolidou programas de assistência para crianças vítimas do pós-guerra, principalmente na Europa, no Oriente Médio e na China” (NEGRÃO E CONSTANTINO, 2011, p. 46)
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos	Emerge como um enorme pacto civilizatório após a segunda guerra. São signatários todos os países que compõem a Organização das Nações Unidas (ONU).
1950	UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância.	Uma das repercussões do pós II Guerra Mundial se refere aos apelos liderados por movimentos internacionais na luta pela criação do Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas.
1959	Declaração Universal dos	Reconhece a necessidade de dar tratamento ao adolescente diferenciado do

<sup>27</sup> NEGRÃO, A. V. G. CONSTANTINO, E. P. **Acolhimento institucional em tempos de mudança**: uma questão em análise. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

	Direitos da Criança.	tratamento dado ao adulto.
1964	Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM).	A partir dessa lei nº 4.513, cria-se a FUNABEM “vinculada ao Ministério da Justiça até 1972, quando passou para a Previdência Social até o ano de 1986”. <sup>28</sup>
1967	Outras alterações na lei. Criação do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	Para os menores entre 14 e 18 anos, valeria o critério da periculosidade. O IPEA traz como objetivo auxiliar o governo no planejamento de políticas públicas a médio e longo prazos.
1979	Lei nº 6.697/79 institui-se a doutrina do Menor. Código de Menores.	Considerava-se a situação da criança marginalizada, em situação de risco, desamparada e propensa à criminalidade, por isso em situação irregular.
1979	Ano Internacional da Criança	Fortalecimento da UNICEF no Brasil. Movimento Defesa do Menor em São Paulo.
1985	Criação do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua.	Pela primeira vez, fala-se em protagonismo juvenil e se reconhece crianças e adolescentes como sujeitos participativos.
1983	Frente Nacional de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Pastoral da Criança.	Representantes da igreja católica atuaram ativamente na defesa e proteção das crianças.
1986	Criação da Frente de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.	Articulação entre várias entidades de expressão na área da infância e adolescência. Nesse mesmo ano é criada a Comissão Nacional Criança Constituinte.
1988	Constituição Federal do Brasil: considerada a “Constituição Cidadã”.	Durante sua elaboração, um grupo de trabalho se reuniu para concretizar os direitos da criança e do adolescente.
1989	Convenção Internacional dos Direitos da Criança.	A Organização das Nações Unidas adota a Convenção e abre à subscrição e ratificação pelos Estados.
1990	Promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.	“Documento exemplar de direitos humanos, concebido a partir do debate de ideias e da participação de vários segmentos sociais envolvidos com a causa da infância no Brasil”. (BIMBATTE JUNIOR, 2010, p.21).
1991	Criação do Conselho Municipal	Instituição de apoio da política de defesa dos direitos da criança e do adolescente, que

<sup>28</sup> Negão, A. V. G. **Acolhimento institucional em tempos de mudança: uma questão em análise**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

	dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comtiba) Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).	regulamenta e fiscaliza a execução de ações, no se que se refere à população infanto-juvenil. <sup>29</sup> O Conanda integra o conjunto de atribuições da Presidente da República. <sup>30</sup>
1992	111 pessoas foram assassinadas em chacina no Carandiru.	38 tinham sido institucionalizadas quando criança ou adolescente. MARICONDI, 1997, <i>apud</i> (NEGRÃO E CONSTANTINO, 2011, p. 13).
1993	Sanção da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Lei nº 8.742. Conferência Mundial de Direitos Humanos.	O Estado é responsável pela assistência social enquanto um direito do cidadão. Legitima-se a dimensão que atribui o caráter de indivisibilidade dos direitos humanos, cujos preceitos devem se aplicar tanto aos direitos civis e políticos quanto aos direitos econômicos, sociais e culturais. A Declaração de Viena também enfatiza os direitos de solidariedade, o direito à paz, o direito ao desenvolvimento e os direitos ambientais. <sup>31</sup>
1994	LEI Nº 6.579 DE 29 DE ABRIL DE 1994 - Dispõe sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente/ CEDCA/PR.	Trata-se de um órgãos de natureza especial, com instância pública essencialmente colegiada, compondo-se de forma paritária com representantes governamentais e não-governamentais.
1995	PCNS – Parâmetros Curriculares Nacionais.	Suas diretrizes têm como principal objetivo contribuir para a estruturação e reestruturação dos currículos escolares de todo o Brasil.
1996	LDBN – Leis de Diretrizes e Bases Nacionais. PNDH-1 – Plano Estadual de educação em Direitos Humanos.	Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece princípios de luta para a consolidação dos Direitos Humanos.
2002	PNEDH – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos II.	

<sup>29</sup> Disponível em: <http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?id=127> (Acesso em 10 de novembro de 2011).

<sup>30</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8242.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8242.htm) (Acesso em 10 de novembro de 2011).

<sup>31</sup> DHNT. **Conferência de Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html> (Acesso em 10 de novembro de 2014).

2003	PNEDH – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Estatuto do Idoso (Lei 10.741)	O Programa atribui maior ênfase aos direitos civis, ou seja, os que referem mais diretamente à integridade física e o espaço de cidadania de cada um. Destinado a regular os direitos assegurados do idoso com idade superior a 60 anos.
2004	PNAS – Política Nacional de Assistência Social.	Visava à implementação e consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
2006	.Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e do Sistema Nacional Socioeducativo (Sinase). Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos III. Lei Maria da Penha (2006).	Os dois documentos buscam solução para direitos garantidos pelo Estatuto, mas que ainda encontram dificuldades para sua efetivação. “Pela primeira vez, dois conselhos se reuniram para traçar as diretrizes e metas” (BIMBATTE JUNIOR, 2012, P.12). Planos de Atendimento Socioeducativo, previsto na Lei nº 12.594/2012.
2006	Diretrizes das Nações Unidas sobre o uso e Condições Apropriadas para cuidados Alternativos com crianças. Lei Maria da Penha. {Plano Nacional de Promoção, Proteção e defesa do}direito de Crianças e }adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNPPDDCACFC).	O Plano trouxe algumas alterações importantes no ECA. As diretrizes devem nortear as ações de atenção à infância em âmbito mundial. Documento elaborado com base no ECA, tendo como objetivos principais a formulação e a implementação de políticas públicas que assegurem os direitos à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes. (NEGRÃO E CONSTANTINO, 2011, p.76).
2007	Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (MDS) Grupo de Trabalho Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária;	Oferece suporte às ações voltadas para o sistema de garantia de direitos em âmbito nacional. O Grupo tem por objetivo subsidiar a implantação do Plano.



2009	CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para crianças e Adolescentes.	Estabelecem normativas para o sistema de instituições que abrigam crianças e adolescentes no Brasil. Também teve uma importância notável para o atendimento a essa população.
Ainda em 2009	Lei nº 12.010 altera o ECA(1990), o Código Civil (2002) e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (1943). Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.	. “Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.” SCHACH, 2012, p. 03). <sup>32</sup>
2010	Plano Nacional de Promoção Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente à convivência familiar e comunitária. <sup>33</sup>	Apresenta um conjunto de ações por parte do Estado, para serem implementadas no período de 2007 a 2015.

Observações importantes que valem à pena ressaltar: O advento do Código Penal de 1890 marcou uma ressignificação do olhar para o tratamento da criança no Brasil, quando salienta o predomínio da educação sobre a punição. Perez e Passone, quando tratam de políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil, ensinam que no início do século XX, a criança passou a ser concebida

<sup>32</sup> SCHACH, V. A. **A nova realidade das instituições de acolhimento A partir da lei nº 12.010**. Disponível em: <file:///C:/Users/Ps%20Printer/Downloads/93-714-1-PB.pdf> ((Acesso em 07/11/2014).

<sup>33</sup> Disponível em: <http://www.paulinia.sp.gov.br/viveremfamilia/pdf/plano.pdf>

como objeto de atenção e controle por parte do Estado, e o tratamento dispensado a essa população ocorreu na “intersecção entre medicina, justiça e assistência pública” (PEREZ e PASSONE, 2010, p. 654).<sup>34</sup> No entanto, é sempre importante frisar a importância do entrelaçamento entre os setores da saúde, da segurança, da educação, do direito, da rede de proteção. O panorama histórico da legislação internacional e nacional que se relaciona ao campo dos direitos humanos pode ser analisado à luz do pensamento complexo, no sentido original do termo ao compreender todos os fatores presentes no emaranhado social, político, cultural, econômico, dentre outros que repercutem na edificação das subjetividades erigidas nos diversos microssistemas.

Do quadro apresentado a respeito das legislações e dos direitos humanos, ressalte-se que o Código Penal brasileiro foi promulgado pelo decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Os ‘menores’, que poderiam ser crianças abandonadas ou delinquentes, seria recolhidos até os 21 anos de idade no máximo, seriam submetidos ao mesmo Regulamento. O artigo 30 descrevia que os menores entre nove e catorze anos que tivessem praticado quaisquer ações consideradas ilícitas com discernimento seriam submetidos a sanções disciplinares por meio de atividades laborativas, em estabelecimentos industriais, não podendo exceder a idade de dezessete anos Decreto nº (847, p.2668).

Em 20 de dezembro de 1923 é elaborado o Regulamento de Proteção aos Menores Abandonados e Delinquentes. A pobreza extrema é um elemento crucial que condiciona a vida de muitas crianças e adolescentes a situações de risco. Para minimizar a situação de fragilidade ao desenvolvimento humano ficou instituído que os adolescentes com idade inferior a catorze anos deveriam ser encaminhados a “algum asilo, casa de educação, escola de preservação, ou confiados a alguma pessoa idônea, e não mais sofreriam sanções penais como era antes, já se estivesse com idade entre 18 e 21 anos e viessem a praticar ato tipificado como crime ou contravenção, ficaria separado dos adultos e o ato praticado seria considerado nos mesmos parâmetros de circunstâncias atenuantes. passavam a se incluir numa circunstância tida como atenuante”. (RODRIGUES e LIMA, 2000, p. 5)

---

<sup>34</sup> <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1740140.pdf>

O Juizado de Menores data de 1923 e Mello Matos foi o primeiro Juiz de Menores da América Latina que elaborou o Código de Menores, motivo por que também era denominado “Código Mello Matos”, sancionado em 1927. O Estado então passa a assumir o compromisso e a responsabilidade legal por crianças e adolescentes órfãos e/ou abandonados ou delinquentes. “O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código.” (grafia original) Código de Menores - Decreto N. 17.943 A – de 12 de outubro de 1927. O artigo 15 apresentava então uma proposta de excluir-se o sistema de rodas dos expostos, “Art. 15. A admissão dos expostos à assistência se fará por consignação directa, excluído o systema das rodas.” (Decreto nº17. 943-A p.478). (*ibidem*, p. 5). (*sic*)

Com relação ao ensino obrigatório, a Fundação Promenino informa na primeira página do site que “foi regulamentado em 1854”. Destaca-se que a lei não se aplicava universalmente, já que ao escravo não havia esta garantia. Também não tinham acesso pessoas com doenças contagiosas, ou seja, não bastasse não ter acesso à saúde, era marginalizado multidimensionalmente na medida em que a educação também lhe era negada. Pessoas em condições socioeconômicas extremamente desfavorecidas padecem historicamente em seus microssistemas os efeitos circulares do macrossistema que os constituem. A criminalização da pobreza como fenômeno cíclico e retroalimentante na medida em que perpetua as desigualdades. O site da Fundação Promenino também traz a informação de que o decreto nº 1.313 estipulou a “idade mínima em 12 anos para trabalhar”. (*id, ibidem*, p.5)

A Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT –, promulgada em 1943, ao tratar no segundo capítulo sobre o aprendiz, entre catorze e vinte e quatro anos, estabelece em seu art. 4º um vínculo conciliatório necessário entre o trabalho do adolescente e/ou jovem, na condição de aprendiz, e frequência ao ensino fundamental, para que o contrato de aprendizagem tenha validade legal: “A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em

formação técnico-profissional metódica” (DECRETO Nº 5.598, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2005).

No entanto, percebe-se que até os dias atuais muitos adolescentes trabalham em diversos locais como supermercados e outros estabelecimentos desde os catorze anos, com carga horária superior à proposta para quem está em contrato de aprendizado. Trabalham horas extras em quantidade excessiva que os impedem de conciliar o trabalho e os estudos. Nem sempre conseguem negociar o horário. Como na maioria dos casos a necessidade de subsistência prevalece sobre a necessidade da educação formal, muitos acabam abandonando a escola em função de trabalhos extremamente onerosos e estressantes, cujos empregadores desrespeitam totalmente o decreto acima referenciado, e o pior é perceber que os estudantes que se evadem em função de cargas horárias excessivas de trabalho e falta de conciliar os horários sequer se reconhecem como sujeitos de direitos trabalhistas, muito menos o valor da educação formal para o próprio desenvolvimento.

O professor José Carlos Bimbatte Junior, ao apresentar em 2010 o Projeto de Ação-Proteção, debate as “Políticas Públicas Para Infância e Juventude: Conquistas e Desafios” e traz um levantamento histórico sobre as legislações referentes à infância e à juventude: Em 1942 criou-se um órgão do Ministério Público equivalente cujas atribuições se equivaliam ao - Serviço de Assistência ao Menor/SAM foi criado em 1942: órgão do Ministério da Justiça similar ao sistema penitenciário, “cuja lógica de trabalho era a reclusão e a repressão das crianças e adolescentes abandonados ou autores de atos infracionais”<sup>35</sup>. A seguir, um breve resumo de alguns documentos que ilustram o compromisso para com o desenvolvimento humano de crianças e adolescentes.

Rodrigues e Lima, em “Estudos Comparados sobre a Escola: Brasil e Portugal (séculos XIX e XX)” (CAPES-ICCTI, 2000), esclarecem que houve uma renovação Código de Menores em 1943, quando o Código Penal passa a superar a distinção entre menor abandonado e menor delinquente, ao reconhecer a irresponsabilidade do jovem com idade inferior a 18 anos (...) “A lei de 1967 determinava que os menores de 14 contariam com a assistência e

---

<sup>35</sup>Disponível em:

[http://www.promenino.org.br/Portals/0/Pol%C3%ADticas\\_P%C3%ABAblicas\\_Inf%C3%A2ncia\\_2.pdf](http://www.promenino.org.br/Portals/0/Pol%C3%ADticas_P%C3%ABAblicas_Inf%C3%A2ncia_2.pdf)  
(Acesso em 07 de Julho de 2013).

a proteção do governo, de acordo com suas condições e o estudo do ato praticado”(p. 06). “No entanto, os menores que tivessem entre 14 e 18 anos teriam o seu destino decidido não mais em função do critério de “periculosidade”, mas sim a partir da penalidade prevista para a infração praticada”.

O Estado tinha nos princípios institucionalizados do “Código de Menores” um papel punitivo para atos considerados infracionais. A concepção do termo “menor” ilustra a inferiorização da criança silenciada e pronta para receber passivamente os ideais histórica e culturalmente conhecidos do universo dos adultos.

Os processos de adultização prematura e as responsabilidades para dar conta das necessidades vitais básicas levam também os meninos de rua e as crianças que tão cedo têm que trocar as brincadeiras e os estudos pelo mundo do trabalho a um envelhecimento físico e ‘maturidade’ precoces. Isso se percebe com clareza não só no romance *Capitães da Areia*, como no filme homônimo lançado em 2011. Pedro Bala e a prostituta Dalva, todos os personagens representam ter idade superior, devido aos maus tratos da vida sofrida. Desfragmentado das macroestruturas organizacionais determinantes do processo de edificação subjetiva individual, o Código de Menores vai sendo suprimido por outras concepções de infância e juventude até culminar com a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para estabelecer comparações a respeito da mudança conceitual entre o “Código de Menores” e o “ECA”, um breve resgate histórico com uma introdução que elucide como os avanços foram ocorrendo no campo das ciências jurídicas:

O pedagogo e professor Antonio Carlos Gomes da Costa <sup>36</sup>(2007), um dos redatores do ECA (1990), em uma palestra sobre o *Protagonismo Juvenil*, retoma alguns temas importantes pautados na Convenção Internacional dos Direitos das Crianças – Enfatiza a absoluta prioridade no cumprimento às leis que protegem o desenvolvimento humano das crianças e adolescentes, e faz significativos apontamentos sobre as inovações semânticas advindas da seara

---

<sup>36</sup>Antonio Carlos Gomes da Costa, “Protagonismo Juvenil” (lecture). Palestra realizada para o projeto “Capacitação em ECA” com o Grupo Marista. Na videoconferência, que aconteceu em 21 de novembro de 2007, o especialista fez uma exposição sobre pontos importantes do Estatuto da Criança e do Adolescente, e respondeu as perguntas feitas pelos participantes. Disponível em :<https://www.youtube.com/watch?v=7S9Jv9v0deA> (Acesso em 08/7/204).

jurisprudencial na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, para o qual atuou em coautoria.

Ressalta que em seus aspectos filosóficos, cabe salientar o artigo 227 da Constituição Federal 1988, quando trata em primeiro lugar o dever das gerações adultas: família, sociedade, estado, de assegurar a crianças e adolescentes os direitos inerentes ao desenvolvimento humano pessoal e social saudável. Os direitos das crianças e dos adolescentes devem ser assegurados com prioridade absoluta.

No antigo Código de Menores, reportava-se às crianças como os inadaptados, infratores, eram objetos de intervenção jurídica. O ECA prevê direitos a todas as crianças e todos os adolescentes. A garantia de algo a alguém significa o direito de se exigir o seu cumprimento – isso integra as condições de exigibilidade – O estatuto não usa o termo “menor” por se referir àqueles atendidos em delegacia de menores, em FEBENS, regulamentado pelo Código de Menores, cuja doutrina versava sobre o menor em situação irregular. A criança não era sujeito de direitos, como retratado no fragmento de “Os Capitães de Areia” já citado, os infratores fazem jus *a uma imediata providência do Juiz de Menores e do doutor Chefe de Polícia*. A palavra *menor* vem caindo em desuso.

O primeiro elenco de direito, segundo Costa (2012) se refere ao direito à vida, à alimentação e a saúde, são os direitos em primazia. O segundo se refere à educação, ao lazer e à cultura. O terceiro elenco se refere ao direito à liberdade, respeito, dignidade, à convivência familiar e comunitária – garante a integridade física, psicológica e moral da criança. Além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão – são as situações de risco – Doutrina da proteção integral. Garante a sobrevivência e o desenvolvimento da integridade física e psicológica e defesa da situação de risco pessoal e social.

Os meninos abandonados se integram aos grupos excluídos que os acolhem, naquele período. Geralmente, são desprotegidos por parte dos pais biológicos, oriundos de famílias socioeconomicamente desfavorecidas, com um repertório sociocultural de negligência construído a partir de inúmeras violações e violências. Ao tratar sobre as principais violações, a UNICEF traz no livro que aborda “A Infância Brasileira nos anos 90” que o panorama nacional é inaceitável. “Do direito básico de acesso aos equipamentos de saúde e

educação, ao estupro, à tortura e ao confinamento para fins ilícitos (...), são inúmeras as crianças que sofrem o processo chamado de *vitimação* – isto é, crianças vítimas de injustiça da estrutura social – e o de *vitimização* – aquelas vítimas de violência direta”. (UNICEF, 1998, p. 139).

Costa (2012) defende que, para que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja efetivamente implantado, faz-se necessário um “salto triplo”, ou seja, três pulos necessários para que seja efetivado: Primeiro Salto: Necessidade de Alteração no Panorama Legal: Necessidade de que os Municípios e Estados se adéquam à nova realidade normativa. Necessidade de implementação dos conselhos tutelares de forma efetiva, com meios para tal, bem como os fundos destinados à infância.

Segundo Salto: Ordenamento e Reordenamento Institucional: Necessidade de colocar em prática a nova realidade apresentada pelo Estatuto da Criança e Adolescente. Conselhos dos direitos, conselhos tutelares, fundos, instituições que venham a executar as medidas socioeducativas e a articulação com as redes locais para a proteção integral.

Terceiro Salto: Melhoria nas formas de atenção direta: É necessário todo um processo de alteração da visão dos profissionais que trabalham de forma direta com as crianças e os adolescentes. Deve-se alterar a maneira de ver, entender e agir. Os profissionais que têm lidado com as crianças e os adolescentes apresentam, historicamente, uma visão marcada pela prática assistencialista, corretiva e a maioria das vezes meramente repressora. É necessário mudar essa orientação. Analisado esses três saltos percebe-se que o caminho a trilhar é longo e que precisamos buscar apoio em nossa sociedade para que ela compreenda o papel e a importância da dedicação, da energia positiva, do afeto, da compreensão e do envolvimento com o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Na atualidade, dentre os direitos assegurados para crianças e adolescentes, cabe ressaltar alguns em especial, para além da alimentação, vestimentas, moradia (...), o direito ao “lazer” e à convivência familiar que, apesar de prevista em lei, parece ainda um assunto a ser amplamente discutido. As necessidades econômicas construídas cotidianamente pelos diversos meios de comunicação têm contribuído para inviabilizar a interação entre os familiares, devido ao excesso de trabalho e atividades sociais nas quais as pessoas buscam se ocupar em busca do prazer. Emerge o indagar-se

sobre como estabelecer relações dialógicas, nas quais haja respeito e confiança mútuos entre os pais, avós, tios, e todos os adultos que atuam como educadores. A questão é como educar?

Ao discorrer sobre “Identificação de Estilos Parentais: O ponto de vista de pais e dos filhos”, Weber, Prado, Viezzer e Branderburg(2004) exploram os estilos parentais por meio de duas escalas de responsividade e exigência parental. Ao analisar qual estilo parental mais efetivo, Baumrind (1967) sugere o modelo autoritativo, traduzido para o português como um estilo democrático e recíproco. Os pesquisadores obtiveram em suas investigações resultados que revelaram que ao agir com responsividade, interações positivas são promovidas. Isso ocorre quando os pais e familiares se envolvem na educação dos filhos, respondem à necessidade que têm de “atenção, incentivo, auxílio, diálogo e diversão (responsividade), bem como supervisionam e monitoram os comportamentos dos filhos, exigem a obediência de regras e limites e o cumprimento dos deveres” (BAUMRIND, 1967, 1971; BAUMRIND; BLACK, 1967, *apud* WEBER, 2004, p. 329-330)

As relações entre crianças e adultos se tornam mais eficazes quando interatuam posicionamentos de controle e compreensão, de respeito mútuo e bi-direcionalidade, atitudes que promovem maior autonomia e autoafirmação. A proposta defendida na pesquisa de estilos parentais autoritativos pode se estender a todos os profissionais envolvidos direta e indiretamente na formação humana. Estas reflexões podem contribuir para repensar como articular uma agenda educativa para pais e/ou responsáveis, e profissionais da educação, da rede, instruindo-os a atuarem autoritativamente<sup>37</sup> com responsividade, regras claras e acordos pedagógicos nos quais prevaleça o consenso.

No caso dos meninos de rua ilustrados na obra de Jorge Amado, não havia como a escola propor no seu projeto político e pedagógico a interação entre profissionais da educação e pais e/ou demais responsáveis por aqueles meninos e meninas, pois a oferta da educação formal era seletiva e atendia a poucos privilegiados. O Código de Menores não concebia a família e o estado como responsáveis pelo crescimento dos “menores”, trazia medidas punitivas para os que cometessem delitos. Estes não eram considerados sujeitos de

---

<sup>37</sup>Segundo Weber, Prado, Viezzer&Branderburg (2004), o termo *autoritativo* foi alcunhado por Oliveira &Cols (2002), como um estilo parental democrático-recíproco ou, competente na concepção de Bee, 1996. (Costa & cols., 2000; Oliveira & Cols., 2002; Bee, 1996 *apud* Weber, Prado, Viezzer e Branderburg, 2004) .



direitos à moradia, à convivência familiar, à saúde, à educação... Com a alteração na legislação para o ECA/1990, modifica-se o olhar para esse segmento da população.

Os avanços se percebem quando já na maternidade há uma preocupação por parte das enfermeiras em provocar a mãe e o pai do bebê para fazer a certidão de nascimento, contendo o nome do pai e da mãe, sem que haja quaisquer custos para os pais. Em 16 de outubro de 2013, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do senado aprovou projeto de lei que permite às mães registrar os filhos e fazer a indicação do nome do pai.

Mesmo com a mãe indicando o nome do pai para constar no registro de nascimento, ainda o agir com responsividade requer um trabalho efetivo de sensibilização por parte dos meios de comunicação de massa, das escolas, dos conselhos tutelares, das redes de proteção. De acordo com dados da Unicef (Fundo da ONU para a Infância), 3,7 milhões de crianças brasileiras são órfãs de pai ou de mãe. O Brasil está na nona posição entre os países em desenvolvimento com o maior número de órfãos no mundo (2007).

O número de crianças e adolescentes em situação de risco em Curitiba, campo da pesquisa que dá suporte a esta dissertação, vinha crescendo com maior intensidade segundo pesquisa realizada junto ao Programa de Integração da Infância e Adolescência – Programa Piá (1990). Em artigo publicado pelas pesquisadoras, foi possível verificar que Curitiba estava entre as capitais nas quais o crescimento dos índices de violência contra a criança e o adolescente vinha aumentando de forma mais intensa. No cenário mundial, de acordo com a UNICEF:

(...) Existem 200 milhões de crianças entre cinco e quinze anos que, como condição de sobrevivência, em países como o Brasil, a Índia, a Tailândia e também os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Alemanha, se submetem a serem escravas da prostituição, do trabalho penoso, do tráfico, do alistamento militar obrigatório, entre outras formas de violação dos direitos da criança, conforme apregoa o Estatuto da Criança e do Adolescente”. Tonin, 1996, p. 9 *apud* (ASINELLI-LUZ, WOSNIAK, SAVI, 2011).

A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), do IBGE, 2009, revela que quase 240 mil jovens com idade inferior a 18 anos têm que encarar as atribuições dos “chefes de família”. Trata-se de um processo de

adulterização precoce que viola o direito da criança e do adolescente a um desenvolvimento humano integral. Ao serem mães e pais tão cedo, muitos adolescentes e jovens abandonam os estudos devido à falta de alguém que cuide das crianças para trabalhar e estudar, ao cansaço do trabalho e dos estudos simultaneamente, dentre outros fatores.

Especialmente nas regiões metropolitanas, observa-se um número significativo de mães que reclamam a falta de vagas nas creches. Muitas perdem oportunidades de inserção no mercado de trabalho por não ter com quem deixar o bebê ou a criança. Outras tantas acabam abandonando a escola por não ter creche no período noturno, quando poderiam conciliar o trabalho com os estudos. O trabalho informal – comércio ilícito – soa como uma solução para o enfrentamento ao desemprego e à precarização das condições de trabalho.

A respeito do Sistema Nacional Socioeducativo/ SINASE, O Ministério Público do Paraná (MPPR) promoveu em junho de 2014 um seminário intitulado: “Implementando o SINASE no município: do Plano de Atendimento Socioeducativo à execução das medidas”, com o objetivo norteador de debater sobre os subsídios necessários à atuação dos membros do Ministério Público, integrantes dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, no processo de elaboração e implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nos moldes do previsto na Lei nº 12.594/2012, tarefa fundamental cujo prazo de conclusão se encerra no dia 14 de novembro de 2014.

O SINASE é uma possibilidade de potencializar a implementação de aspectos já previstos no Estatuto. Importa salientar que este sistema tem como plataforma inspiradora acordos e tratados internacionais de Direitos Humanos, dos quais o Brasil é signatário, em especial na área da criança e do adolescente, priorizando as medidas em meio aberto: prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, em detrimento das medidas privativas ou restritivas de liberdade, em estabelecimento educacional semi-liberdade e internação.

O atendimento do adolescente poderá ser mais eficaz se for possível construir uma rede bem articulada a partir do momento da apreensão do adolescente pelo policial. Menciona-se a importância do Plano de atendimento socioeducativo para a execução da medida, com a rede de atenção e de

proteção bem articuladas, na qual deve haver a integração operacional de órgãos do ministério público, defensoria e segurança pública, assistência social, preferencialmente no mesmo local para agilização do atendimento inicial do adolescente. Dentre as vantagens de uma atuação adequada está o olhar direcionado para a pessoa do adolescente e não para o ato infracional. Olhar primeiro o adolescente e não o que ele faz, tendo-o como centro de atenção, para que esse seja atendido juntamente com sua família em suas necessidades fundamentais.

As reflexões apresentadas neste subtópico resgataram brevemente eventos históricos que marcaram o delineamento de trajetórias de vida a partir da repercussão das alterações nas legislações vigentes. Após uma retrospectiva dos direitos humanos no panorama internacional e nacional, é interessante focalizar na educação a partir de outros olhares que muito têm contribuído para intensificar o debate dos direitos humanos como proposta pedagógica para a formação humana.

### 3.2 DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO: DIVERSOS OLHARES

A discussão sobre Educação em Direitos Humanos - EDH ainda precisa ser reiterada na pauta da agenda de políticas públicas voltadas para a formação humana integral. O exercício da democracia requer políticas públicas voltadas para a irradiação dos preceitos implícitos no campo dos DH, visando à construção de novos saberes e práticas articuladas sob diferentes perspectivas, com ênfase na emancipação política, na autonomia e no aguçar da percepção a respeito da capacidade autobiográfica que cada um tem de intervir positivamente escrevendo e reescrevendo a história de vida individual e coletiva.

Abordar a temática dos Direitos Humanos e pesquisar sobre temas relacionados aos DH requer do enunciador, pesquisador, provocar ressonâncias a respeito do debate sobre a prática da tolerância, da empatia, do respeito à ideologia altera, da compreensão sobre a edificação da subjetividade e do homem como um ser sociohistórico. Não raro, jornais policiais assistidos por grande parte da população brasileira, especialmente pelas classes populares, reforçam a ideia de que direitos humanos se limitam à defesa de pessoas que cometeram atos infracionais.

A história dos direitos humanos no Brasil pode ser vista como obra de todos aqueles que, através de insurreições, rebeliões e revoltas, lutaram contra uma estrutura de dominação que vigorou em nosso país durante séculos e que ainda persiste em muitos aspectos, principalmente no que concerne às desigualdades sociais. Por isso mesmo, a ideia de direitos humanos em nosso país permanece sendo vista como algo subversivo e transgressor. Nas últimas décadas, as classes populares e os movimentos sociais têm feito um uso intenso dos direitos humanos como instrumento de transformação da ordem dominante, o que explica a ação enérgica de determinados grupos conservadores, no sentido de tentar associar a causa dos direitos humanos à mera defesa das pessoas que cometeram um delito. Daí acusações falsas do tipo: "direitos humanos é coisa de bandido" ou "onde estão os direitos das vítimas?" (RABENHORST, 2001, p. 8)

Rabenhorst, 2001, ainda alerta para o fato de que movimentos organizacionais como a Anistia Internacional lutam pela defesa do direito de pessoas em privação de liberdade. Por outro lado, outras entidades oferecem assistência a vítimas de ações delituosas, como é o caso do Grupo de Apoio Jurídico às Organizações Populares - GAJOPE. A multidimensionalidade dos DH se constitui de uma ampla gama de direitos além da esfera penal, como exemplo os direitos relacionados à liberdade religiosa, ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente protegido, aos direitos sociais, econômicos, civis, políticos, dentre tantos outros.

Ao falar sobre Educação e Direitos Humanos, Morin (2000) tece considerações sobre como vivemos em um período de grandes riscos que sincrônica e paradoxalmente podem ser considerados como grandes promessas de esperança para a humanidade. Sublinha que há duas mundializações em curso. Por um lado, desenvolve-se um processo de integração técnica e econômica, com o estreitamento dos laços de interdependência entre todos os habitantes da terra e a disseminação do sistema capitalista de mercado, ocorre, no entanto, mais lentamente, a sedimentação de uma cultura, de um código cultural comum, isto é, a mundialização das ideias políticas de democracia e dos direitos humanos.

Em artigo intitulado “Direitos Humanos: considerações sobre o fundamento e a validade de um projeto político á luz do desenvolvimento”, Costa (2004) retoma a indagação do educador colombiano José Bernardo Toro sobre qual foi a maior contribuição dos séculos XX e XXI para a preservação/manutenção da vida no planeta terra. O que concluirão daqui a trezentos anos as gerações vindouras?

Pode-se tentar responder a esta questão a partir dos avanços da medicina, da revolução dos meios de transporte, as viagens espaciais, do campo das comunicações. Outrossim, é angustiante lembrar que ao lado destas maravilhas que compõem o acervo tecnológico do séc. XX emerge também a memória aterrorizante de outras descobertas da ciência que levaram a um fim avassalador, por exemplo, a construção da bomba atômica. A proposta poderia ser de, daqui a trezentos anos se olhe pro século XXI e possa ser constatado que, para a manutenção da vida no planeta terra, os feitos heroicos não se refiram às invenções da ciência e da técnica, mas sim se avalie que a monumental oferenda que este século deixa para a humanidade é

a invenção da Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana, criado em 1948, no grande pacto civilizacional firmado entre as nações, no final da segunda guerra. O documento prima por evitar as arbitrariedades horripilantes ocorridas durante o período de guerras.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) (2010), articulado a outros órgãos, como o Ministério da Educação (MEC) e da Justiça, traz reflexões sobre a educação inclusiva, acolhedora das diversidades humanas. Trata-se de pensar na educação como um direito de todos, objetivando o desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, baseada na no artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948).

O PNEDH, em suas diretrizes mostra a busca de contribuição dos grupos de interesse para a constante reflexão quanto ao desenvolvimento de uma cultura voltada para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas, ao que se refere à educação em direitos humanos o compromisso na promoção da educação, afirma o propósito de melhoria na qualidade social da vida, sendo pautado em políticas em processos democráticos; políticas estas que contribuam para a construção da cidadania, onde os alunos constroem seus conhecimentos baseado nos direitos fundamentais, o respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas.

A Constituição Federal (1988) preconiza os direitos à liberdade, igualdade, solidariedade, direito a democracia. Porém, na prática há necessidade de uma ação mais positiva e concreta principalmente por parte do Estado, com a existência de leis e políticas distributivas, defendendo os direitos econômicos, sociais e culturais do cidadão brasileiro.

O que se nota na maioria das vezes é a política do "Bem-Estar" dando ênfase ao assistencialismo e à exclusão. Políticas Públicas significativas como Educação para/em Direitos Humanos, lançada em 1996 pelo Ministério da Justiça/Governo Federal, onde os redatores do PNEDH "vislumbram uma vinculação indissociável entre o Desenvolvimento Humano e a forma de política democrática, sendo esta a via por ele utilizada para conferir ao Estado papel absolutamente indispensável na promoção, na efetivação, na proteção e na repressão às violações do desenvolvimento Humano." Como o homem é um ser em construção e a sua existência é resultado da busca pelo aperfeiçoamento e pela superação dos instintos negativos ao convívio social, a

defesa e a promoção da dignidade do indivíduo podem ser promovidas por meios educativos. Uma educação voltada aos direitos humanos deve fornecer ao homem os instrumentos necessários para que ele possa constituir as bases de um viver compartilhado e baseado nos valores de solidariedade, justiça, respeito mútuo, liberdade e responsabilidade.

A realização desses valores o torna mais apto a viver com dignidade. Porém, sem eles, o homem se revela destituído de sua essência fundamental, ou seja, ele perde aquilo que define o seu ser: a sua humanidade. A educação em direitos humanos é, pois, uma forma do sujeito reconhecer a importância da dignidade e, sobretudo, agir visando à conquista, a preservação e a promoção de uma vida digna.

Uma parte significativa da população brasileira ainda enfrenta a exclusão social, digital, etnicorracial, dificuldade de acesso e especialmente de permanência na educação formal é uma das causas dessa exclusão. O atual momento exige profissionais cada vez mais qualificados com domínios de competências e habilidades que atendam aos anseios motivados pelos diversos avanços em especial, da cibernética. Criatividade e criticidade podem viabilizar a promoção de uma cultura que tenha no conceito de paz e convivência harmoniosa dos seres vivos um projeto formativo a ser priorizado.

Quando aborda *Cultura de Paz: Estratégias, Mapas e Bússolas*, Milani (2009) chama a atenção do leitor para o papel de protagonista que pode ter na busca por uma educação voltada para a paz. Ressalta que:

Por importantes que sejam mapas, bússolas e estratégias, nada mais são que instrumentos. Sua utilidade só é revelada quando estão nas mãos de alguém disposto a agir, a buscar, a tentar. O título da obra deixa entrever um sujeito, aquele que fará bom uso desses instrumentos, seja disseminando e mobilizando, seja indo além, criando estratégias e desenhando novos mapas. Esse sujeito é você, estimado(a) leitor ou leitora. Somente do seu desejo e vontade é que pode nascer à decisão de iniciar essa viagem, esse empreendimento. Por mais longa e desafiadora que seja a jornada, ela sempre se inicia com um simples passo (MILANI, 2009, p. 19).

Em suas reflexões sobre “Cultura de Paz x Violências: Papel e desafios da escola” (p.31), Milani (2009) alerta que enquanto os determinantes *culturais, econômicos, políticos, sociais, emocionais, morais, etc.*, mantiverem princípios que se constituem em fatores hierárquicos de violência, dominação e conflito, a

paz se estabelece apenas enquanto intervalo entre guerras, pois a mera assinatura de acordos tratados não será o suficiente para se estabelecer a paz.

A História já comprovou que a mera assinatura de acordos e tratados insuficiente para estabelecer a paz, pois os fatores que permitem e favorecem a eclosão das guerras têm permanecido inalterados. Em outras palavras, quando a cultura – em seus diversos aspectos econômicos, políticos, sociais, emocionais, morais etc. – mantém seus valores de violência, dominação e conflito, a paz se torna apenas o intervalo entre guerras (*ibidem*, p.31).

A essas reflexões se somam as preocupações quando se percebe que muitos avanços têm sido notáveis no campo das ciências humanas para promover a reconfiguração do pensamento sobre as concepções a respeito da formação das sociedades humanas. Tratados e Acordos Internacionais tentam legislar sobre a defesa dos direitos humanos, códigos de leis são alterados, várias são as propostas de intervenção na prática social para minimizar os índices de violências. No entanto, a prática do dia a dia parece ressoar um quadro aterrorizante de uma sociedade na qual movimentos e protestos não conseguem dar conta de expressar minimamente o pânico diante do caos que se intensifica.

Atentar para estas reflexões pode contribuir para o desenvolvimento da ética da compreensão. A tentativa de homogeneizar indivíduos ao se elaborar normativas jurídicas no campo educacional, penal, civil, dentre outros, visando ao estabelecimento de certa ordem, acaba por implicar o aumento da desordem, na medida em que se reduz a complexidade imbricada nas relações desiguais e assimétricas entre grupos heterogêneos de seres humanos. Ao se desconsiderar a dialeticidade destas interações, suas complementaridades e seus antagonismos, reduz-se a complexidade e a desordem se autoamplifica.

Enquanto fenômenos polissêmicos que se retroalimentam, as violências precisam ser amplamente discutidas para que agressores e vítimas possam perceber aspectos comportamentais do modo de ser violento. Assim, a violência simbólica, psicológica, física, o *bullying*, a inferiorização do outro, as chacotas e todas as formas de ações violadoras da integridade necessitam ser debatidas por meio de vários instrumentos discursivos disponíveis nas instituições de ensino, nos meios de comunicação de massa, especialmente nos ambientes virtuais. Textos, vídeos, poemas, *outdoors*, romances, *chats*



presenciais ou digitais, todas as formas de comunicação e exteriorização do pensamento precisam ser utilizadas para disseminar-se um discurso em prol da cooperação, da solidariedade, da tolerância, do altruísmo e da empatia, na busca pela paz.

Ao considerar a afirmação de Minayo (1994) quando reflete que “é, hoje, praticamente unânime (...) a ideia de que a violência não faz parte da natureza humana e que a mesma não tem raízes biológicas” (p.7). (...) Trata-se de um “fenômeno histórico-social, construído em sociedade”, que pode, portanto, ser desconstruído (MINAYO, 1999, p.7).

A desconstrução de princípios e valores que muito legitimaram ações tradicionais dos antepassados, que pareciam “funcionar” para outras épocas requer indivíduos com mentes abertas e adaptáveis a novas demandas. As consequências de ações violentas punitivas usadas na educação de crianças e as agressões e torturas a transgressores das leis têm contribuído para explicar o aumento avassalador dos índices de violência.

Uma educação por e para a defesa e a luta de Direitos Humanos tem como primazia a edificação de um projeto multiculturalmente orientado para despertar nas pessoas em constante desenvolvimento a sensibilidade ética e suprassensível de valores como o respeito à alteridade e à dignidade do outro. Emerge a necessidade de se pensar em instrumentos didático-metodológicos que propiciem um trabalho que ofereça sustentabilidade para o indivíduo lidar com situações adversas, mediar conflitos, superar obstáculos, agir proativamente, antecipando consequências, prevendo possibilidades de mudar eventos com agilidade e competência.

A militância em prol do bem coletivo requer o entendimento a respeito dos entrelaçamentos que ocorrem na vida biopsicosociocultural, afetada dialeticamente a partir da interação entre as relações socioafetivas, o ecossistema e o universo. A concepção pedagógica planetária implica se pensar uma proposta pedagógica curricular que contemple saberes histórica e culturalmente elaborados cuja disseminação seja imprescindível para racionalizar um determinado objeto cognoscente, um evento em particular, sem perder a dimensão do todo.

Dessa forma, ao elencar os temas norteadores da ação educacional, cabe salientar o debate sobre como ocorre a constituição das múltiplas subjetividades nos diversos *microssistemas*. O paradigma bioecológico

apresentado por Bronfenbrenner (1996) favorece a busca de compreensão a respeito da relação pessoa e ambiente, propõe possibilidades de tornar os seres humanos mais humanos, conforme se apresenta no subtítulo da obra do autor: “Bioecologia do Desenvolvimento Humano: Tornando os seres humanos mais humanos”. O psicólogo russo americano é considerado representante notável e reconhecido da psicologia ecológica. Suas pesquisas contribuem para delinear teórica e metodologicamente diversas investigações cujos frutos podem iluminar o campo das políticas sociais. Koller assim infere sobre Bronfenbrenner:

Foi um lutador pelos direitos humanos e especialmente pelos direitos das crianças no seu país de residência e em muitos outros países pelo mundo, enfatizando a necessidade de atentarmos para a gravidade das condições ecológicas de vida atual e para a preparação em superar problemas no futuro próximo, com ações efetivas e imediatas em favor de crianças e famílias (KOLLER, 2013 p. 6)

Tanto a proposta bioecológica como o paradigma da complexidade permitem estabelecer elos imprescindíveis para promover um pensamento mais abrangente sobre desenvolvimento humano e educação.

A partir das reflexões realizadas até aqui e ainda pensando na perspectiva da sedimentação cultural construída a partir da dualidade apontada por Morin (2003) das duas mundializações em curso, cabe ainda propor um repensar sobre quais crianças e jovens conseguem ter acesso ao desenvolvimento técnico, econômico, científicas e conseqüentemente, respectivas retroalimentações sobre o próprio desenvolvimento. Refletir sobre os processos de segmentação que acirram as desigualdades incita para outras possibilidades de ressignificar o conceito famigerado de justiça, bem como impulsionar a todos e todas para a militância em prol do reconhecimento e da implementação de direitos preexistentes e da luta por “novos direitos”.

Muitas inquietações demandam um olhar diversificado para a jurisprudência vigente, especialmente sobre a efetividade das sanções previstas na legislação, bem como sobre os limites e possibilidades do Estado na implementação de leis protetivas que salvaguardam o direito à uma vida saudável e digna. A fragilidade do sistema jurídico na concretização dos artigos assegurados nos documentos que compõem o acervo da seara do direito leva a elaboração de novas significações conceituais no campo da justiça.

As discrepâncias e impossibilidades entre o previsto nas legislações vigentes e as possibilidades exequíveis de implementação prática levam a uma reelaboração mental sobre o que efetivamente deve ser pensado e considerado como ideal de justiça para todos e todas. Cabe retomar o paradigma da complexidade na medida em que todas as estruturas sistêmicas, do macro ao micro, devem ser consideradas no julgamento “moral” das ações consideradas contravenções à norma. É importante indagar o poder do judiciário de se impor e controlar comportamentos. As reais possibilidades de atuar preventivamente para redução de danos e na construção de uma cultura voltada para a paz.

### **3.3 Novos Direitos diante da Complexidade**

No artigo intitulado A complexidade de Edgar Morin e sua contribuição, para a compreensão dos “novos direitos”, Maders e Duarte, 2009, chamam a atenção para a dialética social constantemente dinamizada, que cria condições emergentes da vida e das crescentes prioridades, materializadas a partir da exigibilidade de novos direitos. Para compreender o que as autoras nomeiam de “novos direitos”, cabe retomar alguns conceitos considerados imprescindíveis na elucidação desta proposta. A “religação” dos saberes se constitui a partir das correlações entre várias ramificações axiomáticas que se interafetam mutuamente nos diversos campos de conhecimento, operadores do pensamento complexo trazem as ideias presentificadas no terceiro operador intitulado holograma, no qual implica a ideia de que é impossível dissociar a parte do todo.

A complexidade precisa ser pensada multidimensionalmente numa perspectiva ecológica, na qual o todo é concebido como a totalidade das partes interatuantes na sua transitória composição. No pensamento da complexidade, a totalidade é considerada como um todo que pode representar mais do que as soma das partes, mas também deve ser considerada a possibilidade desta totalidade significar menos que a soma das partes. A razão pode se referir a um cômputo de regras, ao tetragrama organizacional no qual se requer novas possibilidades de instrumentalização no campo do direito para que respostas sobre justiça estejam em consonância às demandas concretas existentes. Novas práticas jurídico-processuais precisam ser estudadas.

Compreender a vida em todas suas formas de manifestações numa perspectiva integradora implica levar em conta cada um dos elementos, antagônicos e complementares que constituem o todo. A ordem e a desordem acabam por caminhar de mãos dadas. Outras relações paradoxais requerem consideração na análise de quaisquer fenômenos sociais. Local e global, individual e universal, o bem e o mal, altruísmo e egoísmo, inclusão e exclusão, a soma dos contrários concebidos sob o ponto de vista maniqueísta sempre se constituíram enquanto elementos opostos que embora antagônicos, a coexistência se intertece na e para a complementaridade.

Ampliar as possibilidades de desenvolvimento humano para práticas humanistas requer leitura e reflexão a partir de pesquisas realizadas por estudiosos deste campo de conhecimento dos Direitos Humanos, ainda pouco explorado pelos que mais precisam: os educadores, socioeducadores, operadores do direito, profissionais da rede de proteção, dentre outros que atuam nas diversas instituições de ensino.

O conhecimento socialmente construído ocorre gradativamente por meio da interação do sujeito com o meio social, da mediação de um adulto mais experiente, ou até mesmo entre pares, pois as trocas comunicativas no ato da exteriorização do pensamento fazem com que a “fala” se constitua em um mecanismo de autorregulação do pensamento, que viabiliza a internalização de instrumentos e signos. Para que determinados objetos de conhecimento como os conceitos cientificamente elaborados, valores e princípios existenciais produzam sentido, faz-se necessário um trabalho intenso de reflexão que perpassa pelo uso da linguagem em suas polifônicas vozes, diversificada a partir do background por onde os sujeitos transitam ecologicamente, produzindo modificações nos ambientes, nas pessoas, e em si próprios.

Diante destas reflexões, um trabalho intenso na conquista por uma educação voltada para a disseminação de ideias que defendam direitos consolidados presentes nos diversos documentos jurídicos, bem como a reivindicação constante de novos direitos requer de todos os educadores envolvidos no processo de formação humana um projeto educacional promotor de ressignificações conceituais e em prol das condições de vida digna na terra.

Quando propõem uma reflexão sobre os “novos direitos”, Maders e Duarte (2009) ressaltam que a proposta apresentada por Morin (2005) promove reflexões extremamente significativas para todas as ramificações do saber. O

Direito, na perspectiva do paradigma tradicional eminentemente positivista, não consegue dar conta de responder à complexidade das demandas jurídicas que se presentificam na dialética do emaranhado social.

O termo complexo sugere a ideia daquilo que se tece em conjunto. Assim, os múltiplos fatores implicados na teia de relações interpessoais e sociais ensejam uma reconfiguração do pensar sobre instrumentos jurídicos construídos para reger as condições de vida do ser humano enquanto sujeito sociohistórico e as mudanças produzidas para atender aos anseios contemporâneos que se presentificam num dado momento. A edificação humana pensada em sua complexidade contribui para compreender como a sociedade pode atuar interventivamente para a construção de cidadãos preparados para o êxito e o sucesso pessoal e profissional, bem como quais atitudes negligentes, omissas e criminosas intensificam a possibilidade de desenvolvimentos disfuncionais de crianças, adolescentes, jovens e adultos que transitam ecologicamente, passando da condição de vítimas, vitimizadas e sofredoras da violação dos direitos humanos à condição de vitimizadores.

Para os objetivos destes estudos, verifica-se a necessidade de uma retomada histórica sobre como se iniciaram as primeiras instituições de abrigo para crianças abandonadas até as instituições de acolhimento, tendo em vista as inovações trazidas a partir do código de menores até o Estatuto da Criança e do Adolescente. Também é oportuno retomar os avanços na arquitetura socioeducativa que pode ser considerada no Brasil a partir da “Casa da Roda” ou “Roda dos Expostos”.

### **3.4 Da “Roda dos Expostos” às Instituições Atuais**

Para elucidar melhor sobre como foram sendo criadas instituições para acolher crianças abandonadas em situação vulnerável foi elaborado um quadro que contém uma breve respectiva dos principais microssistemas que vigoraram no Brasil desde o período da colonização aos dias atuais. O quadro não pretende trazer a totalidade das informações no que concerne às estruturas construídas para atender a demanda dessa população, mas auxilia nas reflexões sobre os avanços obtidos ao longo do tempo histórico, político, econômico, bem como ilustra os reflexos das concepções presentes no campo das ciências humanas e jurídicas.

**QUADRO 2 - INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO**

PERÍODO HISTÓRICO	AVANÇOS CONSEGUIDOS	CARACTERÍSTICAS
Entre 1550 a 1556	“Casa dos Muchachos”.	Custeadas pela coroa portuguesa, abrigavam “curumins” ou “meninos da terra”. SILVA 1984, <i>apud</i> (SPOSATI, 1988, p. 6. In ARRUDA 2006, p. 19).
1726 – Primeira Roda dos expostos ou Casa da roda: Mecanismos cilíndricos acoplados nas Santas Casas de Misericórdia.	Roda dos expostos ou Casa da roda: Mecanismos cilíndricos acoplados nas Santas Casas de Misericórdia.	Recebia crianças enjeitadas, órfãs de pais mortos ou escravizados, desamparados, enfermos, viúvas e pessoas muito pobres. O período entre 1889 – 1930, no âmbito geral, é marcado por violências e violações tais como: “na colonização, com a aculturação imposta às crianças indígenas pelos jesuítas; a segregação e a discriminação racial na adoção dos “enjeitados”, no período imperial; o infanticídio disfarçado pela Roda dos expostos e pela exploração do trabalho de crianças no mundo fabril” PILIOTTI, 1995; RIZZINI, 1997, 2000, <i>apud</i> (PEREZ e PASSONE, 2010, p. 653)
1738	Recolhimento de Meninas.	Segundo Zarur, 1992, p. 09, citado por Arruda, 2006, “De 17738, quando foi implantada. Até 1821, às vésperas da Independência do país, a roda de expostos do Rio de Janeiro recebera 8.713 crianças” (ARRUDA, 2006, p. 26).
1874 a 1902	Associação Protetora da Criança Desvalida.	Iniciativa da família Souza Queiroz. 1923 – Casa Dom Gastão; 1936 – Educandário Dom Duarte; 1930 - Cruzada Pró-Infância; (1987) Asylo Bom Pasto; (1984) Casa Pia Vicente de Paula; (1893) Orfanato Sant’Ana; 1885 – Asylo das Meninas Órfãs Nossa Senhora do Ipiranga; (1902) Casa da Divina Providência da Mooca; (1902) – Abrigo Santa Maria.). (1902) Instituto Disciplinar de São Paulo conhecido por Reformatório Modelo ( <i>id</i> , p. 28).
1927 – Código de Menores	Abrigo de Menores; Casa Maternal Melo Mattos; Escola de Reforma João Luiz Alves; Recolhimento infantil Arthur Bernardes;	Predominância de uma abordagem médico-jurídica. A casa maternal Melo Mattos situava-se em uma antiga chácara de engenho, no Jardim Botânico, abrigava a mais de duzentas crianças. A Escola de Reforma João Luiz Alves recebeu influência positivista. Introduz a cadeira de Moral e Cívica para combater os protestos estudantis contra o Governo Arthur Bernardes.
1940 – Getúlio Vargas	Departamento Nacional da Criança (DNCr) LBA – Legião Brasileira de Assistência SENAI - Serviço Nacional de Aprendiz Industrial. Serviço Social do Comércio e a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.	Órgão do Ministério da Educação e Saúde, criado em 1940 com o objetivo de amparar a maternidade, a infância e adolescência. Criaram-se “Postos de Puericultura nos quais todas as gestantes, mães e crianças seriam atendidas para receber orientações de saúde”. (FERREIRA, 2010, p. 10). Une a educação e a saúde como proposta de legitimação do Estado Novo. LBA vinculou-se ao Ministério do Trabalho e Previdência Social e ao Ministério de Ação Social. “o governo de Getúlio Vargas criou a Casa do Pequeno Jornaleiro, a Casa do pequeno Lavrador e a Casa do Pequeno trabalhador. Todas essas instituições visavam o apoio assistencial, mas, sobretudo o caráter sócio-educativo de menores de baixa renda ou em situação de risco e sua formação como trabalhadores.”. [...] O “papel da mãe é privilegiado: ela é responsável pelos cuidados físicos e pela educação moral da criança” ( <i>id</i> . p. 10).

Entre 1940 e 1968	Sobre crianças órfãs e abandonados que se encontravam sob a tutela do Estado.	De acordo com Roberto Silva (1998), em estudos sobre crianças declaradas órfãs sob a tutela do Estado neste período, um terço das 370 que se encontravam em instituições “orientaram-se para a delinquência, e parte destas de forma reincidente”. SILVA, 1998, <i>apud</i> (NEGRÃO e CONSTANTINO, 2011, p. 14) <sup>38</sup>
Entre os anos 60 e 70.	Preocupação com a educação de crianças em contextos vulneráveis.	As creches se revestem de um caráter educativo compensatório, na medida em que determinadas famílias eram consideradas incapazes para atuar na educação das crianças. OLIVEIRA e ROSSETTI, 1986, <i>apud</i> (AMORIN e FERREIRA 1999) <sup>39</sup> .
1970	Pastoral do Menor.  Igreja Católica cria o educador social de rua.	Sensibilizar os vários segmentos da sociedade, e esta como um todo, para posturas e ações efetivas em favor da defesa dos direitos das crianças e adolescentes em situação de risco. Integrado à Pastoral do Menor. O MNMMR, juntamente com outros projetos de acolhimento, criaram os centros de formação de educadores sociais de rua, visando a recolher e apoiar essa população.
Entre os anos 70 e 80.	Amplia-se o número de creches para atender à demanda da classe trabalhadora.	A distribuição das vagas nas creches ocorreu de forma irregular e estava atrelada a interesse políticos e eleitores.
1980	Movimento nacional pelos direitos da criança e do adolescente.	Mobilização pela conquista dos direitos da criança.
1987	Casas-lares; Lei 7.644.	Devem seguir as definições referentes às entidades que oferecem abrigos( NEGRÃO E CONSTANTINO, 2011, p. 72).
1985	MNMMR – Movimento Nacional de Luta pelos Direitos de Meninos e Meninas de Rua./ SP.	Movimento em prol da promoção e da defesa dos direitos das crianças e adolescentes.
1990	Com a promulgação do ECA, a FEBEM é substituída pela FCBIA – Fundação Centro Brasileiro da Infância e da Adolescência.	Segundo informações constantes na dissertação de mestrado de ARRUDA, 2006, (p. 34), o FCBIA e a LBA foram extintos e em janeiro de 1995 foi criado o Programa Comunidade Solidária (ARRUDA, 2006, p. 34).
1998	Casa de Passagem/Abrigo – Resolução 40/CMDCA/98	Apresenta os indicadores de monitoramento e fiscalização de Casa de Passagem e Entidades Governamentais e Não-Governamentais (ARRUDA, 2006, p. 50). <sup>40</sup>

<sup>38</sup> NEGRÃO, A. V. G. CONSTANTINO, E. P. **Acolhimento institucional em tempos de mudança: uma questão em análise.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

<sup>39</sup> AMORIN E FERREIRA. **Creches com qualidade para a educação e o desenvolvimento integral da criança pequena.** Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98931999000200009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931999000200009) (Acesso em 07/11/2014).

<sup>40</sup> ARRUDA, I. C. **O cotidiano de um abrigo para crianças e adolescentes: uma simplicidade complexa.** . Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1387/1/tese.pdf> . (Acesso em 07/11/2014).

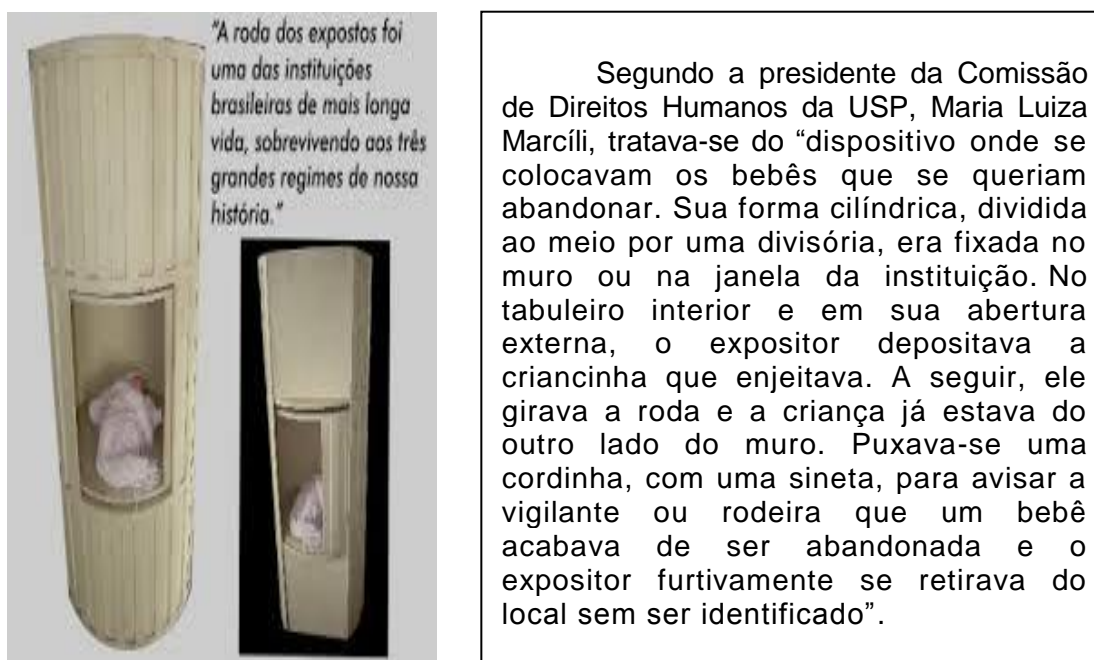


2000	Abrigos	As “Casas de passagem” foram substituídas pelos “Abrigos” (ARRUDA, 2006, p. 36).
2009	Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.	Utilizadas para regulamentar a situação das casas lares, com a mesma finalidade das famílias acolhedoras, abrigos institucionais e repúblicas.
2001 até os dias atuais	Várias resoluções do CMDCA são criadas nos estados da federação brasileira.	O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente se refere a um órgão ou instância colegiada de caráter deliberativo, formulador e normalizador das políticas públicas, controlador das ações, gestor do Fundo, legítimo, de composição paritária e articulador das iniciativas de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente (ECA – artigo 88, 214 e 260).

Os avanços ocorridos no campo jurídico e na concepção que se tem sobre a infância e a juventude, em termos de infraestrutura são notáveis, haja vista as instituições criadas com o objetivo de efetivar na vida prática cotidiana os artigos, incisos, alíneas e parágrafos previstos na legislação vigente. De acordo com Del Priore (2002) e Costa (1985), a história das crianças abandonadas no Brasil teve início no Brasil colonial. Desde a vinda dos padres jesuítas de Portugal no século XVI, encontravam-se em portos e mercados crianças indígenas lutando para sobreviver por meio de furtos ou trabalhando na informalidade.

A Companhia de Jesus, por meio do *Rátio Studiorum* exercia um papel pedagógico não somente para promover o letramento, mas também para disseminar o evangelho e os princípios socioculturais europeus. A “Roda dos Expostos”, que eram construídas com madeira e inseridas nos muros das Santas Casas de Misericórdica, local onde ficavam bebês e crianças órfãs, ou porque foram enjeitados, ou pelo fato de seus pais terem sido mortos ou escravizados, também era conhecida como o local de esperança para os enjeitados e expostos. Outros desamparados eram acolhidos como enfermos, viúvas, pessoas muito pobres (DEL PRIORE, 1991, p.3).

## FIGURA 6 – RODA DOS EXPOSTOS



FONTE: <http://www.capemisasocial.org.br/capemisasocial/PublishingImages/rodadosexpostos.jpg>

A primeira Roda dos Expostos foi estabelecida, em 1726, com subsídios do rei de Portugal, quando um mecanismo cilíndrico é construído junto à Santa Casa de Misericórdia de Salvador. O modelo fora copiado dos mosteiros e conventos medievais com absoluto regime de clausura. Consolidou-se nesta época um sistema de atendimento à infância que predominou do período colonial ao período republicano. Ainda no período colonial, algumas crianças tinham a possibilidade de ajudar na catequese, ou no trabalho ofertado pelos colonizadores. Em não se adaptando, perambulavam pelas ruas ou ficavam sob a responsabilidade da igreja católica.

Ao ser 'enjeitada' na "Casa da Roda", às vezes a pessoa que abandonava a criança deixava um bilhete, as informações eram registradas em livros específicos. Algumas informações os pesquisadores extraíram do livro "Educandário Romão de Mattos Duarte" de Dahas Zarur, de 1843, como exemplo:

"Às duas horas da tarde lançaram na Roda uma menina creoula (sic), que tinha dois meses de idade, muito enferma, com as orelhas furadas; no pescoço, uma enfiadura (espécie de colar) de missangas (sic) com duas figas de pau". (...)

"Às nove horas da noite lançaram na Roda uma menina que parece branca, recém-nascida, com dois dedos na mão esquerda, outros dois no pé

direito” (1843). (...).“Às nove horas da noite foi lançado na Roda o cadáver de um menino de cor parda, que parece ter três dias de nascido. Cujo sendo examinado pelo doutor, diz este que é falecido de desvaído (não socorrido). Veio vestido com uma camisa de cambrinha” (1864).<sup>41</sup>

A infância desvalida, desprotegida, abandonada pelas políticas públicas começa a ser tratada com maior ênfase nos documentos jurídicos. Em termos de legislação, Azevedo, 2007, relata que em 1808, vigoravam as Ordenações Filipinas na colônia do Brasil, “promulgadas em 1603, por Filipe II, e orientava-se no sentido de ampla e generalizada criminalização e severas punições. Predominavam a pena de morte, mas havia outras, cruéis: açoite, corte de membro, trabalho forçado em galés, etc” [...] “a primeira lei brasileira que tratou de proteger efetivamente os menores foi a Lei do Ventre Livre (1871)” (...) (p. 06).

Criaram-se os instrumentos jurídicos, por meio do Código de Menores, que passaram a apoiar as instituições por intermédios do Poder Judiciário, como: Abrigo de Menores e Casa das Mãezinhas, com uma abordagem predominantemente médico-jurídica (*op. cit.*, p.47).

Os anos de 1940 foram marcados pela criação de dois órgãos importantes relacionados à infância: o Departamento Nacional da Criança (DNCr), vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública e o Serviço de Assistência a Menores (SAM), e ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores MERISSE, 1996, (*apud* RODRIGUES; LIMA, 2000, p. 9).

No ano de 1964, já sob a vigência do regime militar no Brasil, o SAM foi substituído pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Nos estados, foram criadas as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (FEBEMs), (*id.*, p.10). Após, criaram-se as Fundações de Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), a fim de executar as medidas socioeducativas a adolescentes cuja idade esteja entre os 12 aos 21 anos incompletos.

Os avanços obtidos nas legislações têm assegurado alguns direitos por meio da criação de instituições de acolhimento, para criança em condição de morador de rua, de violências e maus tratos, dentre outras situações de

---

<sup>41</sup> Pesquisas realizadas por Aline Lyra e Edvaldo Oliveira, Título de A infância pobre e estigmatizada na “Roda dos Expostos”. Disponível em <http://www.capemisasocial.org.br> Acesso em 07 de julho de 2014.

vulnerabilidade social. Atualmente, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEA, havia em 2008 aproximadamente 80 mil crianças institucionalizadas. De acordo com WEBER 2013, “O acolhimento institucional de crianças e adolescentes é considerado pelo ECA uma medida de proteção excepcional e temporária para aqueles que tiveram seus direitos violados”(p. 01). A pesquisadora comenta que em 1989 o tema da adoção não era muito fomentado e nem tampouco se falava sobre crianças “que viviam em abrigos (chamados de orfanatos, educandários, instituições e agora “acolhimento institucional”...)” (*idem*).

Embora os dados sejam imprecisos, interessa perceber que após a implementação do ECA, o número de crianças institucionalizadas decresceu de 500 para 200 mil. Os dados do IPEA (2003) mostram que existem aproximadamente 40 mil crianças e adolescentes institucionalizados, no entanto há uma estimativa de que mais de 60 mil deles estejam em instituições para cujo funcionamento não haja controle. Ao comentar sobre os abrigos visitados, a pesquisadora chama a atenção para o fato de que milhares de crianças são consideradas sem perfil para serem adotadas, motivo pelo qual a maioria dos profissionais que atuam nos trâmites burocráticos para oficializar a adoção não faz a destituição do poder familiar.

Há duas décadas Weber escreveu o livro “Filhos da Solidão” (1996), quando o percentual de crianças disponíveis para adoção variava entre cinco a dez por cento. Mais recentemente se percebe que estes índices não sofreram variações. Alerta que ainda após a atualização da lei que requer a reavaliação da situação jurídica semestralmente e estabelece um prazo máximo de dois anos de permanência das crianças nas instituições, vinte e cinco por cento das crianças institucionalizadas não têm sequer regularizadas as questões referentes aos trâmites burocráticos.

Estes determinantes precisam ser considerados, pois culpabilizar os adotantes argumentando que buscam um ‘bebê ideal’ como se publica no *mass media* significa cair no paradigma da simplificação além de ser um ato *covardemente inexato*. Para concluir esta discussão, Weber (2013) reforça que é necessário fazer um trabalho pedagógico e técnico para os operadores da adoção, no sentido de promover a conscientização dos brasileiros da importância de adotarem crianças e/ou adolescentes mais velhos, negros, pardos e com necessidades especiais. Até aqui se fez uma síntese das

estruturas de acolhimento criadas para atender aos que delas necessitavam. A partir de agora, cabe discutir sobre os reflexos dos avanços obtidos na legislação sobre a infância, juventude e como que se observa a repercussão desses avanços conceituais na arquitetura edificada ao longo dos anos para a expiação de pecados e crimes praticados pela humanidade.

### **3.5 A arquitetura correcional**

A arquitetura correcional sofre alterações que se constituem em reflexos das concepções de seu tempo histórico situado no contexto dos macrossistemas no panorama internacional e nacional. Ambos os sistemas se refletem multilateralmente, provocando mudanças nos paradigmas jurídicos vigentes, tendo em vista os avanços obtidos no período histórico, econômico, geográfico, político, ético e estético de uma determinada nação. Todas essas instituições e os respectivos avanços que se constituem a partir dos debates no campo dos direitos humanos foram tendo a arquitetura alterada para melhor atender às demandas da humanidade. O quadro a seguir traz algumas dessas alterações ao longo da história.

## QUADRO 3: ARQUITETURA CORRECIONAL

ALGUNS MARCOS HISTÓRICOS	AVANÇOS CONSEGUIDOS	CARACTERÍSTICAS
1700 a 1280 a. C	Cativeiros no Egito	Finalidade de punir os escravos do Faraó, dentre os quais aqueles que tinham sido escravizados por não conseguirem pagar os impostos. Adotaram medida semelhante países como Grécia, Pérsios e Babilônios. As masmorras, que eram prisões ou celeiros subterrâneos com aspecto sombrio e lúgubre, também utilizadas para custodiar os delituosos, a saber, pessoas que se opunham aos dogmas da igreja católica, ou estavam endividadadas, inadimplentes de impostos, provenientes de outros países, prisioneiros de guerra, dentre outros como ter sofrido acusação de blasfêmia e heresia.
294-1303	Igreja Católica: justiça eclesiástica, liderada pelo papado como Bonifácio VIII.	Pena eclesiástica imputada aos monges para que pudessem, isolados em celas, purgar pelos seus pecados e se reconciliarem com Deus. Pregavam o enclausuramento para que os monges expiassem pelo pecado da humanidade, assim se isolavam para se penitenciarem pelos crimes e pecados cometidos por outrem.
1554	Casa dos meninos no Brasil.	Tinham por objetivo corrigir e enquadrar comportamentos considerados imorais e “apartar jovens errantes das matas” (Almeida e Mansano, 2012).
Entre 1820 e 1830.	Workhouses	“As Casas de Trabalho (Workhouses) foram estabelecidas em Inglaterra no século XVII. Segundo a Lei dos Pobres adotada, em 1834, só era admitida uma forma de ajuda aos pobres: o seu alojamento em casas de trabalho com um regime prisional; os operários realizavam aí trabalhos improdutivos, monótonos e extenuantes; estas casas de trabalho foram designadas pelo povo de “bastilhas para os pobres”. <sup>42</sup>
1871	Castelo de Bridwell, em Londres.	Também chamadas de “Houses of correction”, eram considerados como sanção para pessoas reputadas como “vagabundas” e “alívio para os pobres”.
1893	Criam-se instituições para jovens delinquentes e abandonados.	Os reformatórios “isolavam os “desviantes da ordem” para prevenir a “contaminação”.
1902	A Colônia Correccional de Dois Rios. Instituto Disciplinar – Criado em São Paulo.	Construídos no Rio de Janeiro. Apesar de ser destinada a jovens, abrigava também adultos.
1907	Escola de Menores Abandonados	Ainda assim, jovens e adultos eram abrigados com a função de sofrerem os castigos indistintamente.
1941 - Getúlio Vargas	Serviço de Assistência a Menores (SAM)(1950)	Considerada uma entidade de contenção e repressão infanto-juvenil (PEREZ e PASSONE, 2010, p. 652).

<sup>42</sup> Dicionário Político disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/w/workhouses.htm> (Acesso em 30/10/2014).

		Reiterava o papel do Estado, por meio do Decreto nº 3.799, em atuar na proteção aos menores considerados “desvalidos” e “delinquentes”(id, p. 657) Também ficou conhecido como “Internado dos horrores”. “[...] na realidade, o sistema do SAM era extremamente perverso e desumano”. Os epítetos para o serviço de assistência eram os mais variados: “Escola do Crime, Fábrica de Criminosos, Sucursal do Inferno, Fábrica de Monstros Morais, SAM – Sem Amor ao Menor, são representações que o órgão adquiriu com o tempo”. (FERREIRA, 2010, p.12).
1956	Casas Correccionais, em Amsterdã. Rasphuis e Sphius.	O Rasphuis era o local para onde eram mandados os jovens malfeitores e os mendigos condenados do sexo masculino, onde expiavam por seus crimes raspando madeira pau-brasil. Unidades prisionais com distinção de gênero, Rasphuis para homens e Spinhis para mulheres. As meninas ficavam em seções especiais.
1964 – O Golpe de 64 (Ditadura Militar)	FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-estar do Menor. FLUBEM - Fundação Fluminense de Bem Estar do Menor – FLUBEM.	O SAM é extinto e é criada a FUN ABEM. Esta adquire um caráter asilar, massificador, excludente, (GALHEIGO, 2003, p.86) <sup>43</sup> . Também considerado repressivo e assistencialista.
1967	FEEM – Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor	Autarquia do governo de São Paulo vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.
1975	FEEM - resultante da fusão FEBEM/FLUBEM	O atendimento ofertado ao menor nos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro que se fundiram num único Estado. A criança em situação irregular, abandonada ou autora de ato infracional ocupava o mesmo espaço.
1990	Unidades de Atendimento Socioeducativo ou Centros de Socioeducação – CENSE.	A partir do ECA há uma demarcação entre o campo de abrigo, para crianças e de internação, para adolescentes, na medida em que se altera a concepção sobre o papel do Estado na implementação da Doutrina de Proteção Integral.
2006	FUNDAÇÃO CASA	Alterações na concepção sobre o atendimento socioeducativo, com o objetivo de cumprir o previsto no ECA e no SINASE.

<sup>43</sup> GALHEIGO, S.M. **O abrigo para crianças e adolescentes: considerações acerca do papel do terapeuta ocupacional**. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 85-94, maio/ago. 2003.

Ao tecer considerações sobre a arquitetura socioeducativa, Souza (2011) ressalta que a internação dos adolescentes infratores está fundamentada a partir de uma política socioeducativa que visa à formação humana. Em tese, o período no qual o indivíduo permanece em privação de liberdade lhe permitiria repensar melhor atitudes e refletir sobre possibilidades de reconstrução de novas trajetórias de vida. A concepção subjacente ao encarceramento se fundamentou inicialmente a partir do paradigma da medida cautelar, que se reveste de múltiplas dimensões como precaução, prevenção, tem por objetivo a conservação, o assegurar de um direito. O direito de pagar uma penalidade em consonância às leis de um país.

Assim, o papel educativo da socioeducação deve ser pensado com profundidade e como possibilidade de se sobrepor à expiação da pena. Há características peculiares no tratamento dado aos adolescentes que se distinguem do sistema privativo de liberdade da pessoa adulta, desde o século XVI, quando havia as casas de correção da Europa. Cabe retomar que no início, a prisão era acometida de um caráter acautelatório.

Em se analisando a etimologia do termo “cautelar” e a possibilidade de intervenção prática para que faça *juz* ao seu significado, então se tem uma dimensão da função circunscrita no campo semântico da prisão com caráter acautelatório, pois deve primar por acautelar, avisar, proteger, guardar, prevenir. Dessa forma, a privação da liberdade consistia em vigiar o condenado visando à preservação do seu julgamento, que poderia consequenciar na execução. Paradoxalmente, sua natureza não tinha um caráter de pena-castigo. Misciasci (1999), nas pesquisas sobre “Como surgiram as prisões”, retoma os cativeiros que existiam no Egito, entre os idos de 1700 a.C até por volta de 1.280 A.C., construídos com a finalidade de punir os escravos do faraó, dentre os quais aqueles que tinham sido escravizados por não conseguirem pagar os impostos.

Outros países, como Grécia, Pérsia e Babilônia, tinham práticas de encarceramento semelhantes. As masmorras, que eram prisões ou celeiros subterrâneos com aspecto sombrio e lúgubre, também utilizadas para custodiar os delituosos, a saber, pessoas que se opunham aos dogmas da igreja católica, ou estavam endividadas, inadimplentes de impostos, provenientes de outros países, prisioneiros de guerra, dentre outros como ter sofrido acusação de blasfêmia e heresia. Os hereges eram os que se posicionavam contra o



Santo Ofício, por isso eram castigados com o desterro e a prisão pelo Tribunal da Inquisição, criado para punir quaisquer doutrinas que se posicionassem contra os dogmas da igreja.

Como não havia um aparato legislativo institucionalizado, as punições estavam à mercê das arbitrariedades de quem estava no poder. Não é difícil inferir que os desfavorecidos socioeconomicamente sofriam os suplícios mais intensos. Desde esta época, a dor e o sofrimento exposto ao público atraía uma multidão de olhares famigerados, assim as práticas de tortura nas quais o condenado fosse arrastado, tivesse suas entranhas lançadas ao fogo para que ele mesmo pudesse assistir ao ritual, eram as mais atrativas. Cabe citar outras técnicas utilizadas tais como ter o corpo incendiado, um ou os dois braços amputados, ser degolado ou enforcado. As penalidades poderiam variar e também inevitavelmente consistiam na violação da integridade psicológica e moral, não somente do condenado, mas também de todos os entes familiares e demais pessoas de convivência.

Se retomarmos a Idade Média, nota-se que as sanções eram aplicadas em praça pública para que servissem de exemplo a todos a fim de que percebessem a intensidade da violência e seu poder coercitivo. Os castigos corporais consistiam de uma forma de repressão penal, agressão física seguida de escoriações pelo corpo, imputados ao delinquente, punição corporal que, muitas vezes, resultava na morte. Evidenciam-se duas categorias para classificar a pena de acordo com determinadas especificidades. A pena-custódia, conforme os termos sugerem, traz a possibilidade de fazer com que o autor de um delito possa pagar a pena por meio de um castigo, para o qual ficará isolado das pessoas de seu convívio social. Seria, portanto “guardado” em segurança, protegido num local de detenção, supervisionado.

A segunda categoria se refere à pena eclesiástica, imputada pela Igreja Católica aos monges para que pudessem isolados em celas, purgar pelos seus pecados e se reconciliarem com Deus. Não somente pagavam para este fim, mas também as ordens religiosas que pregavam o enclausuramento tinham por objetivo fazer com que os monges expiassem pelo pecado da humanidade, assim se isolavam para se penitenciarem pelos crimes e pecados cometidos por outrem. Outros contextos históricos mostram que houve situações nas quais monges que discordavam da doutrina de determinada ordem ficavam

enclausurados contra a própria vontade, como medida punitiva. (Exemplo de São João da Cruz)

Em reflexões sobre o sistema prisional no Rio de Janeiro, Almeida (2009)<sup>44</sup> lembra que a crise socioeconômica da Europa durante a idade moderna promoveu um crescimento avassalador do número de mendigos e pessoas ociosas, que percebiam nos furtos e roubos estratégias para a sobrevivência. Como tentativa de conter as ações delituosas, os infratores de pequenos delitos passaram a ser recolhidos no castelo de *Bridwell*, em Londres, que é reestruturado e transformado em prisão. A partir da construção das Casas Correcionais e as modificações no sistema penal em Amsterdã, na Holanda, origina-se o modelo prisional com a função preconizada nos dias atuais, de promover a reeducação, ressocialização e a reintegração do infrator para o convívio harmônico em sociedade.

Almeida, (2009) traz reflexões sobre a manipulação política de controle das pessoas marginalizadas. Com a construção das casas de trabalho forçado, o Castelo de Bridwell se transforma num campo disciplinar de controle das massas marginalizadas, para onde iam camponeses expropriados, vadios, mendigos, prostitutas, pessoas cujas possibilidades socioeconômicas eram oriundas de um contexto macrosistêmico de crise européia nos séculos XVII, XVIII e XIX . Eram forçados a trabalhar na manufatura por salários miseráveis sob pena de serem internados nas *workhouses*. Segundo o autor, criaram-se em Amsterdã (1956) unidades prisionais com distinção de gênero, *Rasphuis* para homens e *Spinhis* para mulheres. As meninas ficavam em seções especiais.

---

<sup>44</sup>Disponível em: <http://museucarcereuerj.blogspot.com.br/p/sistema-prisional.html> (Acesso em Julho de 2013)

## FIGURA 7 - IMAGENS DE RASPHUIS



FONTE: [http://gevangenpoort.nl/images/2011-11/scan10715\\_rasphuis.jpg](http://gevangenpoort.nl/images/2011-11/scan10715_rasphuis.jpg) (Acesso em 18 de outubro de 2013)

O Rasphuis era o local para onde eram mandados os jovens malfeitores e os mendigos condenados do sexo masculino, onde expiavam por seus crimes raspando madeira pau-brasil. O pó era fornecido como <sup>45</sup>*matéria-prima para a indústria de tintas, onde foi misturado com água, em seguida, fervida e oxidado para formar um pigmento vermelho, também conhecido como pau-brasil, que por sua vez, foi utilizado como um corante têxtil.*

Sobre o Sistema Penitenciário, Souza, 2011, apresenta com mais detalhes o que eram *workhouses* construídas em Londres:

A transformação do Castelo de Bridwell (Londres) em casa de trabalho forçado de camponeses expropriados, com a finalidade de disciplina para o trabalho assalariado na manufatura, é emblemática da política de controle das massas marginalizadas do mercado de trabalho, sem função na reprodução do capital — mas obrigadas a aceitar empregos por salários miseráveis para evitar a internação nas *workhouses* (ALMEIDA, 2009).

O mecanismo de isolamento logo ganhou publicidade e se espalhou ao redor do mundo a necessidade de construírem-se as *casas de correção*. Souza, (2011) retoma que, em 1575, surgiu a primeira lei que versa sobre a

<sup>45</sup> University of Amsterdam. The Rasphuis (Library Exhibitions)(in Dutch). University of Amsterdam. 2009-02-26. URL:<http://www2.ic.uva.nl/uvalink/uvalink14/zicht14.htm>. Accessed: 2009-02-26. (Archived by WebCite at <http://www.webcitation.org/5esEMBDDI>)

casa de correção com a função de imputar 'sanção para os vagabundos e o alívio para os pobres.' No Brasil, São Paulo tem a primeira cadeia construída por volta de 1788. Recolhia infratores e escravos para esperar pela execução de suas penas. Em 1833 é construída a Casa de Correção do Rio de Janeiro e em 1852 inaugura-se a “Casa de Correção” de São Paulo.

Vários intelectuais se insurgiram contra a situação precária e sub-humana das cadeias neste período. Os aspectos e as condições são detalhadamente apresentadas no texto “A Arquitetura Socioeducativa”, no qual Souza (2011) chama a atenção para o fato de que as prisões tinham como finalidade uma prática preventiva, com o intuito de evitar que o detento viesse a cometer novamente ações ilícitas. Retoma a prisão eclesiástica, quando a igreja isolava os religiosos para fazer a penitência de atos pecaminosos, o que teria motivado o surgimento do termo 'penitenciária'.

É importante ressaltar no texto da autora que é possível perceber a falta de distinção para o cumprimento da pena por parte do adolescente ou do adulto. Ela recorre à Salla (1997), quando reconhece em suas pesquisas que as Casas de Correções não conseguiram atingir os objetivos correcionais. Como exemplo, ilustra a de São Paulo, que recebia os condenados, os negros africanos, os escravos fugitivos, alojados numa dependência específica e os adolescentes, todos submetidos ao cumprimento de pena mediante a prisão com trabalho. Intensifica-se o processo de precarização quando se unem os condenados à prisão simples, por terem praticados pequenos delitos, aos condenados à prisão com trabalhos devido a ações consideradas mais graves.

No final do século XVIII, o Iluminismo e os ideais preconizadas a partir da Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, o direito penal de diversos países começa a ser reformulado e passa a ser imbuído de uma concepção humanista. Assim, as práticas de suplício começam a ser banidas.

Conforme observado, o início do sistema carcerário tinha como princípio a pena por meio da dor, do sofrimento, dos trabalhos forçados e do desrespeito total e absoluto à dignidade humana. Em princípio, a pena privativa de liberdade trazia implícita um caráter acautelatório presente nas casas de Correção da Europa, com o “intuito” de proteger, guardar e supervisionar o infrator, mantendo-o a salvo da tirania da suposta vítima para se evitar o efeito da lei de talião “olho por olho, dente por dente”. Ironicamente, a sentença do

condenado poderia ser a execução, mas o ritual de manutenção do poder tinha que ser seguido.

O Egito tinha a prática de prender pessoas que não conseguissem pagar por seus impostos. As masmorras, os celeiros subterrâneos, os *Raphius*, as *Workhouses*, o Castelo de *Bridwell* são alguns exemplos de como a arquitetura pedagógica foi se edificando ao longo dos anos. A partir da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão é que vai ocorrendo uma reconfiguração do pensamento sobre propostas humanitárias voltadas a defesa da dignidade da pessoa humana.

Os quadros apresentados ao longo dessa parte da dissertação trouxeram alguns marcos históricos referentes aos avanços obtidos que repercutiram em diversos sistemas projetados para assegurar às crianças e aos adolescentes o sistema de garantia de direitos. Percebe-se que a elaboração das leis traz para o cenário nacional implicações que produzem efetivas modificações na vida cotidiana de todos os brasileiros. As instituições de acolhimento e as unidades socioeducativas se constituem em alguns dos reflexos que traduzem os avanços do campo das ciências humanas e jurídicas, observáveis na realidade concreta e palpável.

O desenvolvimento de uma sociedade requer ainda que se ressalte a importância de ações interventivas voltadas para a garantia da doutrina da proteção integral quando profissionais dos diversos setores que atuam diretamente com o desenvolvimento humano, especialmente com a infância e a juventude, possam perceber a capacidade autobiográfica que têm de reescrever a própria história de vida individual, sem desconsiderar os entrelaçamentos com a vida dos outros em constante interação.

Redigir uma história reconfigurada na qual se valorize a dignidade da pessoa humana, atitudes de solidariedade e responsividade sobre a formação de todos os entes numa perspectiva planetária pode ser alguns caminhos para que os avanços obtidos até então continuem a ser implementados com efetividade e a disseminação de um conjunto de atitudes e comportamentos voltados para a construção da cultura da paz se intensifique gradativamente.

As reflexões propostas nesta terceira parte da dissertação primaram por retomar alguns fatos históricos considerados relevantes para integrarem o sistema de garantia de direitos humanos. A quarta parte apresenta os encaminhamentos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa.

## 4 ENCAMINHAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

A fim de especificar o campo desta pesquisa, é possível circunscrever as reflexões sugeridas ora no campo dos estudos exploratórios, pois não se tem com precisão informações sobre como estão os Capitães da Areia hoje e há uma necessidade constante de investigações que correlacione a edificação destes às teorias cognitivas sobre o desenvolvimento humano. Também é possível inferir que a descrição das características dos elementos composicionais do fenômeno inserem as discussões no campo dos “Estudos descritivos”.

Outrossim, ainda é oportuno recorrer-se à denominação de “Estudos Explicativos” alcunhada por Richardson (1999), ao propor que nestes estudos deve-se levar em consideração as causas e as consequências. Emerge assim a possibilidade de explorar, descrever e buscar explicar os contingentes nos quais crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade social se desenvolvem cotidianamente.

Como já exposto na introdução deste trabalho, a pesquisa considera vários fatores que contribuem para que a situação analisada se apresente de tal forma em um dado momento efêmero e transitório, tendo em vista as dinâmicas dialéticas dos fenômenos. Como se fundamenta prioritariamente na teoria da complexidade e no paradigma bioecológico, do micro ao macrossistema, alguns fenômenos que se entrelaçam para construir um todo serão considerados, na medida do possível, como objetos de um paradigma analítico cujo alcance semântico e polissêmico não se esgota nas proposições elencadas nesses estudos.

Quando os instrumentos de análise implicam fatores qualitativos, a investigação se circunscreve no gênero considerado pesquisa qualitativa, que geralmente trabalha com uma gama de aspectos objetivos e subjetivos implícitos. No caso desta pesquisa, o delineamento metodológico visa a apreender a percepção dos participantes e analisá-la a partir de pressupostos qualitativos multivariados (BECKER, 1999). Assim, são consideradas variáveis o posicionamento social e profissional dos participantes, o interesse, a motivação e a afinidade com os temas.

No caso dos participantes em condições de vulnerabilidade social, embora as causas que os levam a vivenciar situações de risco possam estar condicionadas a diversos determinantes que se constituem em variáveis independentes, os efeitos são variáveis dependentes e podem vir a sofrer transformações dependendo da atuação das forças em práticas de compreensão das causas e propostas exequíveis de intervenção e prevenção.

Ao investigar um fenômeno a fim de conhecê-lo melhor por não se ter muitas informações a respeito do mesmo, RICHARDSON 1989, p. 65 (*apud* SAMPIERI) denomina esse delineamento de pesquisa como exploratória. Também define como estudos descritivos a partir do momento em que as características do fenômeno investigado passem a ser descritas, e explicativa quando o pesquisador se propõe a analisar causas e consequências. Tendo como um dos fundamentos a teoria da complexidade, a pesquisa é considerada qualitativa, exploratória, explicativa, descritiva e correlacional.

#### **4.2 Materiais e métodos**

O início destes estudos demandou a necessidade de se verificar os antecedentes científicos, investigações semelhantes que tivessem sido realizadas anteriormente nas quais fossem abordados o romance “Capitães da Areia”, com foco nos Direitos Humanos, bem como por meio de comparações entre os contextos da década de trinta e dos dias atuais. As pesquisas anteriores não trazem o mesmo enfoque de correlacionar a obra literária escrita na década de trinta com a situação vivenciada por crianças moradoras de rua ou em situação de extrema vulnerabilidade na atualidade. Também parece não haver pesquisas que proponham a interface entre esta obra específica e os Direitos Humanos como possibilidade de debate a ser promovido em cursos de formação continuada para profissionais da área da educação e da socioeducação.

Segundo pesquisas realizadas em banco de teses e dissertações tais como o CAPES, das Universidades Federais, da *scielo*, bem como da biblioteca pública de Curitiba e da biblioteca da UFPR, os trabalhos envolvendo esse romance de Jorge Amado trazem abordagens que, em linhas gerais, versam sobre os recursos literários e o realismo verossímil utilizado pelo escritor,

aspectos sobre a literatura engajada e de denúncia social proposta em sua literatura e o quanto suas obras oferecem ao leitor uma rica enciclopédia da cultura brasileira em sua composição híbrida e miscigenatória

A comparação entre o Reformatório e as Unidades Socioeducativas, as concepções presentes no Código de Menores e no Estatuto da Criança e do Adolescente, as correlações entre literatura e direitos humanos sob diferentes olhares articulados a outras disciplinas constituem-se em temáticas ainda a ser apresentadas e aprofundadas, haja vista que não foram encontradas pesquisas que trouxessem a abordagem proposta na perspectiva aqui sugerida.

#### **4.2.1 Instrumentos e coleta de dados**

Para a realização destes estudos, utilizou-se como fonte de material da pesquisa livros e textos impressos, busca na Internet, no período entre março de 2012 a novembro de 2014, tais como artigos científicos publicados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, CNPQ e Scielo, teorias que envolvem cognição, aprendizagem e desenvolvimento humano, Direitos Humanos, Teoria da Complexidade e da Bioecologia do Desenvolvimento Humano.

A fim de verificar a intervenção dos avanços das ciências humanas e jurídicas, dos direitos humanos, na edificação de crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade ontem e hoje, optou-se por investigar que se pensam atualmente os atores sociais que ocupavam cargos/funções sociais semelhantes na época em que *Capitães da Areia* foi escrito, ao buscar-se seguir uma sequência similar à apresentada no primeiro capítulo do romance, que se trata de cartas ao leitor escritas para a redação do *Jornal da Tarde*, redigidas em resposta ao questionamento do próprio redator quanto à competência do Senhor Chefe de Polícia para resolver o problema dos *Capitães da Areia* que amedrontam a paz da cidade.

Os participantes que atuam como profissionais da rede de proteção e as mães dos adolescentes foram convidados a escolher entre escrever um texto de opinião, ou a dar uma entrevista narrando sua experiência e dizendo o que pensa a respeito do papel que desempenha na sociedade e sobre os limites e possibilidades da ressocialização. Na ocasião das orientações referentes à pesquisa, foi esclarecido ao participante que poderia optar entre gravar a



entrevista, falar para que a pesquisadora fosse anotando ou ele mesmo escrever as respostas, no caso dos adolescentes internos ou redigir texto de opinião, no caso dos demais participantes.

A maioria dos participantes optou por escrever ao invés de falar e gravar entrevista, com exceção dos adolescentes internos, das mães e do líder religioso, que optaram por falar enquanto a fala era transcrita.

Outro instrumento utilizado para as investigações propostas foi a elaboração de um questionário semiestruturado contendo 32 questões, algumas questões abertas, outras de múltipla escolha, para explicitar o contexto bioecológico no qual os cinco adolescentes participantes internos no CENSE tiveram suas subjetividades edificadas, bem como as violências e violações dos direitos humanos. O questionário está em anexo como apêndice.

#### **4.3 Participantes do estudo: critérios de inclusão e exclusão**

Os participantes foram convidados a tecer considerações a respeito das Unidades Socioeducativas e como percebem as possibilidades de intervenção na prática social a partir das atribuições dos cargos de atuação nas diversas esferas de interações sociais e/ou do papel por eles representado. Optou-se por não descrever informações que pudessem identificar os participantes, tais como sexo, idade, tempo de profissão, dentre outros. Isso se deve ao fato do assunto versar sobre situações envolvendo adolescentes em conflito com a lei, tendo em vista os limites e as possibilidades do atual contexto socioeducativo e ainda, como forma de preservar com ética o nome do participante para evitar a sua identificação e manter o sigilo conforme assegurado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Recorreu-se aos seguintes participantes:

I - Jornalista, com formação ou experiência na área de direitos humanos, com experiência de mais de cinco anos e atuação na publicação de reportagens e notícias envolvendo violências e violações praticadas por/contra adolescentes.

II - Juiz da vara da infância e da juventude com atuação na Região Metropolitana de Curitiba.

III - Duas mães de adolescentes que tenham cumprido medida socioeducativa, moradoras da Região Metropolitana de Curitiba/PR.

IV - Liderança religiosa com atuação em centro de socioeducação.

V- Adolescentes cumprindo medida privativa de liberdade.

VI - Educadores que atuem em CEEBJA na educação de jovens e adultos cumprindo medida privativa de liberdade.

VII - Delegada de delegacia de adolescente.

VIII - Diretor de unidade socioeducativa com atuação no Paraná.

Ao se estabelecer os critérios de inclusão, o convite foi realizado para os participantes tendo em vista as características descritas anteriormente, poderiam aceitar voluntariamente a ser participante e que assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e/ou Termo de Assentimento Livre Esclarecido, no caso dos adolescentes com idade entre 12 e 18 anos. Em se atendendo aos critérios de inclusão, quando houvesse mais pessoas interessadas em colaborar com a mesma pesquisa, desempenhando o papel social/profissional de participante que já havia se comprometido, estabeleceu-se a idade como critério de desempate. Referente aos adolescentes participantes desta pesquisa incluiu-se o critério de haver em algum momento morado na rua.

#### **4.4 CONTEXTO DO ESTUDO**

Um dos convidados para participar se refere a uma pessoa que já ocupou um cargo correlato ao do secretário de chefe de polícia de uma delegacia, no caso do contexto atual, uma delegada. Após conversar com a pesquisadora, foi elaborada uma solicitação de participação em pesquisa de mestrado para o Departamento da Polícia Civil. A participação foi autorizada. “Encaminhou-se então um livro Capitães da Areia” para que fosse lida a situação do assalto e a carta escrita pelo “Secretário do chefe de polícia” presente na obra citada abaixo, bem como o TCLE. Depois de realizada a leitura e assinatura do documento, foi solicitada a escrita de um texto de opinião a respeito de situações envolvendo adolescentes em conflito com a lei, bem como sobre os encaminhamentos possíveis realizados atualmente.

O Juiz da Infância da Vara e da Juventude recebeu a pesquisadora no local de trabalho, ocasião em que a convidou para assistir a uma audiência.

Entregou-se-lhe a reportagem publicada no Jornal da Tarde, contendo o texto do Juiz de Menores. Após esclarecidos os objetivos da pesquisa, ficou acordado que o texto com as considerações atuais seria enviado por e-mail.

À carta do Juiz de Menores segue a carta da Senhora Maria Richardina, uma mãe costureira que escreve para o redator expressando sua indignação para com o tratamento recebido por seu filho Alonso no Reformatório. Com o advento do ECA, o Reformatório foi substituído pelo Centro de Socioeducação - CENSE e existem as Delegacias dos Adolescentes - DA para cumprimento de medida em privação de liberdade. Foram também convidadas várias mães de adolescentes internos ou que já cumpriram medida socioeducativa, mas mesmo que tivessem sido informadas a respeito do sigilo e do anonimato, quando eram informadas da possibilidade de se gravar as falas para serem transcritas e que as narrativas seriam publicadas, ficavam receosas e acabavam por não concordar em participar. Ainda assim, duas acabaram por concordar, uma cujo filho já passou por Delegacia de Adolescente e outra com o filho interno num sistema socioeducativo. Optou-se por denominá-las Mãe Participante A e Mãe Participante B. No romance, após a carta da mãe se segue a carta do Padre José Pedro, e a carta do Diretor do Reformatório, para se defender das acusações efetuadas pela mãe e pelo padre com relação aos maus tratos no Reformatório. Assim, segue-se às narrativas das mães a perspectiva de um líder religioso e do diretor que atua em um CENSE.

Com relação aos cinco adolescentes participantes da pesquisa, tomaram-se todos os cuidados éticos necessários e possíveis. As entrevistas ocorreram no Centro de Socioeducação. Ao entrar, a pesquisadora esclarece que o participante adolescente tem a liberdade de participar ou não da pesquisa. Explica o que é o Termo de Assentimento Livre Esclarecido, o que significa uma pesquisa, quais os benefícios possíveis e esclarece a importância na sinceridade das respostas, tentando tranquilizá-lo com relação a possível identificação, pois não aparecerá o nome expresso, mas um codinome. Inclusive já ressalta que a primeira questão sugere que o participante mesmo possa escrever um apelido, um pseudônimo ou um nome fictício pelo qual gostaria de ser identificado. Os codinomes escolhidos foram “Menor”, “Roger”, “Irmão”, “JD” e “Jairo”.

Na sequência foram convidados os professores que atuam no PROEDUSE para comentar sobre os limites e as possibilidades da

ressocialização no contexto atual. Esses participantes não receberam cartas ao leitor, tendo em vista que na época em que o romance foi escrito, 1937, a educação era para poucos e muito menos havia um sistema educacional no Reformatório. Por esta pesquisa estar inserida no Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE, optou-se por convidar dois professores que atuam na EJA com adolescentes masculinos internos no CENSE, e um professor que atua com adolescentes femininas internas no CENSE. Os professores serão identificados por Professor Participante A, Professor Participante B e Professor Participante C.

As instituições coparticipantes foram um Centro de Socioeducação CENSE e o Programa de Educação nas Unidades de Socioeducação do Paraná (PROEDUSE). Dessas instituições vieram as contribuições dos professores, do diretor do CENSE, dos adolescentes.

#### **4.5 Procedimentos éticos**

O Projeto de pesquisa intitulado “Capitães da Areia ontem e hoje: uma releitura à luz dos Direitos Humanos foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR e aprovado de acordo com o Parecer Consubstanciado nº 720144, CAAE: 30344014.8.0000.0102. Também tramitou na SEDS – Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, setor responsável pelo CENSE São Francisco e pelo CEEBJA Mário Faraco.

O local utilizado para as pesquisas ficou a critério dos pesquisados, com exceção dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, caso em que ficou a critério dos diretores do Centro Socioeducativo e do CEEBEJA Mário Faraco que viabilizaram uma sala nas dependências do CENSE para a realização da pesquisa.

Os adolescentes optaram por responder escrevendo eles mesmos a resposta no questionário com algumas questões fechadas e outras abertas. A pesquisadora mesma considerou por bem escrever algumas respostas enquanto os adolescentes falavam, devido ao tempo previsto inicialmente de 40 minutos a uma hora e o devido respeito ao ritmo cronológico de cada uma para elaborar uma reflexão e transpô-la ao plano escrito, bem como considerada a necessidade de um tempo maior para a escrita uma vez que

alguns escreviam com maior agilidade e outros apresentavam uma demanda de tempo maior para escrever. Com relação às mães dos adolescentes, optaram por falar enquanto a pesquisadora ia escrevendo seus relatos.

#### 4.6 Procedimentos de análise e interpretação de dados

Para analisar os textos escritos pelos seguintes participantes: jornalista, diretor da unidade socioeducativa, juiz da vara da infância e da juventude, professores do CEEBJA e a Liderança religiosa; recorreu-se ao semiólogo Umberto Eco (2004) que sugere considerar “Os Limites da Interpretação”, alertando para cuidados com o ato interpretativo. Também propõe que se deve estabelecer uma relação dialógica com as ideias apresentadas, considerando-se a conjugação dos fatores os quais são a intenção da mensagem, do leitor e do autor respectivamente <sup>46</sup>(ECO, 1995, p. 06).

Segundo Dantas, 1998, ao sintetizar três conferências realizadas na década de noventa em Cambridge por Umberto Eco, o semiólogo reconhece a intenção do autor como origem genética do que está sendo interpretado, porém não a considera como fonte do significado. O leitor modelo precisa respeitar a alteridade no ato interpretativo bem como os limites da liberdade para produzir o significado.

Eco chama a atenção para que as palavras enunciadas em um texto e o seu contexto de produção precisam ser respeitados. Deve haver um limite para o ato interpretativo, para assimilações e correlações pertinentes às ideias efetivamente apresentadas, a fim do que não se incorra num equívoco interpretativo do vale tudo, muitas vezes a ponto de desconstruir-se e desgarrar-se por completo das ideias do autor. Na segunda conferência “Superinterpretando Textos”, o autor traz indagações sobre situações em que textos são interpretados a partir de ‘uma lógica de similaridade excessiva’, na qual quaisquer assimilações e correlações parecem ser consideradas pertinentes. Propõe que: “se há algo a ser interpretado, a interpretação deve falar de algo que deve ser encontrado em algum lugar, e de certa forma respeitado” (ECO, 2003, pp.50-51).

Embora as considerações contribuam para se pensar então nos limites semânticos no ação reflexiva e analítica dos textos produzidos pelos

---

<sup>46</sup> No texto original: *intentio operis; intentio lectoris; intentio auctoris*.

participantes, prima por uma interpretação que viabilize elucidar enunciados presentes nos textos de opinião produzidos para contribuir com as reflexões propostas neste estudo, sobre as atribuições do cargo ocupado, os limites e possibilidades da ressocialização do adolescente em conflito com a lei na atualidade.

Para as mães dos adolescentes, optou-se por discutir os relatos apresentados a partir da perspectiva da narrativa. Também algumas questões abertas presentes no questionário aos adolescentes internos no CENSE demandavam lembranças que desencadeavam várias narrativas. Os adolescentes internos não receberam o texto contido no romance, apenas explicações sobre a proposta da pesquisa e o questionário. Esse cuidado foi tomado para evitar uma atmosfera adversa à espontaneidade na qual possíveis inferências a respeito de julgamento ético e moral dos adolescentes na ação interativa com a pesquisadora viessem a perturbar o clima acolhedor, fraternal e favorável no compartilhar da existência por meio das histórias revividas a partir das lembranças do passado. Ao escolher referenciais teóricos para organizar as ideias a serem apresentadas no tratamento dos dados numa pesquisa científica, uma das contribuições consideradas frutíferas para se analisar os dados coletados dos adolescentes refere-se à análise da narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica.

Em retomada de alguns ensinamentos propostos na teoria literária, Leite (1985) traz propostas para uma leitura crítica das narrativas com ênfase no foco narrativo. No segundo capítulo de seu livro intitulado “O foco narrativo (ou a polêmica em torno da ilusão)”, a autora traz reflexões a partir da tipologia postulada Norman Friedman(1955).

As considerações a serem retomadas se referem aos fragmentos referentes à “análise mental”, “monólogo interior” e “fluxo de consciência”. Para fazerem-se alguns apontamentos levantando as características subjacentes a estas três categorias de análise, Friedman *distingue, a partir de Bowling*, que as duas últimas “representam, respectivamente, a maneira mais articulada e a menos articulada de expressar diretamente estados internos; a primeira, a maneira onisciente indireta” (LEITE, 1985, p.21).

As questões referentes às lembranças dos adolescentes geraram várias narrativas as quais foram escritas. Essa experiência na qual o participante é convidado a buscar na memória eventos passado e sentimentos sequenciais

levam a outras lembranças, desencadeia um fluxo de consciência no qual se perde a sequência lógica. Neste sentido, Bruner (1997) ao considerar a presença constante da narrativa, afirma que por meio dela se torna possível a organização da experiência vivida, no sentido de que a narrativa oportuniza um olhar diferenciado, com maior compreensão e nitidez. Ela está sempre presente na atividade humana. A narrativa traz à tona memórias do passado vivenciado e permite ao emissor compreender melhor com maior elucidação o fenômeno vivido.

Isso se verificou com maior reincidência na pesquisa com os adolescentes. Ao invés de falar e ter a fala gravada para posterior transcrição, os participantes em geral optaram por falar primeiramente, reelaborar a fala, para depois responder, tendo em vista a emotividade propulsionada a cada questão aberta. Ainda assim, na medida em que falavam informalmente, suas narrativas foram sendo anotadas em folhas à parte. Com exceção dos adolescentes, que responderam ao questionário, os demais participantes receberam um texto produzido por Jorge Amado na década de trinta. Na sequência foram convidados a produzir um texto contendo a percepção do fenômeno correlato ao do passado.

O contexto da enunciação requer uma reflexão sobre o alcance do discurso proferido, qual relação dialógica de significado é possível prever ao se proferir certas palavras. A cada ideia verbalizada, há de se levar em consideração a produção de sentidos por parte do interlocutor com o qual se estabelece a partilha dos significados. Os resultados foram divididos em subtópicos que trazem a carta ao leitor que cada participante recebeu presente no romance “Capitães da Areia”, após ter-se esclarecido os objetivos da pesquisa e sanadas dúvidas eventuais. Seguem às cartas os textos produzidos pelos participantes ou a partir do relato dos mesmos. Ao conversar com o jornalista, discutiu-se a possibilidade de comparar as notícias por meio de um texto de opinião tecendo considerações a respeito dos elementos composicionais deste gênero e as alterações verificadas não somente entre os estilos de escrita, mas também no contexto extra-verbal da enunciação.

---

## **5 RESULTADOS ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

A partir do discurso dos participantes articulados com o contexto social, cultural, econômico e histórico do romance “Capitães de Areia” e com a atualidade foram desenvolvidas as análises, tendo em vista os referenciais teóricos propostos. O processo de análise se iniciou com as cartas do participante no romance destacando as singularidades e a essência de cada um seguida dos mesmos procedimentos com os profissionais e atores sociais que ocupam um posicionamento similar aos dos personagens da década de trinta, porém inseridos no contexto atual.

Os subtópicos seguintes trazem os textos dos demais profissionais/atores sociais e adolescentes participantes na íntegra, e permitem maior aprofundamento reflexivo. O primeiro subtópico traz uma análise comparativa entre os microssistemas nos quais os participantes receberam a pesquisadora. Em seguida, são apresentadas as cartas redigidas por profissionais/atores sociais na década de trinta, presentes no romance “Capitães da Areia”. Na sequência, foram inseridos os textos dos participantes.

A fim de conseguir uma apreensão mais completa do conteúdo presente no discurso do participante, seguiu-se para uma articulação dos principais elementos levantados presentes em quadros comparativos nos quais se apresenta sucintamente a perspectiva dos personagens e os textos dos participantes.. Esse movimento possibilitou a apreensão de sentidos entre as duas épocas de forma mais elaborada.

### **5.1 Os microssistemas dos participantes: A arquitetura dos ambientes**

É oportuno trazer algumas reflexões significativas a respeito do ambiente no qual os participantes receberam a pesquisadora para conversar sobre a pesquisa e colaborar. Para compreender melhor os processos de edificação e desenvolvimento humano, retoma-se Bronfrenbrenner (2011) quando sugere uma análise mais aprofundada sobre as relações entre pessoa, processo, contexto e tempo, para verificar a validade ecológica do ato formativo. Isso permite inferir o quanto os ambientes se constituem em representações simbólicas preditivas do comportamento humano.



As relações estabelecidas entre as pessoas em um determinado ambiente propiciam o desenvolvimento humano na medida em que as interações sociais se interafetam mutuamente, promovendo em todos os envolvidos no ato interativo a transição ecológica. Por desenvolvimento humano, o autor considera como sendo "o conjunto de processos através dos quais as particularidades da pessoa e do ambiente interagem para produzir constância e mudança nas características da pessoa no curso de sua vida" (BRONFRENBERGER, 1989, p.191).

Há o que o autor considera multideterminações ambientais que contribuem para o desenvolvimento das pessoas, sendo que o ambiente no qual se encontram também precisa ser considerado, pois não somente os fatores biológicos influenciam o desenvolvimento, mas a influência externa ao sujeito o permite reorganizar o mundo das ideias que lhe é interno. Os elementos do ambiente e a respectiva análise destes elementos precisam ser equacionados para aprofundar-se uma visão ecológica desenvolvimental.

Diante disso, considera-se importante trazer algumas relações entre os elementos verificados nos diversos ambientes nos quais a pesquisa foi realizada. Em linhas gerais, percebe-se o quanto os fatores ambientais se aglutinam aos recursos internos da pessoa e vice-versa, compondo a totalidade do ser. Foi possível verificar, por meio das características do ambiente nos quais se realizaram esses estudos, o *status* considerado pela sociedade a profissionais que ocupam cargos reconhecidamente mais valorizados, não somente no que tange ao plano econômico, mas especialmente no que se refere ao capital cultural e à representação simbólica.

Os participantes com formação superior receberam a pesquisadora em salas notadamente projetadas por arquitetos, designer de interiores, construídos com placas de mármore, mesas acopladas nas paredes, balcões, ornamentos, móveis projetados a partir de modelos requintados que remetem ao palácio da justiça contendo similaridades com a corte do Rei. Segundo Freitas, 2008, ao analisar a história das construções forenses, a arquitetura judiciária traz historicamente resquícios da Corte, com ares de monarquia, justamente devido ao fato de que hierarquicamente acima dos juizes somente o Rei representava o último recurso cabível. Os ornamentos presentes nesses ambientes ilustram o poder do judiciário, remetem ao signo da ponderação e da racionalidade científicas.

O clima estabelecido entra em sintonia com os princípios da administração pública no Brasil, dentre eles o princípio da legalidade no regramento constitucional e o princípio da cortesia previsto no plano doutrinário. (FREITAS, 2003). Tais princípios ficaram evidenciados no tratamento polido com que os profissionais de maior status social receberam a pesquisadora e a exigência dos trâmites legais necessários para a participação.

O Centro socioeducativo apresenta uma arquitetura edificada para a execução da medida de internamento quando o adolescente tenha cometido ato infracional considerado grave. A localização dessa instituição é de difícil acesso. Não há placas nas ruas contendo informações que facilitem a chegada ao local. Diante disso, resta perguntar a transeuntes qual itinerário percorrer. As ruas de acesso ao CENSE não foram pavimentadas.

O aspecto sombrio e enigmático que ronda este microssistema é perceptível já no percurso quando se considera o espaço geográfico. Verifica-se *in loco* a necessidade de reformas e pinturas, de otimização e readequação de espaços, de laboratórios de informática para uso pedagógico, de ampliar a oferta de cursos profissionalizantes que visem a intensificar a ação socioeducativa. Urge tornar o ambiente propício ao desenvolvimento humano de socioeducandos, socioeducadores, professores, profissionais da equipe de segurança, da equipe técnica e de todas as pessoas que interagem neste espaço. As relações interpessoais promovem a construção de díades, tríades, tétrades, e assim sucessivamente.

Ao pensar na complexidade dos fenômenos imbricados na socioeducação, é oportuno propor-se uma reflexão sobre a bidirecionalidade do desenvolvimento humano. Nas relações interpessoais, as pessoas se afetam mutuamente. Cada ser humano, cada detalhe do ambiente externo interfere e afeta a plasticidade intra-psicológica de todas as pessoas que percorrem as travessias existenciais neste microssistema bioecológico. O CEEBJA que atuou como instituição coparticipante junto ao CENSE está instalado nas dependências deste Centro Socioeducativo.

Observa-se dentro da sala dos professores a necessidade de reformas gerais, inovação na pintura das paredes, de móveis, aquisição de equipamentos eletrônicos e recursos pedagógicos que favoreçam o trabalho docente. Na fala de alguns profissionais que lá atuam, o desabafo para com o

descaso de investimentos para este segmento desvalorizado da população, descaso e indiferença por parte das políticas públicas, especialmente para com o cuidado necessário após o cumprimento da medida. A falta de condições para um trabalho contínuo após unidade socioeducativa por ser um agravante que contribui para autoamplificar violências e violações sentidas por todos envolvidos no processo socioeducativo. O receio de reivindicar direitos, o desejo de falar e expor sentimentos e percepções se manifesta na expressão do olhar silenciado e abafado.

Após esse breve relato da experiência da pesquisadora nos microssistemas onde foram encontrados os participantes, o caro leitor está sendo convidado a mergulhar no universo de representações polissêmicas dos participantes.

## 5.2 Participação do jornalista

Em “Capitães da Areia”, a reportagem se apresenta da seguinte forma:

### Crianças ladronas

As aventuras sinistras dos "Capitães da Areia" - A cidade infestada por crianças que vivem do furto - urge uma providência do Juiz de Menores e do chefe de polícia - ontem houve mais um assalto. Já por várias vezes o nosso jornal, que é sem dúvida o órgão das mais legítimas aspirações da população baiana, tem trazido notícias sobre a atividade criminosa dos "Capitães da Areia", nome pelo qual é conhecido o grupo de meninos assaltantes e ladrões que infestam a nossa urbe. Essas crianças que tão cedo se dedicaram à tenebrosa carreira do crime não têm moradia certa ou pelo menos a sua moradia ainda não foi localizada. Como também ainda não foi localizado o local onde escondem o produto dos seus assaltos, que se tornam diários, fazendo Jus a uma imediata providência do Juiz de Menores e do Dr. Chefe de Polícia. Esse bando que vive da rapina se compõe pelo que se sabe de um número superior a 100 crianças das mais diversas idades, indo desde os 8 aos 16 anos. Crianças que, naturalmente devido ao desprezo dado à sua educação por pais pouco servidos de sentimentos cristãos, se entregaram no verdor dos anos a uma vida criminosa. São chamados de "Capitães da Areia" porque o cais é o seu quartel-general. E têm por comandante um mascote dos seus 14 anos, que é o mais terrível de todos, não só ladrão como já autor de um crime de ferimentos graves, praticado na tarde de ontem. Infelizmente a identidade deste chefe é desconhecida. O que se faz necessário é uma urgente providência da polícia e do juizado de menores no sentido da extinção desse bando e para que recolham esses precoces criminosos, que já não deixam a cidade dormir em paz o seu sono tão merecido, aos Institutos de reforma de crianças ou às prisões. Passemos agora a relatar o assalto de ontem, do qual foi vítima um honrado comerciante da

nossa praça, que teve sua residência furtada em mais de um conto de réis e um seu empregado ferido pelo desalmado chefe dessa malta de jovens bandidos.

Na residência do comendador Jose Ferreira

No Corredor da Vitória, coração do mais chique bairro da cidade, se eleva a bela vivenda do Comendador José Ferreira, dos mais abastados e acreditados negociantes desta praga, com loja de fazendas na rua Portugal. É um gosto ver o palacete do comendador, cercado de jardins, na sua arquitetura colonial. Pois ontem esse remanso de paz e trabalho honesto passou uma hora de indescritível agitação e susto com a invasão que sofreu por parte dos "Capitães da Areia".

Os relógios badalavam às três horas da tarde e a cidade abafava de calor quando o jardineiro notou que algumas crianças vestidas de molambos rondavam o jardim da residência do comendador. O jardineiro tratou de afastar da frente da casa aqueles incômodos visitantes. E, como eles continuassem o seu caminho, descendo a rua, Ramiro, o jardineiro, voltou ao seu trabalho nos jardins do fiando do palacete.(p. 5)

Assalto

Não tinham passado ainda cinco minutos quando o jardineiro Ramiro ouviu gritos assustados vindos do interior da residência. Eram gritos de pessoas terrivelmente assustadas. Armando-se de uma foice o jardineiro penetrou na casa e mal teve tempo de ver vários moleques que, como um bando de demônios (na expressão curiosa de Ramiro), fugiam saltando as janelas, carregados com objetos de valor da sala de jantar. A empregada que havia gritado estava cuidando da senhora do comendador, que tivera um ligeiro desmaio em virtude do susto que passara. O Jardineiro dirigiu-se às pressas para o jardim, onde teve lugar a

Luta

Aconteceu que no jardim a linda criança que é Raul Ferreira, de 11 anos, neto do comendador, que se achava de visita aos avós, conversava com o chefe dos "Capitães da Areia", que é reconhecível devido a um talho que tem no rosto. Na sua inocência, Raul ria para o malvado, que sem dúvida pensava em furtá-lo. O jardineiro se atirou então em cima do ladrão. Não esperava, porém, pela reação do moleque, que se revelou um mestre nestas brigas. E o resultado é que, quando pensava ter segurado o chefe da malta, o jardineiro recebeu uma punhalada no ombro e logo em seguida outra no braço, sendo obrigado a largar o criminoso, que fugiu.

(...) Urge uma providência que traga para semelhantes malandros um justo castigo e o sossego para as nossas mais distintas famílias. Esperamos que o ilustre Chefe de Polícia e o não menos ilustre Dr. Juiz de Menores saberão tomar as devidas providências contra esses criminosos tão Jovens e já tão ousados. (AMADO, 1937, p. 4).

## Considerações do jornalista e reflexões

*Embora as reportagens e cartas publicadas no início de Capitães da areia sejam ficcionais, Jorge Amado baseou-se em fatos reais e empregou as*

*terminologias jornalísticas da época para retratar a história por verossimilhança. Por muitas décadas ainda predominariam na cobertura de imprensa expressões como “bando de demônios” ou similares para qualificar crianças e adolescentes autores de atos infracionais. Ou, ainda, adjetivos como “malandros”, “criminosos”, “bando de crianças delinquentes”, “meninos assaltantes e ladrões”. Se não avançamos nas qualificações morais a eles atribuídas – ao contrário, pioramos um bocado –, ao menos tivemos uma depuração da terminologia empregada na imprensa. Ainda que, em grande medida, por força de lei.*

*É notável como de duas décadas para cá o Estatuto da Criança e do Adolescente e ONGs como a ANDI – Comunicação e Direitos contribuíram sobremaneira para a qualificação do discurso jornalístico, esta com publicações e cursos de qualificação voltados a jornalistas para a cobertura de temas relacionados à infância e à adolescência. Expressões comuns à época de Jorge Amado hoje estão abolidas do noticiário. De outro lado, é lamentável ainda notarmos matérias sem o compromisso social a que se destina o jornalismo. Como acreditar em matérias – e elas ainda são mais frequentes do que deveriam – que nem sequer citam a legislação que protege as vítimas ou a que enquadra os agressores?*

*A cobertura de crimes envolvendo criança e adolescente é das mais difíceis do ofício jornalístico, dada às características do contexto social, do perfil das vítimas e dos agressores e do tabu em torno do tema. O desafio da imprensa é descortiná-lo sem julgar o agressor nem expor a vítima. Em geral, nos tornamos reféns de estatísticas parciais e estimativas muitas vezes tão somente empíricas, que se esgotam tão logo publicadas. A denúncia é a ação inicial capaz de romper o ciclo de violência, mas quantos outros casos estão escondidos detrás do silêncio constrangido das vítimas e parentes? Ou do silêncio do jornalista?*

*Muito se avançou na cobertura desses temas, é certo. Mas quanto mais se poderia ter avançado não fossem os tabus imiscuídos no modus pensandis de uma sociedade repleta de preconceitos? Quem há de afirmar que valores antes aceitáveis – ou enaltecidos, até – não mais permeiam o inconsciente coletivo, apesar do absurdo a quem se põe a refletir sobre eles uma segunda*

vez? O que dizer da crença de que todo crime deve ser punido e, portanto, independe da idade de quem se acusa? Ou da tentativa de transferir para o adolescente toda a carga de responsabilidade?

*Há um descompasso histórico da representação social da infância e da violência – e a invenção da imprensa acentuou essas diferenças. A violência parece ter sempre exercido certo fascínio sobre a humanidade. É como se o homem compensasse a falta de violência em seu cotidiano consumindo-a por meio da televisão, do cinema, dos videogames, dos jornais. A cultura de massa exterioriza maciçamente a violência que emana desses meios. É possível inferir que dessa forma, o indivíduo acaba por se apropriar das representações da violência para poder vivenciar de maneira segura o crime, as brigas, a morte.*

*Essa violência, fruto de uma sociedade perversa, parece exorbitar a constatação de Freud de que o homem é tentado a satisfazer no outro a sua agressividade. Dessa forma, determinadas coberturas jornalísticas desempenham hoje o papel das execuções públicas tão comuns na Europa pré-Iluminismo. Se de um lado sobra interesse pela violência, de outro falta boa vontade para com a infância. Esta, a propósito, parece ainda enfrentar na imprensa a mesma resistência sofrida ao longo de um largo período da História.*

*A infância foi ignorada ao longo de séculos. Até recentemente a sociedade não tinha formas diferenciadas de tratar a criança. Era, em suma, um adulto pequeno. Estudos iconográficos feitos pelo sociólogo Philippe Ariès revelam que a descoberta da infância só veio acontecer no século 13, cuja evolução pode ser acompanhada na história da arte nos séculos seguintes. É quando surgem indícios da mudança do olhar sobre a infância. Percebe-se nas obras de arte que a representação da criança começa a receber certo destaque.*

*Gravuras de crianças sozinhas se tornaram comuns no século 17, quando o retrato de família passou a se organizar em torno dela, tornando-a o centro da composição. Antes, a infância era considerada apenas uma fase sem importância, que não fazia sentido fixar na lembrança, e “quando morta não se considerava que essa coisinha desaparecida tão cedo fosse digna de*

*lembrança”. As pessoas não podiam se apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual. Numa época de grande mortalidade infantil, a criança não tinha muito valor e faziam-se muitas delas para preservar algumas poucas.*

*Na imprensa, só recentemente a criança passou a ganhar alguma importância. A imprensa cobre mal o tema infância/violência por desconhecê-lo ou por subestimá-lo como um assunto de interesse público. O jornalista ignora, por exemplo, a miríade de fontes que permitiria qualificar a cobertura. A maioria das matérias a esse respeito costuma ter apenas uma fonte de informação – ou nem uma única fonte sequer. É pouco, muito pouco para se conseguir contextualizar o assunto e buscar uma melhor compreensão do fenômeno, o que seria mais fácil com a pluralidade de vozes.*

*Os jornais pouco compreendem o contexto da violência porque quase não discutem os caminhos possíveis. É decepcionante o nível de abordagem dos temas relacionados à infância, sobretudo quando se trata de violência. Sete entre dez matérias costumam ser factuais, ou seja, se restringem a contar um fato imediato e isolado, sem oferecer uma contextualização, sem propor soluções ou dar opiniões de forma clara. Quão útil seria estudar a biografia de vítimas e de agressores para decifrar os determinantes sociais, culturais e econômicos que expliquem as causas e os contextos da violência ou violação de direitos. Isso decorre das escolhas do jornalista.*

*A priori, escolhe-se evitar o complexo de forma a não se complicar. Edgar Morin sugere subirmos ao nível da complexidade para melhor compreender – e, assim, melhor explicar – pessoas e fenômenos. Para Hegel, reduzir todas as demais características de um criminoso apenas ao crime é deveras fácil. A complexidade está em não reduzir a uma única característica uma pessoa que tem outras tantas. Por que não fazer o mesmo com a violência e seus personagens? Esse nível de complexidade nos permitiria esclarecer e compreender suas causas e efeitos.*

*Para ser esclarecedora, uma reportagem deve conter boas fontes, bons personagens e bons dados técnicos ou estatísticos que garantam uma boa sustentação narrativa. As fontes conferem veracidade às informações, uma vez*

*que o repórter não sabe tudo, não pode tudo e não está em todo lugar para obtê-las por conta própria; os dados técnicos ou estatísticos dimensionam o assunto abordado, seja num contexto local, nacional ou mundial; os personagens humanizam a reportagem e fazem com que o leitor de alguma forma sinta empatia com a história.*

*Nos jornais brasileiros ainda predominam as fontes únicas, a ausência de personagens representativos no contexto da história e a escassez de referenciais que dimensionem a gravidade do problema exposto em recortes avulsos. Faltam dados ou indicadores que permitam dar ao leitor pelo menos uma mínima dimensão do fenômeno sobre o qual se está tratando.*

*Quando o assunto é violência envolvendo crianças e adolescentes, a notícia chega ao leitor menos pelas mãos da editoria relacionada às políticas públicas e mais pelo espírito da editoria de polícia. Polícia é a fonte que mais aparece nos textos. Quando menos os assuntos são tratados pela linha policial, melhor é a qualidade das abordagens. Contudo, ainda se encontra na imprensa uma grande parcela de reportagens tratada de forma sensacionalista para chocar o leitor.*

As modificações ocorridas no campo jurídico, das ciências humanas em geral são notáveis e se refletem em todas as áreas de conhecimento. Verifica-se que muitas vezes as notícias que atualmente relatam situações referentes a assaltos pouco são mencionadas na mídia impressa. Profissionais que atuam nas delegacias percebem que o número de queixas sobre assaltos a residências é bem superior ao que aparece publicado nos jornais impressos ou virtuais.

Quando um assaltante é preso por furto à residência ou mesmo roubo, pode saber que ele já provavelmente cometera vários deles, porém quando cai é somente por um de uma das vítimas que teve coragem de fazer a representação da queixa, pois a maioria das pessoas que sofrem assaltos em suas residências sequer fazem a queixa, não as oficializam por receio ou até mesmo devido ao fato de que a burocracia é tamanha que a vítima tem de ficar horas numa fila na delegacia, assistindo a toda sorte de desfortúnio por parte de outras vítimas, esperando para ser atendida.



Embora seja possível fazer o boletim de ocorrência via internet, uma parte significativa da população não tem acesso a um computador em rede e/ou não sabe utilizá-lo. Prefere esperar para fazer o registro pessoalmente. Também os resultados obtidos após a oficialização do ato vitimizador nem sempre atendem à expectativa da vítima. Interessante também observar que já em 1937 o jornalista finaliza a notícia do assalto solicitando providências das autoridades e considera os jovens tão jovens e tão ousados.

Verifica-se que o “Jornal da Tarde” existe até hoje em Salvador – Bahia. Com relação à reportagem apresentada, a terminologia utilizada na época para se referir aos “capitães da areia” era comum, mas hoje não é muito comum. Referir-se a adolescentes em conflito com a lei como “bando de demônios”, “grupo que vive da rapina”, “desalmados”, dentre outros termos e expressões que adjetivam pejorativamente estão ou deveriam estar banidas. Embora não haja uma previsão legal com relação à proibição de certas terminologias, à semântica de termos e expressões utilizados nos discursos que compõem o universo midiático, do ponto de vista da moralidade, são condenatórios e inconcebíveis. Então salvo algumas exceções de jornalismo de apelo policialesco, terminologias que inferiorizam e depreciam o macrossistema jurídico vigente deveriam ser expressamente proibidas.

A época em que o romance foi escrito, década de trinta, o assalto tramado pelos capitães era considerado algo inusitado. Por ter havido o esfaqueamento do jardineiro, a notícia merecia um volume de espaço maior. Hoje, dada à banalização da ação do assalto, o aumento considerável dos índices de recorrência, somados ao fato de haver situações de violência muito mais graves, dificilmente tem-se a publicação de uma reportagem sobre assalto com um volume de espaço maior. No máximo sai uma notinha a respeito de algum assalto.

O ECA estabelece limite legal para esse tipo de cobertura noticiosa, por exemplo, o nome e a imagem do adolescente não podem ser expostos. O jornalista comenta que há o site da Agência de Notícias dos Direitos da Infância/ANDI, com várias informações importantes sobre o tratamento dado à infância e a adolescência na perspectiva do jornalismo. Também o Guia de Referência para Cobertura Jornalística – Ciranda, constitui-se numa instituição parceira de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Ilustrou um exemplo de exemplo de clípgem, pesquisas realizadas para verificar em

um determinado jornal os índices de notícias relacionados à prisão de adolescentes, na qual percebe-se que em 80% dos casos apenas a polícia é ouvida.

Ao se estabelecer algumas comparações entre as concepções latentes na reportagem publicada em Capitães da areia e os apontamentos realizados pelo jornalista participante desta pesquisa, alguns destaques são pertinentes tais quais apresentados no quadro abaixo:

QUADRO 4 – COMPARATIVO ENTRE OS TEXTOS DOS JORNALISTAS

Participante	Identificação	Participação
Jornalista da década de trinta; (1930)	Do Jornal da Tarde – Salvador/Bahia.	Contribuição sobre repertório linguístico utilizado na época, quando se tratava de adolescente em situação irregular. Reportagem sobre assalto com um volume extenso. Cobra das autoridades competentes ação efetiva com relação aos meninos de rua. Visão estigmatizada e fragmentada que revela o caráter repressivo da concepção de criança e adolescência do contexto histórico.
Jornalista Atual (2014)	Da Gazeta do Povo Curitiba – Paraná	Questiona os termos e expressões utilizados para se referir a crianças e adolescentes. Reportagens sobre assaltos com um volume bem inferior. Aumento das violências. Considera as violações do direitos da criança, visão macrossistêmica. Avanços no campo jurídico se refletem no meio jornalístico.

Acrescente-se a essas análises que atualmente há vários avanços no campo do jornalismo. Há o Guia de Referência para Cobertura Jornalística disponível na primeira página do site da ANDI se refere à Comunicação e Direitos em (SDH/PR), da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da

Criança e do Adolescente (SNPDC) e o Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (Conanda).

### **5.3 Participação da delegada**

A primeira carta presente no livro de Jorge Amado é escrita pelo Secretário do Chefe de Polícia em resposta ao questionamento feito pelo redator do Jornal da Tarde com relação à ação infratora dos meninos de rua. Assim se apresenta:

#### **Carta do Subsecretário do Chefe de Polícia presente no romance**

Senhor Diretor do Jornal da Tarde

Cordiais saudações.

Tendo chegado ao conhecimento do Dr. Chefe de Polícia a local publicada ontem na segunda edição desse jornal sobre as atividades dos "Capitães da Areia", bando de crianças delinquentes, e o assalto levado a efeito por este mesmo bando na residência do comendador José Ferreira, o Dr. Chefe de Polícia se apressa a comunicar à direção deste jornal que a solução do problema compete antes ao juiz de maiores que à polícia. A polícia neste caso deve agir em obediência a um pedido do Dr. Juiz de Menores. Mas que, no entanto, vai tomar sérias providências para que semelhantes atentados não se repitam e para que os autores do de anteontem sejam presos para sofrerem o castigo merecido.

Pelo exposto fica claramente provado que a polícia não merece nenhuma crítica pela sua atitude em face desse problema. Não tem agido com maior eficiência porque não foi solicitada pelo juiz de menores.

Cordiais saudações.

Secretário do Chefe de Polícia.

(Publicada em primeira página do Jornal da Tarde, com clichê do chefe de polícia e um vasto comentário elogioso.)(p. 8)

## **Texto produzido pela delegada e considerações**

*A Constituição Federal de 1988 preconizou a doutrina da proteção integral onde toda criança e adolescente são sujeitos de direitos e por ser encontrarem em fase especial de desenvolvimento, necessitam da proteção do Estado, sendo dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, assegurar com prioridade absoluta a efetivação dos direitos da criança e do adolescente no que tange a vida, a saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, liberdade, respeito e convivência familiar e comunitária.*

*Como o adolescente é inimputável – não está sujeito às leis penais, se praticar ato infracional (atos que correspondem a crimes ou contravenções penais), estará sujeito às penas estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 9.069/90), o qual prevê a aplicação de medida socioeducativa, a qual pode ir de advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semi-liberdade, internação em estabelecimento educacional, orientação, acompanhamento, matrícula e frequência obrigatórios em estabelecimento oficial de ensino fundamental, inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente, requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial, inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólicos e toxicômanos.*

*Estas medidas têm finalidade pedagógico-educacional e visam à recuperação social do infrator. Fazem parte de uma estratégia de políticas públicas onde mostram ao adolescente sua responsabilidade comunitária e social e por extensão, mostram a comunidade, sociedade e família suas responsabilidades para com o adolescente. Objetivam, ainda, inserir o adolescente em conflito com a lei no sistema educacional, no mercado de trabalho, possibilitando maior aproximação familiar e comunitária, mediação na aproximação dos valores e das normas da sociedade, para estabelecer ruptura com as práticas infracionais.*

*Políticas públicas voltadas para a educação, programas que atendam ao adolescente e sua família, práticas culturais, esportivas, matrícula e acompanhamento do rendimento escolar, busca pela profissionalização e*

*inserção ao mercado de trabalho, estabelecem ao adolescente em conflito com a lei condições de reestruturação psíquica e familiar e reinserção social a fim de resgatá-lo como ser humano sujeito de direitos e cumpridor de suas responsabilidades.*

Verifica-se que houve várias mudanças significativas referentes às possibilidades de ressocialização. Atualmente, após o cumprimento da medida socioeducativa, o adolescente é encaminhado para o Programa de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Ainda assim, a inoperância do sistema pós internação pode contribuir para a reincidência. A lei esclarece ao operador do direito sobre os limites de sua ação. É difícil aconselhar e orientar o adolescente no momento do desinternamento. Como poderia aconselhá-lo e orientá-lo de forma efetiva para que ele não mais retorne ao sistema privativo de liberdade?

Talvez se possa dizer a esse adolescente para que considere as possibilidades de uma vida longa, ao buscar fazer com que entenda o trabalho como fonte de dignidade humana. Uma dignidade que ele encontrará ao receber no final do mês, se contar com dezesseis anos completos, um salário mínimo por uma carga horária de 40 ou 44 horas semanais. Do contrário, se a idade variar entre 14 e 16 anos, poderá trabalhar na condição de aprendiz, quatro horas semanais e receber meio salário mínimo. Se conseguir conciliar o trabalho com os estudos e tiver paciência, resiliência e persistência, conseguirá um padrão de qualidade de vida minimamente satisfatório. Os argumentos soam frágeis diante dos apelos ao consumo e à ostentação advinda do consumo das marcas e da atração pelo comércio ilícito considerado rentável para muitos adolescentes.

É oportuno apresentar algumas correlações entre a perspectiva o secretário do chefe de polícia apresentado por Jorge Amado e as considerações feitas pela delegada que atuam na área da adolescência e aceitou participar dessa pesquisa. Cabe alguns destaques apresentados no quadro a seguir:

QUADRO 5 – COMPARATIVO ENTRE OS TEXTOS DO CHEFE DE POLÍCIA E DA DELEGADA

Participante	Identificação	Participação
Secretário do Chefe de Polícia presente no romance	Cargo ocupado pelo chefe dos policiais em Salvador nos anos de 1930, de acordo com a carta presente no romance.	Justiça repressora e autoritária; Visa ao castigo merecido por meio do sofrimento; Atribui a ineficiência para prenderem-se os “menores delinquentes” por não haver ordens do juizado de menores expedida do Dr. Juiz de Menores.
Delegada (Cargo correlato).	Delegacia com atuação no Paraná.	Doutrina da Proteção Integral; ECA; Medidas com finalidade pedagógico-educacional. Inserção no sistema educacional e no mercado de Trabalho.

Apesar da doutrina da situação irregular ter sido alterada para uma concepção que considera a doutrina da proteção por parte da sociedade, da família, do estado, em desabafo a delegada acrescenta que fica difícil concorrer com tantos apelos ao prazer do consumo haja vista os limites e as possibilidades na atual conjuntura para a inserção do jovem no mercado de trabalho. Para muitos deles a oferta de atividades remuneratórias não parecem ser tão atrativas, muito menos tão rentáveis quanto à atuação deles na venda de drogas. Especialmente para aqueles que não conseguiram terminar o ensino médio, a saber, a maioria dos adolescentes internos. Também o preconceito sofrido quando tenta se inserir no mercado de trabalho intensifica o rol de dificuldades encontradas para a ressocialização. Não raro, muitos colegas de alojamento acabam recebendo a notícia de que um colega recentemente desinternalizado foi assassinado.

#### 5.4 Participação do juiz da vara da infância e da juventude

Carta redigida pelo Juiz de Menores na década de trinta em resposta ao redator do jornal e ao Secretário do Chefe de Polícia, presente no romance seguida de considerações do Juiz da Vara da Infância e da Juventude.

#### Carta do Doutor Juiz de Menores à Redação do Jornal da Tarde

**Exmo. Sr. Diretor do Jornal da Tarde.**

**Cidade do Salvador**

**Neste Estado.**

**Meu caro patrício.**

**Cordiais saudações.**

Folheando, num dos raros momentos de lazer que me deixam as múltiplas e variadas preocupações do meu espinhoso cargo, o vosso brilhante vespertino, tomei conhecimento de unia epístola do Infatigável doutor Chefe de Polícia do Estado, na qual dizia dos motivos por que a Polícia não pudera até a data presente intensificar a meritória campanha contra os menores delinquentes que infestam a nossa urbe. Justifica-se o doutor Chefe de Polícia declarando que não possuía ordens do juizado de menores no sentido de agir contra a delinquência infantil. Sem querer absolutamente culpar a brilhante e infatigável Chefia de Polícia, sou obrigado, a bem da verdade (essa mesma verdade que tenho colocado como o farol que ilumina a estrada da minha vida com a sua luz puríssima), a declarar que a desculpa não procede. Não procede, Senhor Diretor, porque ao juizado de menores não compete perseguir e prender os menores delinqüentes e, sim, designar o local onde devem cumprir pena, nomear curador para acompanhar qualquer processo contra eles instaurado, etc. Não cabe ao juizado de menores capturar os pequenos delinqüentes. Cabe velar pelo seu destino posterior. E o Senhor doutor Chefe de Polícia sempre há de me encontrar onde o dever me chama, porque jamais, em 50 anos de vida impoluta, deixei de cumpri-lo.

(p. 9)

Ainda nestes últimos meses que decorreram mandei para o Reformatório de Menores vários menores delinqüentes ou abandonados. Não tenho culpa, porém, de que fujam, que não se impressionem com o exemplo de trabalho que encontram naquele estabelecimento de educação herói, por meio da fuga, abandonem um ambiente onde se respiram paz e trabalho e onde são tratados com o maior carinho. Fogem e se tornam ainda mais perversos, como se o exemplo que houvessem recebido fosse mau e daninho.

Por quê? Isso é um problema que aos psicólogos cabe resolver e não a mim, simples curioso da filosofia.

O que quero deixar claro e cristalino, Senhor Diretor, é que o doutor Chefe de Polícia pode contar com a melhor ajuda deste juizado de menores para intensificar a campanha contra os menores delinqüentes.

De V. Exa., admirador e patrício grato, Juiz de Menores.

(Publicada no jornal da Tarde com o clichê do juiz de menores em uma coluna e um pequeno comentário elogioso) (p. 10).

Propôs-se ao juiz participante que escrevesse sobre os procedimentos normalmente adotados em casos semelhantes e o que pensa a respeito das possibilidades de desenvolvimento humano e ressocialização dos internos.

## **Texto atual produzido por um Juiz da Vara da Infância e da Juventude e reflexões**

*Da análise do teor da carta apresentada pelo Juiz de Menores ao Jornal da Tarde, constante da obra Capitães da Areia, de Jorge Amado, em comparação com o atual contexto da Justiça Infanto-Juvenil, é possível identificar sensíveis mudanças no que toca ao moderno atendimento de adolescentes em conflito com a lei, no Brasil.*

*De início, importa destacar que o texto em questão se refere ao vetusto paradigma menorista, que, fulcrado no então vigente Código de Menores, conferia tratamento idêntico a menores abandonados e a menores delinquentes, porquanto ambos os públicos, em desacordo com a esperada ordem social, eram considerados em "situação irregular", genericamente. Mais que isso, as unidades de atendimento destinadas a tais indivíduos, porquanto inexistente a devida distinção entre menores vítimas de abandono e menores autores de ilícitos, eram, no mais das vezes, reformatórios, que, como a própria palavra dá a entender, serviam para reformar menores em situação irregular no convívio social.*

*Hoje, e eis que reinante o paradigma estatutário, porquanto em vigor, desde 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, não há mais falar em "menores", tampouco que estes estejam em "situação irregular". É que, tanto o ECA quanto a Constituição Federal de 1988, informados pela Doutrina da Proteção Integral às Crianças e aos Adolescentes, guindaram tais indivíduos à condição de sujeitos de direitos, os quais não mais podem ser considerados "adultos menores em situação irregular", como outrora se dava.*

*Diante de tal mudança de paradigma, a moderna sistemática do atendimento infanto-juvenil, no âmbito do Sistema de Garantia de Direitos, distingue as hipóteses de crianças e adolescentes em risco social (abandonados, negligenciados, ou mesmo vítimas de abusos de toda ordem) das de adolescentes autores de atos infracionais (ilícitos equiparados a crimes ou contravenções penais), sendo certo que a este último público, mais recentemente, convencionou-se intitular "adolescentes em conflito com a lei". E, tratando-se de adolescentes em conflito com a lei, não mais se aplicam penas a tais indivíduos, mas, sim, medidas socioeducativas, que estão longe*



*do que era feito nos antigos reformatórios, e muito mais calcadas em aspectos pedagógicos e psicossociais.*

*Nessa esteira, fosse na Salvador de hoje a ocorrência do ato infracional contra o patrimônio, tal como narrado em Capitães da Areia, certamente a notícia teria sido de roubo, e não de furto, eis que a prática se deu com violência ou grave ameaça à pessoa. Demais disso, o roubo praticado pelos adolescentes, e desde que os autores houvessem sido indivíduos maiores de doze anos de idade, teria gerado ocorrência junto à Delegacia do Adolescente, que, uma vez lavrado o boletim correlato, e desde que apreendidos os adolescentes suspeitos, teria encaminhado o inquérito infracional, bem como os meninos, ao Ministério Público, como primeira providência. No Ministério Público, acompanhados os adolescentes de seus pais ou responsáveis, e, se quisessem, também de Advogados, prestariam seus depoimentos ao Promotor de Justiça, o qual, entendendo grave a situação, representaria os supostos infratores ao Juízo da Infância e da Juventude, para a apuração, em processo judicial informado pelos princípios do contraditório e da ampla defesa, da conduta daqueles.*

*Nesse caso, realizadas as audiências de apresentação e em continuação, ouvindo-se em Juízo os adolescentes, seus pais ou responsáveis, bem como as testemunhas de acusação e de defesa, na presença do Promotor de Justiça e do Defensor, o Juízo daria uma sentença, absolvendo ou responsabilizando os adolescentes pela prática do roubo. O Estatuto da Criança e do Adolescente autorizaria, inclusive, a aplicação de medida socioeducativa de internação em estabelecimento socioeducativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, com primeira reavaliação da situação dos sentenciados no máximo em 6 (seis) meses.*

*Desse modo, a discussão sobre a responsabilidade do então Chefe de Polícia e do então Juiz de Menores, fosse no tempo presente, não teria qualquer sentido. É que a legislação brasileira, de há muito, estabeleceu que à Polícia Militar cabe o policiamento ostensivo, com a possibilidade de abordagem e apreensão dos adolescentes em conflito com a lei; à Polícia Civil, compete a investigação da prática infracional, com a possibilidade de, mediante relatório, encaminhamento dos supostos autores ao Ministério Público; ao Ministério Público, compete ouvir informalmente os adolescentes, acompanhados de seus pais ou responsáveis, com a possibilidade de, em não*

*sendo caso de remissão, representá-los ao Juízo para serem processados; e, ao Juízo, compete o processamento dos adolescentes, ouvidos na presença de seus pais ou responsáveis, além de julgá-los, após colhidas todas as provas possíveis, na busca da verdade real.*

*E, uma vez responsabilizados os adolescentes, por sentença judicial, com determinação para a internação em estabelecimento socioeducativo, compete ao Poder Executivo Estadual o cumprimento da medida, que deverá ocorrer em um dos Centros de Socioeducação disponíveis.*

*Nesse sentido, também, como não se trata mais de reformar pessoas em "situação irregular", inexistem no Brasil os antigos Reformatórios. Foram eles substituídos por Centros Socioeducativos, que não guardam qualquer semelhança com os antigos equipamentos, mormente porque não são admitidas quaisquer corrigendas físicas, por exemplo, pela indisciplina dos internos. Demais disso, nos Centros atuais há diversas atividades para a socioeducação (educação para a vida em sociedade) dos adolescentes sentenciados, tais como a frequência escolar, aulas de informática e de artes, prática de esportes e preparação para o mercado de trabalho, com o devido acompanhamento psicossocial, odontológico e médico.*

*Destarte, a carta do Juiz de Menores ao Diretor do Jornal da Tarde, na Salvador de 2014, com certeza não faria qualquer sentido, mormente porque inexistiriam dúvidas quanto às competências das autoridades policial e judiciária, como dito, de há muito estabelecidas nas leis brasileiras. E, mais que isso, se a discussão ocorresse, por certo seria levada ao conhecimento das Corregedorias da Polícia Civil e do Tribunal de Justiça, porquanto as autoridades em questão estariam prevaricando em seus deveres funcionais, ao não tomarem providências que seriam de sua alçada.*

*Quanto à socioeducação em si, que ora substitui a antiga atividade dos reformatórios, é possível ponderar, apenas, que ao Juiz de Direito do século XXI não se admite não ter qualquer responsabilidade quanto às eventuais fugas de socioeducandos das unidades de atendimento em meio fechado. Ademais, os Juízes de Direito das Varas da Infância e da Juventude têm o dever de fiscalizar, no máximo bimestralmente, as unidades socioeducativas sob sua responsabilidade, elaborando relatórios circunstanciados. E, sempre que há notícia de fuga, é dever do Juiz determinar, via mandado judicial, a busca e apreensão do adolescente, para, na sequência, ser realizada*

*audiência de reavaliação de medida, que pode, dependendo de cada caso, tornar-se ainda mais severa.*

### **Reflexões sobre as considerações do Juiz:**

Análise de alguns termos e expressões utilizados pelo eminente Juiz da Vara da Infância e da Juventude, que prontamente e de forma extremamente atenciosa aceitou contribuir com estes estudos. Ao comparar o discurso de defesa feito pelo Diretor do Reformatório às acusações do Padre José Pedro e da Sr<sup>a</sup> Maria Richardina, personagens do romance “Capitães da Areia”, o participante infere que: “De início, importa destacar que o texto em questão se refere ao vetusto paradigma menorista, que, fulcrado no então vigente Código de Menores”.

Em pesquisa, verifica-se que a expressão “vetusto paradigma menorista”, aparece permeada por expressões correlatas, dentre elas “**vetusto** dogma”, “**vetusto** Código de Menores”, “**vetusto** modelo tutelar”, “**vetustos** primados da arcaica Doutrina”, etc...

A palavra tem sua origem no latim<sup>47</sup> *vetustus*, e se refere ao termo “idoso”. Na função de adjetivo, pode representar algo muito velho, extremamente arcaico, deteriorado já pelo tempo. Ainda alguns dicionários apontam para uma terceira conotação na qual a palavra “vetusto” poderia se referir a algo respeitável pela sua ancianidade.

Ao falar sobre o ECA enquanto doutrina de proteção integral, Saraiva, 2006, debate a respeito da ruptura de paradigmas enclausurados no passado, quando chama a atenção para uma reconceitualização no tratamento dado às questões infracionais, presente na agenda da Política Nacional, conforme fragmento escaneado:

O Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe uma completa transormação ao tratamento legal da matéria. Em todos os aspectos, com a adoção da Doutrina da Proteção Integral; em detrimento dos vetustos primados da arcaica Doutrina da Situação Irregular, que presidia o antigo sistema; operou-se uma mudança de referenciais e paradigmas na ação da Política

---

<sup>47</sup> “**vetusto**”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/vetusto> [consultado em 25-07-2014].

Nacional, com reflexos diretos em todas as áreas, especialmente no plano do trato da questão infracional. (SARAIVA, 2006, p. 17).

Em se analisando a carta do juiz participante, cabe esclarecer os seguintes fragmentos:

(...)“inexistente a devida distinção entre menores vítimas de abandono e menores autores de ilícitos”(...)

A palavra <sup>48</sup>“fulcrado” faz referência ao ato de ser sustentado em fulcro: Ao se referir à botânica, traz implícita a ideia de caules cujas raízes, mergulhadas, produzem novos caules.

O dicionário Língua Brasil – Não tropece na língua, apoiado pela editora Bonijuris, traz as seguintes definições: <sup>49</sup>“fulcrar [calcar, apoiar] é verbo de uso raro. Sua origem é o substantivo fulcro = ponto de apoio; sustentáculo, base; parte essencial ou mais importante; ponto básico; cerne. Quanto ao participio fulcrado, emprega-se como alternativa para “baseado, fundamentado; com base ou fundamento em”.

Analisados os termos expressões destacados, fica evidente a concepção subjacente implícitas e explícita nas considerações do juiz participante a respeito do quão arcaica a doutrina preconizada no vestuto código de menores pode ser considerada. Tanto os adolescentes em “situação irregular”, “menores” abandonados por seus familiares, hodiernamente considerados em condições de risco e/ou de extrema vulnerabilidade social, quanto quando em autoria e/ou coautoria de ato infracional, tipificado como crime ou contravenção penal, ambos estavam submetidos ao mesmo ordenamento jurídico.

Ao explicar etimologicamente o termo “menor”, um artigo publicado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, <sup>50</sup>intitulado “A criança e o adolescente e as políticas públicas municipais”

---

<sup>48</sup>“**Fulcrado**”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, Disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/fulcrado> [consultado em 25-07-2014]).

<sup>49</sup> Instituto Euclides da Cunha. <http://www.linguabrasil.com.br/nao-tropece-detail.php?id=734> (Acesso em 25 de julho de 2014).

ajuda a compreender que a criança era considerada a partir de uma concepção negativa como pessoa sem discernimento, com incapacidade social, de menor valor, sem direito de voz, cuja condição de dependente o subjugava a um plano de inferioridade.

A criminalização da pobreza perpassa os séculos. O ideal de liberdade de ir e vir consagrado no artigo 5º previsto na Constituição de 1988, como se pode observar, está submetido a certos parâmetros morais que se constituem em determinantes limitadores da liberdade individual. O fato do indivíduo não ter uma ocupação formal e não se adequar aos paradigmas socioculturais construídos historicamente referentes ao trabalho e aos estudos, bem como aos parâmetros ambiciosos do consumismo e do desejo insano imbricados na filosofia do “ter” se constituiu em fundamentos jurídicos expressos no Código Criminal de 1830.

Assim considerados como delito: Não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta, e útil, de que possa subsistir, depois de advertido pelo juiz de paz, não tendo renda suficiente, penas de prisão com trabalho de oito a vinte e quatro dias, simplesmente por ser vadio, e de prisão simples ou com trabalho, “segundo o estado das forças do mendigo”, de oito dias a um mês, por estar simplesmente “andar mendigando” (artigos 295 e 296 do Código Criminal do Império, respectivamente)(MALERBA, 1994, p. 52)

Na citação anterior a essa, verifica-se que os “menores vagabundos” eram considerados “criminosos em embrião”. Atualmente, vê-se que o ECA trouxe a possibilidade de internamento ao autor de ato infracional, independentemente da condição socioeconômica. Em conversa com a delegada e com o diretor da unidade socioeducativa, ambos comentam que uma parte significativa dos adolescentes que se envolvem em ações infratoras têm pais ou algum familiar, são da classe média, e a maioria dos casos de furtos e roubos estão ligados à relação do adolescente com as drogas.

Nas palavras do Diretor do Reformatório, quando escreve a carta à redação do Jornal da Tarde em resposta a algumas críticas tecidas por uma mãe de adolescente que passou pela instituição, bem como às críticas do Padre José Pedro, o diretor se refere ao Reformatório Baiano de Menores Delinquentes e Abandonados. As instituições de reeducação construídas para “regenerar” os desajustados eram os Reformatórios, com caráter extremamente violento e repressor.

Após as análises comparativas entre as concepções do Juiz de menores presente em Capitães da Areia e o Juiz da vara da infância e da juventude que atua nos dias atuais, elaborou-se o quadro abaixo visando apreender melhor o sentido da interpretação realizada nessa abordagem:

QUADRO 6 – COMPARATIVO ENTRE O TEXTO DOS JUÍZES

Participante	Identificação	Participação
Juiz de Menores (1930...)	Cargo ocupado na década de trinta, em Salvador.	Atribui à polícia o papel de perseguir e prender. Considera-se competente para nomear curador e designar local onde cumprirão a pena. Questiona a contradição que há <i>entre o ambiente onde se respira paz e trabalho</i> (Reformatório) e os motivos por que os menores <i>fogem e se tornam ainda mais perversos, como se o exemplo recebido fosse mau e daninho.</i> (AMADO, 1937, p. 15) Atribui isso ao ofício do psicólogo e não ao juiz.
Juiz da Vara da Infância e da Juventude. (2014)	Atuação em Curitiba e Região Metropolitana.	Sistema de Garantia de Direitos; ECA; Criança em risco social <i>versus</i> autora de ação infracional; Medidas calcadas em aspectos pedagógicos e psicossociais. Internação em CENSE por no máximo três anos para casos graves, com avaliação semestral. Polícia Militar tem autonomia para prender, Polícia Civil investigativa, Ministério Público. Corregedoria da Polícia Civil e Tribunal da Justiça.

Ressalte-se ainda que o atual juiz chama a atenção para o fato de que a palavra “menor” foi substituída por “adolescente em conflito com a lei”, para o quais são aplicadas medidas socioeducativas voltadas para socioeducar com fundamentos em aspectos pedagógicos e psicossociais. A idade da adolescência se encontra parametrizada em função da faixa etária, entre 12 e 18

anos. As medidas socioeducativas podem ser aplicadas quando comprovada a autoria de atos infracionais. A previsão no artigo 112 do ECA/1990 assim elucida:

**Parte Especial**  
**Título III**  
**Da Prática de Ato Infracional**  
**Capítulo IV**  
**Das Medidas Sócio-Educativas**  
**Seção I**  
**Disposições Gerais**

**Art. 112.** Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

**I** - advertência;

**II** - obrigação de reparar o dano;

**III** - prestação de serviços à comunidade;

**IV** - liberdade assistida;

**V** - inserção em regime de semiliberdade;

**VI** - internação em estabelecimento educacional;

obs.dji.grau.2: Art. 114, Medidas Sócio-Educativas - ECA

**VII** - qualquer uma das previstas no Art. 101, I a VI.

obs.dji.grau.1: Art. 101, I a VI, Medidas Específicas de Proteção - ECA

A Doutrina de Proteção Integral veio a lume com a CF/88 e o ECA/90. O artigo 228 da CF/88 considera os adolescentes “penalmente inimputáveis” e suas ações consideradas ilícitas estão subordinadas às legislação especial.

Ao prender os capitães da areia, não é mencionado no romance o direito ao contraditório e a ampla defesa. O leitor fica sabendo que os meninos são mandados para o reformatório sem que houvesse um procurador ou alguém que os representasse judicialmente. Também não se menciona a presença de testemunhas de acusação, de defesa, de Promotor de Justiça ou do Defensor.

Ao abordar sobre a quem cabe a responsabilidade das autoridades policial e judiciária, o excelentíssimo juiz elucida que já há muito tempo a legislação brasileira expressa claramente os deveres funcionais dos operadores do direito. De forma que não teria sentido um profissional ficar atribuindo a competência do seu âmbito de atuação a quaisquer outros profissionais, como ocorrer na carta do Diretor do Reformatório, sob pena de estar prevaricando em suas atividades laborativas, ação esta que

poderia incorrer no acionamento das Corregedorias da Polícia Civil e do Tribunal de Justiça.

O termo “prevaricar” é comumente utilizado por profissionais da área do direito para se referir a uma ação que se configura em uma má conduta do agente público no desempenho das atribuições de sua função. Conforme expressa o Código Penal Brasileiro.

## 5.5 Participação das mães

### Carta presente no romance

#### Carta da mãe do adolescente relatando a experiência vivenciada quando o filho esteve no Reformatório

**Carta de uma Mãe,**

**Costureira, à Redação do Jornal Da Tarde.**

**Sr. Redator:**

Desculpe os erros e a letra pois não sou costureira nestas coisas de escrever e se hoje venho a vossa presença é para botar os pontos nos ii. Vi no jornal ma notícia sobre os furtos dos "Capitães da Areia" e logo depois veio a polícia e visse que ia perseguir eles e então o doutor dos menores veio com uma conversa dizendo que era uma pena que eles não se emendavam no reformatório para onde ele andava s pobres. É pra falar no tal do reformatório que eu escrevo estas mal traçadas linhas. Eu queria que seu jornal mandasse uma pessoa ver o tal do reformatório para ver como são tratados os filhos dos pobres que têm a desgraça de cair nas mãos daqueles guardas sem alma. Meu filho Alonso teve lá seis meses e se eu não arranjasse tirar ele daquele inferno em vida, não sei se o desgraçado viveria mais seis meses. O menos que acontece pros filhos da gente é apanhar duas e três vezes por dia. O diretor de lá vive caindo de bêbedo e gosta de ver o chicote cantar nas costas dos filhos dos pobres. Eu vi isso muitas vezes porque eles não ligam pra gente e diziam que era para dar exemplo. Foi por isso que tirei meu filho de lá. Se o jornal do senhor mandar uma pessoa lá, secreta, há de ver que comida eles comem, o trabalho de escravo que têm, que nem um homem forte agüenta, e as surras que tomam. Mas é preciso que vá secreto senão se eles souberem vira um céu aberto. Vá de repente e há de ver quem tem razão. E por essas e outras que existem os "Capitães da Areia". Eu prefiro ver meu filho no meio deles que no tal reformatório. Se o senhor quiser ver unia coisa de cortar o coração vá lá. Também se quiser pode conversar com o Padre José Pedro, que foi capelão de lá e viu tudo isso. Ele também pode contar e com melhores palavras que eu não tenho.

(Maria Ricardina, costureira)



(publicada na quinta pagina do jornal da Tarde, entre anúncios, sem clichês e sem comentários) (p. 12).

### **Narrativa da Mãe Participante A**

Considerações da mãe do adolescente que cumpriu medida de privação de liberdade por quarenta e cinco dias na delegacia do adolescente.

*A juíza disse que meu filho poderia ter que fazer serviço comunitário, ou ir para internação, ou para o PENSE. Também eles encaminham para os estudos. Como ele tinha moradia própria, um trabalho e era a primeira passagem, eles encaminharam para o PENSE. Lá, todas as quartas ele tem atividades de educação física. Também sempre fazem reuniões junto com a mãe dos adolescentes. Tem uma psicóloga que organiza. Eles dão lanche. Na sexta-feira, tem outras atividades como saídas para bosque, parques, atividades de passeio. Meu filho ficou aproximadamente uma semana na delegacia normal porque não tinha vaga na delegacia do menor.*

*Nesta delegacia eles me deram uma lista cheinha de coisa, de roupa e de coisas pra comer, que era pra comprar. Quando eu cheguei lá pra ver meu filho, o policial falou “Por que tá trazendo comida?” não precisa porque tem as marmitex... Também eu vi uma outra mulher levando algumas coisas que eles disseram que eu não podia levar. Quer dizer, uns podem levar certas coisas e outros não... Eu tinha levado pão pro meu menino, o homem que recebeu começou a amassar o pão tudinho, eu fiquei brava e pedi pra ele porque aquilo, pois o pão já tava fatiado. Ele continuou amassando, então eu peguei o pão e joguei fora. Ele falou “Mas não é só seu filho que vai comer, vai dividir”.*

*Nessa delegacia onde fica maior e menor, apesar que ele ficava numa cela separada, a comida tinha até mosquito voando em cima da salada e era sem sal. Uma lavagem. Quando meu filho chegou, a cela tava imunda, ele mesmo pediu um sabão, água e pano pra lavar. Eles deram. Meu filho conta que três policiais pegaram ele e levaram pra um lugar longe, na mata, onde não tinha casa por perto e nem como gritar pra pedir ajuda pra ninguém. Ele tava com dois colegas. Os policiais deram voz de prisão e queriam saber onde um deles tinha arrumado uma arma, se tinha mais armas dentro da casa deles ou em outro lugar. Também queriam saber se tinha mais drogas. Meu filho*

*disse que tava com dez papелotes de crack e eles colocaram no jornal que tinha mais de oitenta papелotes com ele, isso não era verdade. Com os três meninos no camburão, eles foram até uma mata. Passaram num bar pra pegar umas sacolas.*

*Quando chegaram na mata, pediram pra um deles descer. Os outros ficaram olhando. Colocaram a sacola na cabeça dele e ele começou a se estrebuchar porque foi ficando com falta de ar. Então quando viram que ele não tinha mais nada pra falar porque não sabia de mais nada, o policial se distanciou e deu um tiro perto da orelha dele. Ele caiu e ficou caído no chão. Meu filho e o outro colega que tava no camburão pensaram que ele tinha morrido. Depois disso, eles fizeram meu filho dizer onde era a nossa casa. Entraram pra procurar drogas e armas. Bateram bastante nos nosso dois cachorros. Quando eu cheguei em casa, minha cachorra tinha um buraco enorme na cabeça e tava sangrando muito. Fiquei com tanta dó dela de tão desesperada pela situação toda. [Pausa, as lágrimas escorrem...] Eles reviraram nossa casa todinha, não acharam nada.*

*Um dia, lá na delegacia, eles falaram que o meu filho não tava mais ali, eu tinha ligado. A pessoa que atendeu disse que meu filho teria uma audiência às duas e meia da tarde e já era uma hora da tarde. Eu não tinha sido comunicada antes. Liguei pro advogado e perguntei como que tinha uma audiência e eu não tinha sido avisada. O advogado também não sabia e marcou de se encontrar comigo na delegacia. Eu cheguei antes do advogado. Perguntei se meu filho tava lá na delegacia e eles falaram que ele tinha acabado de sair. Eu comecei a seguir o carro da polícia onde estava o meu filho. Eles foram correndo mais do que o necessário, com a sirene ligada e quase caindo nas curvas de tanto que corriam. O carro da polícia seguiu até uma outra delegacia que ficava próximo para pegar um outro adolescente. Então seguiram pro fórum.*

*Chegando lá, eu vi quando eles desceram, meu filho e outro algemados nas mãos e nos pés. Dois homens da polícia atrás deles caminhando, um com uma doze na mão e o outro com uma pistola. Chegamos no fórum eu fui abraçar meu filho. O policial deixou a gente dar um abraço nele porque eu disse que era mãe dele. A prima dele foi junto e também abraçou. Quando voltaram, vieram mais devagar. Eu fiquei indignada aquele dia, porque ele tinha*

*uma audiência e ninguém tinha me chamado. Eles marcam pras duas e meia mas nunca começa no horário.*

*Quando meu filho foi pra delegacia do adolescente, aí ele foi melhor tratado, lá tinha várias refeições e outras atividades, estudava. Saiu de lá até mais gordinho. Um dia de sábado, ele me contou que um outro garoto que tava numa outra cela disse pro educador que não queria fazer a barba. Do nada, chegou um monte de educador e levou ele pra uma salinha e lá era feito o porquinho. O porquinho é quando eles algemam pra trás a mão do menino e fazem com que os dois pés passem por dentro dos braços. É uma forma de punição. Eles poderiam ter pelo menos avisado antes aquele garoto, porque se ele soubesse, ele ia fazer a barba. Quando eles saem da salinha, os pulsos e tornozelos ficam tudo machucado, diz que às vezes até sangra. Fica roxo por vários dias. Também machuca o peito do pé e as juntas. Antes de fazer o porquinho, os outros das outras celas escutam barulho de tapas, altos tapão. Na hora de fazer o porquinho, dão rasteira. Eles exageram, não precisaria disso, porque lá já tão preso mesmo.*

*Depois de quarenta e cinco dias, me chamaram pra conversar, falaram meu filho era um bom menino e ele é... Não era mal educado.*

### **Narrativa da Mãe Participante B**

*Os adolescentes no geral são muito bem tratados, bem limpos. Meu menino três cursos: já fez jardinagem, negócio de gesso, hospedagem e hotelaria. Também fez curso técnico para aprender a instalar lâmpada e chuveiro. Oferecem bastantes oportunidades. Tem também apresentação pro dia das mães, fazem homenagens. O certificado é ofertado pela Horizontes no caso do curso de colocação de gesso.*

*Com relação aos agentes e demais profissionais têm uns que eles se dão melhor assim, que tratam eles melhor assim. Tem uns que já não gostam, o plantão do terceiro turno, o menino passou mal e não foi atendido.*

*Com relação aos estudos, os professores levam apostila pra eles, o material deles é uma folha e um papel só, eles não podem ter assim muita coisa. Eles comentam que têm aulas de vídeo. Meu filho sempre fala que o professor passa vídeo. Cada ala tem uma televisão. A televisão ligada fica a noite inteira, só num canal. Eles não podem mudar de canal. Só na Globo.*

*Eles têm aula de terça a quinta-feira. Vão de manhã até meio-dia para aula. Tomam o café seis horas da manhã. O almoço é meio-dia e à noite é a janta. Agora que tá mais frio eles não reclamam tanto, mas quando tá calor, eles falam que a comida vai azeda. Quando foi apresentação do dia das mães o almoço era melhor. Eles não fazem lá a comida. Eu vejo aonde eles colocam as marmítas, é tudo de plástico, elas vêm dentro de uma caixona de isopor.*

*Agora, é uma questão de um ligar, o outro ligar e quem sabe melhora a situação da comida. Um dia a comida veio muito... muito salgada na DA. Uma pessoa de lá dentro... eles deram satisfação e falaram pra todos os pais qual que era a comida... Ali embaixo no educandário os meninos reclamaram. O café de manhã vem café com leite, acho que deve ser um dia café com leite e outro dia chá. Vai muito cedo, seis horas. Tem um menino lá que fica a noite acordado. A televisão se eles quiserem fica ligada. Tem um menino lá que não tem família, vários deles não têm ninguém. Quando ele caiu preso ele foi ficando cego, fazia quase um ano que ele tá sem óculos. Esse menino não assistiu o jogo... eu fiquei com muito dó desse menino. Ele reclamava que não tava enxergando e ninguém tava nem aí. Perguntei cadê a psicóloga... alguém pra ver a situação dele e fazer alguma coisa por ele... O meu menino fala: Ah mãe, ninguém faz nada.*

*Só leva no médico quando o menino tá mesmo morrendo. Não tem médico que vai pra lá, quando eles levam, eu acho que deve ser algum posto de saúde mais próximo.*

*O relacionamento entre os adolescentes, eles não reclamam até. Eles falam que tem bastante regras e que todo mundo tem que respeitar. Eles entraram em conflito uma vez por causa de futebol. Foram jogar com os agentes e eles perderam, os agentes ganharam e ficaram tirando sarro, coisas assim. Eles brigaram entre eles que queriam pegar um dos agentes os piás tavam juntos na cancha e muitos entraram no rolo.*

*No castigo na ala sete eles ficam sem colchão, eles levam de tarde e pegam cedinho. Lá é bem feio, eles sempre levam a pior. Eles sempre levam porque fazer o quê, eles são infratores....tão lá..... eles tem que tá lá, pagar por isso mesmo, eles tem que pagar mesmo pelo que fizeram....*

*A gente dava do bom e do melhor, a gente é uma família boa, minha família é estruturada. Meu filho fazia curso técnico, ele trabalhava... hoje se meu filho tivesse na rua eu nem sei se meu filho tava vivo. Ele nunca ficou*

doente assim... lá ele já foi maltratado pela situação dele assim, mas não passou fome, ele engordou.... Semana passada ele fez exame de sangue... ele tá bem.

Já teve situação de meninos chegarem muito doente lá e só quando tá nas últimas é que eles levam....Só teve meninos lá dentro que já caiu de machucar as costas e o piá travar nas costas e não aguentar mais de dor....a ferida foi ficando ruim e eles só levaram quando o piá tava morrendo mesmo de dor. Às vezes dá revolta....às vezes tem alguém lá dentro que leva muita droga pra eles... a gente vai lá na revista eles só faltam por a mão na gente... eles revistam tudo..... Como mãe, a gente não consegue levar nada lá dentro.... Eu tenho vontade de denunciar, de falar, mas eu tenho medo. Por isso que eu falo, tem alguém sim ... mas ninguém sabe quem é... é a lei do silêncio.

Tem alguns que gostam dos meninos e levam bala de goma escondido, levam chocolate pra eles escondido.... Isso tudo bem, a gente não tem como agradecer. Levar outro tipo de coisa que não é bom, porque eles já tão lá pra cuidar dos meninos. Não sei quem é que leva certas coisas lá. Não tem como ninguém levar nada lá... é eles que levam, como que entra isqueiro, droga....

Acho que não é pra todos os meninos que levam... é tudo mocado.... já tem os meninos certos que usam.... é um ou outro que eles levam, é pouca quantidade, não é todo dia... oh mãe, eu senti o cheiro.... a polícia entrou fez revista, achou isqueiro.... achou estoque... é de lá de dentro que alguém leva. Como que entra pedaço de ferro....os ferro pode ser que até peguem sei lá do pátio.... isqueiro e drogas não é os pais que levam.

O espaço no alojamento eles nunca reclamaram....esses dias eles tavam em quatro na mesma ala e o agente colocou mais um menino com eles e esse menino ficou dormindo no chão, aí os meninos reclamaram que tava cheia ali a ala e tinha ala vazia aí eles colocaram na outra ala, dividiram...

O estudo, eles têm que estudar quando vão pra semiliberdade. Na verdade, eu queria que meu menino ficasse ali no educandário e não fosse pra semi.... Eu vi muitos meninos que fugiram da semi... e daí retorna pra lá pra DA de novo 40 dias na DA e depois volta pro Educandário.... Ele não vê a hora de sair dali.... Agora ele tá mais calmo, no começo ele tava muito agitado.

Ele sempre me diz: O que que eu to fazendo aqui, o que eu fiz da minha vida.... eu tô com saudades da minha roupa, do meu shampoo. Eu tomo banho com um pedacinho de sabonete... eu queria a minha cama..... eu queria tudo

que eu tinha antes.... aqui eu não tenho nada.... nada daquilo que era tão bom.... Aqui eu não tenho nada... ele reclamava bastante... agora faz um ano e dois meses que eles tá lá e agora ele tá mais calmo... a gente teve muita ajuda, vai muitas pessoas de Deus assim, lá pra ajudar.

Lá tem muitos que a família abandona, esse menino do óculos ficou com a avó, pai e mãe já morreram... ele tem um irmão..... que tá no abrigo... em um ano e pouco que ele tá lá... ele só recebeu a visita de um irmão com a mulher do abrigo... Dá muito pena. O meu menino tem eu minha mãe e avó...

Tem gente de Lapa de Paranaguá que não tem condições de vir todo domingo. Um dia eu vi uma mãe de Paranaguá, num frio, de chinelo de dedo com o pé todo encardido. Até eu me orgulho desse tipo de mãe por que ela não abandonou.

Tem um menino que ele não teve estudo assim, ele é meio doentinho... ele chamava o nome dos meu filho errado, a família do meu tão lá mãe, ninguém quis saber desse amigo do meu filho. Ele é sozinho no mundo não tem ninguém por ele. Sinto tanta dó. Considero eu e o pai do meu filho como muito amorosos. Nós separamos e meu filho foi morar com o pai. Ele gosta muito quando o pessoal vai fazer o trabalho religioso lá. Os meninos de lá são muito bonitos.

No meu caso, o problema maior foram os amigos mesmo... má companhia... meu filho começou a andar com os meninos da favela... querem fama... querem ser conhecidos... a droga atrai muito....

A gente que é pai a gente fica achando que é a gente que erra. Tem gente que tenta me tranquilizar falando que a rua é a culpada. O bairro ali é um dos mais perigosos. Meu filho se envolveu com o menino errado... O acesso a armas é muito fácil... eles alugam armas, emprestam, trocam por drogas.... Lindo....lindo... dói muito.... Acabou, acabou. A gente não teve chão... Hoje é só eu e minha filha aqui em casa. A família acabou. Tive meus filhos muito nova, com 16 pra 17 anos. Eu me dava muito bem. Ninguém mais vem visitar nós aqui em casa, ninguém convida pra nada.

Meu filho se envolveu numa briga, dizem que ele atirou num outro menino. A advogada no entendimento dela ele não deve, quem atirou foi outro menino que já era de maior... Eu não sei por que ele insiste em dizer que foi ele. O que me indigna mesmo é o fato de levarem drogas lá dentro... não sei se tem algum lugar pra fazer denúncia.... eu não sei quem leva, não dá pra saber

*quem é... Se de repente tivesse um arrastão surpresa que nem os funcionários não saibam pra poder pegar.*

*Ele usa a droga desde os quinze anos, foi logo que foi morar com o pai, até os catorze.... Acho que por que foram morar com o pai....eles começaram a namorar.... O pai deu uma liberdade maior... pode ser que também no colégio.... ele se revoltou quando trocaram de colégio.... ele não gostou do colégio.... não fez amizade. Queria voltar pro outro.... No colégio que a gente colocou era muito bom, era muito rígido....ele não se adaptou nesse colégio por causa das regras. Queriam voltar pro outro colégio que a matéria era mais fácil. No colégio onde estudou, a vida inteira, onde conhecia todo mundo.... Mesmo assim deixamos ele um ano neste outro colégio.... voltou pro outro colégio.... só que já tava envolvido com os meninos. Queria ficar lá na favela só com aqueles amigos.*

### **Reflexões a partir da narrativa das mães**

Percebe-se na fala das mães o sentimento de desamparo diante de tamanha complexidade que enfrentam ao lidar com o desenvolvimento de seus filhos, terem que trabalhar, cuidar da casa, cuidar de outros filhos. Reclamam da falta de tempo para a gestão do cuidado no âmbito familiar, da falta de atividades direcionadas a crianças e adolescentes nos bairros, do tempo ocioso que os adolescentes ficam sem ter o que fazer, de ocupar-se com algo que lhes promovam o senso de autoeficácia e responsabilidade sobre as próprias escolhas. O desejo de ser reconhecido como alguém notável que se destaca em algo reconhecido por meio do olhar do outro é um forte determinante para incitá-los às ações infratoras.

O dinheiro fácil, a busca pelo prazer que as drogas proporcionam, a adrenalina e o desejo de lazer, diversão e entretenimento são alguns elementos motivadores para o mergulho no universo de representações simbólicas que contextos da drogadição podem proporcionar. Uma recorrência na fala das pessoas envolvidas no sistema socioeducativo se refere à má fé com a qual alguns advogados atuam ao representar o adolescente. Mesmo sabendo que o adolescente não tem saída, há provas evidentes e não há possibilidade de contribuir para minimizar as sanções cabíveis, ainda assim, é

cobrado um valor altíssimo, haja vista a precariedade de condições financeiras das famílias. Há advogado que quando percebe a carência da família, pede para algum familiar compra móveis à prestação, para pagar as parcelas em dez ou vinte vezes, então promete que vai defender. A família só se dá conta de que não tinha como defender, uma vez que as provas já estavam evidentes na mesa do juiz, quando é tarde e o internamento já foi sentenciado. Após algum tempo é que a família vai perceber que fora enganada, pois nada do que fora pago ao advogado (a) contribuiu para favorecer o/a acusado/a.

O abandono da família dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no sistema é recorrente na fala da maioria dos os participantes desta pesquisa. Verifica-se que os familiares desistiram da luta que é lidar com a fase da adolescência, consideram-se sem instrumentalização para dar conta da situação de risco. Não sabem a quem recorrer. Na fala da segunda mãe pesquisada, ela desabafa que não tem noção de pra quem pedir ajuda, pois quando a polícia vai até o local onde seu filho ficava, na favela, usando drogas, eles vão fumar crack junto com os dependentes, também os policiais entram na favela para pegar o dinheiro fruto da venda das drogas. Então pra quem vai pedir ajuda?

Ao ler a carta de uma mãe relatando a experiência do filho no Reformatório, Jorge Amado retrata o repertório linguístico de uma pessoa que nitidamente não teve acesso ao letramento. O tom coloquial utilizado na linguagem cotidiana revela a violação do direito à educação formal, uma vez que certamente ao redigir uma carta que seria publicada em um jornal, a mãe autora muito provavelmente tomou o máximo de cuidado com o estilo da escrita para produzir um texto para publicação, conforme se pode perceber já no início do texto epistolar quando começa se desculpando pelos erros e já comete o primeiro desvio da língua padrão ao ignorar o uso da ênclise em início de períodos começados por verbo. Regras de colocação pronominal a parte, os inúmeros desvios da norma culta trazem implícitas a falta de compreensão dos fenômenos naturais, sociais e permitem problematizar o ideal civilizatório de educação para todos e todas. Com o intuito de compreender melhor o ponto de vista das mães dos adolescentes em conflito com a lei, organizou-se um quadro que traz o sentimento de revolta de ambas diante de verdadeiras atrocidades cometidas por parte de alguns profissionais



quando atuam com violência e desrespeito à dignidade humana, o que os torna em muitos casos legalmente atores da prática de atos infracionais.

#### QUADRO 7 – COMPARATIVO ENTRE O TEXTO DAS MÃES

Participante	Identificação	Participação
Mãe: Sr <sup>a</sup> Maria Richardina.  (Década de trinta)	Salvador (Década de 30). Filho acabara de sair do Reformatório.	Indignação pelos maus tratos aos filhos dos pobres que têm a desgraça de cair na mão dos guardas sem alma. Associa o Reformatório ao inferno. O filho apanhava duas a três vezes por dia. Comida horrível. Trabalho escravo. “Diretor vive caindo de bêbado e gosta de ver cantar o chicote nas costas dos filhos dos pobres”.[...] “É de cortar o coração”(AMADO, 1937, p. 16).
Mães Participantes A e B.  (2014)	Experiência com filho que passou por CENSE e por Delegacia do Adolescente.	Indignação com a ação da polícia e alguns socioeducadores. Altamente repressora. Espancamentos. Tortura física e psicológica. Experiência com alguns policiais envolvidos com o uso de drogas. Corrupção. Comida azeda e salgada em alguns sistemas. Elogio ao sistema educacional e profissionalizante no CENSE. Sensação de impotência diante do lucro advindo do tráfico e do uso e abuso de drogas. A família toda sofre moral, simbólica, psicológica e fisicamente as ações infratoras dos filhos. É excluída do convívio com demais parentes e amigos. Paga a pena junto.

A Constituição da República Federativa do Brasil, publicada em 1988, traz a obrigatoriedade do ensino fundamental para todas as crianças na rede pública de ensino. Pode-se pensar que como a obra “Capitães da Areia” fora escrita nos anos 30, ainda a história da educação formal e do acesso a todos e todas era um ideal em embrião”. Não se pode deixar de mencionar a Revolução ocorrida em 1930 que marca a modernidade expressa pelos escritores, artistas, intelectuais modernistas da primeira, segunda e terceira geração. O crescente processo de industrialização propulsionaram alterações no projeto político do país.

Cabe pensar sobre a perspectiva de Edgar Morin(1999) a respeito da polidependência dos fenômenos, quando reflete sobre a complexidade e infere

que todas as partes de um todo se interafetam mutuamente, propõe que ao tentar entender um determinado objeto de investigação, considere-se as tessituras em suas particularidades e potencialidades na constituição do todo a ser analisado. Dito isto, cabe ainda lembrar que no período em que “Capitães da Areia” foi escrito, o Brasil sofria a repercussão gerada em 1929 pelo *breakdown blackout* da bolsa de valores de Nova York, pois os as interconexões inerentes às interações comerciais entre os países prejudicam ainda mais a crise da economia cafeeira no Brasil.

Ocorreram então inúmeras mudanças substanciais nas macroestruturas nacionais. A Revolução em outubro de 1930, a Revolução Constitucionalista de 1932 e o Estado Novo em 1937. Novas demandas emergiram no setor educacional que culminaram com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública de 1930, bem como da Constituição de 1934. Andreoti, 2012, em suas reflexões sobre “o Governo Vargas e o Equilíbrio entre a Pedagogia Tradicional e a Pedagogia Nova”, reafirma as alterações vigentes no campo da educação:

A criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública em 1930; a Constituição de 1934 estabelecendo a necessidade de um Plano Nacional de Educação, como também a gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar, e as Reformas Educacionais nos anos de 1930 e 40 demonstram que, nessas décadas, houve mudanças formais e substanciais na educação escolar do país. [...] (ANDREOTI, 2012, p. 105)

Embora ainda o acesso à educação formal fosse privilégio da elite, os primeiros barulhos sobre a necessidade de o estado regular juridicamente por meio de normativas que tornassem o ensino elementar obrigatório já estava alçando voos a patamares mais passíveis de concretização. O epistemólogo suíço Jean Piaget(1988) em suas reflexões sobre “Para onde vai a Educação” já postulava que se de fato se quer pensar em uma sociedade voltada para a construção da paz, deve-se assegurar minimamente a todos o direito de acesso ao ensino fundamental para o desenvolvimento de suas estruturas cognitivas.

Ele recorre à Declaração Universal dos Direitos Humanos: Princípio do artigo 26: “Todo ser humano tem o direito de ser colocado, durante a sua formação, em um meio escolar de tal ordem que lhe seja possível chegar ao

ponto de elaborar, até a conclusão, os instrumentos indispensáveis de adaptação que são as operações da lógica". (p.32) [...] Outrossim, salienta a importância da gratuidade para o ensino fundamental, "a educação deve ser gratuita, ao menos naquilo que diz respeito ao ensino elementar e fundamental. O ensino elementar é obrigatório.[...] Mais adiante, enfatiza a necessidade de políticas públicas para a construção de um maior número de escolas e a contratação de mais professores para dar conta da demanda para atender à população mundial: "... é preciso não se deixar iludir: tal situação de direito não poderia ainda corresponder a uma aplicação universal da lei, já que o número de escolas e de professores permanece insuficiente relativamente à população em idade escolar..." (PIAGET, 1988, p.36).

Atualmente houve investimentos maiores em educação e podem ser consideradas exceções casos de falta de escolas próximas a residências. Ainda assim, a falta de estruturas físicas adequadas, recursos didáticos e pedagógicos, de recursos humanos, de comprometimento dos responsáveis para o cumprimento da lei que torna obrigatória a frequência no ensino fundamental, dentre outros fatores, tornam a permanência na escola uma categoria de análise a ser debatida e pautada na agenda das políticas educacionais.

## **5.6 Participação da liderança religiosa**

Carta do Padre Jose Pedro à Redação do jornal, seguida de considerações de um líder religioso que atua nas unidades prisionais.

### **Carta do Padre Jose Pedro à Redação do jornal**

Carta do Padre Jose Pedro à Redação do jornal da Tarde

Sr. Redator do Jornal da Tarde. Saudações em Cristo.

Tendo lido, no vosso conceituado jornal, a carta de Maria Ricardina que apelava para mim como pessoa que podia esclarecer o que é a vida das crianças recolhidas ao reformatório de menores, sou obrigado a sair da obscuridade em que vivo para vir vos dizer que infelizmente Maria Ricardina tem razão. As crianças no iludido reformatório são tratadas como feras, essa é a verdade. Esqueceram a lição do suave Mestre, Senhor Redator, e em vez de conquistarem as crianças

com bons tratos, fazem-nas mais revoltadas ainda com espancamentos seguidos e castigos físicos verdadeiramente desumanos. Eu tenho ido lá levar às crianças o consolo da religião e as encontro pouco dispostas a aceitá-lo devido naturalmente ao ódio que estão acumulando naqueles jovens corações tão dignos de piedade. O que tenho visto, Senhor Redator, daria um volume. Muito grato pela atenção.

Servo em Cristo,

Padre José Pedro

(Carta publicada na terceira página do Jornal da Tarde, sob o título Será Verdade? e sem comentários.)

(p.13)

### **Relato do Participante Líder Religioso e considerações**

O participante relata que o trabalho por ele exercido na instituição prima por atender ao ideal do Estado laico, no qual as pessoas têm respeitado o direitos à liberdade religiosa. Dessa forma, não se leva a doutrina ou placas de igreja, e sim uma visão interdominical. O trabalho é realizado todas as semanas e se fundamenta na fé de que somente por meio do amor incondicional de Deus o coração do homem pode sentir constrangimento e reconhecer seus atos, a partir daí trazer conceitos morais e sociais. “A palavra é a semente, / a sociedade a terra, / os jovens os frutos,/ e Deus o dono de tudo”, diz o participante.

Com relação à formação religiosa e Direitos Humanos, o participante considera que a palavra de Deus é “suficiente” no que diz respeito à necessidade do homem em busca de respostas. Conforta e direciona, independente do grau de conhecimento, a fé é uma escolha diante da liberdade de crer naquilo que não se vê. Dentro de um Estado laico, vivemos num país que nos permite o trânsito do Evangelho, respeitando os limites impostos. O ECA, a partir da Constituição, garante o direito à liberdade religiosa, e isso se pratica junto aos jovens que cumprem regime fechado nos Centros Socioeducativos.

“Posso afirmar com conhecimento de causa a importância deste precioso trabalho. Considerando estes jovens em plena fase de formação e amadurecimento de caráter, recebem a orientação Cristã como cerne que os auxilia na estrutura de desequilíbrio que suas vidas se encontram. Através do

amor de Deus, conheceu o perdão, mas principalmente a direção com foco no caráter cristão”.

O principal mandamento é: “Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a ti mesmo”. Isso pode ser demonstrado por meio da prática da leitura do evangelho, quando ministra-se louvores e fazem orações. O atendimento acontece semanalmente e alcança todos os adolescentes e jovens. Um dos elementos principais para a possibilidade de ressocialização é o fortalecimento da vida espiritual.

Em uma das atividades realizadas com os adolescentes, ocorrida em dezembro, o participante relata que organizou uma comemoração de Natal, um almoço que contou com a presença das mães. As igrejas conseguem doações e os educadores auxiliam na elaboração do evento.

Esses eventos visam a intensificar os laços afetivos entre as mães e/ou responsáveis e os adolescentes, “Toda mãe ora por um filho”. As formas de despertar o amor de Deus são sementes disseminadas no coração dos participantes. Há um momento no qual as mães fazem orações de joelhos e os filhos permanecem em pé. Embora a maioria tenha frequentado igrejas, parece não conhecer os princípios de Jesus. “Precisa fazê-los sentir viva a presença de Jesus”.

Entende que há certa dificuldade para o menino que tenha sido morador de rua em seguir uma disciplina de forma repentina. Com relação à legislação atual, o participante compreende que atualmente o familiar é intimado a responder pelo menor, o rigor da lei faz com que os pais se sintam obrigados a se responsabilizar pelos adolescentes. Ainda que o menino tenha sido morador de rua, existe uma identificação enquanto ser humano. Não existe o menino morador de rua que seja invisível. Perante a lei, o ECA, os meninos acabam sendo sujeitos de direitos. Esse é um diferencial que vem fazendo toda uma diferença.

Retoma uma rebelião ocorrida em 2007. Houve muitas críticas na época pelo fato de haver tanta proteção. Apesar disso, quando ocorre alguma coisa que infringe o direito do menino, não há ninguém para ir à defesa deles. Quando alguma norma do sistema é descumprida por um adolescente, considera que não é necessário utilizar a força física, pois há outras formas de disciplina. Se o adolescente andar fora das normas, ele sabe que em caso de indisciplina há as medidas socioeducativas, as correções. Fica confinado em

isolamento....“A mãe vem de longe e teria tantas horas com ele... ele sabe que se desobedecer às regras é ele que vai perder”.

A expressão adequada que o participante considera para definir a situação dos meninos é que ficam “confinados em estado de profunda melancolia”. “A situação é deplorável”. Falta de especialização para os educadores. Fazem o concurso, todo mundo quer por que exige o segundo grau, o trabalho é doze por vinte e quatro. O salário é muito atrativo. Os educadores não sabem que é um trabalho muito pesado. Semelhante ao do carcereiro. Acredita que deveria mudar o termo. Após o educador ter passado no concurso público, ele se sente acolhido para ser estatutário, em alguns casos, a qualidade dos trabalhos a serem ofertados deixa a desejar.

A falta de cursos preparatórios após a aprovação de concurso antes do encaixe no espaço socioeducativo é imprescindível. Se o educador estiver consciente do papel dele enquanto formador de caráter, estará contribuindo para o progresso do menino. Os meninos podem dizer melhor a experiência com os educadores.

Criam laços de respeito, de referência positiva, de formação. Por outro lado, às vezes, muitos meninos são punidos arbitrariamente. É revolta em cima de revolta. Eles sabem que serão punidos, mas não têm o que perder. As ameaças de rebelião acontecem devido à falta de respeito por parte de pessoas que não têm habilidade de lidar com a situação. A partir do momento em que o tratamento se torna diferenciado cria-se possibilidades de mudanças.

Há todo o trabalho das igrejas que acaba sendo afetado negativamente quando o agente socioeducador age por maldade. A equipe técnica é seleta, há uma Pirâmide: a parte de cima está perfeita, a equipe multiprofissional é bem selecionada, mas quando se chega na base, a coisa se perde. Quem lidera os educadores é o chefe de segurança. Quando se unem os bons se unem os maus, há o caso de um socioeducador que faz toda a diferença, e que relata não estar aguentando a pressão. A sensação que se tem é que alguns que foram aprovados em concurso público não se dedicam como deveriam.

Alguns que são bem intencionados acabam desistindo. Finaliza sua fala dizendo que “A formação é o grande lance para o equilíbrio do sistema”. Desabafa sobre a falta de políticas sociais que façam um acompanhamento justo às famílias (individualmente), com encaminhamentos pontuais referentes à saúde, educação, habitação e trabalho. Também menciona a necessidade de

um acompanhamento espiritual, social, psicológico, tratamento à dependência química.

Chama a atenção para que se intensifiquem os esforços no sentido de estabelecerem-se critérios de avaliação individual minucioso. Deve-se atentar para que durante o período de internação haja a separação física de acordo com o grau do conflito com a lei. Urge investimentos na formação para os jovens: cultural, profissional. Salienta que deve haver projetos com equipe apta à aplicação e fiscalização das propostas. Também é de mister importância que haja formação com critérios específicos aos educadores do CENSE. (Capacitação).

Percebe-se que apesar da mudança da Legislação da década de 30 aos dias atuais, na prática a vida dos adolescentes em conflito com a lei nos educandários mudou muito pouco. O Sistema Sócio Educativo ainda sofre limitações dentro de sua gestão pelo fato de depender de Políticas Públicas que deveriam gerir efetivas mudanças desta realidade.

### **Considerações**

O relato do padre José Pedro pode ser analisado à luz da teoria de Morin, quando trata em suas reflexões sobre a relação antropossocial a ideia de que o todo está na parte e a parte está no todo: “Desde a infância, a sociedade, enquanto todo entra em nós, inicialmente, através das primeiras interdições e das primeiras injunções familiares: de higiene, de sujeira, de polidez e depois as injunções da escola, da língua, da cultura”. (MORIN, 2003,p.75)

É oportuno retomar os conceito de retroatividade e autoamplificação dos fenômenos. Morin propõe uma reflexão aprofundada sobre os operadores cognitivos do pensamento complexo que considere o **ciclo** retroativo dos fenômenos nos quais a causa age sobre o efeito e o efeito sobre a causa, numa circularidade recursiva, retroalimentadora e autoamplificadora, “como uma modificação local repercute sobre o todo e como uma modificação do todo repercute sobre as partes” (*ibidem*, p. 25)

O ódio inculcado no coração dos meninos quando vivenciam a experiência do Reformatório, que de acordo com o padre José Pedro vai aumentando e

acumulando, torna difícil a eles aceitar o consolo da religião, pois as punições corporais verdadeiramente desumanas e extremamente violentas as quais estão submetidos os tornam ainda mais revoltados.

Estas ideias podem ser correlacionadas a um pensamento de Paulo Freire(2003) quando alerta para a necessidade de se pensar e ressignificar o olhar para as relações de opressão que criam uma aparato cíclico. Salienta que superar a opressão é algo que demanda do sujeito autônomo e autobiográfico, um enfrentamento à própria consciência para que perceba o quanto da ideologia de dominação passa a constituir o próprio repertório comportamental vivenciado na interação com o outro. As experiências acabam por ser introjetadas na edificação do “eu”.

Uma vez que o oprimido acaba por hospedar o opressor em si, torna-se extremamente difícil o processo de luta interna para se libertar contra a opressão para que oprimido não venha a reproduzir o ato de opressão. (FREIRE, 2003, p. 32). “O homem novo, e, tal caso, para os oprimidos, não é o homem a nascer da superação, com transformação da velha contradição concreta opressora, que cede seu lugar a uma nova, de libertação. Para eles, os novos homens são eles mesmos, tornando-se opressores de outros” (op. cit, p.33)

A superação de instintos violentos e controle dos impulsos quando o sujeito está acometido pela ira, pela raiva, pelo ódio, pode ser trabalhada, a partir do momento em que pessoas com a atitude semelhante a do Padre José Pedro passem a fazer a parte da representação de mundo de arquétipos humanos edificados em ambientes extremamente aversivos, por meio da interação. Assim será possível gradativamente romper com o fenômeno cíclico e recursivo da perpetuação de comportamentos impulsivos de agressão ao outro.

O líder religioso reconhece muitos avanços com relação à formação dos profissionais, ao número de cargos criados para atender às demandas socioeducativas. No entanto, afirma que ainda precisa ser revista a formação dos profissionais que estão atuando diretamente com os adolescentes internos no sistema. Percebe várias fragilidades no tocante ao atendimento ambulatorial, e questiona os motivos pelos quais a alimentação servida muitas vezes está azeda. Reforça a força do trabalho espiritual, acredita que a fé na possibilidade da mudança pode ser disseminada nestes microssistemas e



atitudes éticas precisam estar consubstanciadas nos gestos e nas ações das pessoas em interação direta que compõem as forças proximais.

As reflexões propostas para analisar as concepções dessas lideranças religiosas também foram brevemente sintetizadas no quadro abaixo. Cabe salientar a importância desses atores sociais ao realizarem um trabalho responsivo sobre o desenvolvimento humano que pode ser considerada transcendente às expectativas de uma sociedade na qual os indivíduos são em grande parte edificados para agir em prol dos interesses próprios, onde impera muitas vezes o individualismo.

#### QUADRO 8 – COMPARATIVO ENTRE O PADRE E O LÍDER RELIGIOSO ATUAL

Padre José Pedro presente no romance.(Década de trinta).	Atuação no trapiche.	Reconhece a declaração da Sra. Maria Richardina como verdadeiras, considera que as crianças são tratadas como feras no Reformatório, com espancamentos e castigos físicos verdadeiramente desumanos. Acumulam o ódio em corações tão dignos de piedade.
Líder Religioso atual. (2014)	Trabalho voluntário no CENSE.	Ressalta os avanços. Hoje não se encontram tantas crianças abandonadas. Enfatiza a necessidade de formação para os socioeducadores, considera poucas modificações com relação ao tratamento dado a adolescentes em conflito com a lei. Persiste ainda a violência ao invés de ações mais educativas e solidárias voltadas para o fortalecimento do espírito crítico e humanizado. Intervém na prática por meio de gestos fraternais formativos representativos da empatia, do altruísmo e do acolhimento. Salienta a necessidade de um acompanhamento espiritual, social, psicológico, tratamento à dependência química, fortalecimento dos laços familiares.

Ainda é oportuno acrescentar que o líder religioso que participou dessa pesquisa apela para a necessidade de um trabalho posterior quando o adolescente é desinternalizado, para que se intensifiquem os laços familiares. Argumenta sobre a necessidade de acompanhamento no tocante à educação formal e de verificação sobre as possibilidades econômicas e socioafetivas das famílias dos adolescentes. É importante verificar os microssistemas para onde

eles irão após o internamento e como se dará a relação deles com o messexossistema.

## 5.7 Participação do diretor do Centro de Socioeducação

### Carta do Diretor do Reformatório à Redação do Jornal

A carta presente na obra literária em resposta às indagações feitas pelo redator do jornal da tarde, seguida de considerações de Diretor que atue num CENSE.

Carta do Diretor do Reformatório à Redação do Jornal Da Ta

Exmo. Sr. Diretor do Jornal da Tarde. Saudações.

Tenho acompanhado com grande interesse a campanha que o brilhante órgão da imprensa baiana, que com tão rútila inteligência dirigis, tem feito contra os crimes apavorantes dos "Capitães da areia", bando de delinquentes que amedronta a cidade e impede que ela viva sossegadamente. Foi assim que li duas cartas de acusações contra o estabelecimento que dirijo e que a modéstia (e somente a modéstia, Senhor Diretor) me impede que chame de modelar. Quanto à carta de uma mulherzinha do povo, não me preocupei com ela, não merecia a minha resposta. Sem dúvida é uma das muitas que aqui vêm e querem impedir que o Reformatório cumpra a sua santa missão de educar os seus filhos. Elas os criam na rua, na pândega, e como eles aqui são submetidos a uma vida exemplar, elas são as primeiras a reclamar, quando deviam beijar as mãos daqueles que estão fazendo dos seus filhos homens de bem. Primeiro vêm pedir lugar para os filhos. Depois sentem falta deles, do produto dos furtos que eles levam para casa, e então saem a reclamar contra o Reformatório. Mas, como já disse, Senhor Diretor, esta carta não me preocupou. Não é uma mulherzinha do povo quem há de compreender a obra que estou realizando a frente deste estabelecimento. O que me abismou, Senhor Diretor, foi a carta do Padre José Pedro. Este sacerdote, esquecendo as funções do seu cargo, veio lançar contra o estabelecimento que dirijo graves acusações. Esse padre (que eu chamarei padre do demônio, se me permitis uma pequena ironia, Senhor Diretor) abusou das suas funções para penetrar no nosso estabelecimento de educação em horas proibidas pelo regulamento e contra ele eu tenho de formular uma séria queixa: ele tem incentivado os menores que o Estado colocou a meu cargo à revolta, à desobediência. Desde que ele penetrou os umbrais desta casa que os casos de rebeldia e contravenções aos regulamentos aumentaram. O tal padre é apenas um instigador do mau caráter geral dos menores sob a minha guarda. E por isso vou fechar-lhe as portas desta casa de educação. Porém, Senhor Diretor, fazendo minhas as palavras da costureira que escreveu a este jornal, sou eu quem vem vos pedir que envieis um redator ao Reformatório. Disso aço questão. Assim podereis, e o público também, ter ciência exata e fé verdadeira sobre a maneira como são tratados os menores que se regeneram no Reformatório Baiano de

Menores Delinquentes e Abandonados. Espero o vosso redator na segunda-feira. E se não digo que ele venha no dia que quiser é que estas visitas devem ser feitas nos dias permitidos pelo regulamento e é meu costume nunca me afastar do regulamento. Este é o motivo único por que convido o vosso redator para segunda-feira. Pelo que vos fico imensamente grato, como pela publicação desta. Assim ficará confundido o falso vigário de Cristo.

Criado agradecido e admirador atento,

Diretor do Reformatório Baiano de

Menores Delinquentes e Abandonados

(Publicada na 3<sup>o</sup> página do Jornal da Tarde com um clichê do reformatório e uma notícia adiantando que na próxima segunda-feira irá um redator do Jornal da Tarde ao reformatório.)

Um Estabelecimento Modelar onde Reinam a Paz e o Tratado - um Diretor que é um Amigo - ótima comida - crianças ladronas em Caminho da Regeneração - Acusações Improcedentes - só um Incorrigível reclama - o Reformatório Baiano é uma grande Família - onde deviam estar os Capitães da Areia. (Títulos da reportagem publicada na segunda edição de terça-feira do jornal da Tarde, ocupando toda a primeira página, sobre o Reformatório Baiano, com diversos clichês do prédio e um do diretor.)

## **Considerações do diretor do centro de socioeducação e reflexões**

*Prezados.*

*Como Diretor de uma Unidade de Atendimento Socioeducativo, tenho a pontuar que a complexidade caminha de mãos dadas com a simplicidade neste processo, trata-se de um trabalho árduo e desafiador, que demanda paciência e perseverança, e em algumas vezes mostra-se frustrante ou humanamente impossível, mas que resulta em um sentimento de satisfação e alegria inexplicável, quando se mostra efetivo, quando o adolescente entende e aceita a oportunidade de mudança à ele apresentada.*

*A complexidade e variedade de termos e sentimentos envolvidos multilateralmente no processo de socioeducação são inúmeros, correspondo à peculiaridade de vida e história de cada adolescente ingresso e egresso do Sistema Socioeducativo.*

*O trabalho realizado não tem a pretensão simplista de mudar o educando, torná-lo uma pessoa melhor; o foco do trabalho está na oferta,*

*compreensão e aceite de uma oportunidade de vida, objetivando proporcionar o entendimento e crença em uma chance que provoque conhecimento, amadurecimento e posterior mudança. Cabe à Comunidade Socioeducativa, responsável pela aplicação, execução e suporte da Medida, trabalhar em conjunto sob uma ótica multissetorial às várias esferas da vida do adolescente, família e comunidade. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e o Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas – SINASE, normatizam a parceria tripartite entre as esferas Federais, Estaduais e Municipais.*

*Em que pese exista a positivação desta política, sua execução não se apresenta continuamente efetiva, por inúmeros motivos, dentre os mais agravantes estão a divergência de interesses políticos e o desconhecimento de um planejamento multiesférico de atendimento, fatores que dificultam a concretização de um trabalho pleno das demandas do adolescente.*

*Ponto crucial no entendimento e posterior planejamento do atendimento socioeducativo está na compreensão de que a maior parte dos adolescentes que ingressam no Sistema não carecem de atendimento específico relacionado ao ato infracional praticado, mas sim, focado em uma gama de negligências por parte dos poderes Municipais, Estaduais e Federais, a Família e a Sociedade que por meio de ações equivocadas, intencionais ou omissas geraram efeitos negativos que perduram anos.*

*Podem ser citados problemas relacionados à moradia, desemprego, falta de saneamento, educação de qualidade, investimento em políticas psicossociais voltadas às famílias, capacitação e profissionalização, saúde pública, combate e tratamento à drogadição, dentre outros, fatores estes que fazem parte de boa parte das histórias de vida de adolescentes e famílias que compõem o público atendido neste Sistema.*

*As dificuldades ou mazelas, jamais justificam atos de violência, mas visualizar, entender e contextualizar estas ocorrências na vida de um adolescente é fator essencial para o efetivo sucesso da proposta socioeducativa. Somente quando se tem conhecimento pleno sobre determinada história é que se pode analisar e propor de forma coerente um caminho ao educando.*

*Em minha experiência como integrante da Comunidade Socioeducativa saliento que é um trabalho possível e rico, porém exige acreditar e sonhar, mantendo sempre os pés no chão. Infelizmente alguns não aceitam a*

*oportunidade proposta, outros já estão demasiadamente corrompidos pela droga ou ilusões envoltas na seara criminal, porém o trabalho deve ser feito com respeito, perseverança e comprometimento, exaurindo as possibilidades e paralelamente combatendo a tristeza e frustração.*

*Infelizmente a natureza humana é mais facilmente seduzida pela tragédia voltando os olhos para os casos que não deram certo, como o indivíduo que voltou a infracionar, foi preso ou veio a óbito, questões que fazem parte do processo de escolha do egresso.*

*Porém, não são raras as histórias de sucesso dos jovens e adolescentes, que ligam ou vêm à Unidade contando que estão trabalhando, fazendo cursos profissionalizantes, constituíram família, finalizaram os estudos, estão na Faculdade ou simplesmente escolheram um novo caminho, informações que são confirmadas e comemoradas com as famílias, rede de apoio socioassistencial e demais integrantes da Comunidade Socioeducativa.*

*Deve-se pontuar que este é um Sistema em ascensão e constantemente amadurecido, que vem focando o trabalho nas políticas de atendimento e necessidades do adolescente enquanto sujeito de direitos. A visão punitiva e repressiva que a muito permeou ou se destacou neste meio tem sido sobrepujada pelo aspecto sociopedagógico da medida. Os servidores tem, ainda que em ritmo lento, entendido que o socioeducador não foi contratado para julgar, colocar-se enquanto vítima ou ser um justiceiro perante o infrator, mas sim para ajudar, direcionar e educar para ser um cidadão profícuo à si mesmo e para sociedade.*

*A racionalidade implica a certeza de que o trabalho deve ser realizado e apresenta diversas ferramentas e mecanismos disponíveis para a execução do trabalho socioeducativo, a emoção por sua vez é o combustível, o trabalho somente acontece se os agentes envolvidos neste processo acreditam e dedicam-se a concretizar um trabalho com qualidade e sucesso.*

Em conversa com um dos profissionais do CENSE, há uma ênfase aos avanços obtidos com as legislações, menciona que tudo vem mudando muito para melhorar a qualidade dos trabalhos ofertados, bem como a visão dos agentes que atuam no sistema. Comenta que é difícil atender às expectativas da sociedade com relação à ressocialização, afinal o adolescente mora em um determinado contexto por catorze, quinze, dezesseis anos, vem para o CENSE

de passagem por uns meses ou um ou dois anos. Como esperar grandes mudanças na cabeça desses meninos, se o tempo de interação com os trabalhadores que atuam na socioeducação é tão pequeno quando comparado com o tempo em que a cabeça desse menino foi feita no contexto anterior ao CENSE.

No início, por volta de 2006, não havia tantas discussões e propostas de cursos de formação para os agentes socioeducadores. As condições eram péssimas, havia muito poucos agentes para um número bem maior de adolescentes. Então lidavam com as situações emergentes da forma como lhes era possível, sem ter muita formação sobre como lidar e qual a melhor maneira de abordar e remediar situações consideradas conflituosas.

Depois de algum tempo, veio concurso público para que profissionais da equipe técnica e demais profissionais pudessem trabalhar na unidade. Ele comenta que até brincava com seus colegas de profissão, e agora que vem os doutores, o que eles vão trazer de inovações. Quero ver o que vão propor. A indagação seria como a teoria seria aliada à prática tendo em vista a precariedade das condições de trabalho. De lá pra cá, percebe que muita coisa mudou, a qualidade do trabalho e da percepção dos profissionais vem melhorando a cada dia. Comenta que aprendeu muito e tem esperança de que mais mudanças positivas estão por acontecer para todos os envolvidos no sistema.

Em se estabelecendo comparações a respeito da percepção que tanto do diretor do Reformatório da década de trinta tal qual apresentado por Jorge Amado e o Diretor do Centro de Socioeducação participante desta pesquisa, elaborou-se o quadro a seguir contendo sinteticamente alguns pontos de vista de ambos:

QUADRO 9 – COMPARATIVO ENTRE O DIRETOR DO REFORMATÓRIO E O DIRETOR DO CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO

Diretor do Reformatório Bahiano de Menores Delinquentes e Abandonados.	Salvador 1930	O diretor nega as acusações feitas pelo Pe. José Pedro e o rotula paradoxalmente de “padre do demônio”. Alega que as mães preferem os filhos fazendo assaltos para levar os produtos até elas. Também nega as palavras da Sr <sup>a</sup> Maria Richardina. Convida o redator para verificar <i>in loco</i> o trabalho que torna os “Menores delinquentes” em “homens de bem”, porém alerta para o dia que deve ser de acordo com o Regulamento.
Diretor de um CENSE	Curitiba 2014	Considera que “o trabalho é árduo e desafiador, demanda paciência e perseverança, e em algumas vezes mostra-se frustrante ou humanamente impossível”.[...] Atenta para os problemas complexos de pobreza, falta de assistência psicossocial e tratamento à drogadição. [...] “Porém, não são raras as histórias de sucesso dos jovens e adolescentes que ligam ou vêm à Unidade contando que estão trabalhando, fazendo cursos profissionalizantes, constituíram família, finalizaram os estudos, estão na Faculdade ou simplesmente escolheram um novo caminho, informações que são confirmadas e comemoradas com as famílias, rede de apoio socioassistencial e demais integrantes da Comunidade Socioeducativa” (DIRETOR DO CENSE, 2014).

Verifica-se que há uma estimativa de que mais da metade dos adolescentes que passam pelo CENSE não voltam a reincidir. Também questionou os critérios de inclusão, quando foram solicitado cinco adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa que tivessem experienciado a vivência como morador de rua em algum momento de suas vidas, tendo em vista a pesquisa se tratar de uma releitura do romance Capitães da Areia. A dissertação precisa deixar claro que cinco adolescentes não retratam a maioria dos internos no sistema. Houve um certo receio por parte dos profissionais do CENSE de que o leitor pudesse generalizar as motivações dos adolescentes para a prática do ato infracional.

Na perspectiva dos professores e vice-diretores, a maioria do adolescente hoje tem família, tem alguém por eles, residência fixa, condição socioeconômica “favorável”. Não se pode pensar que a maioria está lá no

CENSE por que passava fome ou necessidades básicas. Mais da metade apresenta um poder aquisitivo razoável para um bom desenvolvimento. Vivem com pais, mães, avós, familiares. Outros fatores precisam ser analisados e investigados que não as condições econômicas, por exemplo, a atração pelo uso de entorpecentes, a falta de controle parental, a busca intensa pela fama, pelo poder, e pelo prazer que as drogas e as baladas proporcionam.

## **5.8 Participação dos professores do PROEDUSE**

Texto de opinião de Educadores que atuam no Programa de Educação nas Unidades Socioeducativas PROEDUSE, onde há a oferta a EJA para adolescentes em conflito com a Lei.

### **Participante A**

*Os movimentos sociais para universalizar o acesso às escolas, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), bem como outros documentos de âmbito nacional e internacional, convergem para a necessidade de serem estabelecidas condições à efetiva inclusão educacional e social. O Programa de Educação nas Unidades Socioeducativas - PROEDUSE, implantado no ano de 2005, no Estado do Paraná, fruto da parceria da Secretaria de Estado da Educação - SEED e Secretaria da Criança e da Juventude – SECJ, através da Resolução Nº 1417/2005 - SEED, de 02 de junho de 2005. O objetivo central é garantir a escolarização para adolescentes que cometeram ato infracional, cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade (internação provisória e internação), nos C – Centros de Socioeducação.*

*liberdade tem oportunidades educativas que permitem desenvolver seu potencial e o capacitem a relacionar-se consigo próprio e com os outros sem quebrar as normas de convívio social. As dificuldades sociais e econômicas que afetam diretamente os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade são inúmeras, destacando a defasagem idade/ano de escolaridade, e pouquíssimos estavam frequentando*



*a escola ao serem apreendidos, alguns tem a matrícula renovada mas nem chegam a frequentar a escola.*

*Nesse sentido, o professor que atua na socioeducação é o mediador no processo educativo, pois atende às especificidades dos alunos, possibilitando flexibilidade entre as diferentes modalidades de Ensino. Aproxima os conteúdos à realidade e ao contexto do socioeducando, tendo como foco a promoção da aprendizagem e não apenas a terminalidade de disciplina e/ou grau de ensino.*

*As atividades pedagógicas docentes são de extrema relevância, por estabelecer vínculo e integração com os Educadores Sociais, ou seja, a cooperação e a parceria com a UNIDADE tornam os projetos educacionais mais efetivos, principalmente como enriquecimento curricular e não somente como extensão de atividades em sala, utilizando a linguagem artística: rádio, literatura, produção textual, imagem, música. Portanto, a escolarização dos adolescentes privados de liberdade e a prática pedagógica devem (re) significar ao mesmo tempo, favorecendo a inserção e a permanência bem sucedida na rede externa de ensino.*

## **Participante B**

### **Texto produzido por um professor que teve experiência com adolescentes femininas em privação de liberdade para cumprimento de medida socioeducativa**

*Sou Professor da rede pública de educação do Estado do Paraná e Desenvolvo aqui um breve relato de minha experiência e visão sobre a socioeducação para adolescentes femininas em privação de liberdade.*

*Primeiramente, o trabalho com socioeducação exige engajamento, pois o professor se depara com adolescentes abaladas psicologicamente, violentas e sem perspectivas sociais. As adolescentes que adentram o sistema de privação de liberdade já estão “contaminadas” com o pior que a sociedade pode gerar. Em geral, conceitos de justiça, moralidade, solidariedade e respeito inexistem. Prevaecem o ódio e a perversidade surgida das condições que as levaram a perda da liberdade. Sublinho a questão das patologias psíquicas:*

*são comuns adolescentes com graves transtornos emocionais. Enfim, o quadro é pouco animador e, portanto, exige engajamento ou não existirá socioeducação.*

*Para prosseguir é preciso definir o que chamo de professor engajado: é aquele que não está apenas interessado no adicional financeiro por periculosidade; é aquele que de fato pensa suas aulas, ou seja, desenvolve um conteúdo curricular articulado com temáticas pertinentes a reinserção dessas adolescentes no meio social.*

*Na atuação engajada de um professor socioeducador pode-se esperar “o salvamento” de algumas adolescentes, ou seja, com o engajamento pode-se recuperar ou dar algum sentido e incentivo a adolescente sair de uma condição alienante. Todavia, existe um limite da socioeducação, a saber: a vulnerabilidade social. Muitas adolescentes ao saírem da privação de liberdade retornam para suas famílias e comunidades desestruturadas e acabam retomando a vida da criminalidade. O aprendizado intelectual não é suficiente e a conceituação moral, ética e social conquistada na socioeducação se desintegram diante da realidade e, não raro, essas adolescentes vão parar no sistema prisional.*

*Entendo que a socioeducação da forma que está sendo desenvolvida não é capaz de propiciar um retorno das (ou dos) adolescentes de modo pleno e amplo a sociedade. É preciso combater a vulnerabilidade social. Privar esses jovens de liberdade e nada fazer com sua realidade social é contar com a sorte. Enfim, privar o adolescente de liberdade e obriga-lo a estudar não é o suficiente: é preciso investir em políticas públicas de proteção a criança e ao adolescente e, sobretudo, intervir positivamente no meio social.*

### **Participante C**

*Minha percepção enquanto professora de adolescentes e jovens em regime de cerceamento de liberdade e socioeducação é de que enquanto educadora tenho em minhas mãos oportunidade de colaborar no processo de formação de estudantes que não tiveram a oportunidade de se formar, estudar e conduzir sua vida de forma digna. Estes/as adolescentes e jovens, em sua maioria não tiveram seus direitos humanos preservados e garantidos. Os*

*cuidados essenciais: alimentação, vestuário, moradia, afeto e atenção dos familiares, educação escolar, acesso a cultura e lazer saudáveis.*

*Estes cuidados essenciais ao desenvolvimento integral da criança e do adolescente são fundamentais para que se torne um cidadão de bem. E que a partir destes cuidados se sinta cidadão com desenvolvimento de acordo com suas potencialidades, a sociedade e aí se encontra muitas pessoas e órgãos que deveriam trabalhar em redes de cuidados e proteção: família, escola, comunidade, assistência à saúde, dentária, prevenção a doenças, acompanhamento e apoio especializado com psicólogo/a, assistente social dentre outros se necessário.*

*Os/as professores/as no cárcere enfrentam a rejeição e muitas vezes o trauma de escola que estes/as estudantes enfrentaram em suas experiências anteriores. Se o/a docente de socioeducação não considerar estes fatores, não conseguirá desempenhar o papel a que assumiu o compromisso com o Estado, de reeducar, ressocializar e ressignificar suas vidas. A avaliação de suas atitudes e condutas possibilitarão que se instrumentalize para a transformação de sua própria concepção de vida e mundo. E isto só conseguimos com tratamento digno, de respeito, cuidado, afeto muito além dos conteúdos necessários a sua formação.*

A responsabilidade dos profissionais que atuam com adolescentes em conflito com a lei também aparece nos textos e na fala dos participantes. O professor que teve experiência com adolescentes femininas em cumprimento de medida socioeducativa chama a atenção para o engajamento demandado pelo trabalho com a socioeducação – define o professor engajado com o profissional que não tem como interesse a primazia do adicional remuneratório de periculosidade, mas alguém que prepare aulas previamente, considerando os conteúdos curriculares em interfaces com “temáticas pertinentes à reinserção”, pois o professor se depara com adolescentes “abaladas psicologicamente, violentas e sem perspectivas sociais, (...) adentram o sistema de privação de liberdade com o pior que a sociedade pode gerar”. Sublinha o desenvolvimento de algumas patologias psíquicas e a “recorrência de graves transtornos psíquicos”, bem como as questões de vulnerabilidade social do contexto para onde voltam após a liberdade, em muitos casos, o mesmo de onde saíram.

No mesmo sentido, a terceira professora participante aponta para a violação dos direitos humanos dos adolescentes masculinos internos do CENSE antes do internamento. “Faltaram-lhes os cuidados essenciais para o desenvolvimento integral, como: alimentação, vestuário, moradia, afeto e atenção dos familiares, educação escolar, acesso a cultura e lazer saudáveis”. A essa citação se complementa a perspectiva da primeira professora participante, quando aponta para que as “dificuldades sociais e econômicas que afetam diretamente os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade são inúmeras, destacando a defasagem idade/ano de escolaridade, e pouquíssimos estavam frequentando a escola ao serem apreendidos, alguns tem a matrícula renovada, mas nem chegam a frequentar a escola”.

Em busca de salientar algumas perspectivas apresentadas pelos professores do PROEDUSE que participaram dessa pesquisa, segue o quadro abaixo:

QUADRO 10 – COMPARATIVO NO CAMPO EDUCACIONAL

Professores na década de 30	Salvador	Não se menciona a educação no Reformatório, pois não havia. Ver gráfico na sequência sobre o funcionamento da Educação no Brasil neste período*.
Professores que atuam no PROEDUSE	Curitiba 2014	O socioeducandos apresentam defasagem idade/ano de escolaridade; traumas da escola quando criança; dificuldades sociais e econômicas. O professor precisa de foco na promoção da aprendizagem e estar engajado, preparar aulas intencionalmente articuladas com as demandas socioeducacionais; compromisso com o Estado de reeducar, ressocializar e ressignificar suas vidas. É preciso combater a vulnerabilidade social. a cooperação e a parceria com a UNIDADE;

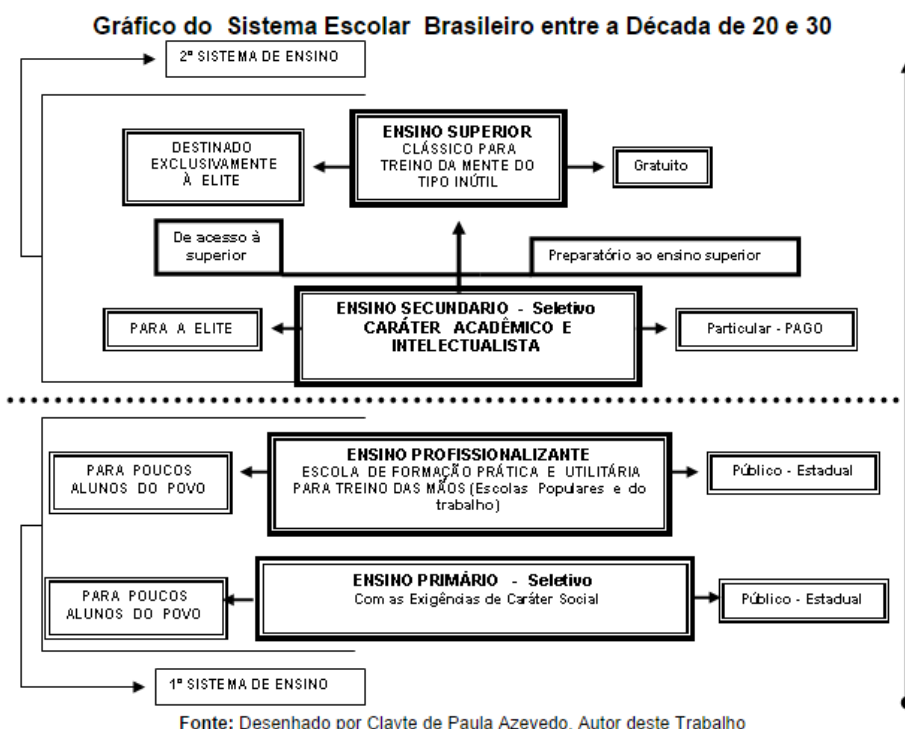
Ao tecer comentários sobre a elaboração de planos de trabalho docente individuais para os socioeducandos, uma professora desabafa que não há grandes possibilidades de elaborar-se um plano de ensino em sequencial, como se pode fazer no ensino regular. É difícil planejar um trabalho com conteúdos que sejam pré-requisitos para aprofundarem-se os conceitos nas aulas subsequentes. Os socioeducandos têm ritmos e tempos de aprendizagem peculiares e individuais. Isso requer do professor preparar materiais diversificados e trabalhar cada um na sua necessidade

socioeducacional específica. Inexiste neste sentido um material impresso previamente elaborado que supra essa demanda, por isso o professor precisa elaborar o próprio material para atender as especificidades educativas de cada educando. A hora-atividade não é o suficiente, de forma que o professor precisa complementar suas ações docentes em casa.

Contudo, percebe-se que houve muitos avanços significativos no campo educacional. A atitude formativa que permeia o conteúdo dos profissionais que atuam na socioeducação demonstra o quanto a legislação, a arquitetura judiciária, os reflexos dos avanços conceituais, da luta por direitos humanos seguem modificando a forma do homem ser, estar e modificar o contexto no qual erige seu desenvolvimento, porém ainda há muito a ser feito. Embora as palavras do juiz, da delegada, dos profissionais do CENSE confirmem as conquistas em prol dos direitos humanos, ainda se percebe que o tratamento dado aos adolescentes precisa ser supervisionado constantemente. Ao se observar o relato de Pedro Bala, de Sem-Pernas, dos personagens presentes no romance a respeito de como o judiciário atua de forma repressora e autoritária, e comparar aos relatos das mães dos adolescentes e outros participantes, ainda se percebe que as diversas manifestações de violência se presentificam nos dias atuais nos microssistemas responsáveis diretamente pelo processo edificatório.

O reconhecimento da dignidade humana e dos direitos humanos precisa ser objeto de estudos para que o fenômeno cíclico e retroalimentador das práticas de violência física, violência psicológica, violência simbólica, dentre outras sutis e veladas formas de sua expressão sejam substituídas, ainda que gradativamente, pelo cultivo de práticas voltadas para o acolhimento e para a cultura da paz. No quadro referente aos professores do EJA, ficou notável que não se menciona professores atuando com adolescentes no Reformatório na década de trinta. Isso ocorre devido ao fato de que no Brasil, esse período é marcado por uma Educação voltada para atender a uma minoria que atendesse aos interesses da elite brasileira. Conforme disposto no gráfico a seguir:

## GRÁFICO 1 – GRÁFICO DO SISTEMA ESCOLAR BRASILEIRO NO PERÍODO DO ROMANCE



FONTE: [http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/45anos/B-sistemaescolar.html](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/B-sistemaescolar.html)

O romance de Jorge Amado se circunscreve num tempo histórico extremamente conturbado no cenário internacional, no qual ocorriam as ditaduras europeias: Facismo na Itália, Nazismo, na Alemanha e Franquismo na Espanha. No Brasil, o modelo ditatorial se corporifica na concepção getulista do Estado Novo, altamente repressivo. A educação primária ocorria por meio de um processo seletivo com as exigências de caráter social. Os menores abandonados, crianças em situação de pobreza extrema considerada irregular obviamente não tinham acesso.

### 5.9 Participação dos cinco adolescentes internos do CENSE

Elaborou-se um quadro contendo uma síntese de algumas questões presentes no questionário a serem discutidas à luz dos referenciais propostos para fundamentar estes estudos.

QUADRO 11 – COLETA DE DADOS REFERENTES AOS ADOLESCENTES

Codiname	Idade atual/Idade da Internação	Idade com que morou com a mãe/ou pai.	Pessoas que moravam juntos quando criança:	Educação: Dos zero aos seis anos:	Escolaridade: Idade da interrupção aos estudos?	Pessoas de convivência antes de vir para a unidade.	Artigos analisados na audiência:
ROGER	16  15	Até os 11 anos (mãe). Até 3 anos com pai biológico.	Até 2 ou 3 anos, com pai biológico. Até 11 anos com a mãe. (faleceu) Com 12 anos, na casa de uma tia. Com 13 anos, com avó.	Frequentou creche	6ª Série. Parou com 13 anos.	Colegas da Casa da Instituição de Acolhimento.	4 vezes por 157: Assalto.
J.D.	16  16	Nunca morou com a mãe.	Pai (Até 7 anos quando o pai faleceu). Avó. (8 anos). Madrasta. Irmão.	Frequentou creche	7ª Série. Parou com 12 anos.	Morou até os 14 ora com a avó, ora em Instituição de Acolhimento. Atualmente mora com os amigos.	157: Assalto. 180: Receptação.
MENOR	16  16	16 anos	4 irmãos.  1 irmã.	Frequentou creche	4ª Série. Parou com 14 anos.	4 irmãos. 1 irmã. Colegas da Casa Lar.	155: Furto.
IRMÃO	16  16	Até aproximadamente 10 anos.	Mãe. Na rua. Instituição de Acolhimento.	Frequentou creche	4ª Série. Parou com 12 anos.	1 irmão e duas irmãs, quando era bem pequeno. Lembra-se de que a irmã era envolvida com drogas.	157: Assalto. 155: Furto. Art. 33: Tráfico
JAIRO	16 - 1ª vez: 13 anos. /2ª vez: 14 anos./3ª vez: 15 anos.	Até 15 anos.	Mãe. Casa da namorada. Na rua. Instituição de Acolhimento.	Frequentou creche	5ª Série. Parou com 14 anos.	Colegas da vizinhança que às vezes iam pra rua juntos. (Praça Pública, etc...)	157: Assalto. Tentativa de latrocínio. Sequestro

O quadro apresenta uma síntese de algumas questões presentes no questionário para ilustrar importantes reflexões que serão debatidas com maior aprofundamento nos subtópicos subsequentes. Os adolescentes participantes escolheram codinomes que para eles simbolizam pessoas importantes como o adolescente que escolheu “Irmão”, devido ao apego e afeto que tinha com o falecido irmão. Outros escolheram nomes de melhores amigos, de personagens de filme que admiram, de pessoas que admiram. A idade de quatro adolescentes coincidentemente é de dezesseis anos. Apenas um deles tem quinze anos. Verifica-se que todos conheceram a mãe biológica quando crianças, as pessoas cuidadoras foram se alternando dos zero aos sete anos de idade, moraram com familiares e em instituições de acolhimento, frequentaram creches. A escolaridade variou entre quarta, quinta, sexta e sétima série. O artigo analisado comum a todos eles se refere a roubos.

Ao analisar as pessoas com as quais os adolescentes conviviam desde o nascimento, com quem constituíram a força dos processos proximais no desenvolvimento, verifica-se o quanto é oscilante o número de familiares e demais pessoas envolvidas no processo formativo. A frequência das interações pessoais e o período de convivência se modificam de forma abrupta na infância da maioria dos participantes. Também se percebe as condições de vulnerabilidade das pessoas nos microssistemas da formação. Em pesquisa sobre o percurso existencial de mulheres-mães provenientes de contextos vulneráveis com filhos, netos em instituições de acolhimento, D’Aroz (2013), traz reflexões sobre dados referentes à vulnerabilidade divulgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMTIBA):

(...) entre os fatores de risco, a situação de pobreza ou miséria pode tornar mais difícil enfrentar os eventos naturais da vida e os prejuízos físicos ou sócio-emocionais em ocorrências de abandono, negligência, discriminação ou violência dentro ou fora do lar. Diante desse quadro, a situação de vulnerabilidade é visível e dificilmente a família consegue mudá-la. À luz dessa idéia, pensar a família significa pensar para além do que se vê e, ao culpabilizá-la pela situação em que se encontram seus membros, tentar valorizar as suas — ‘fortalezas e potencialidades’, possibilitando a proteção com desenvolvimento e emancipação no processo de autonomia e a busca pelos serviços e programas sociais públicos, para que ela possa desempenhar o seu papel de proteção dos seus pares (D’ARÓZ, 2013, p. 57).



Embora os artigos analisados versem sobre furtos e roubos, durante as entrevistas os adolescentes comentam muito a presença marcante das drogas, do respectivo uso e abuso, que levam na maioria dos casos ao comércio ilícito e a outras práticas infracionais culminando com o internamento.

Quando a criança vivencia meios onde familiares são envolvidos como usuários ou dependentes químicos, ou mesmo quando a família é a aliciadora por ter como fonte de sobrevivência o comércio ilícito de entorpecentes, torna o trabalho dos profissionais que atuam na rede de proteção mais árduo e a relação afetiva com familiares obstaculizam possibilidades mais efetivas de redelinear percursos de vida. Se a própria família concebe o comércio ilegal como fenômeno natural de “atividade laborativa”, os efeitos podem ser ainda mais nocivos e avassaladores para todos e todas, tendo em vista os esquemas representativos que se constroem ao longo da vida, como simbolizam e representam banalizadamente o abuso de drogas enquanto fenômeno cíclico e potencializador de ações violadoras dos Direitos Humanos.

Referente à frequência em creches, respondem que as frequentaram por algum período, alguns argumentam que nem sempre, porque às vezes perdia a vaga quando a mãe não estava trabalhando. Especialmente em regiões metropolitanas, ainda muitas mães e crianças estão nas listas de espera aguardando por uma vaga na creche. O número de vagas disponíveis não atende à necessidade da população. Embora não haja previsão legal que condicione à obtenção da vaga na creche ao vínculo empregatício da mãe, ainda assim a vaga fica condicionada ao fato da mãe estar trabalhando. Se a mãe fica desempregada, a criança perde a vaga e é dada preferência a uma criança cuja mãe trabalhe formalmente.

Devido a questões éticas demandadas quando se faz pesquisa com pessoas vulneráveis, organizou-se o quadro já apresentado com apenas algumas questões mais objetivas visando à apreensão dos dados a serem analisados melhor em subtópicos subsequentes. A partir de agora seguem os relatos dos adolescentes internos no Centro de Socioeducação.

---

**Narrativa transcrita a partir da história de “Menor”**  
**(Codinome escolhido pelo adolescente)**

O adolescente relata que tem boas lembranças da mãe. Quando o irmão morreu, ficou totalmente sem rumo, alega que aí sim resolveu entrar de cabeça. Fazer assaltos e traficar. Comenta que o irmão mais velho matara o padrasto porque esse batia muito em sua mãe. Saiu da prisão e logo foi assassinado. Dizem que foi por briga em bar, mas ele acha que foi alguma vingança. Comenta que teve quatro irmãos e uma irmã. Aprendeu com o irmão mais velho (falecido) a se divertir e se virar como podiam. Fala com carinho da mãe e dos irmãos quando se lembra da infância:

*Ah, levei os meus irmãos menores que eu na praia e nos momentos que eu fui feliz com o meu padrasto e minha mãe e os meus irmãos e toda a família reunida. Lembrança ruins que eu briguei com minha mãe e sai de casa e fui pra rua.*

Também tem boas recordações de alguns lugares por onde passou. Por exemplo, recorda-se que em uma das instituições de acolhimento, as pessoas que lá trabalhavam o tratavam com muito amor, como se ele fosse um filho. Sente saudades. Recorda-se que morou por um tempo na “Casa-Lar”. Certa vez, conta que fugiu com uma namorada de quinze anos de uma dessas instituições, foi morar na casa de um colega. Porém, eram tão bem tratados na instituição de acolhimento que ela começou a sentir saudades das mulheres cuidadoras. Então ela resolveu voltar pra lá. Às vezes se comunicam.<sup>51</sup>

Quando questionado sobre as perspectivas após o internamento na unidade socioeducativa, comenta que se sente à vontade em voltar para a casa. A mãe agora vive com um padrasto e esse não bate neles. Fala também que quando sair pretende trabalhar e viver mais sossegado. Com relação ao

---

<sup>51</sup> Algumas transcrições literais de fragmentos da fala dos adolescentes se encontram dentro das caixas de texto, entre aspas ou em itálico (para fragmentos mais extensos). Outras manifestações das falas anotadas pela pesquisadora estão em forma de textos narrativos.

tratamento na unidade, coloca que dependendo do educador, ele faz de tudo pra conseguir as coisas que eles pedem, já dependendo, principalmente quando estão de plantão, o banho é frio e limitado o tempo. No geral, a comida não é muito boa, às vezes está azeda. Quanto às atividades durante o dia, relata que tem aulas de português, matemática e história.

### **Narrativa transcrita a partir da história de “JD”**

Na primeira questão, que se refere a como o adolescente gostaria de ser identificado, num primeiro momento, o participante não tinha uma ideia. Ao final da pesquisa, propôs dois apelidos pelos quais costuma ser chamado. No entanto, a pesquisadora explicou questões referentes à ética na pesquisa e sobre a necessidade de ser um codinome que não viabilizasse as pessoas que porventura viessem a ler esse trabalho a identificação do participante. Então ele mesmo propôs um pseudônimo diferente, JD.

O participante comenta sobre o romance “Capitães da areia”, o mesmo afirmou já tê-lo lido. Também quando questionado sobre ter assistido ao filme “Capitães da Areia”, o adolescente disse também ter assistido. Após um momento de pausa, o adolescente expressou levemente um sorriso que revelava um certo espanto misturado com ironia, revelava no olhar uma indagação inquietante, como quem quisesse dizer: O que eu tenho a ver com capitães da areia... Depois de alguns segundos, ele questionou a pesquisadora se todos os adolescentes da unidade seriam igualmente entrevistados.

Percebe-se que esse adolescente jamais se reconhece como alguém que poderia ser considerado similar a um menino de rua. Sua situação anterior à unidade é de alguém que encontrou resiliência para superar as adversidades do meio dentro dos contingentes possíveis, tendo em vista os efeitos do micro, meso, exo, macro e cronossistema que o constituiu. A autopercepção que pareceu ter de si é de alguém que chegou ao topo, consegue meios para consumir uma parte considerável dos insumos preconizados pela mídia para viver bem dentro de um padrão respeitável para o seus parâmetros de status social, bem como para os horizontes de expectativas dos colegas que o rodeia,

que o consideram como uma pessoa a ser respeitada no contexto das trocas simbólicas e semióticas com as quais interacionam.

Então a pesquisadora lhe perguntou qual parte do romance considerava mais marcante. Ele respondeu que se lembra do momento em que Pedro Bala resgata a menina Dora do convento. Também disse que já assistira ao filme. Iniciada às questões cujas respostas estarão disponíveis no quadro 11, o participante insistia em reafirmar a ausência da mãe biológica.

Após a pergunta aparecer novamente no questionário previamente elaborado, e uma meia hora aproximadamente de conversa na qual tentou-se ao máximo criar um clima de acolhimento e confiança, o participante resolveu dizer que tinha sim mãe biológica, porém essa vinha visitar apenas os outros irmãos, quando era pequeno e seu pai ainda era vivo. Segundo ele, a mãe dizia não gostar dele, olhava pra ele e dizia que gostava apenas dos irmãos, dele não gostava mesmo. Também costumava bater nele e nos irmãos nos raros momentos em que vinha visitá-lo. Até que um dia seu pai resolveu bater nela, então ela não mais voltou. Não tem boas recordações dela. Quando questionado sobre a escola, fala que parou de estudar por causa da maconha mesmo.

A respeito das perspectivas futuras após o internamento, disse que voltará a morar com os amigos com quem vivia antes de ir para o CENSE. Não considera nenhum deles como 'melhores amigos', solicita que a pesquisadora lhe esclareça o que seriam os melhores amigos. A pesquisadora hesita em responder e, após algum tempo, diz que pode se referir a pessoas com as quais ele poderia contar se acordasse por exemplo de madrugada com dor de dente, ou alguém em que ele confiasse para falar de seus medos e anseios, para confidenciar algum caso amoroso, então ele responde que, neste caso, não tem melhores amigos.

Fala que os amigos que têm, os laços foram se intensificando devido à afinidade de interesses: comércio de armas de fogo, de drogas, assaltos... Ao falar sobre o futuro após a internação, diz que não mais pretende fazer assaltos, pois isso pode ser motivo para levá-lo à prisão novamente... Especifica com relação ao comércio ilícito que a droga mais procurada é a maconha, a cocaína é a que mais dá dinheiro, mas só é mais vendida nos finais de semana, porém também vende outras drogas como o crack, o êxtase

e o LSD. Chama a atenção para que há papelotes coloridos diferentes do LSD. Alguns vêm com pequenos desenhos. Explica que o Êxtase é uma balinha, alguns têm uns desenhos como o *bike* 100; o *bike* preto, o chapeleiro maluco .. Reclama bastante da comida que vem na marmitex, hoje, diz ele, estava com um cheiro tão azedo que queria que você visse, não dava pra comer....acabei ficando sem almoçar.... não tive coragem.

Com relação ao uso de drogas, fala que já fez uso da maconha com maior frequência e raramente da cocaína. Diz não ter usado outras drogas. Conta que também o crack é muito procurado, no entanto os caras que usam ficam muito esquisitos e o cheiro é insuportável. Sobre se percebe algumas modificações no organismo, relata que a maconha deixa mais calmo, a cocaína faz perder a fome. Também a cocaína o faz ter uma sensação de que tem alguém querendo pegá-lo (possivelmente para matar), como se tivesse sendo perseguido. “Quando você cheira coca, se você vê os homens, dá uma vontade doida de sair correndo, de medo deles te matar”. “Homens” é utilizado para se referir à polícia.

### **Narrativa transcrita a partir da história de “Jairo”**

Ao ser questionado sobre qual apelido, codinome, nome fictício, pseudônimo, enfim, como gostaria de ser identificado de forma a não ser reconhecido caso algum conhecido viesse a ler este trabalho, o adolescente não indicou de imediato, mas ao final da pesquisa, solicitou fosse denominado de “Jairo”, por ser personagem de um programa televisivo de que ele gosta. O adolescente afirmou quando criança morava apenas com a mãe. Gostava de sair com os amigos que moravam próximo à sua residência, ficavam dormindo pelas ruas de Curitiba. Lembra-se que ficava mais na praça Tiradentes. O tempo destinado ao lazer era utilizado para treinar Kung-Fu na academia ofertada por serviço público e gratuito, próximo a residência. Gostava também de jogar videogame, mas não ficava muito tempo dentro de casa, preferia as ruas. Gostava de ficar às vezes na casa da namorada e “sair pros ferveiros”. Tem boas lembranças da mãe. A mãe sofrera um acidente de carro e está aposentada.

Com relação às lembranças da infância responde que:

*Quando eu almoçava com a minha família e quando eu ia jogar bola com meu irmão. Quando a minha mãe brigava comigo. Ela brigava comigo por causa que eu chegava de madrugada em casa e ela não deixava eu dormir mais.*

Conta que ela se preocupava muito, não dormia até que ele chegasse em casa... Como ele não chegava, ela ficava nervosa. Quando resolvia vir embora pra casa, ela não o deixava dormir, como forma de castigo para que não mais chegasse tarde.

Com relação às lembranças, lembra quando almoçava com a família, quando jogava bola com o irmão, quando a mãe brigava por chegar de madrugada em casa e “ela não deixava eu dormir mais”. Preferia ficar na rua com os amigos da vizinhança. Os melhores amigos para ele eram colegas em que moravam próximos da sua casa, era como se fossem irmãos, davam conselhos bons como por exemplo para que não ficasse traindo a namorada.

*Eu tinha uns amigos que davam conselhos e eu considerava como irmãos. Eu pedia conselho se eu estava certo em trair a minha namorada. Ele falava que não. Eu perguntava pra ele se eu (devia continuar) drogas. Ele falava que eu estava na chuva para se molhar (expressão utilizada “quem está na chuva é para se molhar”, uma vez que escolheu atuar no comércio ilícito, terá que arcar com as consequências)...E vendia êxtase e cocaína. Eu tirava R\$ 2000,00 por noite. Eu não podia me atravessar na \*biqueira dos outros se não ele me mata por que não seria meu território.*

A palavra “biqueira é um termo utilizado para se referir possivelmente ao local onde se compra drogas de alguém “autorizado” a comercializar naquele “ponto”. A morte de muitos adolescentes e jovens quando relacionada ao narcotráfico parece ter como principal motivação a briga por delimitação de território. Não se pode vender sem autorização expressa e consentida por parte de outras pessoas que também atuam no comércio ilícito e têm ou aparentam ter maior poder de munição e mais coragem para a prática de homicídios. Não

se havendo negociações que satisfaçam os interesses das partes envolvidas emerge o risco de morte.

É oportuno salientar que os colegas não achavam certa a venda de drogas, mas diziam que “se entrou na chuva tem que se molhar”. Dava pra ganhar uns \$2000,00 por dia... mais na sexta-feira e no sábado. Em conversa afirma que a cocaína é que mais dá dinheiro, é vendida para playboys, referindo-se a jovens filhos da classe média. Embora considere ter endereço fixo, relata que não pode voltar para o local onde a mãe mora, pois foi ameaçado de morte.

Com relação à escolaridade, conta que nem sempre esteve matriculado na escola, sempre estudou em escola pública e até a quinta-série. Lembra-se de que brigava por causa das meninas. Ameaçava bater nos “piás” caso algum ameaçasse algum colega dele. Recorda-se de ter brigado com um garoto que ficava jogando bolinha de papel pelo tubinho da caneta, na hora do intervalo. “Eu perguntei quem era, ninguém quis falar... Até que alguém falou. Ele tava de pé, dei um murro nele, levantou já com a cadeira na mão e me deu uma cadeirada”. Esse adolescente parou de estudar com 14 anos por ter sido expulso da escola e não ter sido mais aceito. Tem lembranças da escola quando jogava bola e namorava, fazia educação física e quando brigava.

Na ocasião da expulsão da escola, lembra-se de que a pedagoga chamou o adolescente na sala para conversar, (não propôs um acordo de paz entre as partes em conflito). Na sequência, o diretor expulsou, já havia expulsado outras duas vezes. Chamaram o Conselho Tutelar. Queriam que frequentasse o CRAS para fazer curso já que não queria mais estudar. “na verdade eu queria estudar, ir pra escola, mas o diretor não deixava mais eu entrar. Minha mãe tentou arrumar vaga em outra escola, mas acho que “bateram a letra um pro outro” (se comunicaram) e não deram a vaga pra mim...Toda vez que a minha mãe ia, eles diziam que eu não podia entrar”

Este participante foi internado na Unidade Socioeducativa aos 15 anos. Relata que a primeira vez que “caiu”, tinha treze anos, ficou na Fazenda Rio Grande. A segunda vez com 14 anos ficou no CENSE São Francisco por três meses, devido ao fato de não cumprir uma PSC – Prestação de Serviço Comunitário. A terceira vez tem previsão de ficar um ano e três meses. Já faz

cinco meses que está cumprindo medida privativa de liberdade. Esta terceira vez se refere à infração ao artigo 157, que entende ser roubo à mão armada.

Também foi considerada tentativa de latrocínio e sequestro em sua audiência. Relata que ele e o parceiro foram roubar um carro, colocaram a vítima no porta-malas por que a vítima tinha reagido. Tentou segurar o parceiro, que acabou o esfaqueando. Acabou abandonando o carro que seria o produto do roubo. Como alguém estava observando, deixou de lado a ideia de atear fogo no carro com a vítima no porta-malas para evitar problemas, até por que não encontravam um isqueiro ou alguma coisa que pudesse provocar o fogo... Nessa, acabou “caindo”. Cada carro roubado dá pra ganhar uma média de R\$3.000,00 (Três mil reais) por carro.

A respeito das atividades que realiza na Unidade, comenta que levanta por volta das 6 hrs. da manhã para tomar café. Volta dormir. Depois acorda novamente por volta das 12 hrs. Lembra que cada um tem três cobertas, como não achava preciso, resolveu vender uma. O colega que comprou terá que pagar com cinco sobremesas que às vezes vem. “Uns docinhos”. A alimentação no geral é muito ruim. A comida vem cheia de salitre, “quase ninguém come... um monte de salitre. O pão é ruim, duro, esquisito. Se aprontar, o educador bate, dá chute e murro”. Lembra-se de uma das vezes que brigou no CENSE, quando chamou o colega de “gordinho rolete” só para “gozar”, “tirar sarro”:

*(...) chamei ele de gordinho rolete e daí o cara me chingou de “filho da puta”, aí nós acabamos brigando lá na quadra. Aí eu fui para o alojamento e daí peguei castigo. Ele também pegou. Eu coloquei uma coberta na grade pro educador não pegar.*

Com relação às atividades oportunizadas no CENSE, coloca que há a panificação. Reclama que há poucas atividades, que ficam muito tempo sem ter o que fazer. Poderia ter cursos de computação e campeonatos de futebol.

### **Narrativa transcrita a partir da história de “Irmão”**

Este participante relata que morou com pai biológico até mais ou menos 9 anos de idade. Gostaria que fosse identificado nesta pesquisa com o nome



do irmão. A pesquisadora lhe explicou que poderia ser identificado desta forma e por questões éticas implicadas na pesquisa seria melhor escolher outro codinome. Como acabou não indicando nenhum outro nome, será denominado de “irmão”. O pai bebia, não se davam bem, xingava a mãe. Era deficiente – não tinha perna, nem braço. Trabalhava na Copel, foi ligar uns cabos e levou um choque. Foi amputado. Quando a mãe estava grávida já eram separados. A mãe trabalhava de diarista e o pai era deficiente. Com relação ao relacionamento entre os familiares, irmão diz que “Quando não usava droga era de boa”. Começou a cheirar tiner com 8 ou 9 anos. Ficava no centro e dormia na rua. “Lá com um amigo que morava perto da casa”. Lembra-se de uma irmã que morava junto quando ele era bem pequeno, a irmã era envolvida com drogas.

O máximo que ficou dormindo na rua foi sete dias. Dormia ao lado de uma igreja. Morava perto da favela, de vez em quando ia com uns piás e às vezes com as meninas. Ficava com frio. Tinha um carro que levava café e pão com mortadela. O carro vinha, pegava ele e os amigos e levava pro abrigo. Lá tinha roupa, alimento, “tratavam de boa”. “Eu tava na rua, daí menti pra eles que não tinha mãe, daí eles me levaram pra lá. Meu irmão era grande, ele queria meu bem, mas foi errado da maneira que ele queria meu bem. Dava uns tapa, eu era pequeno e ficava com medo de voltar e ele me bater ainda mais. O irmão bebia e trabalhava. Então quando tinha a oportunidade, o adolescente fugia. Foi pra escola até antes de conhecer o tiner. Conta que ficava sozinho e não tinha o que fazer à tarde, a mãe não se importava se eles estudavam ou não, pra ela tanto fazia. Quando o pegavam e o levavam para a Casa do Piá, o irmão às vezes ia atrás. Lembra-se de uma vez que a mãe foi atrás, ele quando a viu saiu correndo tentando se esconder debaixo de um tubo. Ela chamou o guarda que veio e o pegou à força. Levaram-no pra Casa do Piá, o irmão foi atrás e foi pior.

Com relação à escolarização, narra que frequentou creches, porém não a pré-escola. Parou de estudar na quarta série devido às drogas. Com relação às lembranças da escola, diz que só tem lembranças boas, que as pessoas queriam o bem. Tomava um remédio alaranjado para ansiedade. Ia muito cedo pra escola, não gostava de acordar cedo, dormia tarde, ia chorando. Quando questionado sobre se houve alguma intervenção do Conselho Tutelar,

responde que não. Tentou retornar duas vezes à escola, mas acabou desistindo. Lembra-se de que uma pessoa, um homem que atende na rua e ajuda quem está sofrendo ameaças o encaminhou para o San Julian.

Com 12 anos se recorda de ter caído devido ao tráfico. Mandaram-no falar com um psicólogo. Vendia na Praça Tiradentes ou na vila onde mora. Na Tiradentes há muita concorrência, muita gente vendendo.

Com relação ao atendimento em unidades de saúde, ia sempre por ter que tomar remédios, não se lembra do nome. Nas horas livres, gostava de comprar whisky com energético e o pai gostava de toma uma vodka, esses eram momentos considerados de lazer. Ficava contente em poder compra a bebida para o pai e tomar juntos. Os melhores amigos no entendimento deste participante eram os “piás” pra quem ele vendia drogas. Sempre perguntavam de mim. Ofereciam ajuda e dinheiro.

Foi internado em clínica de drogas. Morou seis meses no interior do Paraná por que a juíza determinou. Tinha caído por causa do tráfico. Já fez uso da maconha e da cocaína. Esteve também internado no São Julian e em Piraquara. Comenta que com relação ao lucro, para vender, a cocaína é melhor, tanto para uso como dá pra ganhar mais.

*A pedra é mais fácil de ir preso, catam papel, vão sujo, levanta mais suspeita. Já a cocaína vende pra piá que vai pra balada nos panos, pessoal mais bem vestido. Também eles podem vender a roupa, o celular. O LSD pode deixar na boca, o Bike preto é uma bicicletinha, corta no meio, coloca direto no olho. Uns põe na língua. Dá uma pira, você vê coisa fora do normal, via uma alucinação. Vê o pé da pessoa maior, a mão. Se tomar na água. Fica da hora. Vai se embalando no ritmo da música. O Fantasminha é um comprimido, se bebe. Dá umas pira mais diferente. Maior. É difícil quem tem. O Chivas (É difícil) Falam que o bagueio é loko. Papel é bem pequeno, vem numa cartela, “eu pegava com a mulher lá,[...] Eu vendia por R\$15,00. Uma cartela ela vendia pra mim por R\$ 250,00. R\$ 500,00 é um cartela inteira. Dá pra lucrar bastante. Vende mais na balada, na Deve. Nas festinhas, nem tanto.*

Sobre as atividades realizadas no CENSE, gosta da prática de esporte: futebol. Já fez curso de informática, de gesso, de garçom, curso pelo PRONATEC. Estuda na EJA, tem as disciplinas de Português, Matemática,

Ciências e Artes. Argumenta que como ele está na quarta-série do primário, só tem aulas de português, matemática, violão e educação física.

### **Narrativa transcrita a partir da história de “Roger”**

Esse participante optou por ser identificado de Roger. Está com dezesseis anos, nasceu em Curitiba. Morava com um tio que era irmão do pai. Morou dois anos com pai e mãe. Não mencionou o que aconteceu com o pai. Até os onze anos morou com a mãe biológica. Ela tinha outro companheiro. Após o falecimento da mãe, que morreu devido ao tráfico, morou com um tio que era irmão de seu pai. Teve cinco irmãos e três irmãs. Atualmente, dois irmãos moram juntos com uma família que adotou, os outros foram adotados por amigos da família e parentes. Com relação às lembranças da infância, menciona que houve três momentos que marcaram: “Minha mãe ainda era viva e eu me sentia bem. O pessoal onde a gente morava eram amigos. Eram vizinhos. Se acontecer alguma coisa com eles (lá da favela)... [expressa no olhar que ficaria muito triste caso alguma coisa de ruim acontecesse aos vizinhos da favela onde moravam]. Um dia veio por SEDEX na casa onde morava uma caixa contendo vários materiais escolares, ficou muito contente.

Também depois que a mãe morreu entendeu que tinha várias segundas mães. Com relação aos amigos antes do internamento, considera que lhes davam altos conselhos e ajudavam na questão financeira. Não possui endereço fixo no momento da realização da pesquisa. Nem sempre esteve matriculado em escola e parou de estudar na sexta série do ensino fundamental, quando estava com treze anos. Parou de estudar por que brigava na escola e todos brigavam com ele por isso.

Reclama também que a professora de inglês era muito chata. Embora tenha tentado retornar duas vezes, acabou desistindo de estudar. O diretor da escola ligou para a avó para verificar por que não estava indo pra escola. Chamou o Conselho Tutelar, mas ele já estava internado por 45 dias. Sabe ler e escrever e gosta de ler, mas não tanto de escrever. A partir dos treze morou com uma avó. A avó era muito rígida. Não podia ter tantos amigos, não podia ir aonde quisesse. Fugiu da casa da avó com treze anos. Foi para São Paulo, de lá, foi para Goiânia. Pegou carona, queria ir pro Rio, mas não deu muito certo.

Em São Paulo, dormia com o pessoal da rua (maloca) na Rua Sete de Abril. O pessoal ajudava. Ficou na casa de uma mulher por um mês. Voltou pra rua. Havia tendas – um local com toalhas, shampoo, etc... perto da cracolândia, em frente à estação da luz.

Começou a fazer pequenos furtos. Comenta ter ficado em Taiguara, no Lar Vitória, Carrapicho, Moca, Complexo Brás, tinha atendimento psicológico e tratamento de saúde. Foi internado em São Paulo numa instituição que chama de “WAI 17”. Ficou lá 43 dias, saiu a sentença. Saiu de lá com 50 dias. Tinha que ficar internado no CENSE uma ano e meio, porém o juiz falou que se voltasse a viver com a família, a medida seria Liberdade Assistida – LA. Voltou então para a casa da avó no Paraná. Pegou uma semi-liberdade. Referente às memórias, lembra-se de que quando estava na Moca, namorou uma menina de Apiaí – a madrasta estava entrando com o pedido de guarda. A menina era muito espancada. Também conheceu outra menina, e lembra-se de uma outra com a qual namoraram por um tempo, era usuária de crack mas diferente, por que era bem limpinha, era linda.

De acordo com a percepção de Roger, seus hábitos e pensamentos mudaram. Na rua, “você tem que dormir com um olho fechado e o outro aberto”. Senão você acorda se tá pegando fogo e nem sabe por quê? “Nunca tive medo porque eu conhecia as pessoas que moravam comigo”. Se roubar do grupo é excluído, vai ter que ir pra outro lugar. “No entanto, às vezes, o próprio morador de rua te assalta”.

Ao voltar para o Paraná, comenta que o acesso a armas é mais fácil do que em São Paulo. As pessoas no Paraná julgam muito pela aparência. Como a família sempre ensinou hábitos de higiene considera que andava sempre limpinho e que ninguém percebia que ele era morador de rua. Quando a pessoa deixa a gente se aproximar e conversar, ela perde o medo.

Sobre as drogas, comenta que dos treze para os catorze anos fez uso de cocaína, os caras de maior idade ofereciam. Ficava “expiado”. “Achava que as pessoas estavam querendo fazer alguma maldade pra mim”. Recorda-se de que uma vez tentou arrumar um emprego, pra arrumar o estoque de uma bomboniere. Não deu certo. Não sabia mexer com a coisa. O salário era muito pouco R\$ 300,00. Acabou parando. Hoje consegue separar a brincadeira do que é sério. Comenta que caiu quatro vezes por infração ao artigo 157, embora

considere que o correto deveria ter sido 155. No CENSE reclama da alimentação e do banho gelado nos dias frios de Curitiba.

Observa-se que embora as narrativas produzidas pelos socioeducandos cumpram com a função comunicativa, a inadequação vocabular e os desvios à norma culta da Língua Portuguesa permitem nitidamente perceber as lacunas no processo de formação e letramento. A falta de escolarização formal por um tempo maior tal qual previsto já na Constituição Federal de 1988 constitui-se num fator não somente de violação de direitos, mas principalmente intensificador das violências que podem ser minimizadas por meio da educação formal, que oferece aos sujeitos cognoscentes a transcendência do espírito e da mente a patamares civilizatórios mais elevados. A CF/88, ao tratar da Educação, da Cultura e do Desporto, traz no art. 208 o dever do Estado com a educação, cujo cumprimento deverá ser efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

A escolarização dos internos ilustra que fica a desejar mais uma vez o cumprimento da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade, alterada pela lei nº 11.274/2006, em seus artigos 29, 30, 32 e 87. "Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão", (...) As alterações da lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, traz inovações importantes por meio da lei nº 12.796 de 2013, quando por força de lei torna a educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos.

Ao elaborar-se o texto a partir das narrativas e do questionário, referentes aos adolescentes internos no CENSE, percebeu-se a necessidade de não mencionar detalhadamente os ambientes por onde os adolescentes transitaram, tendo em vista à possibilidade de identificação. A questão referente à naturalidade, os locais mencionados foram Guarapuava, Bocaiúva do Sul, Matinhos, Campina Grande do Sul e Curitiba, aleatoriamente.

Com relação ao local onde moraram antes de cumprimento de medida socioeducativa, verifica-se que o CENSE é constituído por adolescentes

provenientes de várias localidades. Os locais mencionados foram: Na Rua 7 de Abril, perto da cracolândia – SP. Taiguara/SP. Lar Vitória/SP. Carrapicho/SP. Moca/SP. Complexo Brás/SP. WAI-17/SP. Casa do Piá. Chácara dos Meninos de 4 Pinheiros. Casa do Piá I. Casa do Piá II. Casa do Piá III. República do Piá. Casa alugada com os amigos. Instituição de Acolhimento – Casa-Lar. Casa própria com a família. Casa alugada. Praça Tiradentes.

Os adolescentes entrevistados se reportam com muito afeto aos profissionais que atuam nas instituições de acolhimento. Um deles comenta que era tratado por esses profissionais como se eles fossem pai e mãe, devido à demonstração de carinho e cuidado intensos. Também há um relato de um adolescente que, embora fosse morador de rua, sua autoanálise lhe indicava que não tinha características de morador de rua, por que estava sempre limpo e com roupas boas. “Havia as tendas nos locais onde eu ficava as pessoas que moram nas ruas vão lá pra tomar banho, ganham comida, sopa, café e roupas, se quiser, pode ficar limpinho”.

Com relação à autopercepção, este adolescente considera que era fácil se relacionar com as pessoas na rua, fazer amizades e arrumar namoradas. “Elas nem desconfiavam que eu era morador de rua, se eu não falasse”. Expressa-se muito bem e sua aparência física se assemelha a de um estudante comprometido com as leituras e as responsabilidades requeridas para ser considerado um bom aluno. Dedicar-se à leitura e no seu discurso fica claro o quanto por meio do ato de ler há uma transformação que vai muito além do expressar-se bem, mas como muda a forma de ver o mundo e representar os fenômenos da existência. Embora ele tenha familiares, comenta que não se sente muito bem com eles. Julgam-no com o olhar e a forma de tratá-lo. Prefere a liberdade das ruas e o inusitado que pode acontecer a cada momento. “Nunca se sabe o que está por vir”. “Às vezes alguém te paga um almoço da hora<sup>52</sup>, às vezes te dão dinheiro pra comprar lanche... às vezes te dão brinquedos, materiais de escola... É muito legal”!

---

<sup>52</sup>“Da hora” é uma expressão coloquial utilizada para se referir a algo muito bom.

## 6. REFLEXÕES A PARTIR DAS NARRATIVAS DOS ADOLESCENTES ARTICULADAS AO MODELO BIOECOLÓGICO

Em se fazendo correlações com o modelo bioecológico e o discurso dos participantes destes estudos, é fundamental salientar a fragilidade ou ausência de referência parental familiar positiva, atuante e responsiva. Os símbolos perceptíveis ao longo do desenvolvimento da infância se sintetizam em alguns signos como fome, miséria, falta de roupas, de materiais escolares, de alimentação, de vaga em creche, de tolerância por parte dos profissionais da escola. Nos microssistemas imediatos, percebe-se preconceito, discriminação, inferiorização e exclusão de possibilidades de um desenvolvimento saudável.

A ociosidade, a falta de atividades orientadas que direcionem o tempo da existência para uma formação humana integral leva à convivência com outras crianças e adolescentes em condições vulneráveis, com persuasão e facilidade extrema de acesso a cigarros, drogas, álcool e armas de fogo. Cabe retomar com Bronfrenbrenner e Evanz, 2000, que os processos proximais estabelecidos com pessoas nos diversos microssistemas podem produzir dois tipos de efeitos que contribuem para os resultados evolutivos desenvolvimentais: O primeiro se refere ao efeito de competência para aquisição de certos saberes e ao desenvolvimento de habilidades, com repercussão na autonomia para conduzir e direcionar o próprio comportamento. O segundo efeito é o da disfunção, manifestação frequente da dificuldade em manter o autocontrole e a integração comportamental em variados domínios do desenvolvimento. A intensidade emotiva nos processos proximais consequencia nos resultados, que podem fortalecer a competência ou a disfunção:

Os resultados da competência ou da disfunção dependem da exposição aos processos proximais, que podem variar ao longo de cinco dimensões: duração do período de contato, frequência do contato ao longo do tempo, interrupção ou estabilidade da exposição, "*timing*" da interação e força do contato. Dessa forma, pode se compreender os resultados evolutivos, em um determinado estágio do desenvolvimento, como uma função conjunta do processo, das características da pessoa, da natureza do ambiente imediato em que vive, da intensidade e da frequência em relação ao período de tempo durante o qual foi exposta ao processo proximal e ao ambiente em que ocorreu. Além disso, há que se considerar os fatores

genéticos que são interdependentes de todos os processos e fatores já descritos anteriormente. BRONFRENBERGER; EVANS, 2000, ( *apud*, NARVAZ; KOLLER, 2005, p. 59).

A convivência com amigos, familiares, pessoas que vivenciam situações de risco social no plano individual e coletivo produzem os processos proximais na medida em que os adolescentes se sentem acolhidos e suas ações valorizadas por quem está compartilhando as experiências de vida, dando-lhes “força” para agir de determinada maneira diante de situações adversas. O conceito de força pode ser considerado intuitivamente como sinônimo de energia, empoderamento, intensidade utilizada para modificar o estado de repouso ou dinâmico de um corpo. Quando a expressão valorativa de uma pessoa fortalece a outra para determinadas ações, entram em movimento esquemas mentais de representação dos fenômenos vivenciados previamente construídos, que interagem com as características biopsicológicas, as aptidões genéticas individuais e antecedem à tomada decisão para o agir.

A interdependência e a coexistência intensificam o sentido do compartilhar e conviver, podem impulsionar a sensação de completude e bem-estar, o ser humano é interdependente e necessita da sensação de pertencimento, acolhimento para fazer convergir sua humanidade com o outro e sentir-se alguém inserido, pertencente a um determinado *ethos*<sup>53</sup> cultural. Para além da inteligência cerebral, existe outra, extra-cerebral, com raízes bem fundas na afetividade e no envolvimento social, cujas ramificações produzem a seiva necessária para a construção das infraestruturas internas e o fortalecimento da capacidade de resiliência. Poder-se-ia dizer que esse processo de construção dos recursos internos para lidar com a adversidade estaria ligado a um nível ôntico da existência, a serviço, porém, de um fim sócio-ontológico – a manutenção da vida individual e coletiva, da essência do ser-no-mundo.

A falta uma autonomia eticamente edificada que ofereça subsídios internos para a construção da resiliência se constitui num agravante que pode

---

<sup>53</sup> De acordo com dicionário on-line, *Ethos* é uma palavra com origem grega, que significa “**caráter moral**”. É usada para escrever o conjunto de **hábitos ou crenças** que definem uma comunidade ou nação. A nível de sociologia e antropologia, o **ethos** são os **costumes** e os traços comportamentais que distinguem um povo. Por exemplo, **ethos** dos indianos. Disponível em: <http://www.significados.com.br/ethos/> (Acesso em 08/10/2014).



reforçar a ação infratora como intensificadora do senso de pertencimento a um determinado grupo, em ambientes que constituem o senso da projeção da identidade e da sincronia entre o “eu” e a “territorialidade”. Outros símbolos presentes no universo da vulnerabilidade podem ser o “dinheiro fácil”, imediatismo, marcas famosas e ostentação. Objetos e símbolos disseminados pelos diversos meios de comunicação de massa que constituem o universo multimidiático e influenciam diretamente na construção do “Ser” escravizado para servir ao Deus Mercado, ser que se sente reconhecido, valorizado e considerado a partir dos valores materiais que constituem o “ter”, muitas vezes a qualquer custo, e o “ostentar”.

La Boétie (2009), ao iniciar suas reflexões sobre a liberdade em “A Servidão Voluntária”, revisita Homero por meio da fala de Ulisses, quando este arditoso guerreiro de toda epopeia grega propõe que seria melhor assujeitar-se a um Senhor, ainda que reputado como mau, do que ter de se submeter a vários. Ulisses horrorizado também percebe e delata o absurdo da facilidade com que as sociedades se submetem a apenas um Tirano, atitude voluntária outorgada pelos próprios oprimidos, que empoderam e legitimam as relações de poder e as forças enclausurantes da tirania.

Os homens se permitem ser escravizados, na voz reflexiva e apassivadora do sujeito, pois a partícula “se” neste enunciado implica uma ação por parte de um sujeito que age sobre o verbo e ao mesmo tempo recebe esta ação, porém a ênfase para a construção do sentido neste enunciado recai sobre a passividade do sujeito. Este seria o hiato entre a liberdade e a escravidão. Ao agir passivamente em condescendência com o tirano, a existência se circunscreve na limitação construída pelo próprio indivíduo, que se doa completa e volitivamente ao domínio tirânico, passando a incorporar o modo de ser tirânico.

A tirania vivenciada nas relações do sujeito com o mundo externo, nas trocas inter-psíquicas, passa a ser processada e autorregulada no campo intra-psíquico. Caberia talvez aos educadores e socioeducadores incentivar o educando para o autoconhecimento, para ressignificar o tirano absorvido que se impõe e o posiciona enquanto servo subjugado a partir da miríade do Senhor Mercado que, invasivo e avassalador, torna-se fonte inspiradora para o

exercício de uma pseudo-liberdade, em nome da qual os sujeitos humanos são assujeitados e submetidos à escravidão e às múltiplas formas de manipulação.

Sob a ilusória crença de ser livre e senhor de si, heteronimamente, o indivíduo, acreditando-se autônomo e emancipado, dificilmente percebe o campo nebuloso da invisibilidade no qual passivamente seu querer se condiciona em condescendência com o tirano, a existência se robotiza na limitação construída pelo próprio indivíduo, que se doa completa e volitivamente ao domínio tirânico, passando a incorporar o modo de ser tirânico.

O direcionamento de seus desejos de grandes realizações é construído a partir do olhar contemplativo do outro, ao valorizá-lo de acordo com os títulos hierárquicos meritocraticamente conseguidos, do poder aquisitivo e da condição ambicionada, inesgotável e irrealizável do TER. De todas as formas persuasivas, pode-se considerar que a mais perigosa é a coação interna, acolhida pelo indivíduo em pleno exercício do livre arbítrio, ela vai invisivelmente se constituindo nas funções psicológicas superiores, é estruturada e legitimada como racionalidade.

A tecnologia e os avanços que constituem a era da mobilidade, da conexão, modificam a forma de ser, edificar e se relacionar no mundo. As ansiedades para satisfazer os apelos à busca de satisfação para o vazio que o tédio da vida por vezes enseja, a busca pelo prazer do existir, pelo desejo insano do consumo provocam o afastamento dos familiares e o distanciamento dos processos que eram para ser proximais. O convergir da humanidade provocado nas interações físicas face a face, no toque do abraço, no afeto e no calor humano ficam comprometidos. As redes virtuais ganham espaço e avassaladoramente modificam as relações sociais. O desejo de ter acesso a tablets, smartphones, equipamentos móveis inovadores, jogos de vídeo-games, roupas de marca, óculos, tênis, dentre outros constituem os ícones do momento ostentação divulgado constantemente pela indústria cultural. Simbolizam a tirania que cega, oprime, escraviza e supera em muitos casos a edificação fragilizada da resiliência para redimensionar competências e superar disfunções.

Outras situações adversas percebidas nos processos proximais que intensificam a hospedagem da tirania e da coação interna estão intrinsecamente

relacionados a comportamentos negligentes e omissos; banalização da violência; falta de agir com responsividade por parte dos adultos; falta de um período estável da frequência do tempo dos familiares para a convivência e a interação, de tempo dos profissionais para refletir sobre sua prática, de reciprocidade, convivência com colegas que vivem em condições de risco; falta de articulação das redes sociais e comunitárias.

O modelo bioecológico mencionado nesse trabalho traz para reflexão sobre o desenvolvimento humano a pessoa, o processo, o contexto e o tempo (PPCT). O Tempo é analisado em três níveis: o microtempo, “refere-se à continuidade e à descontinuidade, observadas dentro de pequenos episódios dos processos proximais” que, para terem efetividade devem ocorrer com uma frequência de tempo regular, por meio da interação recíproca. “O mesotempo refere-se à periodicidade dos episódios de processo proximal através de intervalos maiores de tempo como dias e semanas, sendo que os efeitos cumulativos destes processos podem produzir resultados significativos no desenvolvimento”. (...) O macrotempo abarca as expectativas e os eventos em mudança dentro da sociedade através de gerações, bem como a forma como estes eventos afetam e são afetados pelos processos e resultados do desenvolvimento humano dentro do ciclo de vida. (NARVAZ; KOLLER, 2011, p. 62).

A multidimensionalidade do tempo requer reflexões sobre os processos internos do desenvolvimento no plano intra-psíquico. O tempo de vida vivido, das maturações cognitivas, mediadas pelo processo proximal com a qual a criança vai construindo díades. A frequência com que a criança se relaciona com as demais pessoas de convivência nos mais diversos ambientes de interação contribui para apropriação dos signos culturais que cada indivíduo traz enquanto sujeito heteroglóssico, constituído a partir da interação de múltiplas vozes com as quais foi construindo novas estruturas de pensamento.

Neste sentido, é interessante pensar na disponibilidade do tempo das pessoas envolvidas, a sinergia do trabalho implicado na interação, na busca por cooperação harmônica para cujo encontro dialógico, cooperativo no plano mental, e coesivo de ideias e ideais (co) construídos. Oportuno considerar também o tempo de maturação psicológica das pessoas interagentes no processo desenvolvimental.

---

O tempo histórico de uma nação interfere e afeta diretamente todos os habitantes que coexistem no mesmo espaço. Do passado para o presente, a história que compõe o cenário político, geográfico, econômico e sociocultural vai simultaneamente interferindo na história de vida de cada um.

### **Vislumbrando os Macrossistemas**

Não bastasse haver em número insuficiente unidades de saúde e hospitais próximos a áreas de ocupação irregular, em especial nas regiões metropolitanas, em número insuficiente, verifica-se a fragilidade desses sistemas com relação à oferta de odontologistas, pediatras, ginecologistas, psicólogos, psiquiatras, terapeutas, profissionais do campo da medicina. Os usuários têm que esperar meses para conseguir uma consulta com especialistas e ficar em filas enormes de espera para a realização de exames solicitados. Há, outrossim, uma carência de atendimento psicossocial à família do usuário e/ou dependente químico. Não raro, muitas pessoas desistem de dar continuidade a tratamentos requeridos por especialistas.

Percebe-se a falta de uma cultura que reconheça as potenciais possibilidades para o tratamento da drogadição por meio de apoio dos profissionais da área da saúde. O usuário ou dependente químico ainda sofre os efeitos repressores e moralizantes de uma cultura arraigada pelo preconceito, discriminação e criminalização. É comum ouvir-se relatos de alunos sobre a falta de atendimento no pronto-socorro local quando algum irmão, primo ou colega leva um tiro e busca atendimento. *Parece que eles(os profissionais do pronto-socorro) adivinham quando a pessoa atirada tá envolvida com drogas, eles deixam morrendo no chão lá fora, mesmo vendo que a pessoa tá morrendo, dizem que tem outros na frente, e a pessoa às vezes morre logo depois que chega, às vezes leva quatro cinco horas. Meu primo levou quatro horas e meia esperando atendimento. A família acha que se talvez tivesse sido atendido, quem sabe, mas como ele tava no mundo das drogas. Também quem mandou ele entrar, ele já sabia.* Relata uma mãe participante.

Segundo ela, quando a pessoa que levou um tiro dá entrada no pronto-socorro, a recepcionista liga para a delegacia e pede informações, se já tem

passagem por delegacia, algum registro de ocorrência, possivelmente em se verificando que tem a “ficha suja”, o tratamento é feito com descaso mesmo. *“Ouvi de um policial que isso, de certa forma, facilita o trabalho da polícia – é um a menos”*, finaliza.

Com relação à assistência social, são ofertados nas regiões metropolitanas os Centros de Atenção Psicossocial que oferecem um acompanhamento psicológico, psiquiátrico e atenção social, bem como possibilidades de reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários, Centros de Referência da Assistência Social CRAS e os Centros de Referência Especializados da Assistência Social CREAS.

Apesar da oferta, a demanda por atendimento é tamanha que os familiares ficam de quatro a cinco meses com o nome da criança ou do adolescente vitimizado, em situação de risco à saúde e às vezes à vida, aguardando na enorme lista de espera para que um atendente entre em contato por telefone quando conseguir agendamento. Isso se verifica mesmo em casos de aliciamento de crianças e adolescentes comprovados mediante boletim de ocorrência, exame de corpo de delito, exame toxicológico, nos quais o Conselho Tutelar aciona a família para que cumpra com a ordem da promotora de proceder-se a “x” sessões com profissional da área de psicologia do CREAS.

No âmbito escolar, verifica-se que especialmente nas regiões metropolitanas, segundo a fala de diretores, vice-diretores e pedagogos, a maioria das vezes que se chama a patrulha escolar, os policiais estão ocupados atendendo a situações consideradas mais graves. Não há carros o suficiente da patrulha escolar e nem o número de policiais necessários para atender às demandas existentes. Por outro lado, policiais da patrulha alertam para o fato de que a escola precisa se organizar para trabalhar questões de indisciplina de natureza pedagógica por meio de ações educativas, e procurar não confundir com atos considerados infracionais.

Com relação ao trabalho de segurança realizado pela polícia militar, percebem-se muitas fragilidades que precisam ser superadas em termos de formação e construção da resiliência destes profissionais. Relatos de adolescentes e jovens revelam a carência na formação de alguns desses

profissionais quando abusam do poder ao fazer batidas policiais e revistar os jovens que ficam no entorno da escola, às vezes gazeando aulas ou devido ao fato de não poderem entrar por chegar atrasado ou estar sem uniforme. Reclamam que ao ficarem na posição de revista policial os policiais “dão cacetadas com toda força” nas pernas. Xingam e falam palavrões. Encostam as pistolas na cabeça ameaçando atirar ainda que já estejam em posição inofensiva que não ofereça a mínima resistência.

A segunda mãe participante com um filho internado em um CENSE também desabafa que quando percebeu o envolvimento de seus filhos com armas e drogas, ficou sem saber pra quem recorrer. “Como podemos pedir ajuda da polícia, se lá no beco onde meu filho conseguiu arma emprestada e se envolveu com as drogas o policial vai lá pra fumar crack junto com eles e ainda levar algum dinheiro...”. Em estudos sobre a “Resiliência na Formação do Policial Militar”, Blasius, (2012) apresenta considerações importantes para se pensar sobre o currículo do Curso de Formação de Soldados (CFSd) da PMPR. Em nota de rodapé, refere-se à resiliência “enquanto modo eficaz e adequado de mostrar-se íntegro, apesar da exposição às pressões” (BLASIUS, 2008, p. 16).

As mudanças são necessárias e urgentes. No indivíduo PM e na PMPR. A evidência de fatores éticos, morais e humanos devem estar presentes de forma direta, evidente e tácita na formação do PM. Para o PM o conceito de resiliência na sua formação deve ir além da capacidade que tem o colete balístico de elasticidade para evitar que um projétil o transfixie. O conceito de resiliência para um PM deve estar dentro de si, deve ser significativo, presente, externalizável, utilizado e vivido quando assim necessitar. E esse é o desejo dos instrutores que atuam no CFSd. É um bom começo mas precisamos avançar. (BLASIUS, 2008, p.78).

Programas de proteção integral precisam produzir efeitos na vida prática para que se efetive o Sistema de Garantia de Direitos. A falta de formação para a prevenção, por parte dos familiares e profissionais envolvidos no desenvolvimento humano levam à perpetuação de violências e violações.

Devido à falta de conhecimento a respeito do abandono material e intelectual, das obrigações dos pais e da família e dos direitos das crianças e dos adolescentes, muita adolescente e jovem, por se envolverem com as drogas, são excluídos da convivência familiar, da escola, das casas dos amigos, dos familiares, ações de marginalização que produzem o efeito contrário do que deveria acontecer.

Quando o individualismo impera e princípios fundamentalistas cristalizados não permitem abertura para a busca de ajuda, percebe-se que filhos são expulsos de casa, sob a justificativa de que não aprenderam os ensinamentos dos familiares, estudantes são sumariamente expulsos da escola por meio da violência simbólica, psicológica, da violação dos direitos, à revelia da inclusão das diversidades humanas.

Os autores Câmara, Tambellini e Roselli-Cruz, 2010, trazem no resumo do artigo intitulado: “Trabalho, abuso de drogas e os aparelhos ideológicos de Estado: um estudo com alunos do ensino médio e fundamental”, dados importantes que situam a Região Nordeste com 6% da população em situação de abuso de drogas, Sudeste e Sul com 5% e Região Norte com 2%. Os estudos revelam a precocidade com que crianças utilizam drogas pela primeira vez, com a idade entre 11 e 15 anos em todas as regiões e a maioria no ensino fundamental. Tendo em vista os estudos realizados no CENSE, a constatação verificada na pesquisa se assemelha aos dados coletados, haja vista que, de acordo com o professores, a maioria dos adolescentes internos no CENSE não concluiu o ensino fundamental, pararam de estudar prioritariamente em função do uso e abuso de drogas.

Outros dados de extrema relevância na pesquisa realizada pelos pesquisadores se referem ao fato da escola ser considerada em primeiro lugar como microssistema de apoio para o enfrentamento do uso de drogas, sendo a religião a segunda instituição mais procurada para pedir-se socorro. Há um forte indicativo de que a religião é uma instituição que se constitui num microssistema considerável, haja vista a quantidade de fieis que frequentam instituições religiosas, configura-se a igreja como disseminadora de opiniões, crenças, valores morais e éticos.

Se padres, pastores e demais lideranças religiosas fossem oportunizados a participarem de formação em e para Direitos Humanos,

visando a fortalecer o exercício da cidadania, por meio de projetos educativos voltados para esse segmento da população considerado de grande importância para a edificação das subjetividades de milhares de fieis que transitam no espaço destinado aos cultos religiosos, certamente pactos civilizatórios poderiam estar sendo co/construídos a partir de parcerias entre a rede de proteção e representantes de instituições religiosas. Para tanto, projetos de pesquisa científica poderiam contribuir para propositura de políticas públicas voltadas para a formação das lideranças religiosas. Essa seria uma atitude política que pode trazer profícuas transformações.

O desabafo da segunda mãe participante revela o quanto muitos familiares de crianças e adolescentes que começam a fazer o uso de entorpecentes ficam perdidos sem saber a quem recorrer.

Quando a mãe ou algum outro familiar percebe o envolvimento do adolescente ou do jovem com o uso de drogas, o lugar primeiro mais procurado para ter esclarecimento é na própria família, esta família então precisa estar preparada, esclarecida, formada, informada para lidar com essa demanda. Na caracterização da busca de ajuda e esclarecimentos para evitar o abuso de drogas, segundo possibilidades sugeridas, evidencia-se a primazia da “Busca de Esclarecimentos” no contexto familiar. A igreja aparece em segundo lugar e a escola em terceiro. Já com relação à busca de ajuda, vem a escola, a família e a mídia sucessivamente, conforme o quadro a seguir:



## QUADRO 12 - CARACTERIZAÇÃO DA BUSCA DE AJUDA E ESCLARECIMENTOS COM RELAÇÃO AO USO DE DROGAS.

**Tabela 6: Caracterização da busca de ajuda e esclarecimentos para evitar o abuso de drogas, segundo possibilidades sugeridas. Brasil, 2000 a 2003**

	REGIÕES				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	TOTAL
<b>Busca de Esclarecimentos</b>					
Escola	3.428 (12%)	4.007 (22%)	702 (17%)	2.638 (16%)	10.775 (16%)
Igreja	4.478 (15%)	4.101 (23%)	1.064 (25%)	3.668 (22%)	13.311 (19%)
Família	5.421 (18%)	6.564 (36%)	1.432 (34%)	6.136 (37%)	19.553 (29%)
Médico	5.789 (20%)	1.384 (8%)	414 (10%)	1.750 (10%)	9.337 (14%)
Polícia	4.203 (14%)	751 (4%)	167 (4%)	828 (5%)	5.949 (9%)
Outros	4.993 (17%)	274 (2%)	113 (3%)	361 (2%)	5.741 (8%)
Não informou	1.074 (4%)	890 (5%)	305 (7%)	1.275 (8%)	3.544 (5%)
<b>Busca de Ajuda</b>					
Escola	9.493 (33%)	5.902 (33%)	1.247 (30%)	5.128 (31%)	21.770 (32%)
Igreja	5.373 (18%)	1.897 (11%)	316 (7%)	1.512 (9%)	9.098 (13%)
Família	5.920 (20%)	4.445 (25%)	876 (21%)	3.812 (23%)	15.053 (22%)
Mídia	5.021 (17%)	3.425 (19%)	971 (23%)	3.123 (19%)	12.540 (19%)
Polícia	2.092 (7%)	1.171 (6%)	464 (11%)	1.866 (11%)	5.593 (8%)
Outros	561 (2%)	864 (5%)	195 (5%)	966 (6%)	2.586 (4%)
Não informou	926 (3%)	267 (1%)	128 (3%)	249 (1%)	1.570 (2%)

FONTE: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312010000100012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312010000100012&script=sci_arttext)

Conforme os dados apresentados por Câmara, Tambellini e Roselli-Cruz, 2010, no quesito “Busca de Ajuda”, presente no segundo quadro, evidencia-se que a escola é o primeiro microssistema no qual a família vai pedir ajuda quando percebe o envolvimento de drogas por parte da criança e do adolescente. Na região Sul do Brasil, 31% dos participantes da pesquisa declararam que recorrem às instituições de ensino, local onde os filhos estudam. Isso permite inferir a importância de todos os profissionais que atuam na educação estarem familiarizados com discussões que considerem as possibilidades potenciais de um trabalho dignamente humano, de credibilidade humanitária, para o apoio necessário tanto à criança, ao adolescente envolvido com questões referentes à drogadição, bem como a família cujos laços interativos são imprescindíveis para o sucesso no tratamento à drogadição.

Outrossim, esses profissionais precisam estar engajados e terem sido instrumentalizados a respeito dos macrossistemas construídos para contribuir com o SGD. Devem saber orientar os pais a procurarem apoio em postos de saúde, em Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS e demais

instituições edificadas para assegurar um desenvolvimento humano sustentável para todos e todas.

A experiência da pesquisadora como professora da escola pública há 17 anos revela que ainda há muito por fazer em termos de políticas educacionais voltadas para a reforma do pensamento, a formação, bem como para recursos pedagógicos e infraestrutura. As escolas estaduais, especialmente as localizadas nas Regiões Metropolitanas de Curitiba, carecem de muitos subsídios tecnológicos para que o professor consiga planejar uma aula mais dinâmica para além do giz e do quadro-negro. Urge reconfigurar concepções sobre a ação formativa na perspectiva inclusiva da diversidade humana para que a pessoa com a qual díades são construídas possam retroalimentativamente construir novas díades, tétrades, etc...

### **A Pessoa: Os reflexos do meso- e do cronossistema**

Ao apresentar um paradigma ecológico para o desenvolvimento no contexto, Bronfrenbrenner, 2011, retoma a fórmula clássica de Kurt Lewin (1935), quando considera que o comportamento consiste de uma função aglutinada da pessoa com o ambiente –  $C=f(PA)$ . A dimensão do tempo no desenvolvimento humano é definida como *o fenômeno de constância e mudanças das características da pessoa ao longo do seu ciclo vital*. Após reconsiderar a fórmula e revisá-la, emerge uma provocativa substituição na qual o desenvolvimento é uma função articulada da pessoa com o ambiente.  $D=f(PA)$ . (Ibidem, p.139).

A pessoa é considerada como agente ativo que contribui para seu desenvolvimento. Correspondentemente, as características pessoais são distinguidas no seu potencial para evocar segundo a resposta de alterar ou criar o ambiente externo, influenciando o percurso subsequente do crescimento psicológico da pessoa. Como esses potenciais ativos simultaneamente envolvem aspectos cognitivos, socioemocionais e motivacionais, a separação tradicional entre as capacidades cognitivas, de um lado, e as qualidades de temperamento e personalidade, do outro, não se mostram adequadas para esta área interativa (BRONFRENBRENNER, 2011, p. 151).

Percebe-se nos adolescentes que contribuíram para essa pesquisa o quanto a força das relações interpessoais são determinantes e intensificadoras de suas ações. É notável a carência de relacionamentos afetuosos com pessoas acolhedoras e responsivas cujas subjetividades tenham sido edificadas sob a égide um paradigma ético de respeito às liberdades individuais e ao direito de ir, vir e existir do outro, especialmente na fase de transição a qual os adolescentes estão passando. Esta fase do ciclo vital demanda muita atenção por parte dos familiares, profissionais das escolas, atores sociais presentes nas comunidades religiosas, vizinhos e demais pessoas com as quais os adolescentes se relacionam direta ou indiretamente.

Nas considerações realizadas por todos os participantes destas investigações, a representação da droga na vida dos adolescentes internos tanto na condição de usuários como nas relações comerciais, constitui uma categoria a ser ainda muito debatida na academia e nos cursos de formação continuada para profissionais do setor da educação, da socioeducação, da saúde, da segurança, do direito, dentre outros que interagem diretamente na formação de crianças e adolescentes, visando a práticas de prevenção e redução de danos.

Ao considerar as características da pessoa, percebe-se que são produtoras e produtos que atuam e influenciam no desenvolvimento e nos processos proximais. Essas características são consideradas a partir de três grupos: força, recursos e demandas. A força se refere a características geradoras, que “envolvem orientações ativas, tais como a curiosidade, disposição para engajar-se em atividades, repostas a iniciativas de outros e senso de autoeficácia”. Também a força pode se referir a características disruptivas ou desorganizadoras, que envolve “as dificuldades da pessoa em manter o autocontrole sobre seu comportamento e sobre suas emoções, encontrando-se aqui características como apatia, desatenção, insegurança, timidez excessiva, impulsividade, irresponsabilidade e tendência a comportamentos explosivos” (NARVAZ & KOLLER, 2011, p. 60).

Os recursos envolvem deficiências, que podem ser física ou mental, as competências e as demandas, que são “atributos capazes de incitar ou impedir reações do ambiente social, inibindo ou favorecendo o desenvolvimento dos processos proximais no crescimento psicológico”, (*idem*), por exemplo,

aparência física, comportamentos ativos ou passivos, idade, gênero e etnia, dentre outros. (...) A hereditariedade, no novo modelo bioecológico, passa a ser elemento chave, pelo qual os processos proximais são vistos como os mecanismos através dos quais genótipos se transformam em fenótipos.

As demandas das pessoas versam sobre aspectos que podem estimular ou desencorajar processos proximais, as potencialidades genéticas podem ser fortalecidas no ambiente social ou inibidas. Seria possível inferir então que se a criança traz na sua herança genética predisposição inata ao uso de substâncias entorpecentes e propensão à agressividade, ao desequilíbrio dos instintos primitivos quando sobrepõe à racionalidade, o ambiente social pode intensificar esses atributos ou inibi-los. “Condições e processos ambientais podem influenciar substancialmente o grau de hereditariedade, que será tanto maior quanto mais efetivos forem os processos proximais e, quando esses forem frágeis, a hereditariedade terá seu potencial reduzido”. Bronfrenbrenner & Ceci, 1994, (*apud* NARVAZ & KOLLER, 2011, p. 61).

Na tese de doutorado intitulada “Educação e prevenção ao abuso de drogas: limites e possibilidades”, Asinelli-Luz (2000) traz reflexões imprescindíveis para se pensar em uma educação voltada a práticas preventivas à saúde e ao desenvolvimento humano. Já no resumo destes estudos, a autora considera que: “A tese tem como premissa que a prevenção ao abuso de drogas é um processo de valorização e crescimento do ser humano que se antecipa aos problemas, procurando inibi-los, eliminá-los ou reduzir danos e, deve se dar, basicamente, pela educação. Portanto, um processo que tem como foco as pessoas e não as drogas” (ASINELLI-LUZ, 2000, p. 06).

A valorização da força das relações sociais, do diálogo, da cooperação, do tempo destinado à oitiva das crianças, dos adolescentes e jovens requer o envolvimento de todos e todas as pessoas adultas, na medida em que suas ações e/ou omissões afetam-nas bidirecionalmente. É importante observar o comportamento das crianças e dos adolescentes, “tanto as características determinadas biopsicologicamente, quanto aquelas características que foram construídas na interação com o ambiente contribuem para promover estabilidade e a mudança nas características biopsicológicas durante o ciclo vital”, (*op.cit*, p. 59), pois constituem progressivamente o desenvolvimento.

O desenvolvimento humano então, nessa perspectiva, precisa ser considerado do ponto de vista da hereditariedade e da concepção sociointeracionista imbricada na relação da pessoa com o ambiente. A escola constitui um espaço privilegiado que pode potencializar a capacidade de novas aprendizagens visando à transformação individual e coletiva de todos os envolvidos no ato interativo. Trata-se de um microsistema que precisa estar pautado como prioridade nas agendas de políticas públicas para o sistema educativo.

Embora a maioria das escolas tenha laboratório de informática, a lentidão da *web* não permite sequer ao professor que, no momento de sua Hora-Atividade, possa estudar utilizando a Internet, preparar atividades diferenciadas para seus alunos, ou fazer um curso de formação continuada na modalidade EaD on-line, pois o sistema cai o tempo todo. Uma parte significativa não vê função na Hora-atividade dentro da escola, devido à falta de estrutura, de salas para os estudos apropriadas, com espaços adequados para o planejamento das aulas. Também não há livros didáticos em quantidade suficiente para atender-se a todos os alunos.

O FNDE – Fundo Nacional do Desenvolvimento Humano enviou às escolas no início do ano livros didáticos de todas as disciplinas, quase metade dos alunos, especialmente do ensino fundamental, não receberam os Kits de livros, tornando o uso do livro um tanto complicado, pois toda a turma precisa ser atendida e tem direito de acesso aos saberes historicamente produzidos e elencados para compor o plano de trabalho docente. Situação similar foi percebida no sistema de ensino ofertado nas unidades socioeducativas.

### **Antagonismos e complementaridades: análise do conteúdo dos discursos dos participantes**

A importância de se trabalhar de forma articulada com os demais segmentos que constituem a rede de proteção deve ser salientada enfatizando a necessidade de se buscar uma UNIDADE, na qual todos os envolvidos tenham por objetivo canalizar as energias para fazer com que esses adolescentes criem resiliência, visando a superar as pressões adversas do meio social interno e externo à Unidade Socioeducativa. A representação

semiótica do termo “UNIDADE” também é verificada no texto de um dos professores que atua no PROEDUSE, quando ressalta a importância dos professores e dos socioeducadores se aproximarem para elaborarem planos de trabalho em conjunto, intensificando a cooperação de ideias, procurando ao máximo atingir o objetivo da socioeducação:

“As atividades pedagógicas docentes são de extrema relevância, por estabelecer vínculo e integração com os Educadores Sociais, ou seja, a cooperação e a parceria com a UNIDADE tornam os projetos educacionais mais efetivos” (PROFESSORA PARTICIPANTE A, 2014).

O conhecimento científico pode oportunizar o conhecimento de como eles tiveram a subjetividade erigida dentro de microssistemas desfavoráveis a um desenvolvimento humano saudável. Não se trata de simplesmente colocá-los na situação de vítimas a vitimizadores e por um viés determinista e fatalista encerrar as reflexões sobre seus percursos de vida com discursos que demonstram a impotência ao por um ponto final na máxima: “O homem é um produto do meio”. Há de se pensar as ações humanas a partir de circunstâncias efêmeras e transitórias, vivenciadas em determinadas conjunturas macrossistêmicas dinâmicas, em constante movimento.

É oportuno lembrar algumas célebres frase de Heráclito, considerado o pai da dialética, quando afirma que *Panta rei os potamós* (do grego *πάντα ῥεῖ*) - "Tudo flui como um rio" , *Tudo flui e nada permanece, tudo dá forma e nada permanece fixo. Você não pode pisar duas vezes no mesmo rio, pois outras águas e ainda outras, vão fluir.*<sup>54</sup>.

Outra questão importante abordada pelo diretor do CENSE se refere à amplitude das falhas governamentais, da família e da sociedade, “cujos efeitos negativos perduram anos”. No entanto, o diretor verifica que há muitos casos nos quais os adolescentes egressos do sistema ligam ou visitam os profissionais que atuam no CENSE com narrativas exitosas de sucesso na vida em sociedade, nas relações trabalhistas e familiares.

As palavras do diretor do CENSE vêm ao encontro de uma das considerações realizadas pela professora participante A, quando expressa a importância das ações educativas nos processos de escolarização formal aos

---

<sup>54</sup> Steven Savitt, *Being and Becoming in Modern Physics*, [Stanford Encyclopedia of Philosophy](#), 3/9/2013

quais a maioria dos adolescentes foram privados, por ação negligente ou omissão de todos os envolvidos no mesossistema com o qual interagem. Portanto, conclui a professora, “a escolarização dos adolescentes privados de liberdade e a prática pedagógica devem (re) significar ao mesmo tempo, favorecendo a inserção e a permanência bem sucedida na rede externa de ensino”.

No texto elaborado pelo Juiz participante, há a consideração do ECA enquanto Doutrina da Proteção Integral às Crianças e aos Adolescentes. Também há na concepção subjacente ao trabalho realizado para constituir as medidas socioeducativas de que devem estar *calcados nos aspectos pedagógicos e psicossociais*. Importa ainda observar que “verificada autoria do ato infracional, o adolescente maior de doze anos deveria ser encaminhado à Delegacia do Adolescente para lavrar o boletim de ocorrência. Na sequência os adolescentes devem ir acompanhados de seus pais ou responsáveis”...

Não é mencionado no texto do juiz participante o adolescente infrator que não tem uma família ou alguém que o represente, ainda que ciente se tratar de uma releitura do romance “Capitães da Areia”, que narra a história dos meninos de rua de Salvador da década de trinta. A afirmação do juiz com relação ao fato de que este adolescente tenha alguém que o represente parece ilustrar a recorrência de adolescentes que têm familiares, alguém responsável por eles que responda por seus atos, tendo em vista que não mencionou casos de adolescentes abandonados por familiares.

Isso pode indicar a complementaridade com algumas assertivas dos profissionais que atuam no CENSE, ao afirmar que a maioria dos adolescentes internos no sistema tem familiares, pais mães, avós, alguém responsável por eles. No caso se o menino não tem nenhum familiar, então o Conselho Tutelar é a instituição responsável pela representação.

Em visita ao filho interno realizada no domingo, uma das mães desabafa que “vários deles não têm ninguém”. As famílias parecem abandoná-los e não

os visitam, ou porque os familiares de adolescentes em conflito com a lei não os aceitam na família, ou porque moram longe da instituição e não têm recursos financeiros. Devido a isso, ela precisava levar sempre guloseimas a mais para que pudessem ser divididas com os demais, às escondidas, pois não é permitido dividir alimentos.

Em breves comparações das Unidades Socioeducativas com o Reformatório, o juiz explica que “inexistem no Brasil os antigos Reformatórios. Foram eles substituídos por Centros Socioeducativos, que não guardam qualquer semelhança com os antigos equipamentos, **mormente porque não são admitidas quaisquer corrigendas físicas**, por exemplo, pela indisciplina dos internos”. (*Grifo da pesquisadora*)

Na fala da primeira mãe participante, quando ia visitar o filho na delegacia, o mesmo contava que havia o que eles chamam lá dentro de “porquinho” – tortura física e psicológica. Na fala da segunda mãe participante: “No castigo na ala sete eles ficam sem colchão, eles levam de tarde e pegam cedinho. Lá são bem feio, eles sempre levam a pior. Eles sempre levam porque fazer o quê, eles são infratores... tão lá... eles têm que tá lá, pagar por isso mesmo, eles têm que pagar mesmo pelo que fizeram...”. [...] “lá ele já foi maltratado pela situação dele assim, mas não passou fome, ele engordou...”.

Em outro fragmento do texto do juiz, refere-se à assistência à saúde, menciona direito a cursos, aulas de informática. “*Demais disso, no Centros atuais há diversas atividades para a socioeducação (educação para a vida em sociedade) dos adolescentes sentenciados, tais como a frequência escolar, aulas de informática e de artes, prática de esportes e preparação para o mercado de trabalho, com o devido acompanhamento psicossocial, odontológico e médico*”.

Na percepção da segunda mãe do adolescente interno, o filho relata que há situações de adolescentes ficarem doentes por dias, sem o atendimento de um profissional da saúde. As falas das mães vêm na contramão do previsto em lei com relação ao atendimento médico. Situação semelhante ocorre no romance Capitães da Areia. Também a mãe o padre José Pedro têm um olhar diferenciado para o Reformatório e o tratamento dado aos



adolescentes, embora sejam notáveis as mudanças para a ressocialização.

A socioeducação é um dos avanços significativos presentes na fala de todos os profissionais entrevistados. Os professores consideram que o trabalho com os adolescentes é muito produtivo. Verifica-se que há TVs Multimídia em funcionamento, o professor pode utilizar vídeos e textos impressos sem ter que pagar por eles como ocorre em algumas escolas públicas do sistema aberto. No entanto, nem na fala dos adolescentes internos e nem na fala dos professores ou nos textos por eles produzidos é mencionada a existência de laboratório de informática para uso pedagógico.

O diretor da unidade socioeducativa considera que “dentre os mais agravantes estão a divergência de interesses políticos e o desconhecimento de um planejamento multiesférico de atendimento”. Essa preocupação também é demonstrada na palestra do padre Aginaldo Soares Lima, proferida no seminário organizado pelo Centro de estudos e aperfeiçoamento funcional CEAF, na ocasião do evento “Implementando o SINASE no Município: do Plano de Atendimento Socioeducativo à execução das medidas<sup>55</sup>”, bem como dos demais profissionais que se manifestaram neste evento. Retomando as palavras do diretor do CENSE participante: “Cabe à Comunidade Socioeducativa, responsável pela aplicação, execução e suporte da Medida, trabalhar em conjunto sob uma ótica multissetorial às várias esferas da vida do adolescente, família e comunidade” (Diretor do CENSE, 2014).

A unidade deve ser buscada quando se estabeleçam parceria entre as instituições que compõem a rede de proteção, visando à prevenção da incidência e da reincidência de ações infratoras.

Imperioso retomar o texto produzido pelo diretor do CENSE quando alerta para a importância de cursos de formação aos profissionais que atuam como socioeducadores, pois estão diretamente envolvidos com os adolescentes e passam o maior tempo com eles. Ambas as mães se pronunciaram afirmando que, dependendo do turno, do socioeducador que está trabalhando, o tratamento ofertado aos adolescentes internos é mais humanizado, dependendo do turno, o tratamento é de extrema violência e

---

<sup>55</sup>Seminário disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yig8rYIXHDQ> (Acesso em 12/10/2014)

violação, com a qual a mãe parece concordar: “eles tem que tá lá, pagar por isso mesmo, eles tem que pagar mesmo pelo que fizeram...”, referindo-se ao filho interno.

Esses fragmentos se antagonizam e se complementarizam com um trecho do texto do diretor do CENSE quando infere que: “Os servidores têm, ainda que em ritmo lento, entendido que o socioeducador não foi contratado para julgar, colocar-se enquanto vítima ou ser um justiceiro perante o infrator, mas sim para ajudar, direcionar e educar para ser um cidadão profícuo a si mesmo e para sociedade”. Cabe alertar que a competência para sentenciar é do juiz da vara da adolescência e da juventude, cabendo aos socioeducadores socioeducar, porém a forma de ingresso na profissão e a formação especialmente em direitos humanos precisa urgentemente ser reconsiderada.

Na mesma similitude de ideias o líder religioso se expressa salientando que a chave para a ressocialização está na formação dos profissionais envolvidos no processo formativo.

O último parágrafo do texto do diretor da unidade socioeducativa traz reflexões de suma importância para que todos os profissionais que atuam com esses adolescentes quando infere que: “a emoção por sua vez é o combustível, o trabalho somente acontece se os agentes envolvidos neste processo acreditam e dedicam-se a concretizar um trabalho com qualidade e sucesso” (DIRETOR DE CENSE, 2014).

As emoções como combustível para que sujeito aprendente cognoscente coloque o aparelho mental cognitivo, o aparato assimilativo em funcionamento remetem a algumas postulações feitas por Piaget na ocasião de um trabalho intitulado “Les relations entre l'intelligence et l'affectivité dans le développement de l'enfant”, ao discorrer sobre a inseparabilidade e indissociabilidade da afetividade e da cognição: “a afetividade seria como a gasolina, que ativa o motor de um carro mas não modifica sua estrutura” (PIAGET, 1953-54, p. 5).

Quando discorre sobre a Educação Moral em “Para onde vai a educação?”, Piaget, 1998, questiona se o que se quer é formar indivíduos submetidos à opressão das gerações anteriores, casos em que “bastariam a autoridade do professor e eventualmente as lições de moral, com o sistema de encorajamentos e das sanções punitivas para reforçar essa moral da

obediência”(p.63). Ou se o aconselhável não seria formar para que o sujeito tenha condições de se autogovernar e isso requer a formação simultânea de consciências livres e indivíduos respeitadores dos direitos e das liberdades de outrem.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados a partir do romance “Capitães da Areia” trazem várias reflexões sobre como a arquitetura humana se constrói entrelaçada. A compreensão do outro sociohistoricamente construído em sua alteridade requer a consideração das predisposições genéticas herdadas, bem como a interação e o desenvolvimento com os ambientes natural e social que compõem o contexto no qual a subjetividade altera vai sendo edificada. A literatura engajada com as demandas sociais pode suscitar no leitor a necessidade metafórica de limpar as lentes para enxergar com maior nitidez os problemas sociais que se refletem dos macrossistemas aos microssistemas.

A estética literária presente neste romance traz para o leitor o cenário dos meninos de rua de Salvador da década de trinta, que passam do anonimato para se tornarem mais heróis do que anti-heróis. Suas narrativas de vida oferecem ao leitor a possibilidade de transitar por espaços surpreendentes da vida em liberdade. Revelam uma forma de viver descompromissada de parâmetros sociais previamente estabelecidos, que normatizam, coisificam e robotizam o exercício pleno do livre arbítrio. Conhecer diferentes itinerários de vida também contribui para a construção de recursos internos que potencializam a capacidade de despertar para o exercício do autoconhecimento, da autoética, da antropológica e da socioética, como propõe Morin (2005).

Como visto na primeira parte deste trabalho, a produção deste romance se circunscreve na segunda fase do Modernismo brasileiro, na medida em que chama a atenção para violências, violações e opressões vivenciadas por arquétipos humanos marginalizados, privados incondicionalmente de acesso a afeto, à convivência familiar obrigatória, alimentação, vestimentas, moradia, saneamento básico, condições de higiene, acesso à saúde, à educação, dentre outras necessidades vitais básicas que podem oferecer ao ser humano um dos pressupostos fundamentais previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos: a dignidade. Em 1937 não havia um sistema de garantia de direitos tão abrangente como há nos dias atuais, no entanto, muitos problemas de abandono da infância e da juventude persistem.

Da proposta bioecológica, vale ressaltar a importância do exossistema por meio das relações interpessoais, do compartilhar de experiências e das histórias que estão presentes nos livros de literatura. Embora muitas vezes as crianças não interajam em ambientes laborativos e outros espaços de interação de familiares e amigos, recebem influência do exossistema. No caso de Pedro Bala, é possível perceber que o espírito empreendedor do pai ficou incutido no menino a partir das trocas intersubjetivas que teve no início da infância. Outro personagem que ilustra nitidamente a influência do exossistema é personagem “Professor”. Apresentam-se as representações de mundo dos espaços onde ele não interage por meio da magia das histórias presente nos livros, que fertilizam seu aparato cognitivo para reestruturações mentais, reelaborações e criações de novas estórias, as quais os meninos gostam muito de ouvir.

Com isso, o exossistema enquanto constituído de espaços pelos quais os capitães da areia não transitam passa do plano interpsíquico para o plano intrapsíquico por meio das leituras que professor fazia. Neste sentido, a leitura e a literatura atuam como força proximal que propulsiona instrumentos de fertilização do campo semântico perceptual dos leitores e se torna um expoente potencial aliado da formação humana.

Pompe (2012), ao abordar o partido comunista nas obras de Jorge Amado, lembra alguns fragmentos nos quais Pedro Bala acaba por ingressar numa organização clandestina cujo nome não é expresso, a qual o leitor não tem acesso. Fica subentendida a ideia de que seja o Partido Comunista. Menciona alguns jornais impressos em tipografias clandestinas, que circulavam de mão em mão nas fábricas e eram lidos à luz de pequenos lampiões de querosene. Estes jornais publicavam a situação de um militante proletário que estava sofrendo a perseguição da polícia de cinco estados por liderar movimentos de greve, o camarada Pedro Bala.

Pedro Bala aprende logo cedo estratégias de sobrevivência, mantém-se como líder do grupo e media situações conflituosas entre os capitães da areia. De acordo com os adolescentes internos no CENSE que vivenciaram situações de terem sido moradores de rua, atualmente seria denominado de “patrão”, nome que se dá a pessoa mais respeitada dentro de um grupo de adolescentes cujas estratégias de sobrevivência parecem não soar tão parecidas como a dos capitães, pois roubos e pequenos furtos passam cotidianamente a ser

substituídos pela prática do comércio ilícito de entorpecentes. Paradoxalmente, via de regra o “patrão” parece não ser um adolescente, mas uma pessoa adulta que alicia o adolescente para a prática do ato ilícito.

O primeiro adolescente interno do CENSE quando questionado sobre qual codinome gostaria que fosse utilizado para não ser identificado nessa pesquisa escolhe “Menor”. Angustiada pela possibilidade de ele ser reconhecido e prejudicado por conta disso de alguma forma, a pesquisadora indaga se não correria o risco de ser reconhecido com esse pseudônimo, se não seria melhor escolher-se outro, tranquilamente ele acena com a cabeça que não, e explica que todos são chamados de “Menor”. Em conversa com uma técnica, a profissional com uma vasta experiência no trabalho com adolescentes internos tranquiliza a pesquisadora, dizendo que de fato muitos adultos usam os meninos para o tráfico, para assaltos, homicídios, dentre outras infrações. Se um planejamento não dá certo como fora arquitetado, o combinado é que o adolescente assuma a autoria da ação infracional, ainda que não tenha sido ele ou ela o autor(a), justamente pelo fato de que a penalidade é menor. Como o juiz lida com a materialidade dos fatos, uma vez que o/a adolescente assume a autoria durante a audiência e confessa o ato ilícito, a sentença é proferida.

Com exceção dos adolescentes participantes desta pesquisa, pelo critério de inclusão, os atuais capitães também parecem não ter mais uma infância na qual sofrem tanto a privação de alimentação, vestimentas, de relacionamentos familiares. Isso já se verifica no início da pesquisa, quando a técnica do CENSE alerta que dos 107 internos, apenas cinco poderiam atender ao critério de inclusão, dos quais dois deles, ainda que em situação de muita vulnerabilidade, tenham mãe e irmãos.

O líder religioso considera que os avanços jurídicos não mais permitem a uma família abandonar a criança. O Conselho Tutelar, o Ministério Público, os profissionais que atuam na garantia de direitos tentam de todas as formas chamarem a responsabilidade da família para cuidar e proteger a criança. Por isso, até a dificuldade em encontrar dentre os adolescentes internos no sistema alguns que tivessem vivenciado a situação de terem sido moradores de rua em algum momento de suas vidas. Também o Estado provê as Instituições de Acolhimento, que acolhem crianças e adolescentes em condições de

vulnerabilidade, cujos profissionais os tratam com afeto e carinho, segundo os adolescentes internos participantes,.

Apesar disso, alguns deles parecem preferir optar pela vida nas ruas ou nas casas de amigos. A cobrança de horários para refeições e demais atividades, incluindo os momentos dedicados aos estudos e a frequência à escola certamente precisa ser revisada. O adolescente com hábitos de viver em liberdade, sem pessoas que os coloquem limites e façam com que se adaptem a certas normas de convivência, a horários e responsabilidades a serem cumpridas requer um olhar diferenciado, pois tem um relógio biológico diferente do ponto de vista orgânico, psicológico e cognitivo. Práticas assertivas de trabalhar com positividade e respeito a essas alteridades devem pautar a agenda de formação destes profissionais que atuam na socioeducação. O tempo e o ritmo de aprendizagens precisam ser considerados e respeitados.

Outro dado importante é que as fugas das instituições de acolhimento se devem ao fato de prevalecer à atração pelo uso das drogas, devido à condição de usuários ou de dependência química. O aliciamento para o tráfico também é constante nos diversos microssistemas. Percebe-se que em geral, crianças, adolescentes e jovens são usados frequentemente por pessoas adultas para assumir a culpa em momentos quando são detidos pela polícia, por ações consideradas infrações graves não necessariamente cometidas por eles, nem tampouco idealizada. Ficam reféns de situações nas quais se sentem forçados à prática de certos atos ilícitos, muitas vezes mesmo cruéis, devido a graves ameaças a eles próprios, a algum familiar, alguém próximo.

Tantos as personagens de Jorge Amado como os atuais capitães demonstram uma atração paradoxal pelos bens materiais, trazem incutido em seus corações à importância do significado da partilha e da solidariedade impressos em muitas atitudes. Semelhante aos capitães, os adolescentes participantes da pesquisa também demonstram muito afeto às pessoas de convivência.

Percebe-se contraditoriamente certo desapego à materialidade dos bens terrenos e um maior apego às relações humanas, motivo pelo qual gastam o dinheiro que ganham no imediato das emoções, pagando pizzas, lanches para os colegas, comprando guloseimas como chocolates, tortas, bebidas, iogurtes, refrigerantes para dividir com as pessoas com quem interatuam nos processos

proximais. O ato de dividir o alimento não se concretiza somente nos alojamentos onde ficam “confinados”, mas parece já ser fruto de atitudes corriqueiras em suas vidas antes da unidade.

Essa ação da partilha ilustra a importância da força das interações pessoais. Parecem não serem acumuladores, no geral não se preocupam em poupar para adquirir um imóvel ou para outras necessidades que porventura surjam. O que conseguem ter gastam, trocam, presenteiam, e se desapegam. Começa a “correria” novamente. É o fenômeno do *Carpie diem*, o viver a vida no aqui e agora com toda intensidade. Isso tem grande probabilidade de ocorrer devido ao fato de que a força das interações humanas está nos processos proximais de reciprocidade, no quanto as pessoas envolvidas no ato interativo estimulam e são capazes de reforçar o comportamento do outro por meio de expressões faciais e gestuais que revelam empatia e altruísmo.

Os atuais ‘capitães’ demonstram ter laços construídos muito intensos com outros capitães onde coabitam o mesmo ambiente bioecológico e por ele transitam, modificando aos outros e a si mesmos a cada nova interação. Em uma das entrevistas, o adolescente denominado “Irmão” comenta que gostava muito quando ganhava “uns trocos”, e lembra-se de que podia ir ao supermercado comprar pão e mortadela, coca-cola e vodka para seu pai(alcoolista), que ficava em casa e se alegrava quando o via chegar com esses produtos. Lembra-se de que morava próximo a um vilarejo, numa área de ocupação irregular conhecida como “biqueira”. Permitia que os amigos entrassem na casa para também comerem o pão com mortadela e beberem a coca-cola, que logo acabava e mal dava um copo pra cada um. A mãe ficava brava porque se não tivesse chamado os amigos, “daria uns dois copos para cada um deles da família”.

Cabe retomar as lembranças de um dos adolescentes quando fala preocupadamente sobre as possibilidades de sair do tráfico assim que cumprir a medida socioeducativa e for desinternado. “O meu “patrão” é gente boa pra caramba, fala pra mim que essa vida louca é o caminho pro cemitério ou pra prisão. Ele conhece bem as duas coisas. Diz que se eu quiser sair do tráfico ele me dá a maior força pra eu arrumar um emprego”.(...) “Mas o cara é tão gente boa, ele compra remédio pra minha irmã quando ela fica doente e leva compra de comida lá pra casa agora que eu tô aqui enjaulado(referindo-se à



unidade socioeducativa)”. “Leva até carne e às vezes também até nescau pra minha irmãzinha. Não sei se tenho coragem de deixar e parar de ajudar ele.”

Estes fragmentos da fala dos participantes e outros fragmentos da obra ilustram a possibilidade de correlacionar ideologias “comunistas” externalizadas nas ações das personagens. No entanto, uma ação educativa consciente requer que a todos e todas sejam oportunizados momentos de reflexão sobre como agir no mundo para poder transformá-lo. Daí que a sugestão de articular os “Capitães da Areia” de ontem e hoje à luz dos direitos humanos emerge como forma de aprofundar concepções de desenvolvimento humano numa perspectiva que venha ao encontro do conceito de inter-poli-transdisciplinaridade (MORIN, 2012, p.105).

O cumprimento da lei também é outra questão que precisa ser amplamente discutida e colocada em prática. A obrigatoriedade do Ensino Fundamental prevista na CF/88 não é efetivamente cumprida. O artigo 227 considera como primeiro microssistema responsável pelo desenvolvimento humano da criança a família. Na sequência, vem à responsabilização para os mesossistemas considerado a partir de outros microssistemas pelos quais a criança transita, a sociedade; por fim, atribui-se ao macrossistema na representação da cultura de uma determinada nação, de um determinado Estado.

O artigo 229 atribui aos pais a incumbência de “assistir, criar e educar os filhos menores, e os maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”.(CF, 1988). Há a previsão não somente referente ao suprimento das necessidades materiais, mas deve ser considerada a dimensão afetiva, psíquica e moral. Também pode incorrer inclusive em pena privativa de liberdade para os pais e familiares que negligenciam o dispositivo legal e abandonam material e intelectualmente seus filhos ou crianças e adolescentes sob sua responsabilidade. Conforme o artigo 246 do Código Penal – Decreto Lei 2848/40, Art. 246 - Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar: Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

O ECA/1990 atribui aos pais a incumbência do dever de sustentar, proteger e cuidar da educação das crianças, adolescentes e jovens. No artigo 56 traz a obrigatoriedade dos gestores escolares de comunicar o Conselho

Tutelar em caso de violências e violações percebidas contras os educandos, de evasão escolar, de reiteração das faltas injustificadas, bem como em caso de elevados níveis de repetência. No caso do adolescente participante com o codinome de “Jairo”, percebe-se que houve o contrário do previsto nas legislações, quando ele desabafa que tentou voltar pra escola, a mãe tentou vaga em outra escola, mas não bastasse ter o retorno às aulas vetado, houve comunicação entre gestores e a mãe do adolescente também não conseguiu a vaga em outras escolas, sendo forçado a então parar de estudar.

O desabafo do adolescente participante denominado “Roger”, com relação à expulsão da escola, ilustra uma situação que ocorre corriqueiramente no cotidiano escolar. Infelizmente, com muita frequência, alguns profissionais da educação quando se deparam com certas situações conflituosas e reincidentes de indisciplina consideram a suspensão e a expulsão como saída para o enfrentamento a situações adversas que deveriam se trabalhadas cautelosamente pelo coletivo de profissionais envolvidos com alunos em situações consideradas problemáticas. Frases de gestores tais como “uma batata podre tem que ser afastada para não apodrecer as outras”, ou “tira-se a laranja podre e tenta-se salvar as outras”, tornaram-se chavões ouvidos cotidianamente.

Contraditoriamente às expectativas desses, percebe-se que expulsar estudantes da escola não tem diminuído a indisciplina, que persiste nas aulas de alguns professores de forma mais intensificada, outras aulas menos intensificadas e em algumas aulas, dependendo dos encaminhamentos metodológicos, didáticos, das relações estabelecidas com os estudantes, a indisciplina praticamente inexistente.

Com relação à transferência compulsória ou à expulsão de alunos da escola, o artigo sexto da “Lei nº 7716/89 tipifica como crime recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau, sob pena de privação de liberdade de três a cinco anos”. Os conflitos que surgem em sala de aula precisam ser trabalhados na perspectiva pedagógica. Há de se considerar as perspectivas das partes em conflito, buscar compreender as causas, exercitar a habilidade auditiva para ouvir os anseios e necessidades de outrem, desenvolver a “arte da escutatória”, ainda que somente estejam disponíveis cursos de oratória, como

diz Rubem Alves<sup>56</sup>. Trabalhar o conflito é uma atitude formativa de prevenção. Isso requer ouvir as motivações de apreço e despreço para com a ação do outro e vice-versa. O diálogo precisa ser mediado por profissionais da educação engajados com a perspectiva da inclusão de todas as diversidades e adversidades presentes na escola.

No âmbito das políticas de formação continuada, verifica-se uma carência de debate sobre direitos e deveres de crianças e adolescentes, da família, de trabalhadores que atuam em creches, postos de saúde, hospitais, na rede de proteção, enfim, dos diversos setores relacionados à formação e ao desenvolvimento humano.

Fica perceptível a falta de instrumentalização conceitual e legal por parte de uma quantidade significativa de profissionais cujas atribuições dos cargos que ocupam podem ser determinantes para delinear os rumos do desenvolvimento da sociedade. Urge ressignificar o olhar para uma formação na qual estejam contemplados temas que subsidiem práticas inclusivas de todos os seres vivos com necessidades socioeducacionais especiais, dadas as idiosincrasias, todos e todas têm de alguma forma ou de outra necessidades socioemocionais e cognitivas peculiares.

Não raro, muitos educandos têm o direito de assistir à aula e acesso ao conhecimento violado, por serem impedidos de estudar devido a motivos tais como: Falta do quadro completo de professores, de condições financeiras para aquisição do uniforme, agressões físicas e verbais, conflitos com educadores em sala de aula, indisciplinas, dentre outros. Colocados na condição de réus, um agente de apoio, assistente administrativo, pedagogo ou membro de equipe pedagógica ou diretiva profere a sentença que pode variar entre não assistir aula, suspensão de até três dias, expulsão ou transferência compulsória, muitas vezes aos berros ou por meio de tons extremamente agressivos.

Ações muitas vezes legitimadas pela equipe pedagógica, diretiva, docente, profissionais dos núcleos de educação, bem como da Secretaria de Educação, e até mesmo pela própria comunidade cujos direitos estão sendo violados sem que se deem conta disso, pois a maioria sequer os conhece.

---

<sup>56</sup>ALVES, R. **Escutatória**: O silêncio como alimento. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/160/artigo234825-1.asp> (Acesso em 20 de julho de 2014).

Atitudes de reprodução da violência simbólica podem consequenciar em outras tantas violências até culminar com o internamento do adolescente na unidade, ou com a notícia de que mais um ex-aluno fora assassinado em troca de tiros com a polícia.

Como repercussão para alguns que acabam tendo a chance de vivenciar a experiência nos Centros de Socioeducação, a terceira professora participante faz uma alerta que os professores atuantes no sistema socioeducativo enfrentam a rejeição dos socioeducandos com relação à educação formal, muitas vezes saem da escola traumatizados diante de situações de extrema adversidade quando são excluídos, estigmatizados e inferiorizados.

Ao adotar certas posturas como as relatadas aqui, não estariam estes profissionais contribuindo para aumentar os índices de evasão escolar? Especialmente no período noturno, frequentado por uma parte considerável de alunos trabalhadores que vêm à escola exaustos, após embarcarem em três ou quatro ônibus com hiper-lotação, às vezes famintos e sonhando com um banho e um sofá. Ao aumentar a evasão escolar, as forças opostas a uma formação sustentável não consequenciarão no aumento do número de jovens sem perspectivas e projetos para o futuro, de dependentes químicos, e/ou de internos e presos nas unidades socioeducativas e prisionais?

O discurso “lugar-comum” de que a educação vem de casa precisa urgentemente ser ampliado para não se incorrer numa atitude analítica segregacionista, pois todos os espaços de relações sociais são educativos, ocorrem trocas inter-semióticas cujos signos vão sendo proliferado a cada interação. As concepções educacionais são de crucial importância para que a repercussão do encaminhamento orientado pelos envolvidos com a formação humana seja avassaladora ou acolhedora, bem como produza ressonâncias de práticas orientadas pelo pensamento complexo proposto por Morin(2012), nas quais se considerem as partes afetantes do “todo” em um determinado momento transitório.

Nesta perspectiva, compreender como se forma um indivíduo demanda reflexões sobre aspectos políticos, históricos, geográficos, enfim, processos biopsicosocioculturais e suas implicações para a inclusão ou exclusão. Quando esta última prevalece, pode levar muitos adolescentes ao envolvimento com drogas e isso pode vir a intensificar a possibilidade das práticas infracionais.

Com frequência, atos de indisciplina são confundidos com atos infracionais e o aluno indisciplinado é criminalizado, como o é aquele que arrisca uma resposta quando questionado e acaba errando. Há casos em que outras instâncias extraescolares como Conselho Tutelar, Polícia Militar, DA (Delegacia do adolescente) ou outra instituição são acionadas para cumprir com um papel que é pedagógico.

Não seria eticamente formativo encarar a materialidade do ato conflituoso enquanto passível de solução no ambiente interno da instituição, para cuja solução formativa seria aconselhável buscar o apoio da equipe pedagógica e diretiva, de outros colegas professores, e, especialmente, da família, por meio de ações pedagógicas que orientem os entes familiares para que estabeleçam relações parentais e sociais de diálogo, de autoridade, de reciprocidade, em consonância ao estilo parental autoritativo<sup>57</sup>, considerado o mais eficaz na perspectiva de (Weber, Prado, Viezzer & Branderburg 2004), em pesquisas realizadas sobre relações familiares.

Sensibilizar os profissionais da educação para aguçar-lhes a percepção sobre em que medida cada ação ou omissão diante da violação contribuem para aumentar os índices de violência e a reivindicação generalizada pela elevação dos índices de encarceramento juvenil. Os anseios de uma parte significativa da população clamando pela redução da maioria penal são alguns indicativos do quanto ainda se faz necessário aprofundar o debate sobre a complexidade dos fenômenos, o quanto a falta de políticas governamentais circunscrita no campo dos macrossistemas produzem implicações multidimensionais no exossistema, no mesossistema e nos diversos microssistemas onde as pessoas em constante desenvolvimento transitam dialética e ecologicamente.

A perspectiva circunscrita no materialismo histórico dialético, aparentemente debatida na academia, em especial parecia não somente enfatizar para a necessidade de reflexão sobre a divisão da sociedade em classes, mas também suscitar a indagação sobre o senso de justiça e equidade

---

<sup>57</sup> Segundo Weber, Prado, Viezzer & Branderburg (2004), o termo *autoritativo* foi alçado por Oliveira & Cols (2002), como um estilo parental democrático-recíproco ou, competente na concepção de Bee, 1996. (Costa & cols., 2000; Oliveira & Cols., 2002; Bee, 1996 *apud* Weber, Prado, Viezzer e Branderburg, 2004)

econômica, social e cultural. As ideias marxistas (1848/1997) <sup>58</sup>estudadas em cursos de licenciatura plena intencionavam promover o pensamento sobre a redução das formas de opressão e injustiça, sobre como cada indivíduo poderia pensar suas potenciais possibilidades de atuar em suas relações interpessoais com vistas a oferecer aos filhos da classe “trabalhadora”, socioeconomicamente desfavorecida, condições de ascensão não apenas no viés econômico, cultural e social, mas principalmente humanitária, por meio da educação.

No entanto, a história revela que o ideal de igualdade ainda paira no plano ideológico de poucos românticos utópicos que filosofam quiçá inspirados pelas musas do Olimpo, na medida em que a poesia ilustrativa da ira e da tirania dos deuses passa a ser denunciada em forma de notícias de jornais, impressos, nos ambientes virtuais, em textos em prosas que se manifestam em artigos científicos como possibilidade de expressão de um eu-lírico indignado que pretende desabafar as angústias e os anseios de denúncia das situações opressoras de tirania. Palestras são proferidas em prol da equidade de direitos e na tentativa de resgatar a dignidade dos excluídos e marginalizados.

Tratados, convenções e acordos são firmados entre as nações na defesa de uma sociedade menos desigual. Ainda assim, a ponte entre teoria e prática ganha amplitude quando, no interior das instituições de ensino, relações hierárquicas de poder se consolidam e se reproduzem em plena luz do dia. Na política da boa vizinhança e do salve-se quem puder, o individualismo e o egocentrismo narcisista imperam, práticas corporativistas e coronelistas superam o dever ético que deveria ter sido amplamente debatido nos cursos de formação inicial de profissionais que atuam no des (envolvimento) humano de crianças tão vulneráveis às condições do ambiente no qual transitam. Grandes debates têm pautado, há mais de duas décadas, a agenda do setor educacional para a implementação da educação em período integral no Brasil. A Conferência Nacional de Educação inclui no terceiro eixo visando à democratização do acesso, permanência e sucesso escolar, a Educação Integral e Integrada: ampliação de tempos e espaços educativos.

---

<sup>58</sup> Disponível em:

<http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm> (Acesso em 20 de Julho de 2014).

Além da atual Constituição Federal brasileira, de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>59</sup>; o Estatuto da Criança e Adolescente/1990<sup>60</sup> - ECA e do Ministério da Educação e Cultura - MEC, há várias experiências exitosas sintetizadas em artigos acadêmicos que demonstram resultados significativos de uma educação que garanta mais tempo de crianças e adolescentes em atividades educativas, lúdicas e diferenciadas, oportunizadas por meio de atividades extracurriculares, programas que lhes assegurem o acesso a oficinas de teatro, jogos esportivos, saídas para cinema, parques, museus, dentre outras que possibilitem um desenvolvimento integral da pessoa humana.

A conotação pejorativa e extremamente negativa com relação a Direitos Humanos precisa ser ressignificada, para que se supere o paradigma da simplificação quando se considera que essa esfera das ciências humanas se limita a proteger pessoas autoras de atos infracionais como se fosse incumbência atribuída a todos os seres humanos, *homo sapiens/demens*, o julgamento e a sentença final. Ao se possibilitar os conhecimentos propostos à luz dos Direitos Humanos, práticas preventivas e acolhedoras da diversidade humana poderão ser verificadas nos mais diversos espaços de relações interpessoais.

A Literatura propicia o diálogo com a história, a antropologia, a sociologia, a arte, a filosofia, a psicologia, os saberes culturais construídos historicamente. Por meio da poesia, da crônica, do conto, do romance, dos diversos gêneros discursivos e literários que compõem a estética literária, é possível suscitar nos leitores a sensibilidade altruística e empática. A convergência da humanidade que muitas vezes não ocorre na vida real pode ser experimentada através da estética ficcional representativa da vida real.

---

<sup>59</sup> Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

<sup>60</sup> O ECA, como lei respalda as discussões sobre conteúdos curriculares e o contido na LDB, no que se refere à Educação de Período Integral, calcada em um amplo aparato jurídico, além da própria LDB, como direito de toda criança ao desenvolvimento e à proteção integrais.

A arte pode potencializar o trabalho formativo visando a desenvolver habilidades e competências sinestésicas que despertem no indivíduo a capacidade de chegar a elevados patamares civilizatórios, ao oportunizar o deslocamento antropológico não somente quando diante de personagens presentes nos textos ficcionais, mas especialmente quando diante de pessoas que vivem no plano real. Muitas vezes, diante de um filme ou da história emocionante de um personagem, o telespectador/leitor se sente igualmente emocionado, fica feliz ou se entristece, realizado ou angustiado, é acometido pelo sentimento da ira, compartilha da mesma dor que atitudes discriminatórias causam no outro, sente-se igualmente inferiorizado, compartilha sensações de ódio e de amor, de paixão e de desprezo, de desespero e paz.

No entanto, na vida real, quando se percebe caminhando na rua e passando por um mendigo, por uma criança cheirando cola, com roupas sujas e maltrapilhas, por um adolescente usando certos ornamentos peculiares, por uma pessoa usando calças desbotadas e roupas surradas pelo uso excessivo, por um travesti, uma lésbica, um gay, um transexual, um negro, um descendente indígena, um cigano, uma prostituta, uma adolescente tatuada com saia curta e piercing na língua, um carrinheiro, dentre outros, evita transitar na mesma calçada, procura o outro lado da rua para afastar-se de quaisquer possibilidades de contacto.

Os profissionais que atuam diretamente no desenvolvimento humano, especialmente de crianças e adolescentes, podem contribuir com maior eficácia ao adotarem atitudes de práticas inclusivas que respeitem o direito à liberdade individual do “outro”, do seu modo de ser e estar no mundo. Com relação ao modo de agir, cabe perscrutar se certas ações refletem camuflada ou explicitamente o desrespeito à alteridade. Em se percebendo, faz-se necessário intervir positivamente, elencar elementos do discurso que produzam sinestesicamente efeitos de respeito à dignidade humana.

Conhecer os motivos do desrespeito, compartilhar das sensações vivenciadas momentaneamente, porém busca compreender como historicamente, no microssistema onde a pessoa que está sendo analisada construiu suas concepções de mundo, de relacionamentos, implica um envolvimento maior e um dispêndio sinérgico de energia que só poder ser utilizada para humanizar as relações sociais por parte de profissionais



engajados e comprometidos com a luta diária pela promoção do respeito à dignidade humana e ao cultivo da paz.

Como visto ao longo dessa dissertação, o contexto histórico dos direitos humanos no Brasil foi e vem sendo construído por homens, mulheres, pesquisadores, profissionais de diversas áreas, pessoas que creem na própria capacidade autobiográfica que têm de (re) escrever a história individual e ir afetando progressivamente na redação da história de vida no plano coletivo. Histórias nas quais os seres humanos se revelem despertados por se perceberem autônomos e emancipados, com excelência na arte de protagonizar em seus ambientes interacionais os papéis principais que levam à intervenção e à modificação das estruturas de dominação que há séculos vigoraram no Brasil e ainda persistem em muitos aspectos, em especial no que se refere às desigualdades econômicas e sociais.

Torna-se imperativo superar a concepção de direitos humanos a partir de paradigmas reinantes no plano da dominação ideológica, veiculados frequentemente pela mídia, quando considera subversiva e transgressora a luta por direitos humanos. Ainda prevalece o interesse de certos grupos de conservadores inseridos historicamente em *ethos* culturais que têm o “interesse” em manter o *status quo* hierárquico e dominante vigente. Utilizam-se da mídia de massas para disseminarem considerações simplificadoras a respeito dos direitos humanos como instrumento fragmentado que atua na defesa de autores de atos infracionais. Trata-se de um movimento intenso que prima por dessensibilizar a população para não reconhecer nos direitos humanos a possibilidade exponencial de mudança para uma nova era, uma era global e planetária de gestão do cuidado com a preservação e manutenção da vida.

Ao propagar uma visão estereotipada e estigmatizada dos direitos humanos, a mídia veicula um discurso intencionalmente articulado com o intuito de cegar o maior número de pessoas com relação às camufladas e sutis estratégias de dominação. A massa amorfa e heterônoma torna-se robotizada e de fácil comando por alguns privilegiados cujas motivações consistem na manutenção da segregação que impera e avassala a vida em sociedade. Os reflexos se projetam em todos e todas, mas em especial nas comunidades socioeconomicamente desfavorecidas.

Os assuntos tratados ao longo deste trabalho primaram por redimensionar o olhar para práticas de inclusão e de respeito aos direitos humanos tendo a literatura como ponto de partida. A ação educativa transformadora perpassa pelo enriquecimento e a ampliação do horizonte de expectativas que as ciências produzidas até então podem oportunizar. Ao dialogar com diversas áreas de conhecimento, todas as ramificações do saber se entrecruzam para compor um rol de conhecimentos que podem intensificar a possibilidade de uma formação ética e moral que atenda aos desafios educacionais deste século, e pode ser ainda mais transformadora se correlacionada ao campo dos direitos humanos.

A proposta desses estudos consistiu de tentar responder como se edificam os atuais “capitães da areia”, numa perspectiva metafórica, pois enquanto arquétipos que ilustram pessoas em desenvolvimento humano em contextos similares podem ser hoje considerados como capitães das ruas não pavimentadas, esburacadas, das biqueiras, das favelas, das regiões metropolitanas, das grandes metrópoles, dos asfaltos, das cidades.

Na medida do possível, articulou as experiências de vida dos atores sociais da década de trinta presentes no romance com representantes que ocupam posicionamentos semelhantes na atualidade. Correlacionou alguns conceitos do paradigma da Bioecologia do Desenvolvimento Humano, da Teoria da Complexidade e dos Direitos Humanos a alguns fragmentos do romance. Teceu possíveis comparações com a realidade, ação reflexiva justificada a partir do conceito de *mimesis*, pois se a arte é a imitação da vida, ela pode servir como ponto de partida para investigar-se a realidade, como foi o caso dessas investigações.

O contexto de produção do romance revela como era o tratamento penal previsto no Código de Menores, dado às crianças em condições de risco que à época eram consideradas em situação irregular. O Reformatório parecia não dar conta de “regenerar” o “menor abandonado”. As concepções norteadoras a respeito do papel a ser desempenhado pelo Estado revelaram aspectos ditatoriais altamente repressores. Os operadores do direito adotavam posturas extremamente violentas, assustadoramente perturbadoras e adversas ao ideal de transformação dos itinerários das vidas que por ali transitavam. A agressão física, psicológica, moral, a inferiorização, os estigmas e estereótipos

construídos em torno dos pobres em autoria ou não de ilícitos, constituíam alguns dos princípios adotados por parte dos representantes do Estado para impor à ordem e os bons costumes, por meio da coerção e do autoritarismo.

Quando sob a acusação da prática de ato ilícito, não havia distinção entre adolescentes e adultos. Eram mantidos com pena de privação de liberdade e submetidos aos castigos corporais e aos trabalhos forçados. Não tinham acesso à saúde, à educação, nem na condição de livres muito menos em cumprimento de medida privativa de liberdade. A cena descrita no romance *Capitães da areia* que traz o sofrimento de Pedro Bala no Reformatório, especialmente quando vai para o que chama de cafua, um local no qual sequer cabia o corpo do adolescente, que tem que ficar encolhido sem possibilidades de virar direito de um lado para outro, passa muita fome. Após horas de apelos à misericórdia do soldado que por ali transitava, traziam-lhe um caldo que parecia de água suja com muito sal para propositadamente provocar-lhe a sede. O menino sentia vontade até de beber o próprio xixi. Neste mesmo local radicalmente estreito fazia as necessidades.

Outro personagem cuja situação miserável é comovente se refere à experiência de Sem-Pernas. Esse era o nome pelo qual lhe chamavam, embora fosse coxo. Colocaram-no para correr em volta da mesa do delegado, cada vez que os soldados o alcançavam, era açoitado. O pânico e os traumas oriundos desta e outras cenas o levaram a optar por se jogar de um penhasco e assumir a autoria do próprio suicídio, quando no final do romance faz essa opção ao invés de se entregar aos policiais que o perseguiram.

O sadismo dos profissionais que atuavam tanto no Reformatório quanto na Delegacia, dentre estes dos policiais, do delegado, os espancamentos, a privação do alimento e da água, as ofensas extremamente atentatórias à dignidade da pessoa humana demonstram certa tendência à autoamplificação das atitudes agressivas e violentas, que acabam por ser reproduzidas cada vez mais pelos adolescentes, tornando-se um fenômeno cíclico e retroalimentador. Não é possível pensar na reforma de um ser humano para que passe a praticar o bem, a respeitar os direitos fundamentais de outrem, se não lhe foi oportunizado vivenciar momentos nos quais as pessoas com as quais interagiu tenham demonstrado um repertório comportamental solidário, altruísta,

sinérgico, que revelasse a preocupação com a existência e o envolvimento para com o desenvolvimento humano.

É imperioso retomar o conceito de bidirecionalidade dos processos desenvolvimentais. Todas as pessoas que interagem socialmente em um determinado ambiente afetam e são por esse ambiente afetadas. Se esse afetar ocorre negativamente, com requintes de crueldade, as setas bidirecionais interatuam, por isso ao mesmo tempo que uma ação afeta o outro, a energia oriunda dessa ação retorna e se é afetado sincronicamente. O chamado efeito *boomerang* é perceptível no caso da autoamplificação das violências.

A falta de debate sobre a promoção de uma cultura voltada para a disseminação da paz no contexto da década de trinta trazia o reflexo dos macrossistemas vivenciados por outros países cujos planos políticos se refletiam nas ações dos governantes deste período. Ao longo dos anos, os avanços do campo das ciências humanas permitem verificar várias alterações na legislação e seus reflexos no cotidiano dos indivíduos são perceptíveis. A primeira Constituição data de 1824 não mencionava direitos voltados para a infância e a juventude. O Código Penal do Império (1830), considerava a capacidade de discernimento e os menores de 14 anos eram inimputáveis. Em 1906 surgem as casas de recolhimento, dividiam-se entre escolas de prevenção e escolas reforma e colônias correicionais.

Dois eventos marcam a mudança de paradigmas no Brasil que resulta na “Doutrina da Proteção do Menor”: “O Congresso Internacional de Menores, realizado em 1911, em Paris, e a Declaração de Gênova de Direitos da Criança, adotada em 1924 pela Liga das Nações” (ROTONDANO, 2011,p. 160).

A Constituição Federal de 1988 traz o debate sobre o dever da família, do Estado e da sociedade de proteger a criança e o adolescente. A carta magna ilustra a possibilidade de disseminação dos valores democráticos e respeitosos ao desenvolvimento humano, cujos reflexos ressoam no Estatuto da criança e do adolescente (1990). Surge um novo paradigma a partir da “Doutrina da Proteção Integral”. A criança e o adolescente passam a ser então considerados como prioridade absoluta na agenda das políticas públicas. Dezesseis anos após a publicação do ECA surge então o Sistema Nacional de

Atendimento Socioeducativo – SINASE, visando a fortalecer direitos assegurados no ECA.

Os progressos científicos das ciências jurídicas produziram efeitos nas arquiteturas edificadas para fazer valer o sistema de garantia de direitos - SGD. Várias instituições foram construídas para assegurar os artigos de lei, dentre elas, as casas correcionais, os *Raphius* e os *Siphius*, as *Workhouses*, o Castelo de *Bridwell*, o Reformatório, a FEBEM, FUNABEM, até os atuais CENSES; Das roda dos expostos às instituições de acolhimento, os diversos setores edificados em prol do SGD abriram demandas de empregabilidade para profissionais de diversas áreas, como da psicologia, da assistência social, da educação, da socioeducação, da segurança, do direito, enfim, da rede de proteção. Todas essas construções revelam a preocupação das políticas públicas com relação ao desenvolvimento humano e à segurança pública.

Tratados e convenções internacionais viabilizaram mudança de paradigmas em todas as esferas de atuação humana. A evolução das ciências modernas, contemporâneas, físicas, naturais e sociais permitiu o domínio da natureza, bem como que o homem chegasse ao máximo da racionalidade técnica e científica. A hiperespecialização conteudista e a fragmentação dos saberes são assuntos pautados na agenda educacional quando se reflete sobre como promover uma formação humana integral. A bioética é conclamada a considerar a ética da valorização da vida de todos os seres humanos independente do *ethos* cultural de edificação da sua humanidade. O ideal de reconhecimento da vida entretecida conjuntamente leva à reflexão sobre a era planetária e a necessidade da reforma do pensamento para que se ultrapassem fronteiras espaciais e geográficas na defesa do bem-estar no contexto local e global da existência efêmera.

Ao lado das grandes conquistas como as inovações nas pesquisas das células-tronco, da cibernética, das tecnologias de informação e comunicação, há um aumento no número de excluídos digitais, sociais, culturais, que não conseguem ter acesso mínimo aos bens produzidos pela humanidade. Somado a isso, parece haver uma cegueira total para com a valorização e a preservação da vida. Emergem novas necessidades de consumo e o tempo destinado à convivência familiar e comunitária, obrigatório por força de lei, que alerta sobre o direito da criança e do adolescente à interação interpessoal com

familiares, parentes e vizinhos, vão sendo substituídos pelos relacionamentos virtuais.

Destaque-se casos em que os contextos de convivência familiar e comunitária são considerados vulneráveis requerem atitudes por parte de pessoas que conheçam situações de risco, como a denúncia anônima que pode ser feita para a escola, para o Conselho Tutelar, Ministério Público, disque 100 (disk denúncia à violação de Direitos Humanos), 181 (*disk* denúncia do narcotráfico), visando à redução dos danos e à prevenção.

O romance “Capitães da Areia” denuncia o abandono e o descaso das crianças no Brasil por parte do poder público. Atualmente, percebe-se um cenário nacional redesenhado a partir das propostas constantes na Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH (1948) com efeitos muito positivos para a edificação do processo civilizatório humano. Ainda assim, outras leituras precisam ser feitas para compreender-se o porquê de haver um aumento assustador no número de adolescentes e jovens que perdem suas vidas tão cedo devido ao crescimento das morbidades e mortalidades externas. Segundo estudos realizados pelo Ministério da Justiça em 2011 com relação aos índices de mortalidade juvenil, o Brasil ocupava o sexto lugar no mundo. As vítimas são em sua maioria adolescentes e jovens, com idade entre 15 e 24 anos, com baixa escolaridade, do sexo masculino, que vivem em contextos vulneráveis, nas periferias. Além de homicídios, acidentes de trânsito e o suicídio foram os principais fatores que juntos somaram 62,8% dos óbitos registrados.

Segundo Eduardo Ribeiro, do Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), os motivos das mortes violentas variam conforme a região. “Em zonas metropolitanas, a violência entre jovens está muito ligada ao tráfico de drogas; há um ciclo geracional de crianças órfãs que são captadas para a criminalidade”. RIBEIRO, 2011, *apud* (MOUTINHO, 2011).<sup>61</sup>

As palavras do pesquisador contradizem as expectativas do SGD e da Doutrina da Proteção Integral preconizadas para o cenário atual quando se compara com a Doutrina da Proteção Irregular da década de trinta. Em se considerando a opinião dos participantes para esses estudos, especialmente

---

<sup>61</sup> Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/2011/03/raio-x-da-violencia-juvenil> (Acesso em 16/10/2014).

ao analisar o conteúdo do discurso dos profissionais que atuam como operadores do direito e na formação humana, no CENSE e no PROEDUSE, verificam-se lacunas a serem preenchidas por meio de pesquisas que versem sobre os efeitos da mídia e dos equipamentos multimidiáticos no plano intrapsicológico e cognitivo dos atuais meninos e meninas em conflito com a lei.

Devido ao papel protetivo do estado, é difícil se encontrar perambulando pelas ruas crianças órfãs abandonadas. Atualmente o Conselho Tutelar as encaminham para instituições de acolhimento, mas antes disso, busca-se o apoio e o compromisso dos entes familiares responsáveis pela criança pelo adolescente em condição de morador de rua. Apesar de tantos esforços, outras reflexões precisam emergir para compreender-se a amplitude das razões que levam para a prática do ato infracional. Em artigo sobre “Adolescente em conflito com a lei”, Chesnai, 1999, considera que, dentre outros fatores:

O desemprego ou a ausência de renda levam à tentação da ilegalidade, visto ser fácil, por vezes, conseguir ganhos astronômicos à margem da lei. As vantagens são grandes, confidenciou-nos uma autoridade policial do bairro mais pobre de São Paulo: *"ser ladrão aqui é a melhor profissão. Sem necessidade de levantar cedo e deitar tarde, de se cansar nos transportes coletivos, de trabalhar duro. Pode-se juntar muito dinheiro rapidamente, comprar um carro último modelo, e sem pagar impostos... Todos o respeitam pois a população admira os esbanjadores, os emergentes, a ostentação e o consumismo"*.<sup>62</sup>

A ostentação de marcas famosas parece que tem se tornado cada vez mais uma obsessão, especialmente por parte de crianças e adolescentes. A vontade de usar bonés da mesma marca utilizada por celebridades, tênis, skates, camisetas, relógios, dentre outros acessórios e vestimentas, leva muitos à busca de pessoas respeitadas na comunidade local por ter acesso a certos insumos aos quais a classe trabalhadora não tem. A renda per capita de estudantes das escolas públicas localizadas nas regiões metropolitanas de Curitiba variam entre um e dois salários mínimos. Isso inviabiliza ou torna muito

---

<sup>62</sup> CHESNAIS, J. C. A violência no Brasil: Causas e recomendações políticas para a sua prevenção. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81231999000100005&lng=pt&userID=-2](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231999000100005&lng=pt&userID=-2) (Acesso em 16/10/2014).

difícil a aquisição dos produtos e serviços anunciados nos ambientes virtuais, na TV e no rádio.

Enquanto as logomarcas estiverem sendo divulgadas como promessa de felicidade intensa e as relações intrafamiliares e intraescolares continuarem fragilizadas, dificilmente os números crescentes de violência serão minimizados. Na família em contextos vulneráveis, percebe-se a falta de escolarização e de crença na educação formal para a transformação. Na escola, a hierarquização curricular e a fragmentação dos saberes comprometem o ato de preparar o indivíduo para a cidadania, para ser autônomo, crítico, emancipado e livre, capaz de reivindicar direitos e cumprir com deveres, respeitando os direitos e a liberdade do outro.

Assegurar direitos ou se defender dos “menores” continua sendo uma questão que deve inquietar a sociedade. Dentre esses, a escolarização deve urgentemente pautar estratégias de governo como práticas preventivas. As creches, a pré-escola e a escola precisam estar preparadas para interferir em sua comunidade local, fomentar a discussão sobre violências e violações, cultura da paz, sexualidade e diversidade sexual, sobre o bullying, sobre como agir com responsividade, por meio de reuniões periódicas agendadas em horários compatíveis com a disponibilidade dos pais e familiares responsáveis pelos alunos.

A criança precisa se apropriar do debate sobre os efeitos da mídia e do consumismo, o enfrentamento ao uso indevido de drogas, as consequências de ações infratoras previstas nas legislações vigentes. Esses assuntos podem ser trabalhados em articulação com os conteúdos ainda nas séries iniciais do ensino fundamental, tendo em vista que uma parte significativa dos adolescentes que cumpre hoje medida socioeducativa no estado do Paraná sequer conseguiram concluir ensino fundamental.<sup>63</sup>

Estes estudos propostos tinham dentre os objetivos compreender de forma mais elucidativa em que medida tantos progressos nos campos de desenvolvimento científico e dos direitos humanos contribuíram para melhorar a qualidade de vida da população da infância e da juventude em condições de vulnerabilidade, a partir da releitura dos “capitães da areia”. Ainda assim,

---

<sup>63</sup> Ver 20:05 <http://www.youtube.com/watch?v=ErEGFGhgJ7M24:35> / 31:02 mídias e redes virtuais/ 49:19 (Acesso em 12 de novembro de 2014).



percebe-se assustadoramente o quanto há uma reconfiguração na edificação dos atuais capitães da areia, quando se noticia as situações de criminalidade nas quais cada vez mais cedo são envolvidos em grande parte aliciados por adultos, pessoas da própria família ou colegas e vizinhos.

Embora o problema maior atualmente pareça não ser mais a fome, a busca do alimento, de vestimentas essenciais, pois instituições de acolhimento e da rede de proteção têm realizado um trabalho que visa à garantia dos direitos humanos, ainda assim o silêncio e a omissão são agravantes que poderiam minimizar muitas situações de risco desfavoráveis ao desenvolvimento humano, que se constituem em paradigmas de autoamplificação das violências e violações dos direitos humanos.

Espera-se que as reflexões feitas possam contribuir para a formação humana em todos os espaços nos quais haja interação e desenvolvimento humano, em especial nas instituições de educação e socioeducação. Igualmente, esses estudos buscaram enfatizar a importância de perceber as potenciais possibilidades para a elaboração de uma proposta curricular transdisciplinar, que articule não somente a literatura aos direitos humanos mas também demais disciplinas de outras áreas de conhecimento, na medida em que se considere a multidimensionalidade da formação integral e integradora das reais necessidades educacionais desses tempos.

A compreensão sobre como se edificaram os capitães da areia ao longo da história até os dias atuais, a repercussão dos avanços científicos e dos direitos humanos, das inovações tecnológicas, dos artefatos digitais e multimidiáticos, os conceitos sobre cognição e as teorias sobre aprendizagem e desenvolvimento humano, podem colaborar para que intervenções efetivas e preventivas fortaleçam o papel educativo visando à promoção humana.

Um trabalho profícuo, civilizatório e emancipatório pode considerar algumas propostas ao longo desse trabalho como possibilidade prática de leitura e reflexão não somente na disciplina da literatura articulada aos direitos humanos, mas também em outras disciplinas do Ensino Fundamental e Médio, bem como pode contribuir para embasar estudos sobre as temáticas discutidas em cursos de licenciatura, de formação continuada para professores, pedagogos, gestores, profissionais que atuam na rede de proteção e na socioeducação.

Estudar e se apropriar dos conceitos fundamentais na teoria da complexidade e bioecológica, bem como presentes no debate dos Direitos Humanos é um pressuposto urgente e de extrema necessidade para uma prática cidadã transformadora. O aprofundamento desta temática pode ser viabilizador de atitudes por parte de sujeitos ativos na construção de uma sociedade cujos atores sociais sejam constituídos de valores e princípios éticos humanizadores. Dentre os principais princípios, pode-se elencar o respeito e o reconhecimento às singularidades do outro, a compreensão dos fenômenos políticos, históricos, econômicos, socioculturais. Esses condicionantes influenciam na construção do repertório cognitivo de cada ser a partir das relações interpessoais e plurisemióticas com as quais interage em seu contexto.

A linha de pesquisa na qual estes estudos se insere investiga aspectos multidimensionais relacionados à área de Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, no setor de Pós-Graduação em Educação/PPGE, da UFPR. O assunto proposto considerou as possibilidades de reconfiguração do pensamento por parte não somente de professores que atuam na rede de educação básica, no Programa de educação nas unidades de socioeducação do paraná/PROEDUSE, mas também profissionais dos diversos setores educacionais como agentes de limpeza, técnicos administrativos, professores das diversas disciplinas, membros de equipe diretiva, pedagógica, socioeducadores e profissionais que atuam com pessoas em cumprimento de medida com privação de liberdade.

As reflexões suscitadas a partir da releitura dos Capitães da Areia à luz dos Direitos Humanos e os referenciais teóricos utilizados permitem sensibilizar o olhar ressignificado para o fenômeno da aprendizagem, da cognição e do desenvolvimento humano. A literatura na perspectiva da transdisciplinaridade pode intensificar a Zona de Desenvolvimento Proximal/ZDP<sup>64</sup>, para que novos esquemas representativos sejam (re) construídos nas estruturas cognitivas de todas as pessoas envolvidas no ato interativo. Esta e outras áreas do

---

<sup>64</sup> ZDP refere-se a uma expressão alcunhada por Vygotsky para discutir sobre a importância das relações interpessoais, da linguagem nos processos de mediação que ocorre do plano intersíquico para o plano intrapsíquico, situações sociointeracionistas que potencializam a ZDP, considerada como um campo de representações semióticas entre o nível de desenvolvimento real e o nível desenvolvimento proximal para aquisição de novos saberes.

conhecimento podem se articular aos temas dos direitos humanos para viabilizar novos olhares sobre a formação humana para profissionais dos diversos segmentos que compõem a rede de proteção à infância e à juventude.

Neste sentido, importa rever a formação inicial e continuada de educadores, de socioeducadores, dos operadores do direito e demais profissionais que atuam na rede de proteção, de forma a propor o aprofundamento dos debates expostos ao longo deste trabalho sobre os processos formativos humanos e intensificar o debate dos Direitos Humanos, na medida em que agrega a multidimensionalidade da vida individual e coletiva.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. R. **O Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro: ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Publit/FAPERJ. 2009.

ALVES, R. **Escutatória**: O silêncio como alimento. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/160/artigo234825-1.asp> (Acesso em 20 de julho de 2014).

ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

AMADO, J. **Capitães da Areia**. Rio de Janeiro: Record, 2002 (1937).

AMORIN E F. **Creches com qualidade para a educação e o desenvolvimento integral da criança pequena**. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98931999000200009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931999000200009) (Acesso em 07/11/2014).

ANDREOTI, A. **O Governo Vargas e o Equilíbrio entre a Pedagogia Tradicional e a Pedagogia Nova**. In o Governo Vargas e o Equilíbrio entre a Pedagogia Tradicional e a Pedagogia Nova. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.102–123, ago. 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Ps%20Printer/Downloads/administracao-escolar-na-era-vargas.pdf>. ISSN: 1676-2584 104

ARANTES, E. M. de M. De "criança infeliz" a "menor irregular" – vicissitudes na arte de governar a infância. *In: A Arte de Governar Crianças*. Editora Amais, OEA e Universidade Santa Úrsula, 1995.

ARRUDA, I. C. **O cotidiano de um abrigo para crianças e adolescentes: uma simplicidade complexa**. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1387/1/tese.pdf> . (Acesso em 07/11/2014).

ASINELLI-LUZ, A. **É preciso leiturizar**. Artigo publicado na Gazeta do Povo, em 23 de fev. de 2011. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=76519>. Acesso em 20 de maio de 2013)

\_\_\_\_\_. WOSNIAK F. L.; SAVI C. A. **Vulnerabilidade ao abuso de drogas e a outras situações de risco**. UFPR. 2000.

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

BAUMRIND, D. **Current patterns of parental authority**. Developmental Psychology Monograph, 1971.

BAUMRIND, D.; BLACK, A. **Socialization practices associated with dimensions of competence in preschool boys and girls.** Child Development, 1967.

BECKER, L.S. et al. **Elaboração e apresentação de trabalhos.** Blumenau: Acadêmica, 1999.

BLAUSIUS, L. **A resiliência na formação do policial-militar.** 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1998.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente.** São Paulo: Cortez, 1990.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).** Brasília: SEDH/PR, 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo -SINASE/** Secretaria Especial dos Direitos Humanos/ Brasília-DF: CONANDA, 2006.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados.** (M.A.Veríssimo, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. (Trabalho originalmente publicado em 1979)

\_\_\_\_\_. **Bioecologia do Desenvolvimento Humano:** tornando os seres humanos mais humanos; tradução de Carvalho-Barreto; revisão técnica: Sílvia H. Koller. – Porto Alegre: Artmed, 2011. 310 p. Il. 23.

BRUNER, J. **Actual minds, possible worlds.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. 1986.

\_\_\_\_\_. **Atos de significação.** Porto Alegre: Artes Médicas.1997.

BUENO, R. E.; XAVIER, A. A. ; ASINELLI-LUZ, A. O uso da Internet e da TV multimídia no ensino de literatura em interface com direitos humanos: uma proposta multidisciplinar. *In: Salão e Feira de Iniciação Científica*, 2013, Canoas. Salão e Feira de Iniciação Científica, 2013.

CÂMARA, M. M. TAMBELLINI, A. T. ROSELLI-CRUZ, A. Trabalho, abuso de drogas e os aparelhos ideológicos de estado: um estudo com alunos do ensino

médio e fundamental. In.: **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 20 [ 1 ]: 219-234, 2010.

CHESNAIS, J. C. **A violência no Brasil: Causas e recomendações políticas para a sua prevenção**. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81231999000100005&lng=pt&userID=-2](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231999000100005&lng=pt&userID=-2) (Acesso em 16/10/2014).

COSTA, A. C. G.; DUARTE, C. N. In: **Educação para os direitos humanos**. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2004.

\_\_\_\_\_ **Direitos humanos: Considerações sobre Fundamento e a Validade de um Projeto Político à luz do Desenvolvimento**. In: **Educação para os Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2004.

CORREA, M. "A cidade de menores: uma utopia dos anos 30". In FREITAS, M. C. **História social da infância no Brasil**. 5. ed., rev. São Paulo: Cortez, 2003. 334 p.

COSTA, M. M. "**Capitães da Areia**", a narrativa pela ótica de meninos de rua. Romance mais vendido de Jorge Amado transforma menores abandonados em heróis. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br> (Acesso em 26/06/2014).

DANTAS, D. **O eco de uma interpretação**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script>(Acesso em 07 de agosto de 2014).

D'ARÓZ, M. S. **A vez e a voz de mulheres-mães com filhos e ou netos institucionalizados**. Tese (Doutorado em Educação). Curitiba, 2013. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/> (Acesso em 18 de agosto de 2014).

DEL PRETTE, E. A.; DEL PRETTE, Z. **Contextos e demandas de habilidades sociais**. Vozes. 2001.

DEL PRIORE, M. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991, 444p.(apud LYRA e OLIVEIRA). Disponível em: [http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15941/15941\\_4.PDF](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15941/15941_4.PDF) (Acesso em 12 de julho de 2014).

DUARTE, E. A. **Jorge Amado: romance em tempo de utopia**. Editora, Editora Record, 1996.

DUTRA, E. **A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica**. Estudos de Psicologia 2002, 7(2), 371-378. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v7n2/a18v07n2.pdf> (Acesso em 25/08/2014).

ECO, U. **Os limites da interpretação**. 2ª ed. São Paulo Perspectiva, 2004.1990.

\_\_\_\_\_. **Interpretação e superinterpretação.** São Paulo: Martins Fontes. 1993.

FERNANDES, J. C. SANTOS, M. R. **Todo dia nunca é igual: notícias que a vida contou em 90 anos de circulação da Gazeta do Povo/Curitiba/PR:** Editora Gazeta do Povo, 2010.

FERREIRA, L. V. P. **Menores desamparados da proclamação da república ao Estado novo.** Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a5.pdf> (Acesso em 04/11/2014).

FILHO, W. F. Mendigos, moleques e vadios na bahia do século XIX. São Paulo: Editora HUCITEC, p.111. In: MPRS. **A criança e o adolescente e as políticas públicas municipais.** Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/politpubl.pdf> (Acesso em 19 de julho de 2014).

FREIRE, P. **Educação e mudança.** 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 35ª edição, 2003.

FREITAS, M. C.(Org.). **História social da infância no Brasil.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 334 p.

FRIEDMAN, N. **Point of view in fiction: The Development of a Critical Concept.** PMLA, Vol. 70, No. 5 (Dec., 1955), pp.1160–1184 doi:10.2307/459894.

GALHEIGO, S. M. **O abrigo para crianças e adolescentes: considerações acerca do papel do terapeuta ocupacional.** Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 85-94, maio/ago. 2003.

GUEDES, G. **Significado dos símbolos.** Disponível em: <http://www.significadodossimbolos.com.br/busca.do?simbolo=Rato>. (Acesso em julho de 2012)

HERKENHOFF, J. B. **Curso de direitos humanos.** São Paulo: Acadêmica, 1994.

JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

KOLLER, S. H. Urie Bronfenbrenner - **Obituário** .Disponível em [http://www.domusterapia.com.br/principal/ShowMateria.asp?var\\_chavereg=100](http://www.domusterapia.com.br/principal/ShowMateria.asp?var_chavereg=100) . (Acesso em 21 mai 2013).

LA BOËTIE, E. **Discurso da servidão voluntária**. Trad. Casemiro Linarth. São Paulo: Martins Claret, 2009.

LA TAILLE, Y (*et al*). **Teorias psicogenéticas em discussão: Piaget, Vygotsky, Wallon**. São Paulo: Summus, 1992. MORIN, E. **O método 6: ética**. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005b.

LEITE, L. C. M. **O foco narrativo (ou A polêmica em torno da ilusão)**. São Paulo: ática, 1985. Série Princípios.

LEVI E K. **Varíola, sua prevenção vacinal e ameaça como agente do bioterrorismo**. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-42302002000400045&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-42302002000400045&script=sci_arttext). (Acesso em 20/11/2012).

LOOS, H.; SANT'ANA, R. S. **Reflexões sobre pesquisa em educação: A atitude dos pesquisador, como base da convergência teórica entre Piaget e Vygotsky**. In.: *Fundamentos da Educação: os diversos olhares do educar.* / Elisabeth Christmann Ramos e Karen Franklin (org.)/ Curitiba: Juruá, 2010.

LYRA A., OLIVEIRA E. **A infância pobre e estigmatizada na “Roda dos Expostos**. Disponível em: <http://www.capemisasocial.org.br/capemisasocial/Paginas/AinfanciaPobreeEstigmatizadaNaRodaDosExpostos.aspx> (Acesso em 14/07/2014)

MADERS, A. M.; DUARTE, I. C. B. **A complexidade de Edgar Morin e sua contribuição para a compreensão dos “novos” direitos**. Disponível em: <http://srvapp2s.urisan.tche.br/seer/index.php/direitosculturais/article/view/26>. (Acesso em 30/07/2012).

MALERBA, 1994:52 *apud* MARTINS, E. **Vigiar para punir: Os processos-crime de termos de bem viver**. Disponível em <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/art09.pdf> (Acesso em 27/07/2014).

MARTINS, E.; SZYMANSKI, H. **A abordagem ecológica de Urie Bronfrenbrenner em estudos com família**. Disponível em <http://www.revispsi.uerj.br/v4n1/artigos/Artigo%205%20-%20V4N1.htm>. (Acesso em 21 mai. 2013).

MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista**. Editora Avante. Lisboa, Portugal. (1848). 1997.

MERISSE, A. (1996). **Origens das instituições de atendimento à criança pequena: o caso das creches**. In *Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato* (pp. ?). São Paulo: Arte & Ciência.



MILANI, F. M. JESUS, R. C. P. (Orgs.). **Cultura de paz : estratégias, mapas e bússolas**. Salvador : INPAZ, 2003.

MINAYO, M. C. S. **Violência social sob a perspectiva da saúde pública**. Disponível em: <http://www.scielo.br> (Acesso em 11 de julho de 2014).

MISCIASCI, E. **Como surgiram as prisões**. Disponível em: [http://www.eunanet.net/beth/news/topicos/nasce\\_os\\_presidios.htm](http://www.eunanet.net/beth/news/topicos/nasce_os_presidios.htm) (Acesso em 18 de outubro de 2013).

NEGRÃO, A. V. G. CONSTANTINO, E. P. **Acolhimento institucional em tempos de mudança: uma questão em análise**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

MORIN, E. **O método II – A vida da vida**. Portugal. Publicações Europa-América, 1999.

\_\_\_\_\_. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobin., 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

\_\_\_\_\_. **Educar na era planetária – O pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana**. Brasília: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **O método 6: ética**. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed.Trad. Eliane Lisboa. Porto. Alegre: Sulina, 2007.

\_\_\_\_\_. Introdução às jornadas temáticas. *In: JORNADAS Temáticas. A religação dos saberes: o desafio do século XXI/idealizadas e dirigidas por Edgar Morin*. Tradução: Flávia Nascimento. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

NARVAZ, M. G.; KOLLER ,S. H. **O modelo bioecológico do desenvolvimento humano**. In: Koller, S. H. (Org) *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil*. (p. 55- 69) São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PIAGET, J. **Estudos sociológicos**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

\_\_\_\_\_. (1953-1954) **Intelligence and affectivity: their relationship during child development** . Annual Reviews, Palo Alto-CA, (ed.USA, 1981). *In.:*

OLIVEIRA, M. K; TRENTO, D.; REGO, T. (org). **Psicologia, Educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002.

\_\_\_\_\_. **Para onde vai a educação?** Tradução de Ivette Braga, 14ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

POMPE C. **O Partido Comunista nos Livros de Jorge Amado**. Disponível em:

[http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id\\_coluna\\_texto=4919&id\\_coluna=2](http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=4919&id_coluna=2)  
(Acesso em 24 de agosto de 2013).

PIMENTEL, M. **O Centenário de Jorge Amado**. Disponível em: [www.multirio.rj.gov.br/index.php?...centenario-de-jorge-amado](http://www.multirio.rj.gov.br/index.php?...centenario-de-jorge-amado) (Acesso em 24 de agosto de 2013).

RABENHORST, E. **Dignidade humana e moralidade democrática**. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.

RAMOS, E. C. (org). **Fundamentos da educação: os diversos olhares do educar**. Elisabeth Christmann Ramos e Karen Franklin (orgs.)./ Curitiba: Juruá, 2010. 220p.

RHEINGOLD, H.L.; HAY, D.F. **Prosocial behavior of the very young**. In: **Stent G.S, editor. Morality as a biological phenomenon**. Berkeley: University of California Press; 1980. pp. 93–108.

RODRIGUES, F. S. LIMA, A.L.G. **Instituições de Assistência à Infância no Brasil de 1880 a 1960**. 2000. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/7113.pdf>. (Acesso em 08 de junho de 2014).

ROSSI, L. G. F. **A Militância Política na Obra de Jorge Amado (republicação)**. Princípios (São Paulo), v. 121, 2012.

SARAIVA, J. B. C. **Compêndio de Direito Penal juvenil: Adolescente o ato infracional**. 3 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006, p. 17.

SÁ, R. A. **Educação, Complexidade e Pedagogia: uma dialogia compreensiva**. In: ALMEIDA, Cleide; PETRÁGLIA, Izabel (Org.). Estudos de Complexidade 3. São Paulo: Xamã, 2009, v. 03, p. 223-248.

SALLA, F. **Breves notas para a história do encarceramento em São Paulo – A penitenciária do Estado**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo: RT, n. 20, ano 5, out./dez. 1997.

SAMPAIO, Consuelo Novais et. Al. **1895-2005 – Memória da Fazenda da Bahia**. Salvador : Casa de Jorge Amado : Fundação Pedro Calmon, 2005.

SAMPIERI, R. H. *et al.* **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo:MacGraw Hill, 2006. Cap. 3.

SCHACH, V. A. **A nova realidade das instituições de acolhimento A partir da lei nº 12.010.** Disponível em: <file:///C:/Users/Ps%20Printer/Downloads/93-714-1-PB.pdf> (Acesso em 07/11/2014).

SCHLINGER. H. D. **A Behaviour Analytic View of Child Development.** Series Editors: Alan S. Bellack University of Maryland at Baltimore, Baltimore, Maryland Michel Hersen Nova Southeastern University, Fort Lauderdale, Florida. 1995.

SOUZA, D. G. B. **A Arquitetura Socioeducativa.** Abril/ 2011. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.131/3832> (Acesso em 12 de junho de 2012).

STEVEN S. **Being and Becoming in Modern Physics, Stanford Encyclopedia of Philosophy.** Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/spacetime-bebecome> (Acesso em 3/9/2013).

STOLTZ, T. Por que Vygotsky na educação?. In.: RAMOS, E. C. (org). **Fundamentos da educação: os diversos olhares do educar.** Elisabeth Christmann Ramos e Karen Franklin (orgs.)./ Curitiba: Juruá, 2010. 220p.

TARANTOLA, D. **Simpósio sobre a erradicação da varíola destaca questões históricas, antropológicas e de direitos humanos.** 2010. Disponível em <http://www.agencia.fiocruz.br>. (Acesso em 03 de agosto de 2012).

UNICEF. **A infância brasileira dos anos 90/Fundo das Nações Unidas para a Infância - Brasília DF – UNICEF: 1998.**

VIEIRA, O. V. Três teses equivocadas sobre os direitos humanos. In.: **Manual de Mídia e Direitos Humanos.** PUC/SP. Columbia University. Friedrich Eberto Stiftung. 2001.

XAVIER A.A. GUELFY, W. P. **Violência X Indisciplina X Rendimento Escolar.** 2012. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1400-8.pdf> (Acesso em 01 de setembro de 2014).

WAIZBORT. L. **O mundo condensado.** Revista Cult. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2013/01/o-mundo-condensado> (Acesso em 09 de agosto de 2014).

WEBER, L. **Dia Nacional da Adoção: o direito de ser filho.** Disponível em: <http://www.unb.br/noticias/unbagencia/artigo.php?id=622> (Acesso em 09 de Julho de 2014).

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A– QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO PARA ADOLESCENTES DO CENSE

1 – Qual o nome ou apelido pelo qual quer ser identificado para esta pesquisa. Não forneça o seu nome de batismo que consta na sua certidão de nascimento.

---

02 – Idade.

12 anos( )      13anos( )      14 anos( )      15 anos ( )  
16 anos ( )      17 anos ( )      18 anos( )      19 anos ou mais ( )  
)

03 – Cidade e Estado de Nascimento?

---

04 – Antes de cumprir medida em privação de liberdade, você morava:

- ( ) Em casa própria com a família.  
 ( ) Em casa alugada com a família.  
 (      )      Na      casa      de      parentes      (De quem?) \_\_\_\_\_  
 ( ) Na casa de padrinho/madrinha.  
 ( ) Na rua.  
 ( ) Instituições de acolhimento(abrigos)  
 ( ) Outros. (Quais locais?)
- 

05 – Caso tenha respondido na pergunta anterior que morava com a família, quais eram as pessoas que conviviam no mesmo lar?

- ( ) pai   ( ) mãe   ( ) tio   ( ) tia   ( )avô   ( )avó   ( ) primos   ( ) primas  
 ( ) padrasto   ( ) madrasta   ( )filhos-(as) do padrasto   ( ) filhos-(as) da madrasta  
 ( ) irmão – quantos?       ( ) irmã – quantas?

06 – Caso tenha morado com sua mãe, neste período:

- ( ) Ela estava casada com seu pai.  
 ( ) Ela morava com seu pai mas não era casada.  
 ( ) Ela tinha outro(a) companheiro(a).  
 ( ) Ela não tinha nenhum companheiro(a).  
 ( ) Nunca morei com minha mãe.

( ) Outra situação.

Explique: \_\_\_\_\_

07 - Caso tenha morado com seu pai, neste período:

( ) Ele estava casado com sua mãe.

( ) Ele morava com sua mãe, mas não era casado.

( ) Ele tinha outro(a) companheiro(a).

( ) Ele não tinha nenhum companheiro(a).

( ) Nunca morei com meu pai.

( ) Outra situação.

Explique: \_\_\_\_\_

08 – Quais lembranças boas que você tem dos momentos que conviveu junto com sua família/pessoas de convivência.

---

---

---

---

---

---

---

09 - Quais lembranças ruins que você tem dos momentos que conviveu junto com sua família/pessoas de convivência.

---

---

---

---

---

---

---

10 – Caso tenha morado com outras pessoas ou em instituições, relate quais lembranças boas que você tem dos momentos que conviveu com essas outras pessoas.

---

---

---

---

11 - Caso tenha morado com outras pessoas ou em instituições, relate quais lembranças ruins que você tem dos momentos que conviveu com essas outras pessoas.

---

---

---

---

12 - Caso a convivência com outras pessoas tenha mudado alguma coisa nos hábitos do dia-a-dia ou influenciado a sua maneira de pensar, descreva o que pode ter mudado e por quê.

---

---

---

13 - Dos zero aos seis anos de idade, você frequentou:

- Creches:     Sim                                 Não  
- Pré-escolas:     Sim                                 Não

14 – Caso você tenha respondido que não frequentou a creche, com quem você ficava e quais as principais atividades que fazia durante o dia e à noite?

---

---

---

15 – Caso você tenha respondido que não frequentou a pré-escola, com quem você ficava e quais as principais atividades que fazia durante o dia e à noite?

---

---

---

16 – Quando criança (marque quantas respostas quiser):

- Era saudável.  
 Ia frequentemente à Unidade de Saúde.  
 Ia frequentemente ao dentista.  
 Tomava remédios com frequência.  
 Quando ficava doente, tomava remédios caseiros.  
 Manifestou algumas dessas doenças: Diabetes, Epilepsia, Asma, Bronquite, Sinusite, Sífilis.  
 Não lembro da minha saúde na infância.

17 - Antes de cumprir medida em privação de liberdade, quais atividades você fazia no dia-a-dia (como era sua rotina, desde a hora que levantava até a hora de ir dormir).

---

---

---

18 - O que você gostava de fazer durante o tempo livre?

---

---

---

19 – Quem era(m) seus melhores amigos(as) e por quê?

---

---

---

20 - Você possui endereço fixo atualmente. Em caso afirmativo, quais pessoas moram na mesma residência?

---

21 – Com relação à escolaridade, marque “X” para cada etapa que corresponde à sua experiência na escola:

- Quando criança, sempre fui à escola.
- Nem sempre estive matriculado na escola.
- Completei o Ensino Fundamental.
- Sempre estudei em escola pública.
- Iniciei o Ensino Médio.
- Completei o Ensino Médio.
- Estudei em escola pública e em escola particular.
- Sempre estudei em escola particular.
- Nunca fui à escola.
- Sei ler e escrever.
- Gosto de ler e escrever.
- Frequentei ensino regular.
- Frequentei Educação de Jovens e Adultos.

22 - Caso não tenha concluído, com que idade parou de estudar?

---

23 - Você se lembra dos motivos por que acabou parando os estudos?

---

24 - Escreva abaixo quais lembranças boas que você tem da escola.

---

---

---

25 - Escreva abaixo quais lembranças ruins que você tem da escola.

---

---

---

26 - Você tentou retornar alguma vez e acabou desistindo novamente:

- Sim – Quantas vezes? \_\_\_\_\_  Não

27 - Quando você parou de estudar, algum profissional da escola, professor(a), pedagogo(a) ou diretor(a) entrou em contacto com sua mãe ou com a pessoa



responsável para verificar os motivos pelos quais você não estava indo mais à escola?

( ) Sim – Em caso afirmativo, quem entrou em contacto?

28 - Como ocorreu a conversa, pessoalmente ou foi por telefone?

---

---

---

29 - Quem foi até a escola para justificar sua ausência?

---

( ) Não, ninguém entrou em contacto.

30 - Alguma vez a escola pediu para o Conselho Tutelar entrar em contacto com sua família e/ou pessoas responsáveis por você?

( ) Sim                      ( ) Não

31 – Em caso afirmativo, narre como foi a conversa entre a(s) pessoa(s) do Conselho Tutelar e o(s) familiar(es) que atendeu. Escreva onde foi realizado o encontro, se na escola, em casa ou outro ambiente e o que você se lembra sobre o que foi conversado/orientado.

---

---

---

32 – Com quantos anos você foi internado na Unidade Socioeducativa?

---

33 – Quais foram os motivos que contribuíram para levar para a prática do ato considerado ilegal?

---

---

---

34 – Qual ou quais artigos de lei foram analisados no teu julgamento?

---

---

---

35 – Quanto tempo foi estipulado para você cumprir a medida de privação de liberdade?

---

---

36 – Você considera um tempo justo ou injusto? Explique os motivos pelos quais considera justo ou injusto o tempo de internamento?

---

---

---

37 – Quais atividades você faz na Unidade. Escreva sobre a sua rotina.

---

---

---

## APÊNDICE B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARANÁ - SETOR DE  
CIÊNCIAS DA SAÚDE/ SCS -



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Capitães da Areia ontem e hoje: Uma releitura à luz dos Direitos Humanos.

**Pesquisador:** Rosa Elena Bueno

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 30344014.8.0000.0102

**Instituição Proponente:** Programa de Pós-Graduação em Educação

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 720.144

**Data da Relatoria:** 16/07/2014

**Apresentação do Projeto:**

Orientadora: Araci Asinelli da Luz.

A pesquisa propõe ressignificar o papel educativo, a partir de uma releitura da obra literária "Capitães da Areia", de Jorge Amado, na qual o autor narra a história dos meninos de rua em Salvador da década de trinta. Buscar-se-á na obra um ponto de partida para refletir sobre as crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade. Pretende-se correlacionar a literatura mencionada ao paradigma bioecológico, à teoria da complexidade e aos Direitos Humanos, numa pesquisa qualitativa, etnográfica, de campo, exploratória, explicativa, descritiva e correlacional.

Pretende-se propor aos educadores a possibilidade de realizar um trabalho multidisciplinar em seus espaços de atuação profissional, que ultrapasse ações de reprodutibilidade conteudista para a implementação de ações pedagógicas desencadeadoras de componentes sensoriais e emotivos capazes de mobilizar todos os envolvidos no ato formativo. Cabe verificar se os avanços obtidos têm repercutido favoravelmente na concepção de vida das crianças e dos adolescentes que vivem em situações de risco. Ao inserir o debate sobre os Direitos Humanos na formação inicial e continuada de profissionais que atuam com crianças e adolescentes, intensificam-se as possibilidades do envolvimento coletivo para práticas preventivas de redução das diversas manifestações de violências e violações de direitos,

Endereço: Rua Padre Camargo, 280

Bairro: 2º andar

UF: PR

Município: CURITIBA

CEP: 80.060-240

Telefone: (41)3360-7259

E-mail: cometica.saude@ufpr.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARANÁ - SETOR DE  
CIÊNCIAS DA SAÚDE/ SCS -



Continuação do Parecer: 720.144

na medida em que se propõe instrumentalizar os trabalhadores atuantes na formação humana para a reconfiguração do pensamento e a conseqüente ruptura de paradigmas, oportunizando-lhes atitudes diferenciadas nas interações com o meio físico e social, principiada pela ética do humano de cada indivíduo.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Geral - Buscar subsídios à prática educativa, na perspectiva de pensar estratégias de formação inicial e continuada de professores, à luz dos Direitos Humanos, bem como de reflexões sobre as modificações ocorridas a partir da alteração do código de menores para o Estatuto da Criança e do Adolescente e do Reformatório para as Unidades Socioeducativas.

Objetivos Específicos – (1) Ressaltar da obra “Capitães da Areia” as violações de Direitos Humanos de crianças e adolescentes à época; (2) Comparar alterações na prática da implementação do Código de Menores para o Estatuto da Criança e do Adolescente; e (3) Identificar quais são os fatores de edificação dos capitães da areia na região metropolitana de Curitiba.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Toda pesquisa envolve riscos, no entanto o pesquisador ciência de que os riscos podem ser minimizados. No caso desta pesquisa, toda coleta de dado se dá por entrevista e/ou questionários com questões abertas e fechadas, cujos riscos possíveis envolvem desconforto ou mal-estar em função das questões que dizem respeito à história de vida, bem como posicionamento profissional frente à legislação que envolve a rede de proteção. Para evitar os possíveis riscos, criar-se-á um clima de acolhimento e respeito, as orientações sobre como o pesquisado pode colaborar, deixar claro que ele(a) pode interromper se assim o preferir a qualquer momento, retomar.

Quanto aos benefícios, nem sempre os participantes da pesquisa poderão sentir os benefícios imediatos, no entanto poderão refletir sobre o tema, o que poderá possibilitar sensibilizá-lo para uma possível tomada de consciência. Ressalte-se que estarão contribuindo para a construção de conhecimento na área, promover transformações inter e intra-psíquicas que podem melhorar as condições de existência efêmera.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Não há.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foi anexada a declaração final modelo CONEP, onde o Coparticipante declara ter lido e concordar

Endereço: Rua Padre Camargo, 280

Bairro: 2º andar

CEP: 80.060-240

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-7259

E-mail: cometica.saude@ufpr.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARANÁ - SETOR DE  
CIÊNCIAS DA SAÚDE/ SCS -



Continuação do Parecer: 720.144

com o Parecer deste CEP/SD.

**Recomendações:**

Solicitamos que sejam apresentados a este CEP, relatórios semestrais sobre o andamento da pesquisa, bem como informações relativas às modificações do protocolo, cancelamento, encerramento e destino dos conhecimentos obtidos, através da Plataforma Brasil - no modo: NOTIFICAÇÃO. Demais alterações e prorrogação de prazo devem ser enviadas no modo EMENDA. Lembrando que o cronograma de execução da pesquisa deve ser atualizado no sistema Plataforma Brasil antes de enviar solicitação de prorrogação de prazo.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

É obrigatório retirar na secretaria do CEP/SD uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com carimbo onde constará data de aprovação por este CEP/SD, sendo este modelo reproduzido para aplicar junto ao participante da pesquisa.

O TCLE deverá conter duas vias, uma ficará com o pesquisador e uma cópia ficará com o participante da pesquisa (Carta Circular nº. 003/2011CONEP/CNS).

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O TCLE deverá conter duas vias, uma ficará com o pesquisador e uma cópia ficará com o participante da pesquisa, tanto o participante como o pesquisador deverão rubricar todas as páginas do TCLE, opondo assinaturas na última página do referido Termo (Carta Circular nº. 003/2011CONEP/CNS).

Endereço: Rua Padre Camargo, 280

Bairro: 2º andar

CEP: 80.060-240

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-7259

E-mail: cometica.saude@ufpr.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARANÁ - SETOR DE  
CIÊNCIAS DA SAÚDE/ SCS -



Continuação do Parecer: 720.144

CURITIBA, 16 de Julho de 2014

---

**Assinado por:**  
**IDA CRISTINA GUBERT**  
**(Coordenador)**

**APÊNDICE C – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO TCLES  
E TERMO DE ASSENTIMENTO - TALE PARA OS PARTICIPANTES**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Nós, Rosa Elena Bueno, mestranda em Educação e Dr<sup>a</sup> Araci Asinelli-Luz, professora orientadora, pesquisadores da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando você jornalista, para participar da pesquisa “Capitães da Areia ontem e hoje: uma releitura à luz dos Direitos Humanos”, sob nossa responsabilidade. O convite especialmente ao Sr. deve-se à sua formação e experiência no debate pertinente a área de direitos humanos, e atuação por cinco anos ou mais na publicação de reportagens e notícias envolvendo violências e violações praticados por/contra adolescentes.

- a) O objetivo desta pesquisa é buscar subsídios à prática educativa, na perspectiva de pensar estratégias de formação inicial e continuada de professores, à luz dos Direitos Humanos, diante da complexidade na formação humana, bem como de reflexões sobre as modificações ocorridas a partir da alteração do código de menores para o Estatuto da Criança e do Adolescente e do Reformatório para as Unidades Socioeducativas.
- b) Caso o Sr. participe da pesquisa, o tempo aproximado de duração pode variar de quarenta minutos a uma hora. Será convidado a ler a reportagem de um assalto presente no início da obra literária “Capitães da Areia”, que lhe será entregue no momento da pesquisa. Após, será convidado a escrever ou comentar oralmente sobre a diferença entre a notícia de assalto veiculada na obra e os elementos composicionais da notícia e da reportagem, atualmente, envolvendo situações semelhantes. Caso faça opção por comentar oralmente, sua fala será gravada para posterior transcrição. Neste caso, após a transcrição, a gravação será descartada. Também poderá comparar as notícias dos anos trinta nos jornais da época, com os elementos composicionais do texto jornalístico publicado atualmente pelo diversos meios midiáticos.

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal

Pesquisador Responsável \_\_\_\_\_

Orientador \_\_\_\_\_ Orientado \_\_\_\_\_

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



- c) Para tanto o Sr. deverá agendar, em seu local de trabalho ou outro indicado, dia e hora, em que poderá receber a pesquisadora para iniciarmos a pesquisa. Após o primeiro contacto, assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido e esclarecimento das possíveis dúvidas que porventura surgirem, se preferir, poderá responder às questões referentes à pesquisa e enviá-las por e-mail: [rosaelbueno@yahoo.com.br](mailto:rosaelbueno@yahoo.com.br) ou [rosa@seed.pr.gov.br](mailto:rosa@seed.pr.gov.br), até o prazo de sete dias ou agendar outro momento para que a pesquisadora retorne para buscá-lo.
- d) É possível que o Sr. experimente algum desconforto, principalmente relacionado ao momento da leitura dos fragmentos da obra e das notícias solicitadas, e no ato da escrita ou dos comentários comparativos entre eles. Neste caso, poderá interromper a pesquisa e retomá-la quando considerar pertinente ou adequado, ou mesmo desistir.
- e) Com relação aos benefícios esperados com essa pesquisa, nem sempre o Sr. será diretamente beneficiado com o resultado, mas poderá contribuir para o avanço científico na área.
- f) Os pesquisadores Rosa Elena Bueno, mestranda em Educação na UFPR, poderá ser contatada pelos telefones: (41)35626919 – (41) 36634645, e-mail: [rosaelbueno@yahoo.com.br](mailto:rosaelbueno@yahoo.com.br), bem como no Colégio Estadual Helena Kolody, localizado na Rua Maria Isabel Tosin, n.º 181, bairro: Jardim Monza, Município de Colombo, às segundas-feiras, no período das 14h40min às 17h30min; e Araci Asinelli-Luz, Doutora em Educação, poderá ser contatada pelo telefone: (41) 33605149, e-mail: [araciasinelli@hotmail.com](mailto:araciasinelli@hotmail.com), e no Setor de Educação da UFPR, sito à Rua General Carneiro, n.º 460, 1.º e/ou 5.º andar, às quartas-feiras, no horário comercial, para esclarecer eventuais dúvidas que o Sr. possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.
- g) A sua participação neste estudo é voluntária e se o Sr. não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado.

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal

Pesquisador Responsável \_\_\_\_\_

Orientador \_\_\_\_\_ Orientado \_\_\_\_\_

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: [cometica.saude@ufpr.br](mailto:cometica.saude@ufpr.br)





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



- h) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas (Dr<sup>a</sup> Araci Asinelli-Luz, orientadora). No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e seja mantida a confidencialidade.
- i) Caso tenha optado pela gravação, a sua participação será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato. Tão logo transcrita a entrevista e encerrada a pesquisa o conteúdo será desgravado ou destruído.
- j) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade, e pela sua participação no estudo o Sr. não receberá qualquer valor em dinheiro.
- k) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Eu, \_\_\_\_\_ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do participante de pesquisa ou responsável legal)

Local e data

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

<p>Rubricas: Participante da Pesquisa e /ou responsável legal</p> <p>_____ Pesquisador Responsável</p> <p>Orientador _____ Orientado _____</p>
--

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: [cometica.saude@ufpr.br](mailto:cometica.saude@ufpr.br)

## TCLE PARA DIRETOR DO CENSE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, Rosa Elena Bueno, mestranda em Educação e Dr<sup>a</sup> Araci Asinelli-Luz, professora orientadora, pesquisadores da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando Sua Excelência, Diretor da Unidade Socioeducativa, para participar da pesquisa “Capitães da Areia ontem e hoje: uma releitura à luz dos Direitos Humanos”, sob nossa responsabilidade - A história dos meninos de rua em Salvador da década de 30 ilustrada na obra literária de Jorge Amado será analisada em interfaces com os Direitos Humanos a partir de uma reflexão sobre como se edificam os “Capitães da Areia” atualmente.

- a) O objetivo desta pesquisa é buscar subsídios à prática educativa, na perspectiva de pensar estratégias de formação inicial e continuada de professores, que contribuam na constituição de subjetividades humanizadas e eticamente edificadas, a partir da releitura dos “Capitães da Areia”, à luz dos Direitos Humanos, diante da complexidade na formação humana, bem como de reflexões sobre as modificações ocorridas a partir da alteração do código de menores para o Estatuto da Criança e do Adolescente e do Reformatório para as Unidades Socioeducativas.
- b) Caso concorde em participar da pesquisa, será necessário ler a uma carta ao leitor presente no início da obra literária “Capitães da Areia”, que lhe será entregue no momento da pesquisa, na qual o Diretor do Reformatório manifesta a opinião a respeito do Reformatório, bem como expressa como percebe as atribuições do cargo de Diretor. Após, será convidado a escrever um texto de uma ou duas laudas, a seu critério, ou, se preferir, falar a respeito da Unidade Socioeducativa atualmente e das atribuições do cargo de Diretor da Unidade Socioeducativa, limites e possibilidades no contexto atual. Caso faça opção por comentar oralmente, sua fala será gravada para posterior transcrição. Neste caso, após a transcrição, a gravação será descartada. O tempo previsto para participação nesta pesquisa pode variar entre quarenta minutos à uma hora.

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal

Pesquisador Responsável \_\_\_\_\_

Orientador \_\_\_\_\_ Orientado \_\_\_\_\_

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



- c) Para tanto, poderá ser agendado em seu local de trabalho, ou outro indicado por Sua Excelência, dia e hora, em que estará disponível para receber a pesquisadora para a fim de iniciarmos a pesquisa. Após o primeiro contacto, assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido e esclarecimento das possíveis dúvidas que porventura surgirem, se preferir ainda, poderá responder às questões referentes à pesquisa e enviá-las por e-mail: [rosaelbueno@yahoo.com.br](mailto:rosaelbueno@yahoo.com.br) ou [rosa@seed.pr.gov.br](mailto:rosa@seed.pr.gov.br), até o prazo de sete dias ou agendar outro momento para que a pesquisadora retorne para buscá-lo.
- d) É possível que Sua Excelência experimente algum desconforto, principalmente relacionado ao momento da leitura da carta ao leitor elaborada na década de trinta pelo diretor do Reformatório, ou mesmo no ato da escrita ou dos comentários a respeito de sua perspectiva sobre a Unidade Socioeducativa e as atribuições pertinentes ao seu cargo. Neste caso, poderá interromper a pesquisa e retomá-la quando considerar pertinente ou adequado, ou mesmo desistir.
- e) Com relação aos benefícios esperados com essa pesquisa, nem sempre Sua Excelência será diretamente beneficiado com o resultado, mas poderá contribuir para o avanço científico na área.
- f) Os pesquisadores Rosa Elena Bueno, mestranda em Educação na UFPR, poderá ser contactada pelos telefones: (41)35626919 – (41) 96284546, e-mail: [rosaelbueno@yahoo.com.br](mailto:rosaelbueno@yahoo.com.br), bem como no Colégio Estadual Helena Kolody, localizado na Rua Maria Isabel Tosin, n.º 181, bairro: Jardim Monza, Município de Colombo, às segundas-feiras, no período das 14:40 às 17:30; e Araci Asinelli-Luz, Doutora em Educação, poderá ser contactada pelo telefone: (41)33605149, e-mail: [araciasinelli@hotmail.com](mailto:araciasinelli@hotmail.com), e no Setor de Educação da UFPR, sito à Rua General Carneiro, n.º 460, 1.º ou 5.º andar, às quartas-feiras, no horário comercial, para esclarecer eventuais dúvidas que Sua Excelência possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.
- g) A sua participação neste estudo é voluntária e se Sua Excelência, não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado.

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal

Pesquisador Responsável \_\_\_\_\_

Orientador \_\_\_\_\_ Orientado \_\_\_\_\_

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: [cometica.saude@ufpr.br](mailto:cometica.saude@ufpr.br)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



h) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas (Dr<sup>a</sup> Araci Asinelli-Luz, orientadora). No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e seja mantida a confidencialidade.

i) Caso tenha optado por comentar oralmente ao invés de escrever, a sua participação será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato. Tão logo transcrita a entrevista e encerrada a pesquisa, o conteúdo será desgravado ou destruído.

j) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e pela sua participação no estudo Sua Excelência não receberá qualquer valor em dinheiro.

k) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Eu, \_\_\_\_\_ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do participante de pesquisa ou responsável legal)

Local e data

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

<p>Rubricas: Participante da Pesquisa e /ou responsável legal</p> <p>_____ Pesquisador Responsável</p> <p>Orientador _____ Orientado _____</p>
--

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br

## TCLE PARA DIRETOR DO CENSE AUTORIZANDO A PARTICIPAÇÃO DOS ADOLESCENTES



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, Rosa Elena Bueno, mestranda em Educação e Dr<sup>a</sup> Araci Asinelli-Luz, professora orientadora, pesquisadores da Universidade Federal do Paraná, estamos solicitando de Sua Excelência, Diretor da Unidade Socioeducativa, autorização para que adolescentes em conflito com a lei, sob sua responsabilidade, possam participar da pesquisa “Capitães da Areia ontem e hoje: uma releitura à luz dos Direitos Humanos”, sob nossa responsabilidade. A história dos meninos de rua em Salvador da década de 30 ilustrada na obra literária de Jorge Amado será analisada em interfaces com os Direitos Humanos a partir de uma reflexão sobre como se edificam os “Capitães da Areia” atualmente.

- a) O objetivo desta pesquisa é buscar subsídios à prática educativa, na perspectiva de pensar estratégias de formação inicial e continuada de professores, que contribuam na constituição de subjetividades humanizadas e eticamente edificadas, a partir da releitura dos “Capitães da Areia”, à luz dos Direitos Humanos, diante da complexidade na formação humana, bem como de reflexões sobre as modificações ocorridas a partir da alteração do código de menores para o Estatuto da Criança e do Adolescente e do Reformatório para as Unidades Socioeducativas.
  
- b) Caso concorde em autorizar a participação dos adolescentes, o tempo previsto da participação dos adolescentes é de aproximadamente uma hora. Será necessário que os participantes leiam a uma notícia publicada em jornal local, presente no início da obra literária “Capitães da Areia”, que será entregue no momento da pesquisa. Após, os adolescentes participantes serão convidados a responder a um questionário por escrito, contendo questões abertas e fechadas, de múltipla escolha, de marcar “x”. Caso alguns optem por falar ao invés de escrever, a fala será gravada para posterior transcrição. Neste caso, após a transcrição, a gravação será descartada.

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal

Pesquisador Responsável \_\_\_\_\_

Orientador \_\_\_\_\_ Orientado \_\_\_\_\_

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



- c) Para tanto, poderá ser agendado em seu local de trabalho, ou outro indicado por Sua Excelência, dia e hora, em que estará disponível para receber a pesquisadora para que possamos conversar com mais detalhes, se necessário, sobre a pesquisa. Após o primeiro contacto, assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido autorizando os adolescentes a participarem, e esclarecimento das possíveis dúvidas que porventura surgirem, agendaremos, dentro de um prazo de sete dias, para dar início à pesquisa.
- d) É possível que algum participante experimente certo tipo de desconforto. Neste caso, poderá interromper a pesquisa e retomá-la quando considerar pertinente ou adequado, ou mesmo desistir.
- e) Com relação aos benefícios esperados com essa pesquisa, nem sempre Sua excelência, enquanto responsável pela instituição onde os adolescentes cumprem medida socioeducativa, bem como os adolescentes participantes da pesquisa, serão diretamente beneficiados com o resultado, mas estarão contribuindo para o avanço científico na área.
- f) Os pesquisadores Rosa Elena Bueno, mestranda em Educação na UFPR, poderá ser contactada pelos telefones: (41)35626919 – (41) 96284546, e-mail: [rosaelbueno@yahoo.com.br](mailto:rosaelbueno@yahoo.com.br), bem como no Colégio Estadual Helena Kolody, localizado na Rua Maria Isabel Tosin, n.º 181, bairro: Jardim Monza, Município de Colombo, às segundas-feiras, no período das 14:40 às 17:30; e Araci Asinelli-Luz, Doutora em Educação, poderá ser contactada pelo telefone: (41)91071799, e-mail: [araciasinelli@hotmail.com](mailto:araciasinelli@hotmail.com), e no Setor de Educação da UFPR, sito à Rua General Carneiro, n.º 460, 1.º andar, às quartas-feiras, no horário comercial, para esclarecer eventuais dúvidas que Sua Excelência possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.
- g) A participação dos adolescentes neste estudo é voluntária e se algum ou nenhum dos sugeridos ou indicados por Sua Excelência quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo assinado.

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal

Pesquisador Responsável \_\_\_\_\_

Orientador \_\_\_\_\_ Orientado \_\_\_\_\_

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: [cometica.saude@ufpr.br](mailto:cometica.saude@ufpr.br)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



- h) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas (Dr<sup>a</sup> Araci Asinelli-Luz, orientadora). No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade e a identidade dos participantes seja preservada e seja mantida a confidencialidade.
- i) Caso os participantes tenham optado por falar ao invés de escrever, a fala será gravada, respeitando-se completamente o anonimato. Tão logo transcrita a entrevista gravada e encerrada a pesquisa, o conteúdo será desgravado ou destruído.
- j) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade, e pela participação no estudo Sua Excelência e os adolescentes participantes não receberão qualquer valor em dinheiro.
- k) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome ou dos adolescentes participantes, e sim um código.

Eu, \_\_\_\_\_, Diretor do CENSE – Centro de Socioeducação São Francisco, li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordo em autorizar a participação dos adolescentes que estão sob minha responsabilidade. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper a participação dos adolescentes, ou eles mesmos a qualquer momento sem necessidade de justificar a decisão.

Eu concordo voluntariamente em autorizar a participação de adolescentes que estão sob minha responsabilidade, em cumprimento de medida socioeducativa, neste estudo.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do participante de pesquisa ou responsável legal)

Local e data

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

<p>Rubricas: Participante da Pesquisa e /ou responsável legal</p> <p>_____ Pesquisador Responsável</p> <p>Orientador _____ Orientado _____</p>
--

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br

## TCLE PARA JUIZ DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, Rosa Elena Bueno, mestranda em Educação e Dr<sup>a</sup> Araci Asinelli-Luz, professora orientadora, pesquisadores da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando Vossa Excelência, Juiz da Vara da Infância e da Juventude, para participar da pesquisa “Capitães da Areia ontem e hoje: uma releitura à luz dos Direitos Humanos”, sob nossa responsabilidade.

- a) O objetivo desta pesquisa é buscar subsídios à prática educativa, na perspectiva de pensar estratégias de formação inicial e continuada de professores, à luz dos Direitos Humanos, bem como de reflexões sobre as modificações ocorridas a partir da alteração do código de menores para o Estatuto da Criança e do Adolescente e do Reformatório para as Unidades Socioeducativas.
- b) Caso Vossa Excelência participe da pesquisa, o tempo estimado para a participação pode variar entre quarenta minutos à uma hora. Será convidado a ler uma carta ao leitor presente no início da obra literária “Capitães da Areia”, de Jorge Amado (1937) que lhe será entregue no momento da pesquisa, na qual o “Juiz de Menores” (à época) manifesta a opinião a respeito do Reformatório, bem como expressa como percebe as atribuições do cargo de Juiz. Após, será convidado a escrever um texto de uma ou duas laudas, a seu critério, ou falar sobre sua perspectiva a respeito da Unidade Socioeducativa atualmente e das atribuições do cargo de juiz, limites e possibilidades. Caso faça opção por comentar oralmente, sua fala será gravada, para posterior transcrição. Neste caso, após a transcrição, a gravação será descartada.

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal

Pesquisador Responsável \_\_\_\_\_

Orientador \_\_\_\_\_ Orientado \_\_\_\_\_

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



- c) Para tanto, Vossa Excelência poderá agendar, em seu local de trabalho ou outro indicado, dia e hora, em que estará disponível para receber a pesquisadora para a fim de iniciarmos a pesquisa. Após o primeiro contacto, assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Se necessitar de mais tempo ou, se preferir, poderá responder às questões referentes à pesquisa e enviá-las por e-mail: [rosaelbueno@yahoo.com.br](mailto:rosaelbueno@yahoo.com.br) ou [rosa@seed.pr.gov.br](mailto:rosa@seed.pr.gov.br), até o prazo de sete dias ou agendar outro momento para que a pesquisadora retorne para buscá-lo.
- d) É possível que Vossa Excelência experimente algum desconforto, principalmente relacionado ao momento da leitura da carta ao leitor elaborada na década de trinta pelo Juiz de Menores, ou mesmo no ato da escrita ou dos comentários a respeito de Vossa perspectiva sobre a Unidade Socioeducativa e as atribuições do cargo de juiz. Neste caso, poderá interromper a pesquisa e retomá-la quando considerar pertinente ou adequado, ou mesmo desistir, sem qualquer ônus.
- e) Com relação aos benefícios esperados com essa pesquisa, nem sempre Vossa Excelência será diretamente beneficiado com o resultado, mas poderá contribuir para o avanço científico na área.
- f) Os pesquisadores Rosa Elena Bueno, mestranda em Educação na UFPR, poderá ser contatada pelos telefones: (41)35626919 – (41) 33605149, e-mail: [rosaelbueno@yahoo.com.br](mailto:rosaelbueno@yahoo.com.br), bem como no Colégio Estadual Helena Kolody, localizado na Rua Maria Isabel Tosin, n.º 181, bairro: Jardim Monza, Município de Colombo, às segundas-feiras, no período das 14:40 às 17:30; e Araci Asinelli-Luz, Doutora em Educação, poderá ser contatada pelo telefone: (41)33605149, e-mail: [araciasinelli@hotmail.com](mailto:araciasinelli@hotmail.com), e no Setor de Educação da UFPR, sito à Rua General Carneiro, n.º 460, 1.º e/ou 5.º andar, às quartas-feiras, no horário comercial, para esclarecer eventuais dúvidas que V. Excelência possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.
- g) A sua participação neste estudo é voluntária e se V. Excelência não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado.

Rubricas:	
Participante da Pesquisa e /ou responsável legal	
_____	
Pesquisador Responsável	_____
Orientador	Orientado _____

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: [cometica.saude@ufpr.br](mailto:cometica.saude@ufpr.br)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



- h) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas (Dr<sup>a</sup> Araci Asinelli-Luz, orientadora). No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e seja mantida a confidencialidade.
- i) Caso tenha optado pela fala ao invés da escrita, a sua participação será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato. Tão logo transcrita a entrevista e encerrada a pesquisa o conteúdo será desgravado ou destruído.
- j) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e pela sua participação no estudo V. Excelência não receberá qualquer valor em dinheiro.
- k) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Eu, \_\_\_\_\_ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do participante de pesquisa ou responsável legal)

Local e data

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal

Pesquisador Responsável \_\_\_\_\_

Orientador \_\_\_\_\_ Orientado \_\_\_\_\_

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: [cometica.saude@ufpr.br](mailto:cometica.saude@ufpr.br)

## TCLE PARA MÃES DE ADOLESCENTES



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, Rosa Elena Bueno, mestranda em Educação e Dr<sup>a</sup> Araci Asinelli-Luz, professora orientadora, pesquisadores da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando a Senhora, mãe de adolescente, para participar da pesquisa “Capitães da Areia ontem e hoje: uma releitura à luz dos Direitos Humanos”, sob nossa responsabilidade.

- a) O objetivo desta pesquisa é ajudar na formação de professores, pensando sobre os Direitos Humanos, dos adolescentes e suas famílias, bem como refletir sobre as mudanças que ocorreram na educação com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente e das Unidades Socioeducativas.
- b) Caso concorde em participar da pesquisa, o tempo estimado para sua participação pode variar entre quarenta minutos e uma hora. Será convidada a ler a carta de uma mãe presente na obra “Capitães da Areia”, ou ela poderá ser lida pela pesquisadora para a senhora. Essa carta está num livro que foi escrito por um autor brasileiro chamado Jorge Amado, em 1937, que trata de meninos de rua de Salvador, na Bahia. Caso prefira falar, em vez de escrever, sua fala será gravada, para após poder ser transformada em escrita. Neste caso, após suas palavras terem sido transcritas, a gravação será descartada.
- c) Para conversar com a pesquisadora, a senhora deverá marcar um encontro em sua casa, ou outro lugar indicado que achar melhor, dia e hora, para receber a pesquisadora, a fim de iniciarmos a pesquisa. Após o primeiro contacto deverá assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal

\_\_\_\_\_  
Pesquisador Responsável

Orientador \_\_\_\_\_ Orientado \_\_\_\_\_

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



- d) É possível que a senhora experimente algum desconforto no momento da conversa ou mesmo no ato da escrita (caso esta seja a sua escolha). Alguma lembrança de certo momento de sua vida poderá surgir durante a conversa ou escrita do texto e pode provocar sentimentos e emoções agradáveis ou não. Se isso a incomodar, poderá interromper a pesquisa e marcar outro dia, se concordar, quando considerar melhor, ou mesmo desistir.
- e) Com relação aos benefícios esperados com essa pesquisa, nem sempre a senhora será diretamente beneficiada com o resultado, mas poderá contribuir para o avanço científico na área.
- f) Os pesquisadores Rosa Elena Bueno, mestranda em Educação na UFPR, poderá ser contatada pelos telefones: (41)35626919 – (41) 96284546, e-mail: [rosaelbueno@yahoo.com.br](mailto:rosaelbueno@yahoo.com.br), bem como no Colégio Estadual Helena Kolody, localizado na Rua Maria Isabel Tosin, n<sup>o</sup>181, bairro: Jardim Monza, Município de Colombo, às segundas-feiras, no período das 14:40 às 17:30; e Araci Asinelli-Luz, Doutora em Educação, poderá ser contatada pelo telefone: (41)33605149, e-mail: [araciasinelli@hotmail.com](mailto:araciasinelli@hotmail.com), e no Setor de Educação da UFPR, sito à Rua General Carneiro, n<sup>o</sup> 460, 1<sup>o</sup> ou 5<sup>o</sup> andar, às quartas-feiras, das 9h às 12h e das 14h às 18h, para esclarecer eventuais dúvidas que a senhora possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.
- g) A sua participação neste estudo é voluntária e se a senhora, não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado.

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal

\_\_\_\_\_  
Pesquisador Responsável

Orientador \_\_\_\_\_ Orientado \_\_\_\_\_

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: [cometica.saude@ufpr.br](mailto:cometica.saude@ufpr.br)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



h) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas (Dr<sup>a</sup> Araci Asinelli-Luz, orientadora). No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, será criado um código para que a sua identidade seja preservada e seja mantido o seu anonimato.

i) Caso tenha escolhido a gravação, a sua participação será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato, ninguém saberá que a senhora colaborou com esta pesquisa. Tão logo a entrevista tenha sido transcrita e encerrada a pesquisa, a gravação será destruída.

j) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e pela sua participação no estudo a senhora não receberá qualquer valor em dinheiro. Porém, caso prefira que a pesquisa seja realizada em outro local distante de sua casa, e isso possa gerar despesas com ônibus, os gastos por conta da participação na pesquisa serão pagos pela pesquisadora.

k) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Eu, \_\_\_\_\_ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do participante da pesquisa ou responsável legal)

Local e data

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

<p>Rubricas: Participante da Pesquisa e /ou responsável legal</p> <p>_____ Pesquisador Responsável</p> <p>_____ Orientador                      Orientado</p>
---

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: [cometica.saude@ufpr.br](mailto:cometica.saude@ufpr.br)

## TCLE PARA PROFESSORES DO EJA NO CENSE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, Rosa Elena Bueno, mestranda em Educação e Dr<sup>a</sup> Araci Asinelli-Luz, professora orientadora, pesquisadores da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando o(a) Senhor(a), Educador(a) do CEEBJA - Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Dr. Mario Faraco, que atua na educação de internos da Unidade Socioeducativa, para participar da pesquisa “Capitães da Areia ontem e hoje: uma releitura à luz dos Direitos Humanos”, sob nossa responsabilidade.

- a) O objetivo desta pesquisa é propor melhorias para o campo da educação, contribuir na formação de professores, à luz dos Direitos Humanos, dos adolescentes e suas famílias, bem como refletir sobre as mudanças que ocorreram na educação com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente e das Unidades Socioeducativas.
- b) Caso concorde em participar da pesquisa, o tempo estimado de sua participação pode variar entre quarenta minutos a uma hora. Será necessário que redija um texto no qual expresse o que pensa a respeito das atribuições do cargo. Se preferir, poderá tecer comentários oralmente, ou seja, falar sobre os limites e as possibilidades do educador no contexto atual. Caso faça opção por comentar oralmente, sua fala será gravada desde que autorize a gravação para posterior transcrição. Neste caso, após a transcrição, a gravação será descartada.
- c) Para tanto, poderá ser agendado em seu local de trabalho, ou outro indicado, dia e hora, em que estará disponível para receber a pesquisadora a fim de iniciarmos a pesquisa. Após o primeiro contacto, deverá assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Se precisar de mais tempo ou, se preferir, poderá escrever o texto em outro momento e enviá-lo por e-mail: [rosaelbueno@yahoo.com.br](mailto:rosaelbueno@yahoo.com.br) ou [rosa@seed.pr.gov.br](mailto:rosa@seed.pr.gov.br), em um prazo de sete dias.

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal

Pesquisador Responsável \_\_\_\_\_

Orientador \_\_\_\_\_ Orientado \_\_\_\_\_

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: [cometica.saude@ufpr.br](mailto:cometica.saude@ufpr.br)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



- d) É possível que o(a) Senhor(a) experimente algum desconforto no ato da escrita ou dos comentários a respeito de sua perspectiva sobre os limites e possibilidades do educador e as atribuições pertinentes ao seu cargo. Neste caso, poderá interromper a pesquisa e retomá-la quando considerar pertinente ou adequado, ou mesmo desistir, sem qualquer ônus para você.
- e) Com relação aos benefícios esperados com essa pesquisa, nem sempre o(a) Senhor(a) será diretamente beneficiado(a) com o resultado, mas poderá contribuir para o avanço científico na área.
- f) Os pesquisadores Rosa Elena Bueno, mestranda em Educação na UFPR, poderá ser contatada pelos telefones: (41) 35626919 – (41) 36634645, e-mail: [rosaelbueno@yahoo.com.br](mailto:rosaelbueno@yahoo.com.br), bem como no Colégio Estadual Helena Kolody, localizado na Rua Maria Isabel Tosin, n.º 181, bairro: Jardim Monza, Município de Colombo, às segundas-feiras, no período das 14:40 às 17:30; e Araci Asinelli-Luz, Doutora em Educação, poderá ser contatada pelo telefone: (41) 33605149, e-mail: [araciasinelli@hotmail.com](mailto:araciasinelli@hotmail.com), e no Setor de Educação da UFPR, sito à Rua General Carneiro, n.º 460, 1.º e/ou 5.º andar, às quartas-feiras, no horário comercial, para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.
- g) A sua participação neste estudo é voluntária e se o(a) Senhor(a), não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado.

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal

Pesquisador Responsável \_\_\_\_\_

Orientador \_\_\_\_\_ Orientado \_\_\_\_\_

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: [cometica.saude@ufpr.br](mailto:cometica.saude@ufpr.br)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



h) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas (Dr<sup>a</sup> Araci Asinelli-Luz, orientadora). No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e seja mantida a confidencialidade.

i) Caso tenha optado pela gravação, a sua participação será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato. Tão logo transcrita a entrevista e encerrada a pesquisa o conteúdo será desgravado ou destruído.

j) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e pela sua participação no estudo o Senhor/a Senhora não receberá qualquer valor em dinheiro.

k) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Eu, \_\_\_\_\_ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do participante de pesquisa ou responsável legal)

Local e data

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

Rubricas:	
Participante da Pesquisa e /ou responsável legal	
_____	
Pesquisador Responsável	_____
Orientador _____	Orientado _____

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br



## TECLE PARA UM LÍDER RELIGIOSO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, Rosa Elena Bueno, mestranda em Educação e Dr<sup>a</sup> Araci Asinelli-Luz, professora orientadora, pesquisadores da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando você, por ser uma liderança religiosa que atua no processo educativo de crianças e adolescentes em conflito com a lei, para participar da pesquisa “Capitães da Areia ontem e hoje: Uma releitura à luz dos Direitos Humanos”, sob nossa responsabilidade – A história dos meninos de rua em Salvador da década de 30 ilustrada na obra literária de Jorge Amado será analisada em interfaces com os Direitos Humanos a partir de uma reflexão sobre como se edificam os “Capitães da Areia” atualmente.

- a) O objetivo desta pesquisa é propor melhorias para que os professores e profissionais da educação possam repensar sobre como cada um pode contribuir na formação de seus alunos, de crianças e adolescentes sob suas responsabilidades.
- b) Caso participe da pesquisa, será necessário ler a uma carta ao leitor presente no início da obra literária “Capitães da Areia”, que lhe será entregue no momento da pesquisa, na qual o Padre José Pedro, personagem do livro, manifesta a opinião a respeito do Reformatório, bem como expressa como percebe os limites e possibilidades de disseminar os ensinamentos religiosos. Se preferir, ao invés de ler a essa carta, a pesquisadora poderá ler e explicar tirar dúvidas se surgirem. Após, será convidado a escrever um texto de uma ou duas páginas, ou, se preferir, falar oralmente o que pensa a respeito da Unidade Socioeducativa atualmente e o seu papel educativo nos dias de hoje. Caso faça opção por comentar oralmente, sua fala será gravada para posterior transcrição. Neste caso, após a transcrição, a gravação será descartada. O tempo previsto para participação nesta pesquisa pode variar entre quarenta minutos à uma hora.

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal

Pesquisador Responsável \_\_\_\_\_

Orientador \_\_\_\_\_ Orientado \_\_\_\_\_

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



- c) Para tanto, poderá agendar, em seu local de trabalho ou outro indicado por você, dia e hora, em que estará disponível para receber a pesquisadora para a fim de iniciarmos a pesquisa. Após o primeiro contacto, assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido e esclarecimento das possíveis dúvidas que porventura surgirem, se preferir, poderá responder às questões referentes à pesquisa e enviá-las por e-mail: [rosaelbueno@yahoo.com.br](mailto:rosaelbueno@yahoo.com.br) ou [rosa@seed.pr.gov.br](mailto:rosa@seed.pr.gov.br), até o prazo de sete dias ou agendar outro momento para que a pesquisadora retorne para buscá-lo.
- d) É possível que experimente algum desconforto, principalmente relacionado ao momento da leitura da carta ao leitor elaborada na década de trinta pelo padre José Pedro, ou mesmo no ato da escrita ou dos comentários a respeito de sua perspectiva sobre a Unidade Socioeducativa e respectivas atribuições. Neste caso, poderá interromper a pesquisa e retomá-la quando considerar pertinente ou adequado, ou mesmo desistir.
- e) Com relação aos benefícios esperados com essa pesquisa, nem sempre o/a Senhor/a será diretamente beneficiado com o resultado, mas poderá contribuir para o avanço científico na área.
- f) Os pesquisadores Rosa Elena Bueno, mestranda em Educação na UFPR, poderá ser contactada pelos telefones: (41)35626919 – (41) 96284546, e-mail: [rosaelbueno@yahoo.com.br](mailto:rosaelbueno@yahoo.com.br), bem como no Colégio Estadual Helena Kolody, localizado na Rua Maria Isabel Tosin, n.º 181, bairro: Jardim Monza, Município de Colombo, às segundas-feiras, no período das 14:40 às 17:30; e Araci Asinelli-Luz, Doutora em Educação, poderá ser contactada pelo telefone: (41)33605149, e-mail: [araciasinelli@hotmail.com](mailto:araciasinelli@hotmail.com), e no Setor de Educação da UFPR, sito à Rua General Carneiro, n.º 460, 1.º e/ou 5.º andar, às quartas-feiras, no horário comercial, para esclarecer eventuais dúvidas que o/a Senhor/a possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.
- g) A sua participação neste estudo é voluntária e se o/a Senhor/a não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado.

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal

Pesquisador Responsável \_\_\_\_\_

Orientador \_\_\_\_\_ Orientado \_\_\_\_\_

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: [cometica.saude@ufpr.br](mailto:cometica.saude@ufpr.br)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



- h) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas (Dr<sup>a</sup> Araci Asinelli-Luz, orientadora). No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e seja mantida a confidencialidade.
- i) Caso tenha optado por falar ao invés de escrever, a sua fala será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato. Tão logo transcrita a entrevista, ou seja, assim que sua fala seja transformada em texto escrito e encerrada a pesquisa, o conteúdo será desgravado ou destruído.
- j) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e pela sua participação no estudo o/a Senhor/a não receberá qualquer valor em dinheiro.
- k) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Eu, \_\_\_\_\_ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do participante da pesquisa ou responsável legal)

Local e data

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal

Pesquisador Responsável \_\_\_\_\_

Orientador \_\_\_\_\_ Orientado \_\_\_\_\_

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr

## TALE – TERMO DE ASSENTIMENTO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



### TERMO DE ASSENTIMENTO

TERMO DE ASSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO  
(Adolescentes maiores de 12 anos e menores de 18 anos).

**Título do Projeto: “Capitães da Areia ontem e hoje: uma releitura à luz dos Direitos Humanos”**

Investigador: Rosa Elena Bueno

Local da Pesquisa: Unidade Socioeducativa São Francisco

Endereço: Piraquara/PR

O que significa assentimento?

O assentimento significa que você concorda em fazer parte de um grupo de adolescentes, da sua faixa de idade, para participar de uma pesquisa. Serão respeitados seus direitos e você receberá todas as informações por mais simples que possam parecer.

Pode ser que este documento denominado TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE contenha palavras que você não entenda. Por favor, peça ao responsável pela pesquisa ou à equipe do estudo para explicar qualquer palavra ou informação que você não entenda claramente.

Informação ao Participante: o que é uma pesquisa?

Pesquisa é uma forma de verificar as possibilidades de melhorar as condições de vida das pessoas em um determinado ambiente. Neste caso, a pesquisa tem a intenção de ajudar os profissionais que trabalham diretamente na formação do ser humano, em especial de crianças e adolescentes, ouvindo o que eles têm a dizer ou fornecendo informações que resultaram de estudos feitos por pesquisadores. Sua participação respondendo ao questionário é importante para que pais, mães, familiares em geral e as pessoas que trabalham envolvidas com a formação de crianças e adolescentes possam repensar a importância de suas funções, de suas atitudes no trabalho, das

ações ou omissões (falta de atitude), que possam favorecer ou não o desenvolvimento humano.

Para que fazer a pesquisa?

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. O objetivo desta pesquisa é ajudar na formação de professores, pensando sobre os Direitos Humanos, dos adolescentes e suas famílias, bem como refletir sobre as mudanças que ocorreram na educação com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente e das Unidades Socioeducativas. Com isso, acreditamos ser possível, em futuro próximo, políticas públicas para melhorar a qualidade de vida de crianças e adolescentes, que assegurem direitos como o de frequentar creches e pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio, cursos no contraturno, acesso a postos de saúde, tratamento odontológico, de prevenção ao abuso de drogas e redução de danos para os dependentes químicos, estágios e empregos que possibilitem ao aluno conciliar o horário de trabalho com os estudos, dentre outros benefícios que possam contribuir para um desenvolvimento humano saudável.

Quais os benefícios esperados com a pesquisa?

Talvez os benefícios esperados a partir desta pesquisa não sejam percebidos de imediato por você, participante da pesquisa. No entanto, você estará contribuindo para que professores e demais trabalhadores que desenvolvem atividades voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes possam repensar atitudes e melhorar o trabalho realizado. Também sua participação nesta pesquisa pode trazer melhorias para as condições de uma vida mais saudável aos adolescentes em conflito com a lei, com maiores oportunidades de conquistar uma profissão, mais avanços nos estudos e mudança para uma forma de viver com mais alegria e paz.

Outro benefício consiste em propor políticas públicas para que haja investimentos em cursos para os profissionais envolvidos na educação de crianças e adolescentes, para que desenvolvam a luta e a defesa pelos Direitos Humanos e reconheçam atitudes de discriminação e violação de direitos, que aumentam a violência, especialmente contra crianças e adolescentes em condições de risco a um desenvolvimento humano saudável.

Como será feita?

Caso concorde em participar, você deverá responder a um questionário com perguntas sobre sua infância e adolescência, escolas que frequentou, com quem já morou, dentre outras. Também existem perguntas onde deverá escolher uma ou mais respostas entre as fornecidas, marcando um “x” nos espaços entre parênteses. O tempo de resposta ao questionário é de aproximadamente uma hora. O questionário encontra-se em anexo. Caso considere melhor, você poderá ao invés de escrever, conversar com a pesquisadora e contar o que pensa para cada resposta. Dessa forma ela mesma anota as respostas às questões de acordo com o que você for falando. Se você concordar, ela também poderá gravar sua fala e após transcrever, a gravação será eliminada.

Que devo fazer se eu concordar voluntariamente em participar da pesquisa?

Caso você aceite participar, você deverá assinar o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido e após, iniciar as respostas ao questionário que lhe será fornecido. É possível que você experimente algum desconforto no momento da conversa ou mesmo no ato da escrita (caso esta seja a sua escolha). As memórias do passado ou alguma lembrança que poderão surgir no momento da conversa ou da escrita das respostas do questionário podem provocar alguns sentimentos e emoções. Se isso o incomodar, poderá interromper a pesquisa e agendar um outro dia, quando considerar melhor, ou até mesmo desistir. A sua participação é voluntária. Caso você opte por não participar não terá nenhum prejuízo no seu atendimento e/ou tratamento.

Contato para dúvidas

Se você ou os responsáveis por você tiver(em) dúvidas com relação ao estudo, direitos do participante, ou no caso de riscos relacionados ao estudo, você deve contatar o(a) Diretor da Unidade Socioeducativa e ele terá disponível os telefones, e-mail, endereço da pesquisadora, bem como de sua orientadora, os dias e horários em que estarão disponíveis, para responder a todas as questões que forem necessárias, antes, durante e após a pesquisa. Se você

tiver dúvidas sobre seus direitos como um participante de pesquisa, você pode solicitar ao Diretor da Unidade, bem como ao responsável por você, enquanto interno da Unidade de Socioeducação, para que faça contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná. O CEP é constituído por um grupo de profissionais de diversas áreas, com conhecimentos científicos e não científicos que realizam a revisão ética inicial e continuada da pesquisa para mantê-lo seguro e proteger seus direitos.

#### DECLARAÇÃO DE ASSENTIMENTO DO PACIENTE:

Eu li e discuti com o pesquisador responsável pelo presente estudo os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar, e que posso interromper a minha participação a qualquer momento sem dar uma razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito acima descrito.

Eu entendi a informação apresentada neste TERMO DE ASSENTIMENTO. Eu tive a oportunidade para fazer perguntas e todas as minhas perguntas foram respondidas.

Eu receberei uma cópia assinada e datada deste Documento DE ASSENTIMENTO INFORMADO.

NOME DO ADOLESCENTE	ASSINATURA	DATA
---------------------	------------	------

NOME DO PESQUISADOR	ASSINATURA	DATA
---------------------	------------	------

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal

Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE

Comitê de ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da FUFPR  
 Rua Pe. Camargo, 280 – 2º andar – Alto da Glória – Curitiba-PR –CEP:80060-240  
 Tel (41)3360-7259 - e-mail: [cometica.saude@ufpr](mailto:cometica.saude@ufpr)